

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**O ENSINO DE FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DO AGENTE RELIGIOSO NO BRASIL  
COLÔNIA: uma identidade política entre a vassalagem epistemológica tradicional e a  
experimentação pedagógica heroica. (1549-1599)**

**Campinas**

**2009**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Si38e	Silva, José Carlos da O ensino da filosofia na formação do agente religioso no Brasil colônia: uma identidade política entre a vassalagem epistemológica tradicional e a experimentação pedagógica heróica (1549-1599) / José Carlos da Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2009.  Orientador : César Aparecido Nunes. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.  1. Educação. 2. Filosofia. 3. Ensino de filosofia. 4. Pedagogia. 5. Religião. I. Nunes, César Aparecido. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.
	09-176/BFE

**Título em inglês :** The teaching of philosophy in the formation of the religious agent in the colonial Brazil : a political identity between the traditional epistemological vassalage and the heroic pedagogical experimentation (1449-1599)

**Keywords:** Education ; Philosophy ; Teaching of philosophy ; Pedagogical ; Religion

**Área de concentração:** Filosofia e História da Educação

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Cesar Aparecido Nunes (Orientador)

Prof. Dr. Sílvio Ancizar Sanchez Gamboa

Prof. Dr. Antônio Carlos de Souza

Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Prof. Dr. Vanderlei Barbosa

**Data da defesa:** 06/07/2009

**Programa de pós-graduação :** Educação

**e-mail :** [jcarlos60@uenp.edu.br](mailto:jcarlos60@uenp.edu.br)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

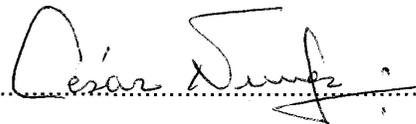
**O Ensino de Filosofia na formação do agente religioso no Brasil Colônia: uma  
identidade política entre a vassalagem epistemológica tradicional e a  
experimentação pedagógica heróica (1549-1599).**

Autor: JOSÉ CARLOS DA SILVA  
Orientador: CESAR APARECIDO NUNES

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida  
por JOSÉ CARLOS DA SILVA e aprovada pela Comissão  
Julgadora.

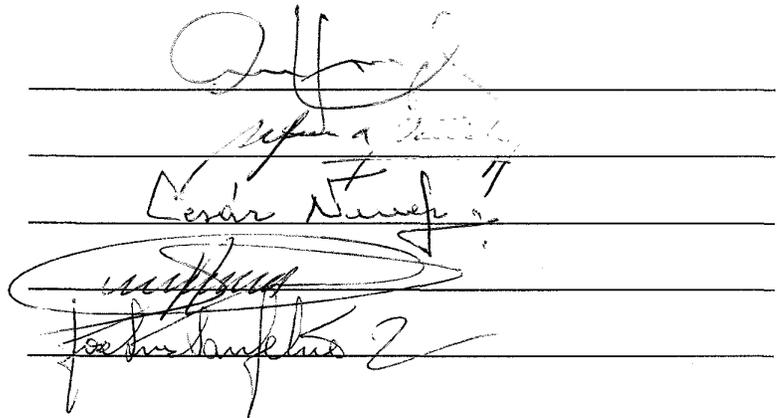
Data: 06/07/2009

Assinatura:.....



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



## AGRADECIMENTOS

Quando penso em registrar as expressões de gratidão, pelas pessoas e entidades que contribuíram para a realização desta fase da pesquisa, vejo que são muitas. Contrariamente ao que se ouve nos depoimentos finais dos defensores de suas teses e dissertações, afirmando ser um esforço solitário e, quase sempre, isolado e individual, verifico aí uma realidade parcialmente contraditória, pois muitas pessoas e algumas entidades fazem parte deste resultado que agora relatamos neste nosso texto, que chamamos de tese, não como uma proposta individual, mas coletiva que pretende ser socializada.

A minha gratidão se estende desde a UNICAMP, que me aceitou neste Programa de Doutorado, diga-se de passagem, com muito rigor e deferência, pois foram necessárias três tentativas para conseguir o ingresso. Passa também pela FAFIJA (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho), que me incluiu no PICDT, com auxílio da CAPES, mesmo que em caráter emergencial. Agradeço também à Diocese de Jacarezinho (PR), que me liberou para tal empreendimento com total atenção por parte de seu Bispo. Agradeço ainda a PUG (Pontifícia Universidade Gregoriana) de Roma, na Itália, que me acolheu para o período decisivo da pesquisa do Estágio de Doutorando no Brasil com Estágio no Exterior (PDEE), e, sobretudo, ao Colégio Pio Brasileiro, pedaço do Brasil em Roma, onde morei nestes oito meses de estudo no exterior. Não posso deixar de estender minha gratidão ao Instituto Histórico dos Jesuítas (IHSI), em Roma, que oportunizou todas as pesquisas com as fontes primárias contidas no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARSI). Agradeço à Accademia Italiana Pellegrini, pela oportunidade do aperfeiçoamento na escrita e na fala da Língua Italiana, que proporcionou o êxito positivo nos contatos e na realização do Estágio da pesquisa no Exterior. “A tutti quanti, grazie mille” (A todos muito obrigado). E mais uma vez a gratidão e o reconhecimento pelo auxílio da CAPES com a Bolsa Sanduwich para a consecução do Estágio no Exterior no período de primeiro de maio a trinta e um de dezembro de 2007.

Além destas Entidades e instituições, muitas pessoas estiveram presentes e envolvidas de forma direta nestes quatro anos de disciplinada dedicação à pesquisa, e, portanto, fizeram com que este período não fosse assim tão solitário. Em primeiro lugar agradeço ao Professor Doutor César Nunes, meu orientador, que mais que orientador foi um amigo que acompanhou, incentivou de forma solidária e contínua os esforços em construir, elaborar e apresentar os

resultados dessa pesquisa. Estendo também, ao Co-orientador Professor Doutor Padre Félix Alessandro Pastor, SJ. que, em contato com o Orientador abriu os caminhos para a pesquisa no Arquivo dos Jesuítas, bem como o contato com a Cúria Generalícia, em Roma. Agradeço também a Dom Fernando José Penteadó, Bispo da Diocese de Jacarezinho e Reitor da UENP (Universidade Estadual do Norte do Paraná), que me liberou das funções diocesanas para poder dedicar o tempo necessário e a máxima concentração possível ao estudo. Não posso deixar de registrar aqui a gratidão pela Professora Mestre Ilca Maria Setti, Diretora da FAFIJA, pelos esforços e incentivos institucionais para esta conquista tão desejada. Agradeço também à Professora Mestre Nair Andrade de Almeida Leite, na incansável luta para a integralização e atualização dos recursos financeiros do Programa Institucional de Capacitação de Docentes, de trajetória tão conturbada, no seu início, mas que pela insistência e lisura da mesma, chegou a bom término. Aos colegas professores do Departamento de Educação da FAFIJA que assumiram parte dos compromissos de magistério acadêmico, motivados pelo meu afastamento do mesmo, também agradeço. Aos professores docentes do Programa de Pós Graduação em História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, meu muito obrigado. Aos colegas de turma da FE (Faculdade de Educação) da UNICAMP, que por muitas vezes estivemos juntos freqüentando cursos e eventos pertinentes às nossas pesquisas, e também nos merecidos momentos de lazer e conagração coletivo e comemorações, apresento as minhas sinceras expressões de partilha desta conquista e de gratidão. Agradeço também ao Cônego Carlos Menegazzi, pela tradução ímpar e precisa para o português da carta escrita em latim, solicitando os primeiros professores para o primeiro curso de filosofia no Brasil. Tarefa igual nos presenteou o Sr. Mário Zocchio Pasotto que agradecemos com efusivos votos de reconhecimento e gratidão pela conferência e colaboração na interpretação dos termos e expressões latinas. Aos componentes da Comissão Julgadora, também agradeço pela avaliação, ponderação e devidos comentários, quer sejam de ordem excludente, ou sejam, de caráter inclusivo ao texto deste relatório apresentado.

A todos os acima mencionados e aos que de forma indireta estiveram comigo nestes quatro anos, apresento a minha sincera gratidão e o reconhecimento pela presença ativa nestes bons tempos de dedicada pesquisa e feliz frequência nesta entidade campineira. A todos e a todas, mais uma vez, meus sinceros agradecimentos. Por último, vai também uma menção de gratidão àqueles que souberam, de maneira compreensiva, aceitar a minha ausência em suas vidas,

motivada pela dedicação exclusiva e prioritária aos esforços de realização desta pesquisa:  
MUITO OBRIGADO.

## EPÍGRAFE

"Pensar que o homem nasceu sem uma história dentro de si próprio é uma doença. É absolutamente anormal, porque o homem não nasceu da noite para o dia. Nasceu num contexto histórico específico, com qualidades históricas específicas e, portanto, só é completo quando tem relações com essas coisas. Se um indivíduo cresce sem ligação com o passado, é como se tivesse nascido sem olhos nem ouvidos e tentasse perceber o mundo exterior com exatidão. É o mesmo que mutilá-lo."

Carl Jung

## RESUMO

Este trabalho concentra-se no estudo historiográfico do Ensino de Filosofia na organização da cultura do Agente Religioso no Brasil, visando compreender, sobretudo, o seu início, ou seja, como o Ensino de Filosofia foi introduzido e teve seus primeiros passos no alvorecer do Brasil, ainda no período colonial. Para isso, foi necessário elegermos como datas balizantes desse estudo o período de 1549 a 1599. Mil quinhentos e quarenta e nove porque foi nesta data que chegaram ao Brasil os primeiros Jesuítas com o Governador Geral Tomé de Sousa. E mil quinhentos e noventa e nove por ser o ano da publicação definitiva do *Ratio Studiorum*. As fontes primárias e essenciais usadas para nosso estudo foram algumas cartas encontradas, lidas e analisadas, escritas pelos primeiros padres Jesuítas no Brasil, enviadas do Brasil pelos Jesuítas que aqui viviam, ao Provincial em Roma, arquivadas no *Archivium Romanum Societatis Iesu* (ARSI), visitado e freqüentado no próprio lugar onde estão cuidadosamente guardados em Roma. Também nos servimos de obras essenciais para a nossa análise, por privilégio do contato direto com as fontes - Serafim Leite – a *História da Companhia de Jesus no Brasil* e as *Cartas Jesuíticas*. Nesta mesma linha, usamos os textos de Alfredo Bosi; Baeta Neves, José Maria de Paiva, Amarílio Ferreira Junior, Marisa Bittar, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Arilda Ines Miranda Ribeiro, dentre outros, que escreveram textos de apurada e consolidada crítica aos trabalhos educativos realizados pelos Jesuítas no Brasil colônia. Verificou-se que o Ensino de Filosofia para o Agente Religioso no Brasil Colônia foi efetivado no seguimento do *Ratio Studiorum*, maior expressão pedagógica, que perdurou por muito tempo, como a única expressão metodológica e os únicos dispositivos curriculares vigentes nesta área de ensino. As reflexões formuladas, a partir das pesquisas realizadas, buscam responder às questões iniciais e nos remetem a uma contínua retomada do estudo da História da Educação Brasileira no período colonial. No transcorrer da pesquisa, buscamos identificar uma matriz política para compreender a identidade e localização epistemológica da Filosofia na tradição cultural e na própria história da Filosofia no Brasil. Essa matriz identitária sugere uma dimensão de vassalagem epistemológica e institucional, curricular e política. Buscamos elementos para circunscrever essa identidade e apontar tendências ao longo da história e nas contradições atuais, para a superação dessa herança.

**Palavras chave:** Filosofia, Ensino de Filosofia, Agente Religioso, Experimentação pedagógica, *Ratio Studiorum*.

## ABSTRACT

This work is focused in the historiographic study of the teaching of philosophy, in the organization of the culture of the religious agent in Brazil, aiming to understand over all, its beginning, or how the teaching of Philosophy was introduced and had its first steps at the dawn of Brazil, still in the colonial period. For that purpose, it was necessary to elect as the boarder dates of this study, the period from 1549 to 1599. First, fifteen forty nine, because this was the date that the first Jesuits arrived in Brazil, with the general governor Tomé de Souza. And fifteen-ninety nine for being the year of the definitive publication of the Ratio Studiorum. The primary and essential sources used in this study were some letters found, read and analyzed, which were written by the firsts Jesuit priests in Brazil, those letters were sent from Brazil to the Provincial in Rome, filed in the Archivium Romanorum Societatis Iesu (ARSI), which was visited at the very place where the letters are kept in Rome. We were also provided with essential works for our analysis, by the privilege with direct contact with the sources – Serafim Leite – The story of the company of Jesus in Brazil and the letters from the Jesuits. In the same line we used the texts of Alfredo Bosi, Baeta Neves. , José Maria de Paiva, Amarílio Ferreira Junior, Marisa Bittar, Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro e Arilda Ines Miranda Ribeiro, among others, that had written texts of accurate and consolidate critical to the educative works realized by the Jesuits in the colonial Brazil. It was verified that the teaching of Philosophy to the religious agent in Brazil reassured in the following of the Ratio Studiorum, the main pedagogical expression that last for a very long time, as the only methodological expression and the only effective curricular resources in this area of education. The reflections formulated from the realized researches try to answer the initial questions and take us to a continuous retaken in the studies of the History of Brazilian Education in the colonial period. During the research we tried to identify a political source to understand the identity and the epistemological localization of the Philosophy in the cultural tradition and in the history of Philosophy in Brazil. This identity source suggests a dimension of political and curricular, epistemological and institutional vassalage. We searched elements to circumscribe this identity and to point the trends throughout History and the current contradictions to overcoming this inheritance.

**Key words:** Philosophy, Teaching of Philosophy, Religious Agent, Pedagogical experimentation, Ratio Studiorum.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>Capítulo 1 - NOVA IDENTIDADE DA IGREJA A PARTIR DO CONCÍLIO DE TRENTO, E A NECESSIDADE DE NOVOS MODELOS DE FORMAÇÃO PARA O AGENTE RELIGIOSO</b> .....	11
1. Movimento do Mercantilismo: Contexto social e econômico.....	20
1.1 O Capitalismo emergente do século XVI e XVII.....	16
1.2 A empreitada mercantil salvicionista.....	20
2. Movimentos de Igreja: Reforma e contra-reforma.....	23
2.1 Contexto dentro da igreja.....	23
2.2 Concílio de Trento (1545-1563).....	30
2.3 As derivações deste Concílio: desafios e contradições.....	33
2.4 O Seminário: lugar estabelecido para a formação do Agente Religioso.....	36
2.5 As reformas religiosas.....	41
a) Reforma Protestante (Luterana).....	42
b) Reforma Calvinista.....	43
c) Reforma Anglicana.....	43
d) Contra Reforma Católica.....	44
3. Movimento de Inácio de Loyola: A Companhia de Jesus.....	45
3.1 Alguns dados históricos da vinda de Inácio de Loyola.....	45
3.2 A Companhia de Jesus (Os Jesuítas): identidade e projeções.....	49
a) Origem e desenvolvimento.....	50
b) A fórmula do Instituto.....	52
c) As Constituições.....	54
d) O Examen.....	55
e) As Declarações.....	55
f) Congregação.....	56
1. O Ratio Studiorum.....	56
a) Tentativas que antecederam o RS.....	57

b) Elaboração, Conteúdo e Crítica do Ratio.....	60
c) A formação baseada em regras.....	61

**Capítulo 2 - AÇÃO MISSIONÁRIA E PEDAGÓGICA TRANSPORTADAS PELA COMPANHIA DE JESUS PARA O ENSINO E INSTRUÇÃO NO INÍCIO DO BRASIL COLÔNIA.....67**

1. O estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil Colônia.....	68
2. Ação pedagógica e missionária.....	76
3. O Primeiro Curso de Filosofia no Brasil.....	94
a) Os primeiros estudos filosóficos no Brasil Colônia.....	95
b) Ordem dos estudos ou método de ensino dos Jesuítas (Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu).....	97
1) As regras para o professor de Filosofia.....	100
2) As regras para o Professor de Filosofia Moral.....	103
3) As regras para a Academia dos Filósofos.....	103
4) As regras para o Prefeito da Academia dos Filósofos.....	104
4. A Filosofia após 1599 se consolida com o Ratio Studiorum.....	108

**Capítulo 3 - A AÇÃO PEDAGÓGICA E MISSIONÁRIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL E A IDENTIDADE MATRICIAL DO ENSINO DE FILOSOFIA: HERANÇAS POLÍTICAS E SUPERAÇÕES PROSPECTIVAS.....113**

1. Ação educativa, missionária e pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil no Período heróico.....	114
2. Sobre os primeiros estudos de Filosofia.....	119
3. Uma análise geral e complementar da presença e ação dos Jesuítasno Brasil após 1599 até os nossos dias.....	121
a) Supressão e reabilitação dos Jesuítas no Brasil (1759-1843).....	122
b) Da Supressão à Reabilitação da Companhia de Jesus no mundo: Quarenta anos sem os Jesuítas.....	124

4. As características matriciais do ensino da Filosofia no período heróico.....	135
5. Heranças políticas e pedagógicas da pedagogia jesuíta e da didática do ensino de filosofia...	150
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXOS E APÊNDICES.....</b>	<b>171</b>

## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

### APÊNDICE I

Transcrição da carta do (ARSI) Congr. 41, folhas de 298 a 300 verso, que formula o pedido a Roma de professores de filosofia para iniciar os estudos de filosofia no Brasil.....200

### APÊNDICE II

Tradução para o português da carta do (ARSI) Congr. 41, folhas de 298 a 300 verso, que formula o pedido a Roma de professores de filosofia para iniciar os estudos de filosofia no Brasil.....203

### APÊNDICE III

Relação das expedições portuguesas que trouxeram missionários de Lisboa para o Brasil no século XVI.....206

### APÊNDICE IV

Relação dos Reitores do Colégio da Bahia no século XVI.....211

### APÊNDICE V

Levantamento de Bibliografia sobre o tema.....212

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**a C.** - Antes de Cristo

**ARSI** - Archivium Romanum Societatis Iesu. (Arquivo Romano da Companhia de Jesus)

**BAC** – Biblioteca de Autores Cristianos.

**BIHSI** - Biblioteca Instituti Historici Societatis Iesu

**BNL** - Biblioteca Nacional de Lisboa

**Bras.** - Brasil (monumenta brasília)

**C. A.** - Cartas de Anchieta (padre José de Anchieta)

**C.J.** - Companhia de Jesus

**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CB** - Cartas Brasílicas

**CEHILA** - Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina

**CG** - Congregação Geral

**Const** - Constituições dos Jesuitas

**Corr.** Corrigida

**CNBB.** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

**D.** - Dom (usado como tratamento a pessoas ilustres)

**DEHSCUBRA** - Diretório de Pesquisa Educação, História e Cultura Brasileira

**Dr.** - Doutor

**Ed.** - Editora

**Fac.** - Faculdade

**FAFIJA** - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (PR)

**FE** - Faculdade de Educação (UNICAMP)

**Fund.** - Fundação

**HGIAL** – História General de la Iglesia em América Latina

**IHSI** - Instituto Histórico Societatis Iesu

**Index** - Index librorum prohibitorum

**Inep.** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**MBSI** – Monumenta Brasiliae Societatis Iesu

**Mc** - Evangelho de Marcos

**MEC.**- Ministério da Educação e da Cultura  
**MG** - Minas Gerais  
**MHSI** - Monumenta Histórica Societatis Iesu  
**Mon Const** - Monumenta Constitutiones  
**Mon Paed** - Monumenta Paedagogica  
**MPSI.**- Monumenta Paedagogica Societatis Iesu  
**Mt.**- Evangelho de Mateus  
**n.** Número.  
**Nóbr.** - Padre Manoel da Nóbrega  
**Org.** – Organizador  
**Orgs.** - Organizadores  
**OT.** Optatum Totius (Doc. Do Concílio Vaticano II)  
**PDEE** – Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior  
**Pe.** Padre  
**PICDT** - Programa Institucional de Capacitação de Docentes  
**PR** - Paraná  
**Prof.** - Professor  
**PUG** - Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma na Itália  
**Ratio** - Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu  
**Ratio Studiorum** - Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu  
**Rev.** - Revista  
**RJ** - Rio de Janeiro  
**RS** - Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu  
**S/d.** - Sem data  
**S/n.** Sem nome  
**Séc.** - Século  
**S.I.** - Societas Iesus (Societatis Iesus)  
**SP** - São Paulo  
**S/n** – Sem nome  
**Trad.** - Tradução  
**UEL** – Universidade Estadual de Londrina.

**UENP** - Universidade Estadual do Norte do Paraná

**UFSCar** - Universidade Federal de São Carlos

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas (SP)

**Vol.** - Volume

**v.** Volume

## INTRODUÇÃO

O nosso trabalho concentra-se na disposição de realizar um estudo historiográfico do ensino católico da filosofia na formação da cultura do agente religioso no Brasil visando compreender, sobretudo, o seu início, ou seja, como o ensino de filosofia foi introduzido e engendrou sua identidade e trajetória nos primórdios da formação cultural do Brasil.

O campo de abrangência da tese de doutorado se estenderá pelo período de caracterização da ação educacional dos Jesuítas no Brasil de 1549-1599, as cinco décadas consideradas pelos autores como basilares para a explicitação da identidade educacional da Companhia de Jesus em nosso país. Trata-se do primeiro período dessa ação de cunho missionário, evangelizador e educativo dos Jesuítas nas novas terras encontradas e colonizadas pelos europeus. Buscaremos neste estudo, caracterizar a ação política e missionária dos Jesuítas. Numa primeira parte, vamos tratar e analisar a sua expansão institucional como *ordem*, sua identidade institucional na conjuntura da Igreja naquela época. E, imediatamente numa segunda fase, tentaremos analisar a sua ação pedagógica.

Sabemos que essa ação se verifica primeiramente entre os índios, os povos e nações encontradas, na tentativa de “missionarizar” e de criar escolas de ler e escrever, de teatro, de peças literárias e musicais. Essa ação se deu também, paralelamente nos colégios, sendo uma ação mais sistematizada na formação do *Agente Religioso*<sup>1</sup>, centro e eixo do estudo, sobretudo na

---

<sup>1</sup> Essa categoria analítica será fundamental para o presente estudo. Entendemos caracterizar por *agente religioso* todo o ser humano que, pertencendo a uma Organização Religiosa, no nosso caso a Companhia de Jesus, tem como missão evangelizar. Trata-se do Clérigo, isto é, não só os ordenados, mas todo aquele que pertence à Ordem como tal.

caracterização da identidade ideológica dos primeiros cursos de filosofia constituídos para formar tal *Agente Religioso* no Brasil.

Preocupar-nos-emos com o “período heroico”<sup>2</sup> que é o nosso terreno histórico, da chegada dos Jesuítas em 1549, com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa até a promulgação do *Ratio Studiorum*<sup>3</sup> (que também usaremos abreviadamente RS) em 1599. Esse tempo circunscreveu cinquenta anos de ação missionária, experimentação pedagógica, profusão e riqueza de produção de materiais didáticos originais, desde peças musicais assimiladas à cultura tupi, no início e depois mais tarde também textos, pinturas, estatuetas, instrumentos musicais, trovas e registros escritos sobre esse período.

O trabalho organiza-se em três capítulos, que se articulam entre si, objetivando analisar o projeto educativo dos jesuítas, no campo do ensino da Filosofia, tendo como nexos a práxis de seus *agentes religiosos* no tempo histórico proposto. O primeiro capítulo tratará da reconstituição crítica do movimento de expansão ultramarina europeia, da emergência do capitalismo e da sincronia desses com o movimento de reorganização institucional e moral da Igreja católica. O marco principal desse capítulo buscará caracterizar os sentidos e derivações do Concílio de Trento ocorrido entre 1545-1564 - a chamada identidade tridentina da Igreja - onde se verifica uma profunda revisão auto-crítica da Igreja católica em todos os seus segmentos episcopais, clericais, leigos, institucionais, dogmáticos e regulares. Este movimento contribuiu para a redefinição do papel institucional da Igreja diante da ampla expansão do protestantismo e, ao mesmo tempo, do crescimento dos movimentos chamados racionais e iluministas, quase sempre anticlericais e declaradamente ateus, num contraponto à identidade da Igreja.

No item que chamamos “movimentos de Igreja” tencionamos caracterizar a crise e a decadência eclesial com registros históricos e institucionais e o movimento *restauracionista*, feito muitas vezes por pregadores isolados, monastérios críticos frente a grande devassidão moral como a corrupção econômica e desestruturação institucional e disciplinar da Igreja.

---

<sup>2</sup> Mattos chama de “período heroico” o tempo que vai de 1549 a 1750, considerando o ensino organizado pelos Jesuítas como o “esboço de um sistema educacional”. (MATTOS, 1958, pp. 21-97). Heroico devido às dificuldades e precariedades dos meios existentes na época esses primeiros educadores são protagonistas de uma ação caracterizada como atitudes de heroísmo.

<sup>3</sup> O termo *Ratio Studiorum* diz respeito ao Plano de Estudos dos Jesuítas, que foi elaborado num período de experimentação e consulta entre os membros da Companhia. Esse período se estendeu desde o início das atividades educativas até quando foi definitivamente publicado em 1599 e tido como norma única na educação Jesuítica. Por se tratar de um Plano pedagógico, o assinalaremos sempre no masculino. Há autores que o escrevem no feminino, como Franca (1935), por entendê-lo como Programa ou Razão dos estudos.

Em seguida um outro bloco será destinado a caracterizar o movimento de Inácio de Loyola. Temos hoje uma imagem um tanto estereotipada de Inácio de Loyola, por isso consideramos a necessidade de entendê-lo como uma personagem de seu tempo, um jovem basco, filho de uma família de pequenos agricultores, envolto às contradições de sua realidade cultural e histórica. Irmão de outros três padres, que viviam uma vida moralmente duvidosa. Isso levou o jovem Inácio a uma profunda condenação moral da vida devassa de muitos para aquela época. Ele vai a Paris e lá faz o curso de Artes, estudando com jovens de outras nações, em 1534, num esforço moralizante e no ímpeto de querer mudar o mundo, funda, como era comum naquela época, uma confraria, uma ordem de irmãos, onde havia só um padre (Pedro Fabro); os demais eram leigos. Mas todos comungam de um mesmo ideal, a partir da mentalidade comum e propositiva de visar restaurar a moralidade, a disciplina intelectual, a organização acadêmica, a formação ética, num ideal evidentemente altruísta para aquele momento. Evidentemente, nesse nível, haveremos de conceber, já no final do item, que esse ideal por algum tempo perdurou e depois ele vai sendo abandonado pela dinâmica da própria Companhia articulada aos interesses políticos da Igreja e dos Reinos e coroas a que serviu e finalmente frente à própria dissolução produzida pela pura realidade do capital, em suas materializações históricas contraditórias.

O terceiro eixo buscará a caracterização do capitalismo emergente, em seus desdobramentos, no contexto dos séculos XVI e XVII, momento que caracteriza a ação institucional dos jesuítas, objeto desse estudo. Temos como marcos históricos o fim das grandes navegações e das grandes descobertas, da América de 1492, do Brasil em 1500 e depois 1530, a crise das especiarias, o avanço do islamismo na Europa e no Norte da África e o comércio das especiarias e o caminho para se chegar até as Índias. A crise das especiarias fez com que as coroas portuguesa e espanhola lançassem mão da colonização agrária, para continuar singrando os mares, aferindo lucros, impulsionando o processo de colonização mercantilista, caracterizado pela exploração dos recursos naturais, busca de insumos, manejo da balança comercial favorável, uso da mão de obra escrava, a prática da monocultura e o foco no latifúndio.

O mercantilismo português foi responsável pela expansão ultramarina, diante da necessidade de encontrar novos espaços para sobreviver, novos meios de enriquecimento, conforme acentua Huberman (1969), ao afirmar que: “As colônias existiam apenas para ajudar a metrópole em sua luta pela riqueza e pelo poderio nacional”.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> HUBERMAN, 1969, p. 140.

Ainda, no primeiro capítulo, pretendemos aglutinar todas as demais informações, caracterizando as articulações entre o movimento do capitalismo e da Coroa Portuguesa, com o movimento de Igreja e os movimentos de Inácio, ao que chamamos de “A Empreitada Mercantil Salvacionista”.

Enfocaremos como se articulavam esses interesses, considerando as intenções de Portugal, ávido por terras, a Igreja necessitada de novos mercados religiosos e os Jesuítas, imbuídos de um espírito missionário universalista. A juventude, o entusiasmo de um jovem de 19 anos, como José de Anchieta, frente a um mundo que se avizinhava novo. Procuraremos evidenciar a articulação de interesses não previamente definidos como “bons ou maus”, mas como alvissareiros e cheios de potencialidades, pois se trata de uma articulação histórica.

No segundo capítulo, temos a intenção de caracterizar a ação missionária e pedagógica dos Jesuítas no período de 1549-1599, como uma expressão de “experimentação”<sup>5</sup>, sendo o capítulo dividido em três eixos.

Na primeira parte trataremos do período “heroico” (1549-1599), buscando justificar a fonte historiográfica dessa expressão, baseando-nos em Mattos<sup>6</sup> (1958) e Saviani<sup>7</sup> (2007), considerando os argumentos do autor, para denominar o período de “pedagogia brasílica”<sup>8</sup>. Ainda, neste ambiente, retomaremos o marco de Serafim Leite (1949), que retrata “ufanisticamente” esse período, atendendo-nos ainda às ponderações de Fernando Azevedo (1976). Buscaremos contrapor esses cenários interpretativos.

Para embasar nossas afirmações, partiremos da conceituação de cultura derivada da leitura criteriosa de Alfredo Bosi (1992) considerando suas afirmações sobre a importância de José de Anchieta, situado como primeiro intelectual militante do Brasil. Nesta caracterização cultural e histórica daremos atenção à trajetória intelectual, pessoal, política e institucional de José de

---

<sup>5</sup> Usaremos o termo “experimentação” por entendermos que as atividades dos Jesuítas com os povos das novas terras, tanto no Brasil, como na África ou na Ásia, foi verdadeiramente uma experiência. Pois a realidade europeia era totalmente diversa. No caso do Brasil, tanto a catequização quanto à educação em geral e principalmente no ensino de filosofia se “experimentou” o projeto em formação, (mais tarde chamado de Ratio Studiorum) que só se tornou obrigatório a partir de sua promulgação em 1599.

<sup>6</sup> MATTOS, 1958, pp. 21-97.

<sup>7</sup> Saviani intitula o período entre 1549-1599 de “uma pedagogia brasílica”, pois a intenção e o projeto educativo dos Jesuítas foram aplicados diretamente aos nativos. Destaca Manoel da Nóbrega e Anchieta, com seus métodos e procedimentos adequados para a formação e instrução dos índios do Brasil. Cf. SAVIANI, 2007. pp. 33-48.

<sup>8</sup> Não é sem sentido lógico que Saviani (2007) fez desenhar na capa de sua obra “História das Idéias Pedagógicas no Brasil”, uma ilustração tendo como tema a tela de Benedito Calixto, intitulada *O poema de Anchieta*, que mostra o padre José de Anchieta escrevendo nas areias da praia de Iperoig um poema dedicado à Virgem Maria. (Adaptado da explicação na contra capa do mesmo).

Anchieta, com destaque para Manuel da Nóbrega e outros registros já disponíveis do período. Não desenvolveremos um estudo criterioso dessas trajetórias, mas buscamos o conhecimento do *estado da arte*.

Nesse item, estabelece-se a tese do capítulo, como premissa do trabalho de que os Jesuítas não vieram para as novas terras com “maquiavélicas” e perversas intenções de dominação, tal como se pretende caracterizar muitas vezes, nem vieram aqui imbuídos de um ideal sacrossanto, angelicalmente tomado como “altruístas”, para além das questões históricas; não são nem santos, nem anjos, nem bandidos, nem demônios. São homens históricos que responderam com originalidade, criatividade e decisão aos desafios do seu tempo, com as contradições que pesam sobre todas as ações humanas.

Essa dúvida deverá se expressar no seguinte eixo: é possível identificar nos textos e na ação dos Jesuítas uma encruzilhada: ou seguir as diretrizes da Companhia de Jesus rigorosamente, ou seja, as diretrizes institucionais e dogmáticas da Igreja; ou seguir as posições do Reino sobre os Jesuítas. Esse era o caminho, por assim dizer, mais fácil e legalizado. O outro eixo ou encruzilhada circunscreve-se nas possibilidades de adaptar-se e compadecer-se da realidade do índio, admirar-se com sua pureza e nova forma de humanidade, compreender as suas contradições culturais, ou, ao mesmo tempo, condenar as suas práticas, como muitos dos próprios Jesuítas fizeram. Senhorear, controlar ou admirar e defender a íncola indígena.

Ao mesmo tempo, compadecer-se da situação dos colonos pobres portugueses ou “Mosambo<sup>9</sup>” que para cá vinham e não tinham possibilidades de retorno, sendo tratados como degredados. Registraremos também a insensibilidade da Companhia de Jesus, por razões atávicas, para com a causa do negro<sup>10</sup>, uma realidade nova que passou a existir desde 1559. Mas eles foram deixados de lado no procedimento educativo.

Pretendemos, no capítulo, tratar dos cinquenta anos de “experimentação” pedagógica e educacional, partindo do pressuposto de que significaram momentos de dedicação e inventividade da Companhia. Consideraremos as condições objetivas do período: milhares de quilômetros trilhados a pé ou em lombos de burros, intensa campanha de “missionarização”, rica

---

<sup>9</sup> Termo usado para designar o Português pobre que vinha para o Brasil e apresentava um semblante triste. Conceito de abandono, desolado. Expressão de uma pessoa que apresenta um aspecto pouco agradável aos olhos dos outros. Pouco cuidada. Adaptado do Aurélio, Dicionário da Língua portuguesa.

<sup>10</sup> A atividade chamada “tráfico negreiro” foi oficialmente permitida pela Metrópole a partir de 1559 e perdurou por muito tempo, até que em 1888, após progressiva luta, foi oficialmente assinada a Lei da libertação dos escravos. Mas na realidade ela já existia antes com os colonizadores que exploravam o comércio de madeira no início daquele século.

produção de recursos didáticos, o aprendizado do tupi, a compreensão geográfica, as primeiras embarcações, construções precárias das feitorias e a criação dos colégios<sup>11</sup>, com a inventividade e a característica dos Jesuítas, que nos interessa apreciar criticamente: a de tudo registrar, a de tudo escrever, a de tudo colocar como memória, diferente de outras ordens religiosas contemporâneas e até mesmo anteriores no Brasil, como é o caso dos Franciscanos e mais tarde dos Carmelitas e os próprios Dominicanos.

O colégio da Bahia (1553), o de São Paulo (1554) e o do Rio de Janeiro (1558), entre outros, são os primeiros instrumentos formais de implementação do que hoje entendemos por pedagogia jesuítica, nascida da aplicação estreita e rigorosa do *Ratio Studiorum*. Essa pedagogia constitui-se de um conjunto de regras disciplinares, organizada nesses 50 anos de “experimentação” histórico pedagógica.

Nesse capítulo, buscaremos caracterizar o período histórico, descrevendo as contradições da ação dos Jesuítas, apontando a dúvida entre a prescrição europeia e a sincrese, o sincretismo com a causa do índio e desse modo pensamos em ter resgatado no recorte o caráter histórico do estudo e o caráter filosófico da análise, a ser amiúde organizado em diferentes etapas e conceituações.

Os primeiros estudos filosóficos no Brasil, neste capítulo, destacando que o terceiro item deverá ser o elemento original de destaque da tese: as contradições e potencialidades da formação do *Agente Religioso* no Brasil. Destacaremos nesse particular a carta de 1568, que continha solicitações em torno de professores de filosofia e de teologia, e em decorrência disso, o primeiro curso de Filosofia foi iniciado no ano de 1572. Tencionamos estudar os seus princípios e disposições curriculares, analisando suas premissas, sua urdidura ou ilações internas e suas derivações na formação do *Agente Religioso*.

Ainda nesse capítulo enfocaremos o período subsequente, de 1599 a 1759, período de ação nos Colégios, descrevendo-o em tópicos sumários, indicando os marcos historiográficos, embora acentuando não ser este o objeto central de nossa investigação. Outros estudos poderão completar uma visão mais totalizante deste período, que pensamos poderiam complementar essa análise. Destacamos nessa trajetória a obra didático-filosófica de Padre Antonio Vieira apontando suas principais características, que deu continuidade ao ensino de filosofia e sobre a arte de

---

<sup>11</sup> *Colégio* é hoje um nome pomposo, mas na época era um arremedo de casas feitas de pau-a-pique, que ajuntava de 8 a 15 pessoas ou crianças, tratava-se de um aldeamento precário com finalidade proselitista e educacional.

filosofar nas reflexões de seus sermões e na prática persuasiva de sua retórica utilizada nos ensinamentos evangelizadores, em harmonia com os ensinamentos dos colégios e afetos à política colonial metropolitana.

No terceiro capítulo, tratamos de elaborar uma análise decorrente das leituras e estudos realizados por Bittar e Ferreira Jr. (2005), Bosi 2005; Saviani (2007) e Mattos (1958) sobre a filosofia da pedagogia Jesuíta no Brasil, no período “heroico”, voltada para a formação do Agente Religioso. Uma leitura crítica da ação dos Jesuítas, apresentada desde os itens anteriores, nos auxiliará a compor uma análise histórica da organização dos primeiros estudos filosóficos tentando demonstrar alguns desses aspectos: Em alguns textos e estudos há indicações que apontam ser a filosofia ou a pedagogia jesuíta uma mera reprodução das matrizes européias, um banal e ressonante “ventriloquismo” pedagógico ou ideológico; mas não somente essa caracterização, em outros textos há possibilidades de reconhecimento de que tinham originais adaptações didáticas, pioneiras lições propedêuticas e se traduziam em diferenças exemplares de Portugal (Coimbra, Lisboa). Pretendemos esboçar uma análise original de como compreender e caracterizar as contradições da ação pedagógica do ensino de filosofia para o *agente religioso* da Companhia de Jesus no Brasil.

Restam-nos, ainda, alguns questionamentos, que tratam de nossas intenções como pesquisadores: Que motivações poderiam sustentar a presente pesquisa? Quais seriam as potenciais extensões de uma motivação meramente subjetiva para se transformar num problema teórico com possibilidades de entendimento de questões postas pela realidade da educação e da pesquisa no campo temático atual?

Em primeiro lugar, todo o homem é levado a perguntar sobre suas próprias estruturas, não é à toa a afirmação sartreana - “*Todo o homem deve conhecer o que fizeram de si, para depois decidir o que ele vai fazer com o que fizeram de si*”.<sup>12</sup> Então a nossa principal motivação é a de compreender a trajetória da Instituição Religiosa, buscando identificar que motivos e inspirações deliberaram a escolha de certas plataformas formativas, certas concepções filosóficas, certas diretrizes pastorais. Esta motivação justificaria a explicação da nossa própria trajetória formativa filosófica.

Em segundo lugar, pensamos que pelas razões coloniais, a Igreja sempre esteve atrelada ao processo colonizador, ao Estado no império do Padroado. Sempre presente nas disposições e

---

<sup>12</sup> SARTRE, 1961. *Crítica da Razão Dialética*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p 41.

lutas educacionais em quase toda a História do Brasil. Apesar desse atrelamento estrutural, a Igreja, através de seus múltiplos representantes, esboçou diferentes posturas, nos contextos da educação e da política. Usamos esses eixos para defender que há diferentes disposições da Igreja nessas lutas. Basta observar na história do Brasil, o Regente Padre Diogo Antonio Feijó e de outro lado observar ainda o Frei Caneca arcabuzado em 1827, no estado de Pernambuco. Temos como importantes as contribuições de Frei Caneca, liberal avançado e de Diogo Feijó, conservador no poder ou dos padres, que como agentes sempre tiveram uma atuação “aqui ou acolá” na tradição cultural escolar e política do Brasil, no marco das disposições e contradições da tradição católica no país. Desse modo, estudar a formação do *Agente Religioso* significa buscar entender que matrizes proporcionam que se tenha, ao mesmo tempo, práticas como a de Diogo Antonio Feijó e de Frei Caneca; de Antonio Vieira e ao mesmo tempo, toda uma luta político-ideológico de Frei Beto, Frei Tito ao mesmo tempo, a estrutura como do liberalismo de Araújo Lima e do Regente Feijó, que foram *Agentes Religiosos* naquele momento histórico. Julgamos que o papel da Igreja e a formação filosófica do *Agente Religioso* estiveram colados à história política e cultural do Brasil. E, essa contraposição política e institucional permanece como desafio para a realidade de nossa atuação até os nossos dias, em vista da base econômica e política da sociedade que se engendrou sob essas contradições.

Estudar a sua formação filosófica significa buscar, projetar possibilidades para o entendimento do pensamento político e cultural brasileiro. Pensamos ainda, que durante muito tempo, a filosofia no Brasil foi lecionada nas escolas, a partir das matrizes dos seminários, pois era a Igreja que detinha os manuais, a bibliografia básica e quase sempre a técnica e didática de ensino, trazida pelos Jesuítas. A visão formal da filosofia e história, a defesa, os argumentos tem sido hegemônicos, considerando que nos últimos anos percebemos que a maior parte dos professores de filosofia é egressa de seminários. Aqueles que apesar de terem passado por uma formação religiosa não lograram terminá-la e adequar-se à Igreja na função de *Agente Religioso*, continuaram atuando nas escolas públicas e particulares, como professores, pautando-se na formação que receberam nos cursos de seminários. Somente esses elementos já justificariam tal investigação, pois se percebe que institucional ou socialmente, a formação filosófica, apresentada pela confissão religiosa em questão, sempre influenciou as tradições culturais do Brasil, quer de maneira conservadora, quer de maneira progressista.

Nossas hipóteses iniciais consolidam-se sobre a questão problema: Teria a filosofia confessional católica definido uma matriz filosófica no Brasil de natureza conservadora, eurocêntrica? Teria o ensino de Filosofia de tradição católica, negado o acesso às filosofias modernas e a possibilidade de ter havido no Brasil, uma pesquisa ou tradição sobre as grandes teorias ou ideias modernas burguesas? Por que somos avessos ao racionalismo cartesiano? Por que não houve no Brasil ressonância da teoria de Francis Bacon? Por que não compreendemos aqui as teses civis de John Locke ou Rousseau? Por que atrasamos tanto a assimilação do iluminismo Francês? O que justificaria a nossa distância dos centros difusores da filosofia moderna seria a forma conservadora, engessadora e apologética da tradição filosófica clerical, eclesial? Se essa hipótese se consolidar, teremos que ao menos reconhecer sua força política, capaz de assegurar todo um movimento de ideias.

Buscaremos, nas Considerações Finais, delimitar uma herança histórica e reconhecer a força de uma tendência política na organização do ensino de filosofia no Brasil. Mas, para além de todo determinismo, buscaremos desenvolver possibilidades de superação dessa condição histórica e institucional da Filosofia, como *ancilla theologiae*, de modo a guardar a devida proporção da força de sua genética histórica e política, mas reconhecer a potencialidade crítica e emancipatória dessa disposição.

Partimos da análise destas três hipóteses que delinearão a trajetória de nosso trabalho: a presença de uma tradição filosófica; o caráter do seu debate na educação e a possibilidade de diferentes atuações dos *Agentes Religiosos*, como já apontamos anteriormente, de modo a superar a identidade matricial de servilismo institucional posta à Filosofia.

Pretendemos, ao final dessa pesquisa, considerar que o resgate dos marcos institucionais, das diretrizes teóricas e da formação filosófica do Agente Religioso possam encetar um debate profundo sobre as necessidades educacionais no país, acerca das diretrizes de uma nova perspectiva para a filosofia e de como revigorar uma filosofia que é clássica, sem engessá-la numa visão conservadora. Nossa reflexão parte da necessidade de que a filosofia recupere sua universalidade ética, crítica e política numa sociedade que busca sua emancipação.

Com estas intenções, nossa pesquisa buscará proposições analíticas históricas e possibilidades institucionais de superação, a partir da necessidade de responder à questão central que hoje nos motiva, a saber: O ensino da filosofia católica, oferecida aos *Agentes Religiosos* brasileiros, possibilita uma formação para uma ação emancipadora na sociedade de hoje? Trata-se

de buscar reconstituir os liames contraditórios da ação jesuíta no Brasil, de modo a explicitar tanto os elementos e proposituras que determinavam sua função ideológica no processo colonizador quanto sua original forma de entender as novas gentes, os desafios da educação e da filosofia nas terras novas e nos horizontes distantes da Europa.

E, por fim, um aspecto final que pautou nossa escolha nessa investigação é a constatação de que esta problemática dos primórdios do ensino de filosofia no Brasil Colônia é ainda pouco explorado pelas pesquisas historiográficas em educação. A filosofia da educação e a história da filosofia no Brasil, em suas intersecções institucionais e históricas poderão ser aquilatadas com o resgate da identidade “heroica” da filosofia na tradição educacional jesuíta e sua ambígua ou contraditória diversidade. A superação dessa condição epistemológica e política expressar-se-á na dialética da história e da própria dinâmica da realidade.

## **CAPITULO I - A NOVA IDENTIDADE DA IGREJA A PARTIR DO CONCÍLIO DE TRENTO E A NECESSIDADE DE NOVOS MODELOS DE FORMAÇÃO PARA O AGENTE RELIGIOSO.**

Como já definimos na introdução, este trabalho concentra-se no estudo historiográfico do ensino de filosofia na formação do Agente Religioso no Brasil, e visa compreender, sobretudo, o seu início, ou seja, como o ensino de filosofia foi introduzido e teve seus primeiros passos no alvorecer da formação do Brasil, no período colonial.

Entendemos que para estudar o início do ensino de filosofia no Brasil colonial para os Agentes Religiosos, de forma completa e acadêmica, é necessário, em primeiro lugar conhecer as principais orientações e desdobramentos da ação da Igreja Católica, que naquela época, começava a ser depurado pela Reforma Protestante, movimento histórico e igualmente confessional que provocou a necessidade de rever não só as doutrinas ensinadas, mas, sobretudo a necessidade de formação para os que faziam parte de seus quadros, e como era repassada esta formação.

Qualquer tentativa de análise da formação dos Agentes Religiosos, no sentido de análise do seu significado, enquanto fenômeno de real importância nos passos iniciais da formação da terra “*Brasilis*” passa, sem dúvida, pela dedicação em compreender suas raízes. Assim, como podemos ver nas palavras de M. Bloch (1976), que nos diz que é difícil “imaginar uma vivência, seja ela qual for, que se possa abstrair do tempo”<sup>13</sup>. Contudo, para muitas daquelas que, por convenção, ainda o fragmentam em partes artificialmente homogêneas, o tempo não é mais do que uma medida. Sendo uma realidade viva e concreta volvida para a irreversibilidade do seu

---

<sup>13</sup> BLOCH, M. **Introdução à história**. Men Martins. Publicações Europa-América, 1976.

impulso, o tempo da história é afinal o próprio *plasma* em que banham os fenômenos, é como que o lugar da sua única e verdadeira inteligibilidade.

Pois acreditamos que seja necessária essa inteligibilidade para a busca sistemática de compreensão dos fenômenos que analisamos. Nesta busca, procuramos chegar até seu entendimento a partir de respostas a questões tão simples como, por exemplo: quando surgiu a preocupação com a formação filosófica do Agente Religioso, em geral e no Brasil? Certamente decorrente deste questionamento devemos investigar essa preocupação já desde o nascimento da Igreja, com recuos que cheguem ao núcleo originário do movimento de Jesus<sup>14</sup>, e depois com seus seguidores imediatos, que na tradição eclesial considera ser o tempo dos Apóstolos<sup>15</sup>. Foi a partir deste marco inicial que muitos outros interpretaram historicamente a iniciativa de Jesus e a continuidade dos Apóstolos para manter o imperativo de tornar todos os povos seguidores de Jesus, conforme podemos ler em Mateus<sup>16</sup>, um dos primordiais referenciais para a expansão da cosmovisão cristã ocidental.

Mas o que mais nos questiona e desperta é a ânsia de procurar saber quais eram os referenciais, os métodos, as formas de apresentação da filosofia para o *Agente Religioso* no período heroico<sup>17</sup>? Como é que se ensinava filosofia para o *clérigo* que se apresentava com alguma disposição para trabalhar na obra efetivada pela Companhia de Jesus nos seus primeiros cinquenta anos de atuação no Brasil? Para nós interessa, sobremaneira, que tipo de filosofia se ensinava, quais eram os seus pressupostos, quais eram seus conceitos basilares, quais eram os seus dispositivos curriculares? Será que era uma filosofia original? Quais as características e qual o perfil que se buscava inculcar na formação filosófica do Agente Religioso?

Enfim, entendemos que as tentativas em responder estas questões nos conduzem para uma visão mais ampla e supera a perspectiva do tempo e do espaço para a compreensão, o mais próximo possível do que realmente aconteceu. Valemos-nos, aqui, dos dizeres de F. Blaudel

---

<sup>14</sup> JESUS de NAZARÉ, conforme a doutrina Cristã, é o Filho de Deus feito homem, que nasceu de Maria e que foi enviado por Deus Pai ao mundo para a salvação dos homens. Trata-se de uma afirmação *querigmática* que marca a novidade da doutrina cristã, no corolário das grandes religiões universais. De agora em diante, no decorrer deste texto chamarei apenas de Jesus.

<sup>15</sup> Foram chamados de APÓSTOLOS os doze homens escolhidos por Jesus para iniciar os preparativos de ensinamento e divulgação das orientações do Reino de Deus, ou seja, o anúncio de Salvação. São eles: Simão Pedro, André, Tiago, João, Filipe, Bartolomeu, Mateus, Tomé, Tiago, Simão Zelota, Judas filho de Tiago e Judas Iscariotes aquele se tornou o taidor. Cf. Bíblia de Jerusalém Evangelho de São Lucas Capítulo 6 versículos de 12 a 16 (LC 6, 12-16).

<sup>16</sup> Cf. Bíblia de Jerusalém, (Lc 9, 1-6) A missão dos discípulos.

<sup>17</sup> Entendemos por PERÍODO HEROICO o período determinado por Saviani entre 1549 e 1599, um tanto diferente de Mattos que o caracteriza entre 1549 e 1570.

(1997) que afirma o seguinte em referência aos tempos, “tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que não são apenas a substância do passado, mas o estofa da vida social atual<sup>18</sup>”.

A partir dessa visão buscamos no passado da história geral e da Igreja e da Companhia de Jesus na tentativa de encontrar elementos para a consecução de nossos objetivos iniciais proclamados.

Também entendemos que é preciso ter presente, que no final do século XV e início do século XVI, final da Idade Média, é que o Brasil começa a ser explorado e povoado, pelos povos que aqui chegavam neste tempo em que o pensamento cristão, baseado na teoria católica da crença ou doutrina, de que um só Deus e Senhor de todo o universo orientava a vida humana e, principalmente a dos portugueses, que se autodenominavam herdeiros da crença mediadora da Igreja Católica como representantes e intérpretes da vontade de Deus. É nesse ambiente que se realiza a “colonização<sup>19</sup>”.

A religiosidade norteava grande parte do imaginário social e simbólico das pessoas e sociedades daquela época. Assim, por exemplo, em cada expedição havia certo número de religiosos que acompanhavam os navegadores, quer para novas conquistas, quer para exploração e povoação sempre com o objetivo de fortalecer e ampliar a fé católica, de acordo com as intrínsecas relações estabelecidas entre a expansão mercantilista e os ideais católicos e suas disposições missionárias.

É necessário entender, primeiramente, o nascimento de Portugal, em meio aos impulsos do feudalismo, para entender a ânsia de novas conquistas do além mar. Movimentos de valorização do homem através das artes e da literatura, os movimentos religiosos, a Reforma Protestante, a Contra Reforma, o Concílio de Trento condenando o protestantismo e reafirmando a doutrina católica, reativação da Inquisição, seleção do *Index* de livros proibidos, o estabelecimento da Companhia de Jesus. É nesse clima que o Brasil recebe os primeiros impulsos educacionais. E aí se dá o impacto que sofre o índio ao ter contato com o branco, com a catequese e o ensino, seja do colonizador ou do religioso.

Portugal, Espanha, Itália e Holanda são países chamados de navegadores. Com predominância de Portugal pela sua posição geográfica e pelos mecanismos políticos e

---

<sup>18</sup> BLAUDEL, FERNAND. *Ecrits sur l’histoire*. Paris, Champs-Flammarion, 1984.

<sup>19</sup> O período de colonização no Brasil refere-se ao tempo histórico de 1500 a 1882.

institucionais de pioneirismo, Escola de Sagres, Reino constituído, experiência marítima, e a Espanha com que semelhante atuação depois da sua unificação, produzida por Fernando e Isabel. Itália e Holanda, apesar de grandes navegadores não tem a mesma envergadura desses dois primeiros países.

Como uma decorrência natural da necessidade de lucros, o mercantilismo português provoca a expansão ultramarina, pois seu espaço no continente ibérico já não dava mais condições de expansão. Então Portugal navegou atrás de colônias. Serve nesse sentido a afirmação de Huberman (1969), pois foi o que aconteceu com Portugal em relação ao Brasil. Ele diz: “foi pelo comércio que o Estado tornou-se grande, e conseguiu sua cota na expansão dos negócios, o mercantilismo era o regime dos mercadores”<sup>20</sup> Assim entendemos que a colonização tornou-se uma verdadeira exploração, pois, também concordamos como sustenta o mesmo autor:

Os mercantilistas acreditavam que, no comércio o prejuízo de um país era o lucro de outro – isto é, um país só podia aumentar seu comércio a expensas do outro. Não consideravam o comércio como algo que proporciona benefício mútuo.”<sup>21</sup>

A formação dos quadros eclesiais sempre foi um problema estrutural para as instituições religiosas. Como conseguir repassar as principais conquistas doutrinárias? Como conseguir formar, mais ou menos homogeneamente os seus Agentes Religiosos tanto na apropriação doutrinária, das teses referenciais, quanto à disposição comportamental, do discurso e da linguagem? Isso foi sempre uma questão importante para todas as “agências” religiosas confessionais. Formar os quadros sempre foi um elemento estrutural de reprodução das próprias instituições. Toda instituição necessariamente tem que formar seus quadros. Todavia se a presente pesquisa fosse um trabalho somente sobre a formação eclesial, ela talvez pudesse ser desenvolvida em “*interna corporis*” dentro da própria Igreja. Seria muito mais uma atitude endógena, tendo em vista então a formação para uma devida religião, no caso a católica. Buscamos superar essa motivação.

O objeto do presente estudo consiste em investigar a formação filosófica do Agente Religioso de tradição católica no Brasil. Ele tem uma interface: como a Igreja tratou a filosofia para formar os seus Agentes? Como se constitui a visão ou concepção de filosofia, na tradição católica brasileira? Quando se articula essa formação eclesial católica com a tradição filosófica cultural no Brasil, o problema desta investigação deixa de ser uma questão endógena da Igreja

---

<sup>20</sup> Huberman, Léo, (1969), p. 141.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.141.

Católica e passa a ser uma questão histórica, educacional, social e política. Porque a filosofia apresentada nos seminários formou, amplamente, uma base de influência ideológica na qualificação dos quadros intelectuais da tradição brasileira, dos oradores, das principais instituições educacionais, pela hegemonia que tiveram os grupos religiosos na educação brasileira. A Companhia de Jesus foi a Instituição responsável pelo início do mais amplo e o mais formal trabalho intelectual na colônia durante os dois primeiros séculos da colonização e tiveram um monopólio por 210 anos e uma presença constante, desde a primeira hora da colonização brasileira até nossos dias, quando a Igreja ainda ocupa posição relevante no cenário da Educação escolar brasileira.

A nossa preocupação basilar é com a formação filosófica do *Agente Religioso*. Quais foram as matrizes e formas iniciais do ensino de filosofia na colônia? Como se produziram os conteúdos, as estruturas didáticas, os instrumentos pedagógicos de ensino de filosofia nos locais de formação? E qual a sua relação com a tradição cultural escolar brasileira? Este é o fulcro de nosso trabalho. Como se trata de um trabalho histórico-filosófico, para definir esta disposição eclesial, nós teremos que justificar esse itinerário perfazendo um quadro histórico da presença da Igreja na educação no Brasil, desde os primórdios da sua existência como local “descoberto”<sup>22</sup>, no primeiro século da colonização, em especial na sua segunda metade.

Entendemos que no que chamamos marco institucional da matriz *salvacionista* encontraremos elementos que nos ajudarão compreender a trajetória da formação do *Agente Religioso* que nas contradições e afirmações desencadeadas pelos movimentos reformatórios, quer sejam de uma forma endógena, ou quer sejam de fora da Igreja católica, tiveram consequências universais. Para tal, é necessário um aprofundado estudo do contexto da época e seus antecedentes. A crise da universalidade afirmada pela Igreja e o surgimento do sentimento nacionalista dos países em questão. A própria necessidade da Igreja de se atualizar e combater os abusos e excessos correntes no seu próprio interior. As diferenças entre o clero, de formação intelectual, da situação econômica atrelados ao estado. Enfim, a visão geral da passagem da Idade Média para a Moderna, a Queda do Império Romano do Oriente, as novas descobertas, entre elas a América Portuguesa, nos dará alguns elementos importantes para a construção e efetivação de nossas reflexões.

---

<sup>22</sup> O *descobrimento ou a conquista* do Brasil foi fixado em 22 de abril de 1500. Trata-se da tomada de posse das terras lusitanas definidas a partir do Tratado de Tordesilhas em 1494.

Neste capítulo inicial, pretendemos apresentar três grandes movimentos que circunscrevem o universo político e econômico, as disposições institucionais da Ordem da Companhia de Jesus, e a própria estratégia da Igreja para se reestruturar neste mundo de transformação. Pretendemos, nesse capítulo, mostrar a relação entre a expansão mercantilista europeia, a crítica histórica política produzida pela Reforma Protestante, pelo avanço do projeto burguês e o reordenamento da Igreja Católica diante destes fenômenos políticos, econômicos e ideológicos. O Concílio de Trento e a Companhia de Jesus são resultantes destes deslocamentos e movimentos articulados entre si.

O capítulo se dividirá em três partes: primeiro trataremos o movimento do capital nas disposições do mercantilismo; a segunda parte será dedicada ao movimento da Igreja, em resposta às circunstâncias da época; o terceiro movimento da própria Companhia de Jesus, que nasceu no interior da Igreja. Assim, pensamos que a análise desses três movimentos expressarão a nossa intenção de dialogar com o interlocutor das intrínsecas relações que há entre o processo econômico social, processo eclesial e processo da ação missionária e educativa dos Jesuítas, vivenciadas neste período entre 1549 e 1599.

## **1 - O MOVIMENTO DO MERCANTILISMO: contexto econômico e social.**

Como já anunciamos anteriormente, buscaremos caracterizar as principais ações e deslocamentos históricos, com suas respectivas motivações políticas e econômicas, que retratam a dinâmica dos séculos XVI e seguintes, quando o desenvolvimento das forças produtivas de superação da Idade Média assinala a necessidade de novos horizontes para as novas relações de poder e dominação determinadas pela emergência da burguesia europeia.

### **1.1 O CAPITALISMO EMERGENTE DO SÉCULO XVI E XVII.**

Neste primeiro esforço de reconstituir a dinâmica do movimento do mercantilismo, eixo fundamental econômico e político da necessidade de novas conquistas, queremos caracterizar o capitalismo emergente naquela conjuntura que na verdade interage no processo de formação do Agente Religioso. No esforço de evangelizar proposto pelos Jesuítas, consequência das grandes navegações que, tendo encontrado novas terras, faz-se mister, garantir a posse e conservá-la

dentro dos padrões mínimos de cultura e de fé, pois se trata das conquistas portuguesas, homens atrelados ao poder da Igreja, com ânsias de conquistas. Para entender o espírito dinâmico do Português como entusiasta por novas conquistas e descobertas precisamos voltar um pouquinho no tempo e contar com os ensinamentos da História geral que nos conta da formação do Império Português e sua necessidade de expansão ultramarina.

Sendo a Europa invadida pelos Árabes, o processo dentro de reconquista originou o nascimento de pequenos reinos que iam aumentando conforme andavam as conquistas. Primeiro se formaram o Reino das Astúrias, Afonso III, divididos em Leão e Castela, e mais tarde Navarra, Aragão e Galiza. Em 1139, D. Afonso Henriques, após vitória na batalha de Ourique contra os Mouros, auto proclama-se Rei de Portugal, estabelecendo a dinastia de Borgonha, como o único soberano do condado Portucalense. Em 1143, consegue a independência de Portugal. Em 1179, o Papa Alexandre III, por meio do documento Pontifício a Bula “*Manifestis Probatum*”, reconhece a independência de Portugal e o qualifica como país vassalo da Igreja. Daí em diante, a conquista do mar garantiu e selou a independência portuguesa. Sem dúvida, o processo de expansão ultramarina portuguesa iniciada no século XV provocou uma profunda transformação no cenário da História universal. Águas até então intransponíveis, agora é o caminho para a inteiração política, cultural, econômica e religiosa para os povos achados e colonizados.

O aperfeiçoamento das técnicas da navegação, dos aparelhos auxiliares (bússola, astrolábio, quadrante, balestilha e o sextante)<sup>23</sup> e o aprimoramento da cartografia foram uns dos elementos que impuseram a Portugal o pioneirismo na arte de navegar. Também a centralização política, reunindo condições financeiras para a preparação técnica e devido financiamento do grande empreendimento que na verdade buscava gerar novos capitais acumulando riquezas através das conquistas. A Coroa portuguesa entendeu que devia mudar o monopólio das mercadorias orientais mantida pelo senhorio árabe-italiano. As novas ideias e as novas técnicas excitaram o espírito português ávido por novas terras e novas minas de ouro e prata, a fim de superar a crise em que se mergulhara no século anterior. E, ainda, o desejo de expandir a fé. Todos esses motivos, aliados à posição geografia favorável, com seu criativo e entusiasta desejo de novas conquistas fez do Reino português o pioneiro das navegações e da expansão ultramarina. A escola de Sagres, centro de estudos náuticos contribuiu decisivamente pelo êxito positivo dos esforços portugueses.

---

<sup>23</sup> Estes instrumentos eram usados como auxílio na “arte da navegação.”

Com toda essa aparelhagem e disposição, Portugal foi a primeira nação e, sem dúvida, a que mais se destacou e empreendeu nas causas das grandes navegações. Certamente entendeu que estava se gerando uma nova revolução comercial e era preciso explorar novos campos, novas formas de se preservar a riqueza e aumentar o capital. Como o Rei tinha os governados subjugados ao seu comando, até mesmo com a ajuda da Igreja que lhe era fiel, um tanto por convicção outra pela manutenção financeira que recebia para sua própria sustentação educativa que se realizava nas colônias e nesse caso específico do Brasil. O acordo do Padroado<sup>24</sup> atrelava, sobremaneira, o Agente Religioso, aos mandos e desmandos da Coroa portuguesa. Isso ocasionou que nem sempre a vontade da instituição que pregava os valores salvacionistas de conteúdo bíblico e sagrado coincidissem com a vontade do soberano ávido por novas terras, novas conquistas e novas riquezas. Mesmo que para tal, às vezes, se justificava o trabalho forçado e escravo. Com as grandes navegações, deu-se ainda a interligação do mundo então conhecido e a malha de comércio aumentou e gerou novas necessidades estabelecendo, aos poucos, o fenômeno até hoje insuperado, ao que chamamos de *capitalismo*<sup>25</sup>. Que se tornou perverso e alienante nas formas que se mantém de dominação e exploração do mais fraco e mais pobre.

Também a Espanha, por meio dos Reis católicos Fernando e Isabel, financiou empreendimentos de expansão marítima. Foi assim que Cristóvão Colombo, em nome da bandeira espanhola, aportou em 1492, nas Antilhas, chegando a Cuba, Salvador e Santo Domingo, pensando ter chegado ao Japão. Dá-se então o descobrimento da América. Com a participação da Espanha também na expansão ultramarina gera uma situação polêmica sobre a posse e a primazia das descobertas americanas. Quando então interfere a Igreja através do Papa Alexandre VI (1493) que com o documento Pontifício a Bula “*Inter Cohetera*” determinando que as terras orientais em relação à linha que dividia a América do sul, a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde, seriam de Portugal, e as que se situavam ao ocidente seriam da Espanha. Devido à

---

<sup>24</sup> Padroado consistia em um tratado entre a Igreja Católica e os Reinos, sobretudo Portugal e Espanha. A Igreja delegava aos reis a administração da Igreja em seus domínios. O rei mandava construir Igrejas, nomear os padres e os bispos. Assim a estrutura do Reino de Portugal tinha dimensão religiosa e político-administrativa. Até meados do século XVIII, o estado controlou a atividade eclesíástica no Brasil Colônia por meio do Padroado. O Estado arcava com o sustento da Igreja e impedia a entrada de outros cultos no Brasil, mas interferia e dificultava a formação dos Agentes Religiosos, nomeando quem bem entendia e satisfaziam os interesses do Estado.

<sup>25</sup> “De um ponto de vista científico, o capitalismo, como modo de produção, é caracterizado pelo domínio da instância econômica no interior da estrutura das instâncias próprias a qualquer modo de produção”. Entendemos tratar o termo em todas as suas determinações, seja no processo realizado das atividades, seja nas relações que tais atividades provocam. (Dicionário Geral das Ciências Humanas, p. 135).

negativa de Portugal, em aceitar tal proposta deu-se o Tratado de Tordesilhas<sup>26</sup>. Este acordo foi assim chamado por ter sido assinado em Tordesilhas (Espanha) aos 07 de junho de 1494 e vigorou até 1750, quando então os portugueses avançaram para as terras à oeste, desconsiderando o acordo de Tordesilhas e ai já vigorava o princípio de que a terra era de quem a ocupava.

Assim sendo, a economia portuguesa, e porque não dizer europeia, no século XVI, sofreu grandes transformações ampliando o comércio também e aumentando as riquezas através da colonização seja de produtos do extrativismo seja das produções agrícolas que mexeram com o comportamento do capital.

Foi nesse ambiente que os Jesuítas, aliados dos portugueses aportaram nas novas terras, não só na América, mas também na África, e na Ásia conforme progrediu a expansão ultramarina dos portugueses.

Temos ainda que assinalar que em meio a esse processo todo surge o que chamamos de Mercantilismo, ou seja, o estágio transitório entre o velho Feudalismo para o Capitalismo emergente que começa então a vigorar na sociedade moderna.

O Brasil sofreu diretamente as consequências do Mercantilismo através do conjunto de medidas que a Coroa portuguesa impôs ao comércio e às práticas de produção da colônia. O monopólio, o pacto colonial através do sistema escravista e do latifúndio dominando a colônia pelo sistema de Governos Gerais fez Portugal se enriquecer pela nova realidade da balança comercial favorável.

Holanda, França e Inglaterra apesar de grande envergadura e investimentos na arte da navegação, não gozaram da mesma sorte e êxito expansivo destes dois primeiros, a saber, Portugal e Espanha. Também a Itália estava integrada nessa mudança definitiva no empreendimento das grandes navegações, pois seus patrícios como Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio integraram algumas expedições portuguesas e Espanholas.

Segundo Bueno (1998) Américo Vespúcio estava interessado para descobrir a “rota das especiarias” das Índias, por isso destacou-se a serviço de Dom Manuel I de Portugal<sup>27</sup>. Já para Fontana (1994/1995) Américo Vespúcio foi agregado à Coroa portuguesa porque possuía

---

<sup>26</sup> O Tratado de Tordesilhas foi um acordo que estabelecia a divisão das terras descobertas e por descobrir entre Portugal e Espanha estabelecendo que as terras situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, eram de influência Portuguesa, ao passo que à Espanha pertenciam as terras que ficassem além dessa linha.

<sup>27</sup> BUENO, Eduardo. **Náufragos, Traficantes e Degredados: As primeiras expedições ao Brasil**. Objetiva, Rio de Janeiro, 1998. Vol. II. Coleção Terra Brasília.

conhecimento científico elevado e podia garantir o bom êxito dos interesses buscados pela manutenção e expansão das descobertas<sup>28</sup>.

Ajuntando ao lucro cuja exploração garantia segurança aos cofres da economia portuguesa, vem o desejo de garantir os bons propósitos da Igreja sua aliada, através da expansão da fé, que chamamos com a expressão de Nunes de “Empreitada Mercantil Salvacionista”<sup>29</sup>.

## 1.2 A EMPREITADA MERCANTIL SALVICIONISTA.

*Unus non sufficit orbis.* (Um mundo só não é suficiente)<sup>30</sup>.

Daquilo que já estudamos até aqui, nesta altura que nos encontramos da exposição dos resultados de nossas pesquisas, queremos refletir um pouco sobre como entender, na atual conjuntura, o espírito português que veio trazer com sua criatividade e avidez uma nova forma de cultura e de vida neste país que já tinha o seu “*modus vivendi*” de uma forma muito mais simples e primária. Tentaremos incentivar condições de entender a articulação entre esses interesses diferentes que se uniram para a tal empreitada Mercantil Salvacionista.

Como aglutinar, numa mesma época histórica, um país ávido de novas conquistas, novas terras que movia os interesses portugueses, por outro lado a presença da Igreja, por meio da Companhia de Jesus. Igreja esta que andava perdendo seus territórios e mercados religiosos. E aí temos que considerar o espírito missionário a levantar a bandeira da fé, em novas terras suas desprovidas de qualquer elemento europeu, como cultura, língua, costumes, fé. Como articular esses três marcos tão diversos: o português, a Igreja e a Companhia com os nativos?

Garantem os historiadores que essa empreitada funcionou. Os portugueses se enriqueceram, a Igreja conquistou novos fiéis, e o Jesuíta realizou seu principal objetivo da catequese por meio da ação missionária e pedagógica. E o resultado dessa ação podemos observar até os dias de hoje. Uma nação que tem o Português como língua oficial, a religião católica como majoritária e os Jesuítas em número expressivo apesar da expulsão em 1759 pela imposição da ordem de Pombal para todo o império português. Mas se olharmos para a época em questão, o

---

<sup>28</sup> FONTANA, Ricardo. **O Brasil de Américo Vespúcio**, UNB, Brasília, 1994/1995.

<sup>29</sup> NUNES, 1986, p.3.

<sup>30</sup> Frase escrita numa das velas da nau que partiu de Portugal trazendo ao Brasil o Governador Geral Tomé de Sousa e os Jesuítas para o novo mundo. Cf. BANGERT, 1972, p. 119.

século XVI, podemos analisar um espírito radical pela causa da salvação que superou os negócios das atividades mercantes e trouxe uma volumosa contribuição para a salvação do silvícola. Assim podemos dizer do Jovem José de Anchieta, que mesmo sem ser ordenado veio ao Brasil para se tratar de uma doença grave que, apesar dos cuidados da Companhia, não conseguia completa cura. Então, foi mandado para o Brasil devido aos ares mais amenos para tal inconveniente à perfeita saúde. Segundo o diagnóstico de Rodrigues (1978), que afirmou:

Sua vinda a estas partes se azou (1) desta maneira. Sucedeu cair em uma grave enfermidade, em que foi curado com a caridade e diligência que a Companhia em toda a parte costuma; mas o doente não alcançava perfeita saúde, pelo que andava muito desconsolado, cuidando que não tinha força para continuar com os ministérios da Companhia,.. Depois por conselho dos médicos, pareceu ao superior mandá-lo a esta terra de que havia fama ser mais sadia por causa dos mantimentos leves e dos ares mais benignos<sup>31</sup>. (RODRIGUES, 1978, p. 28).

Realmente ele encontrou aqui um ambiente favorável para um melhor controle da saúde, pois sempre se fala nos escritos dos Jesuítas da sua dificuldade no cavalgar, e por isso sempre caminhava a pé nas suas andanças pelas aldeias e pela costa litorânea, na tarefa de ensinar os preceitos da doutrina cristã com entusiasmo e fervor a ponto de ser declarado beato pela Igreja Contemporânea<sup>32</sup>. Foi essa matriz Mercantil Salvacionista que, além do novo das matérias espirituais de salvação, demonstrou ao nativo e ao colono português que a salvação eterna se conquista com “*ora et labora*” (oração e trabalho).

Segundo Baeta Neves (1978), foi um susto para o catolicismo a tomada de assalto de regiões do próprio Ocidente, no caso do protestantismo – eles conheciam a Palavra e a abjuraram, ao passo que os habitantes da terra além-mar não receberam a Boa Nova e precisam serem qualificados com “tais sinais de *hominidade*”. Assim a metrópole (cultura) e a colônia (natureza) se relacionam. A cristandade dá a colonização e os gentios dão à natureza. A prática mercantilista supõe um sistema internacional de trocas visando acúmulo de bens. Para tal há a necessidade de uma continuidade de relações mesmo sem interdições geográficas. Supõe também “sedes

---

<sup>31</sup> RODRIGUES, Pero. **Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, quinto provincial que foi da mesma Companhia no estado do Brasil**/ Escrita pelo Pe. Pero Rodrigues. 2ª ed. São Paulo. Ed. Loyolas, 1978. Esta marca (1), incluída no texto é a explicação de azar

<sup>32</sup> Anchieta foi beatificado por João Paulo II, aos 22 de junho de 1980, por ocasião de sua visita ao Brasil

coloniais” e “colônias” ligadas e subordinadas às metrópoles. São as trocas desiguais e são elas que proporcionam a riqueza<sup>33</sup>.

A Filosofia ainda que de forma embrionária e reprodutiva de uma tradição aristotélico – tomista deu os primeiros fundamentos para a formação do Agente Religioso na formação ou organização da Cultura e da História da Educação Brasileira. O já citado M. Bloc (1976), diz que: “A história humana é o estudo do homem em uma análise de seu tempo<sup>34</sup>”; por isso na nossa história, devemos entender a atitude do homem que colonizando nos trouxe a fé e que, à duras penas, até mesmo de morte do humano da época, seja de colonos ou de colonizados, concretizou-se na herança cultural que hoje vivemos. Como resultado de tantos reveses a vitória que esticou o tempo até hoje e podemos lutar por condições de vida melhor, num país, que apesar de livre, nem assim faz o seu povo feliz. O colonizador tentou articular as conquistas sem grandes batalhas e guerras, como normalmente acontece nas invasões e “descobertas”, mas às custas do silêncio do colonizado, que não se expressou em parte alguma, pelo menos não encontramos registros históricos pela arte escrita, mas isso não torna talvez a conquista menos honrosa, e nem por isso menos significativa.

Segundo Paiva (1982), o reconhecimento da matriz cristã medieval é a chave para a interpretação da empresa colonial no Brasil. Fé e Império, a manutenção da unidade universal, o serviço de Deus e do Império movia todo esse empreendimento na nova terra. Colonizar, catequizar para salvar a todos e não deixar o equilíbrio e a ordem serem ameaçados. Analisando “o sistema colonial mercantilista”, Paiva afirma que a nossa sociedade e, sobretudo a nossa economia se organizam, sejam nas estruturas, sejam nas atividades voltadas para a realização do comércio europeu, ora Portugal, conforme a teoria de Caio Prado Jr. em “Formação do Brasil Contemporâneo”. Assim sendo, a colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção para o enriquecimento do dominante e da Coroa do Império. Como o Índio não mostrava inclinação para seguir os princípios estruturais da cultura portuguesa, nada impedia que os mesmos fossem caçados e mantidos como escravos, pois, a dinâmica da Coroa precisava de

---

<sup>33</sup> BAETA NEVES, Luís Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural**. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1978

<sup>34</sup> BLOC, M. Introdução à história. Men Martins. Publicações Europa-América, 1976.

mão de obra barata para consecução dos seus objetivos de exploração de terra, para o enriquecimento dos explorados<sup>35</sup>.

Por fim, vimos que este movimento do capitalismo justifica e explica a necessidade de expansão ultramarina, pois era preciso conquistar novas terras, produzir metais, integrar novas formas e objetos de dominação econômica ao projeto burguês emergente na Europa. Entendemos isso como uma necessidade histórica. E como o espírito religioso da época, e, sobretudo, o sentimento Português, que estava diretamente ligado com a Igreja, vamos tentar compreender, em seguida, como se deu a ação da Igreja, como participação efetiva neste processo de colonização. Passaremos a analisar aquilo que chamamos movimento de Igreja.

## **2 - O MOVIMENTO DA IGREJA: a Reforma e a Contra-Reforma.**

Buscaremos descrever no presente item os pressupostos históricos geradores da necessidade do ensino e da formação filosófica para os Agentes Religiosos. Derivados de uma necessidade interna, os propósitos da Igreja se expandiram e ela foi buscar novos elementos para sustentar a sua missão evangelizadora.

### **2.1 Contexto dentro da Igreja.**

A Igreja fora convocada, por sua posição política nos blocos de poder, para acompanhar a colonização das novas terras. E para isso tinha que manter um quadro de Agentes Religiosos bem formados para sustentar o ideal de ação, como presença espiritual e intelectual nas novas conquistas. A falta de formação filosófica adequada ao Agente Religioso do final da Idade Média, talvez fosse o ponto mais nevrálgico de toda a decadência da Igreja na época. Daí deriva, então, a razão porque insistimos na necessidade e no valor desse tratamento que, sem sombra de dúvida, é de suma importância na missão de evangelizador e de educador do mesmo. Como nosso trabalho gira em torno da compreensão da formação filosófica do *Agente Religioso*, entendemos ser necessário definir, no início deste movimento, o que entendemos por formação. A formação como um conjunto de prescrições intelectuais, morais e religiosas, comportamentais e no caso da

---

<sup>35</sup> PAIVA, PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese: 1949-1600**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

formação do Agente Religioso, a formação é o nome de toda a transformação que se fazia com a captação de supostos vocacionados na sociedade brasileira. Colocando-os sobre um regime de inculcação ideológica, teológica nos seminários e ali transformando os quadros captados entre as populações rurais, entre os ciclos migratórios, o Agente Religioso num processo que durava aproximadamente 15 anos, seminário menor e maior. Habilitando-o, portanto, a assumir um papel proeminente de gestor dos serviços religiosos, na agência ou na instituição. Formação para nós é um conjunto de disposições intelectuais, morais, comportamentais, éticas, estéticas, variando, inclusive, a forma de falar, de pensar e de representar na sociedade.

Um sub grupo da formação que é o nosso interesse, é a formação filosófica. Ou seja, tentar descobrir como se ensinava filosofia no Brasil colônia. A primeira pergunta que se nos apresenta é como a Igreja define o papel da filosofia na formação religiosa? Sabemos da famosa afirmação “*philosophia ancilla theologiae*”<sup>36</sup>, a filosofia sempre foi vista como serva da Teologia, redundância tautológica tomista, que buscava preparar os *Agentes Religiosos* pela habilidade de raciocínio, pelas habilidades da retórica, pela compreensão cultural das mudanças, das transformações das sociedades humanas, como preparação propedêutica para a formação teológico-racional sustentada sobre os dogmas de fé. As concepções religiosas da catolicidade estão embasadas em princípios filosóficos, que foram sendo elaborados através dos tempos.

Inicialmente, encontramos a pregação de Jesus como marco inicial do surgimento de um grupo que mais tarde veio a ser chamado de Igreja de Jesus, por ser seguidores dos seus ensinamentos contidos na Bíblia Sagrada<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo algumas etapas do pensamento filosófico se misturam à concepção e filosofia do Cristianismo.

Há uma etapa inicial, chamada de Cristianismo primitivo. Esse período é caracterizado por uma heterogeneidade de concepções, século I. São os primeiros avanços da doutrina de Jesus vivida e ensinada pelos seus seguidores, de onde se originaram as primeiras comunidades cristãs.

Logo em seguida vem a *Patrística*: do século II ao século VIII, período este caracterizado pela instituição da Religião Católica como a Igreja oficial do Império Romano por Constantino, com a institucionalização do Clero, os conhecidos padres da Igreja, cujo expoente foi Santo Agostinho. Estes intelectuais chamados de “padres da Igreja” continuaram a divulgação das

---

<sup>36</sup> Filosofia é *aluna da teologia*, serva ou acólita da Teologia; afirmação que determinava a filosofia como inferior à teologia e seus ensinamentos.

<sup>37</sup> Conforme a Bíblia, Livro Sagrado, seguido pelos cristãos, nela estaria contido o resumo de todo o Cristianismo, com o mandamento do amor a Deus, sobre todas as coisas e o amor ao próximo como a si mesmo. Daí decorre o grande mandamento e as suas derivações. Cf. Bíblia de Jerusalém.

doutrinas ensinadas por Jesus e combateram, de forma apologética e segura, os desvios ocasionados por uma interpretação diferente daquela que se concebia como a ensinada pela Igreja.

Depois se fala de uma *Escolástica* – do século VIII ao século XVI. Por sua vez este período se caracteriza pela afirmação da fé e razão que podem ser conciliadas, mas a razão é sempre um meio para entender a fé: Daí a conclusão de que a razão (filosofia) é “*ancilla*” da fé (teologia). O expoente dessa época foi Tomás de Aquino. Aqui a fé é considerada superior à razão, que era considerada uma “aluna” dependente das razões que derivam da fé em Jesus e nos seus ensinamentos.

A fase seguinte pode ser chamada de Princípio Salvacionista Tridentino – que se estende do século XVI ao século XX. Caracterizado pela proposta de salvação somente dentro da Igreja, com “anátema sic” condenação para os que estivessem fora, dominado pelas idéias do Concílio de Trento (1554 – 1563). Aqui se encontram as mais relevantes afirmações da hierarquia da Igreja para a afirmação dos princípios doutrinários, principalmente diante dos ataques da Reforma Protestante, objetos de nossas investigações.

E por fim, no período contemporâneo, o Princípio Renovador que aparece e revigora-se nos séculos XX e XXI: Caracterizado pelo Concílio Vaticano II, que ao contrário de Trento, foi mais pastoral e produziu os fundamentos para uma tendência da teologia que se chamou “Teologia da Libertação”. Daí se segue então que a Igreja, regida por orientações mais pastorais do que dogmáticas, entende estar mais inserida no meio do povo, e faz uma nova prática decorrente da leitura dessa nova realidade a partir da vida dos pobres e dos excluídos.

A essa altura, devemos precisar que se trata da concepção filosófica e religiosa da *confessionalidade*<sup>38</sup> católica, enquanto que, a partir do protestantismo, surgiram tantas outras concepções filosóficas que se foram formando aos poucos.

Partimos, portanto, da concepção de que para a Igreja a filosofia é uma área do conhecimento ou um campo de visão de mundo, uma cosmovisão inferiorizada, submetida à estrutura dogmático-religiosa. Esta temática será abordada no transcorrer de toda a tese, sempre na busca de uma superação. Colocaremos na construção do texto a nossa perspectiva como

---

<sup>38</sup> No texto entendemos tratar e usar a categoria confessionalidade como um valor ou crença que uma pessoa admite vivenciar. E se expressa na relação entre teoria e prática se referindo à integração com o meio em que vive. Essa nossa visão de confessionalidade se apóia na adesão declarada de um conjunto de valores que uma pessoa confessa. Valores de fé.

investigador frente a essa interpretação institucional da Igreja, que reflete uma formação recebida nestas concepções anteriormente elencadas.

Agora buscaremos justificar o que entendemos por Agente Religioso. As sociologias que estudam o fenômeno religioso e as ações e contradições das instituições religiosas preocupam-se fortemente com os elementos constitutivos da formação do Agente Religioso. Na segregação chamada de Seminários, há formas de preparação endógenas, não transferindo nem ao Estado e nem às agências pastorais, mas a essa instituição própria de formação do Agente Religioso. Esta tradição encontra respaldo desde o início do cristianismo e de uma forma mais intensa nas disposições do Concílio Trento (1545-1563), que entre outras coisas buscou reorganizar a tradição de formação clerical, com a invenção ou criação dos seminários, de forma a superar o baixo nível intelectual e a decadência moral que a Igreja enfrentava nos séculos XIV, XV e XVI.

A formação dos *Agentes Religiosos* na Igreja sempre teve um lugar privilegiado, desde o início do Cristianismo. Não é difícil constatar que no início da Igreja a formação era feita pelo próprio Jesus. Ele explicava diretamente aos seus discípulos e seguidores. Por muitas vezes e em muitos lugares, por cerca de 03 anos, o período de sua vida pública, Jesus pregou e ensinou aos seus apóstolos, por parábolas, narrações e explicações, que foram agrupadas em uma coleção de livros, chamada Bíblia - O livro Sagrado dos Cristãos. Uma verdadeira Biblioteca contendo 72 livros, divididos em Antigo e Novo Testamento. Os apóstolos foram enviados pelo próprio Jesus para ensinar e batizar a todos levando os princípios e a doutrina que ele próprio ensinara. Esse envio se deu no dia de Pentecostes, conforme nos transmite a própria Bíblia no Evangelho de Marcos que diz: “Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Nova para toda a humanidade.”<sup>39</sup>

Esta ordem de Jesus inaugura o que muitos chamam de nascimento da Igreja Católica na sua missionariedade. Caminhar, ir ao encontro das pessoas e ensinar o que aprenderam com Ele. A característica de catolicidade se refere ao termo “toda humanidade”, portanto, universal derivado do Grego<sup>40</sup>. Manacorda (1996) destaca essa dinâmica política e pedagógica da Igreja em sua obra clássica de história da Educação.

O conteúdo principal do ensinamento de Jesus consistia no amor a Deus acima de todas as coisas e no amor ao próximo como a si mesmo. E daí derivando todo o comportamento das

---

<sup>39</sup> Bíblia de Jerusalém, Mc 16, 15.

<sup>40</sup> O termo Católico deriva do Latim *ecclesia*, por isso igreja e do grego *katholikos* (καθολικός), com o significado de "geral" ou "universal", é um nome religioso aplicado a este ramo do cristianismo.

peças voltado para uma prática coletiva da justiça e do perdão movidos pelo amor, como critérios de salvação para a vida eterna.

Após a morte de Jesus, os Apóstolos, por sua vez, também se preocuparam com a formação daqueles que os ajudavam nessa missão de continuar divulgando os preceitos de Jesus Cristo. Os ensinamentos eram feitos quase sempre diretamente, em grupos, que andavam pregando e ensinando pelos povoados daquela época. Devido ao aumento quantitativo dos lugares e regiões de seguidores do Cristianismo, que se chamou a nova ordem de seguidores de Jesus, novos pregadores e continuadores dos Apóstolos foram surgindo. E então a formação desses Agentes Religiosos foi perdendo espaço diante da necessidade de mais e mais enviados para manter a propagação da doutrina e os ensinamentos da fé. Em decorrência das práticas ascéticas de amor a Deus e ao próximo e pela mística individual e coletiva, surgiram comunidades que mais tarde se chamaram Mosteiros ou Conventos<sup>41</sup>.

Na verdade, os Mosteiros ou Abadias surgiram do desejo de uma ascese e uma mística mais severa por parte de alguns membros da Igreja mais preocupados com a prática ideal dos ensinamentos recebidos. E por que não dizer, da preocupação com a formação dos próprios Agentes Religiosos responsáveis pelo crescimento e divulgação dos preceitos de salvação, contidos nos princípios doutrinários do próprio Cristianismo. Muitos deles foram considerados santos, que com o firme desejo de rever e reformar alguns aspectos da doutrina ou da fé que, segundo eles, não correspondiam mais aos ensinamentos originais do Mestre.

Foi assim que Bento de Nursia, também considerado o Pai dos Monges, fundou em 540, a ordem dos Beneditinos. Construiu Mosteiros, onde os Monges se dedicavam ao trabalho manual e a contemplação ascética, com o lema “*ora et labora*” (reza e trabalha). Em 1098, Roberto Belarmino ou Roberto de Molesme, fundou a ordem dos Cistercienses (Ordem de Cister) que nada mais é do que um desejo profundo do fundador, de reforma interna da Ordem de São Bento (Beneditinos) com o objetivo de retornar à simplicidade e puritanismo iniciais, segundo ele, que estavam se perdendo na prática dos Monges. Usavam o hábito branco para se distinguir

---

<sup>41</sup> O monacato fez sua entrada na história com Santo Antão (+356), por ser o primeiro, mesmo que de forma embrionária, considerado “pai dos monges”, ele não saiu do deserto, mas ali mesmo se dedicando a uma vida santa e solitária que paradoxalmente atraiu uma grande multidão que vem pedir orientação e orações por suas necessidades, constituiu a primeira materialização daquilo que se chamou vida monástica. Assim na vida de Santo Antão e logo depois dele, podemos distinguir quatro variedades de instituição, conforme nos atestam, MARROU e DANIELOU (1973), que na verdade são etapas de seu desenvolvimento, a saber: Os agrupamentos de Anacoretas; O cenobismo Pacomiano; A comunidade Basiliense e os Mosteiros episcopais do Ocidente

dos Beneditinos, que normalmente, portavam o hábito preto. Por isso mesmo, os cistercienses também foram chamados Monges Brancos. Daí em diante, muitos outros mosteiros, abadias e conventos foram surgindo, com ideais semelhantes, sempre ligados ao clero regular, isto é, pertencentes a uma ordem religiosa, obedecendo a uma regra, do latim “regula” por isso chamados regulares. Citamos estes dois exemplos acima, apenas para dizer, como a Igreja capacitava os continuadores da propagação do Evangelho e do Cristianismo em geral. A preocupação maior era com a mística e ascética do pregador do que com a formação intelectual, o que mais tarde provocou crises internas e muitos erros doutrinários. (Cf. MARROU e DANIELLOU, 1973).

No caso do Brasil (1500), os padres que vieram com os colonizadores, já eram formados nos seminários Europeus, na maioria eram religiosos formados pelas universidades, mas para a continuidade do processo de evangelização no novo continente era necessário que houvesse a formação autóctone dos novos *Agentes Religiosos*. Assim, buscamos analisar e entender a necessidade de ensinar, ou seja, a necessidade da formação do agente religioso gerado dentro da própria Igreja, como necessidade para poder exercer com o maior nível possível de dignidade humana a sua função no seio do seu grupo e na sociedade.

Entendemos que desde Jesus, o primeiro a ensinar os apóstolos, até o Concílio de Trento, que determinou a criação dos seminários, lugar propício de formação sistemática para os Agentes Religiosos, essa necessidade ou carência de formação adequada esteve presente. Seja nos fiéis que se espelham nos seus guias e exigem deles uma determinada resposta às suas inquietudes seja aos contrários que cobram uma postura coerente daquilo que se prega e como se vive. O anseio pelo bem e pela justiça da dignidade de vida humana já trás em si um germe para o saber, ainda mais daquele que deseja ajudar o outro a encontrar-se na vida, vivendo com dignidade humana para, ao menos, tentar caminhar para uma emancipação como pessoa e como membro de uma sociedade.

A formação filosófica do *Agente Religioso* esta diretamente ligada ao ensino, seja das doutrinas que professa, seja do seu próprio quadro de religiosos. Por isso, é necessário investigar no tempo, ainda que de forma incipiente, as primeiras atitudes de ensino na Igreja. Importa, no entanto, buscar compreender seu nascimento desde o surgimento, seus primeiros passos e difusão, para então chegarmos ao tempo que nos importa na nossa pesquisa, situado num

contexto que a ruptura com a teocracia medieval entra em total conflito com a tendência em professar um humanismo renascentista.

Buscaremos centrar nossa análise da etapa que articula a superação da organização social e econômica do feudalismo e a emergência da sociedade burguesa, em suas etapas e contraposições singulares. O embate entre as duas concepções de mundo se acentuam com as teses e ordenamentos doutrinários e teológicos. A doutrina e o ensino da fé sempre estiveram presentes no corolário das obrigações e ofícios eclesiais, desde a experiência de Jesus de Nazaré, a comunidade de Jerusalém, a expansão de Paulo e os movimentos que ordenaram a ortodoxia católica na Patrística ( século II- VIII) e suas derivações.

No século XIII, Tomás de Aquino (Roccasecca, 1225 — Fossanova, Itália, 7 de Março 1274), como nas duas Sumas: “*Summa contra Gentiles*” e “*Summa Theologica*”, tende a construir a síntese teológica das verdades reveladas e a síntese filosófica das verdades acessíveis à razão. Foi nesse período que se formam uma nova concepção na arte do ensino uma verdadeira revolução para a época. Em Paris nasceu uma nova palavra correspondendo a uma realidade: a “associação” ou “Universidade” dos “Mestres e alunos”. (*Universitas Magistrorum et Scolarium*). Sendo uma verdadeira instituição mundial e eclesial, isso porque recebia professores e alunos de todo o mundo e todos deveriam obrigatoriamente ser de Igreja.

Já na segunda metade do século XV, o novo vento da Renascença nascido na Itália expandiu-se por toda a parte. Suscitando um humanismo propugnador por um novo modo de vida, uma visão ao mesmo tempo otimista e crítica do homem e da natureza, uma ruptura com as escolásticas, o triunfo do laico sobre o sacerdócio desvalorizado. Desembocou o humanismo numa filosofia, que aproximando à filosofia grega do eclodir cristão, assumiu expressão num neoplatonismo<sup>42</sup> cristão que considera que as verdades essenciais da religião de Cristo encontram-se veladas na sabedoria de todos os povos. Desencadeou-se também uma Renascença cristã, pelo desejo de uma Igreja mais evangélica, mais aberta às dimensões espirituais, nas concepções da época.

Quanto aos padres desta época em que estamos dedicando, as mais das vezes estavam abaixo do nível exigido por suas tarefas. A ignorância, a falta de formação, a ausência de zelo, o

---

<sup>42</sup> Aqui neste sentido o neoplatonismo afirma certa transcendência de Deus, em que este é imaginado como o suprainteligível. Sendo chamado de neoplatonismo cristão. Por isso, é inefável e pode ser atingido na sua plenitude unicamente mediante o êxtase, que é uma fulguração divina, superior à filosofia. Com esta doutrina do êxtase, em que é afirmada uma relação específica com a Divindade, parece abrir-se o caminho para uma nova *filosofia religiosa*, para a valorização da religião como tal.

comodismo que acompanha a inflação sacerdotal, são características do clero do século XIV e XV, que conclamam a necessidade de uma ampla e, profunda reforma. Essa necessidade de formação é sentida pelo Concílio de Trento, no qual a expressão máxima da necessidade de uma formação sistemática para o *Agente Religioso* se faz clara, com a unânime ordem do Concílio para que cada Diocese criasse um seminário – lugar próprio para uma formação mais apurada, com métodos e professores adequadamente preparados para exercer com dignidade a função a que foram indicados ou escolheram<sup>43</sup>.

Com estes acenos históricos da caminhada de Igreja, que acabamos de analisar e a descrevê-los neste item do primeiro capítulo, chegamos a este momento crucial e em torno do qual pensamos gravitar todos os demais interesses da pesquisa, a centralidade do Concílio de Trento, do qual nos ocuparemos a seguir.

## **2.2. CONCÍLIO DE TRENTO (1545 – 1563).**

Para a formação do Agente Religioso, neste particular, o que nos interessa e foi efetivamente importante para a retomada dos ensinamentos da Igreja a ordem de criação dos seminários que acontecera decorrente das decisões e exigências do Concílio de Trento.

Consideramos o Concílio de Trento como centro em torno do qual gravitam os argumentos e possíveis conclusões de nossa pesquisa. Buscaremos investigar o sentido e as derivações deste Concílio ocorrido no seio da Igreja no século XVI. O Concílio de Trento, aos 15 de julho de 1563, determinou a instituição de Seminários Clericais em todas as Dioceses da Cristandade, afim de que o clero fosse mais bem preparado na vida intelectual e na prática religiosa de cada um, ou seja, na virtude. O mesmo Papa que aprovou a ordem da companhia de Jesus, Paulo III, no ano 1545, convocou um Concílio de toda a Igreja. Chamou-se Concílio de Trento porque as primeiras e a maioria das reuniões foram feitas na cidade de Trento na Itália.

Além da reação contra as idéias protestantes, defendidas por Lutero (1543), o Concílio de Trento apresentou um conjunto de afirmações e decisões que objetivavam garantir a unidade da fé católica e a disciplina da Igreja, no que se referem aos dogmas e doutrinas. Dentre as decisões tomadas, a que mais nos interessa foi a determinação do Concílio, que fossem criadas em todas as

---

<sup>43</sup> Para construirmos estes dados históricos nos baseamos em DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. **Dos primórdios a São Gregório Magno**. Col. Nova História da Igreja. Vol. I. Trad. Dom Frei Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1973

dioceses do mundo os Seminários para a formação dos Sacerdotes. Foi o Concílio mais longo da história da Igreja e é também chamado de Concílio da Contra-Reforma, devido a sua convocação ter surgido no contexto de plena reação da Igreja Católica à divisão que se vivia na Europa no século XVI consequência da apreciação e da aderência ou não à Reforma Protestante, que mais adiante trataremos mais especificamente, dedicando parte de nossa atenção e análise.

Antes de tratarmos especificamente sobre a criação dos Seminários para a formação do Agente Religioso e da manutenção do celibato, achamos importante repassar em linhas gerais as abordagens sobre o que vem a ser um Concílio e como eles se localizam na Doutrina da Igreja e em específico o conteúdo do tradicional Concílio de Trento.

Diante desta necessidade de conhecer a totalidade para nos determos nos particulares, tentaremos antes fazermos uma breve consideração sobre o que é um Concílio, e qual a concepção que se tem desse evento importante dentro da visão de Igreja, para nos localizarmos melhor. Um Concílio<sup>44</sup> (também conhecido como sínodo) é uma assembléia de uma Igreja,

---

<sup>44</sup> Apresentamos aqui, para uma melhor situação e entendimento do interlocutor, uma cronologia dos Concílios já realizados, com sua localização no tempo, bem como os seus principais interesses tratados na ocasião:

O 1º foi o Concílio de Nicéia I realizado de 20 de Maio a 25 de Julho de 325. Tratou sobre a heresia de Ário e definiu a redação do símbolo ou credo que se recita na missa;

O 2º Concílio foi o de Constantinopla I, realizado de Maio a Julho de 381, teve como tema principal a divindade do Espírito Santo;

O 3º foi o Concílio de Éfeso acontecido entre 22 de Junho e 17 de Julho de 431, que tratou sobre a heresia de Nestório e a maternidade divina de Maria;

O 4º foi chamado de Concílio de Calcedônia realizado de 8 de Outubro a 1 de Novembro de 451, tendo como temas principais a condenação do monofisismo e a existência em Jesus Cristo de duas naturezas completas e perfeitas na unidade da pessoa, que é divina;

O 5º Concílio foi o de Constantinopla II, de 5 de Maio a 2 de Junho de 533, e tratou sobre a condenação de documentos nestorianos designados “Os Três Capítulos”;

O 6º foi chamado de Concílio de Constantinopla III, realizado de 7 de Novembro de 680 a 16 de Setembro de 681, e tratou da condenação do monotelismo;

O 7º Concílio foi o de Nicéia II, acontecido entre 24 de Setembro e 23 de Outubro de 787, teve como tema central a legitimidade da veneração de imagens;

O 8º foi chamado de Concílio de Constantinopla IV, realizado de 5 de Outubro de 869 a 28 de Fevereiro de 870, tratou da condenação e deposição de Fócio, patriarca de Constantinopla;

O 9º foi chamado de Concílio de Latrão I, realizado de 18 de Março a 6 de Abril de 1123, definindo sobre a Questão das Investiduras e a Independência da Igreja perante o poder temporal;

O 10º Concílio chamou-se Latrão II, realizado em abril de 1139, e definiu o fim do cisma do Antipapa Anacleto II;

O 11º foi o Concílio de Latrão III, que aconteceu em março de 1179, e deliberou sobre as normas para a eleição do Papa;

O 12º Concílio foi o de Verona, realizado em 1183, que tratou exclusivamente da criação da Inquisição;

O 13º Concílio foi chamado de Latrão IV, e aconteceu entre 11 e 30 de Novembro de 1215, e tratou da condenação do catarismo, definição da transubstanciação e do preceito pascal;

O 14º chamou-se Concílio de Lyon I, realizado de 28 de Junho a 17 de Julho de 1245, e decidiu sobre a deposição do Frederico II;

geralmente uma Igreja cristã, convocada para decidir um ou vários pontos de doutrina ou administração. Um Concílio Ecumênico é assim chamado porque é um Concílio de toda a Igreja (ou, mais exatamente, do que aqueles que o convocam consideram ser toda a Igreja). A Igreja Ortodoxa apenas reconhece como Ecumênicos os oito primeiros Concílios, todos eles realizados no Oriente; os Concílios subsequentes a Latrão I são apenas considerados Ecumênicos pela Igreja Católica.

Em 29 de maio de 1536, Paulo III, então Papa, lançou a bula de convocação de um Concílio que deveria se realizar em Mântua; mas na realidade ele se inaugurou em Vincenza. Pela fraca frequência e pelo reinício da guerra entre Carlos V e Francisco I obrigaram-no a adiar o Concílio “*sine die*” (sem data) aos 21 de maio de 1539. Em 1544 elaborou uma segunda bula, outra tentativa que não logrou êxito. Mas finalmente, depois do tratado de Crépy entre o imperador e o rei da França possibilitou ao Papa Paulo III convocar novamente o Concílio em terras do Império. O lugar escolhido foi Trento, convocado no dia 15 de março de 1545, cuja abertura só se efetuou a 13 de dezembro do mesmo ano. O Concílio de Trento tratou paralelamente da definição dos dogmas e da reforma da Igreja.

Em 11 de março, a maioria dos participantes decide transferir o Concílio para Bolonha, porém, em janeiro de 1548 foi suspenso por Paulo III. Em 1550, Julio III, substituiu ao Papa Paulo III, e impõe-se como objetivo a retomada do Concílio em Trento. Depois de alguns trabalhos o

---

O 15º Concílio foi denominado de Lyon II, realizado de 7 de Maio a 17 de Julho de 1274, e tratou da união com a Igreja Grega, da regulamentação do conclave para a eleição papal e da cruzada para libertar Jerusalém;

O 16º foi o Concílio de Vienne, que aconteceu de 16 de Outubro de 1311 a 6 de Maio de 1312, e decidiu a supressão dos Templários;

O 17º Concílio foi o de Constança realizado de 5 de Outubro de 1414 a 22 de Abril de 1418, tendo como resultado final o fim do Grande Cisma do Ocidente e a condenação de Wyclif e de Hus;

O 18º Concílio foi chamado de Basileia-Ferrara-Florença, realizado nos anos 1431-1432, que tratou sobre a união com as Igrejas orientais e o reconhecimento no romano pontífice de poderes sobre a Igreja Universal;

O 19º Concílio chamou-se de Latrão V, realizado de 10 de Maio de 1512 a 16 de Março de 1517, que decidiu sobre a condenação do concílio cismático de Pisa (1511-1512) e deliberou sobre a Reforma da Igreja;

O 20º Concílio foi o famoso Concílio de Trento, realizado de 13 de Dezembro de 1545 a 4 de Dezembro de 1563, que tratou sobre vários assuntos que constituiu uma Reforma geral da Igreja, sobre o qual nos deteremos mais longamente, para uma leitura e análise minuciosas, para tentar construir a sustentação e superação da problemática que tratamos na especial atenção à formação filosófica do Agente Religioso;

O 21º Concílio chamou-se Vaticano I, que se deu entre 8 de Dezembro de 1869 a 18 de Julho de 1870, e tratou sobre a afirmação do Primado do papa e infalibilidade pontifícia;

Enfim o 22º e último Concílio realizado até o presente, chamou-se Vaticano II, realizado entre 11 de Outubro de 1962 e 8 de Dezembro de 1965, e tratou sobre os seguintes temas: Correção de problemas disciplinares e de índole pastoral, chamada à renovação dos ritos litúrgicos, promoção dos estudos bíblicos, decretos pastorais e progresso ecumênico para o diálogo e reconciliação com outras Igrejas Cristãs. Deste Concílio elaborou-se um Documento chamado de “Compêndio Vaticano Segundo”, que depois de várias edições, constitui um elemento de atual obrigação de estudo para a formação do Agente Religioso nos dias de hoje.

Concílio foi adiado mais uma vez em abril de 1552. No início de 1555, morria Júlio III, que foi sucedido por Marcelo II que reina apenas alguns dias. Foi então eleito João Pedro Carafa, sob o nome de Papa Paulo IV. Então o novo Papa pensou poder realizar diretamente a reforma da Igreja, mas também faleceu em 1559. Seu sucessor foi Pio IV, que fez de Carlos Borromeu, seu sobrinho, um auxiliar diretamente empenhado na renovação da Igreja. E novamente foi convocado o Concílio na sua continuidade aos 18 de janeiro de 1562. A idéia era elaborar seu grande projeto de reforma da Igreja, mas foi desacelerado pelas divisões e discussões. Por fim encerram os trabalhos aos 06 de dezembro de 1563, e através da bula “*Benedictus Deus*” Pio IV confirma as decisões do Concilio de Trento e as transmite à cristandade.

### **2.3 AS DERIVAÇÕES DESTE CONCÍLIO: desafios e contradições.**

As marcas deficitárias do Concilio de Trento são notórias. Praticamente não foi definida nenhuma doutrina sobre a Igreja. Além de se estender por um período muito longo (1545 – 1563), sendo que suas conclusões só foram publicadas em 1564, muito pouco se trabalhou na efetiva elaboração dos assuntos definidos. As guerras, as interferências dos príncipes, e as distâncias deram uma esfriada no ânimo das reformas prometidas e proclamadas. Também algumas medidas como vontade de defesa e extirpação como a congregação suprema e Universal da Inquisição, conhecida como Santo Ofício (1542) e o *Index Librorum Prohibitorum* (1557) desviaram a verdadeira vontade de reformar e comprometeram profundamente a unidade da Igreja. São marcas que descaracterizam o ensinamento da Igreja e retardam ou ofuscam o comprometimento dos povos com a prática do bem, da verdade e da justiça, ensinados pelo Mestre primeiro que pregava o amor, o perdão e a misericórdia, com caridade e justiça.

Mas a obra do Concílio de Trento apresenta alguns aspectos positivos, como era de se esperar o aparecimento do Catecismo do Concílio de Trento, reúne os principais ensinamentos da doutrina católica; a edição da Vulgata, a reforma do breviário e do missal, a reelaboração do calendário e do martirologio. Também é fruto deste Concílio, já bem no seu final, um esquema de reforma geral, chamado de “*Reformatione*”, que em 42 artigos pode ser considerado a essência da reforma tridentina. Foram definidos sobre nomeação e deveres dos cardeais, organização das dioceses e visitas dos bispos e, sobretudo, o que mais nos interessa a criação e a organização dos Seminários como o lugar privilegiados de cultivo e formação do Agente Religioso. Entenderam

os padres conciliares que cada bispo deveria cuidar mais atenciosamente ao esmero formativo de seus padres que na maioria dos lugares não estavam devidamente preparados para exercerem a missão pela qual fizeram sua opção. Determinava então que fosse criado junto ao bispado um lugar próprio para esse processo formativo chamado Seminário. Daí, então surgiram os Seminários modernos que subsistem até hoje e são os locais, ainda que limitados, mas correspondem às expectativas formativas ao menos intelectuais e espirituais dos futuros Agentes Religiosos, qualificados pela teologia e filosofia. Registro aqui o que diz Tuchle (1971) sobre esta decisão do Concílio:

O assim chamado decreto sobre os seminários exigia a fundação de seminários, por parte de todos os bispos, com a finalidade de preparar para a cura das almas um clero numericamente suficiente e bem aparelhado. Neste decreto foram inseridas, quase que textualmente, as normas que constavam nas constituições de Pole para a Inglaterra (1555) e que já eram executadas, com êxito nos colégios dos Jesuítas em Roma.<sup>45</sup>

Assim sendo, a extrema necessidade de formação do Agente Religioso passou a fazer parte das obrigações primeiras dos bispos, que foram convidados a uma reforma geral nas suas dioceses a começar pelo cuidado na formação do Clero com zelo, instrução e alto padrão moral.

Podemos dizer que o Concílio Tridentino plasmou uma nova fisionomia na Igreja nos séculos que se seguiram, devido ao grande esforço do Papa Pio IV, sobretudo, de Carlos Borromeu que concorreu fortemente para execução das decisões conciliares. Desta forma a Cúria Romana tornou-se objetivo e instrumento de reforma, assim a Igreja recuperou um tanto de espaço já perdido pela incoerência dos seus membros seja dos papas, dos bispos e do clero. Para eliminar dúvidas de interpretação Pio IV instituiu uma junta cardinalícia, da qual envolveu a importância Congregação do Concílio, que subsiste até nossos dias. Empreendeu uma correção do índice (Index) dos livros proibidos, diminuindo e revendo a lista de livros editados por Paulo IV. Para pureza da fé prescrevem que todo eclesiástico que fosse assumir algum cargo recitasse a “*Professio fidei Tridentina*” profissão de fé segundo o Concílio Tridentino<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> TUCHLE, Germano. **Reforma e Contra-Reforma**. Coleção Nova História da Igreja, vol. III. Editora Vozes, Petrópolis, 1971. p. 153

<sup>46</sup> O credo Tridentino, por ter sido aprovado no Concílio de Trento é mais extenso do que o que temos hoje, com alguns elementos de declaração de fé a mais, porém basicamente contém as mesmas afirmações. Todo o Clérigo deveria ler devotamente sob juramento com a mão direita sobre a Bíblia Sagrada quando fosse assumir com disciplina e responsabilidade um cargo ou uma nova função na Igreja.

A formação do Agente Religioso foi alvo de muita dedicação dos bispos a partir das prescrições do conselho Tridentino e as conseqüências foram logo sentidas no seio da Igreja. Este novo quadro cultural dentro da Igreja não consegue recuperar os descuidos do passado e o envolvimento das autoridades eclesiásticas em cuidados extremos aos interesses da Igreja e neste desejo anseio por reformas suscitou forças antagônicas surgidas do próprio seio da classe sacerdotal, que preocupados com a justiça e a retidão de suas atitudes retomaram novos rumos em suas vidas. Diante do aumento dos movimentos protestantes surgidos na Europa, liderados por Martinho Lutero, a reação católica se manifestou de várias formas, através de seus dirigentes, que no Concílio de Trento, praticamente, discutiu-se todo o corpo da doutrina católica, colocada em discussão à luz do movimento protestante. O Concílio nada mais fez de que reafirmar, com severidade, diversos pontos da doutrina católica, os quais destacamos, em seguida: Sobre a fonte de fé: O Concílio reafirmou também a Bíblia e a tradição religiosa como fontes de fé. A Bíblia deve ser interpretada conforme as orientações da Igreja que dá a interpretação correta, e não como qualquer pessoa possa isoladamente interpretar, com livre arbítrio. E a tradição religiosa, patrimônio conservado e transmitido pela Igreja. E foi reafirmada ao Papa a sua posição de sucessor de Pedro. Sobre os Sacramentos: O Concílio reafirmou as matérias de fé sobre todos os sacramentos, principalmente a presença real de Cristo na eucaristia, rejeitada pelos protestantes. Também em relação à Missa, principal forma de culto dos Católicos, hoje entendida como a fonte e o cume de toda a prática religiosa, conforme os documentos da Igreja<sup>47</sup>, o Concílio de Trento estabeleceu uma forma comum às celebrações em todo o mundo, abolindo as variações locais, estabeleceu inclusive que todas as Missas deveriam ser ditas na mesma língua latina. Essa “*Nova Missa*” tornou-se conhecida como “Missa Tridentina”, que vigorou praticamente até às novas conclusões do Concílio Vaticano II, (1962-1965). Determinou ainda o Concílio, além da já citada criação dos Seminários; a elaboração de um catecismo da doutrina católica; a retomada das atividades da Inquisição e a organização de uma lista de obras proibidas para os católicos, o famoso “*Index librorum prohibitorum*”. Afirmaram também a prática de boas ações, jejuns e peregrinações, como elementos fundamentais para alcançar a salvação. Foi mantida a proibição do casamento de freiras e padres, neste mesmo Concílio. Houve também um pronunciamento contra a venda de indulgências. E os padres foram intimados a estudar mais a fundo o catolicismo e manter atualizada a vida intelectual.

---

<sup>47</sup> Cf. Documento Vaticano II, Sacrossanto Concilium n° 536).

Ajuntando a estas decisões prementes derivadas da reunião dos responsáveis pela doutrina da Igreja, com as mais justas exigências da época, tal seja, a precária formação do Agente Religioso da época, surgem então os Seminários.

O descontentamento com a ordem vigente expresso nas teses de Lutero, e a vigorosa, porém, inoperante defesa da Igreja por parte do Concílio produz um movimento que até hoje tem conseqüências ainda não superadas, não só na Igreja, mas em toda a sociedade.

Além do Mercantilismo, que já tratamos no primeiro movimento, que influenciou ou até mesmo ocasionou todo esse desenrolar do Concílio de Trento, na tentativa de Reforma Religiosa promovendo uma reforma interna e externa nos ensinamentos da Igreja Católica, também a atitude de Lutero foi decisiva e provocante. São tentativas de respostas a essa situação caótica da Igreja.

Os efeitos da dissidência e as tentativas de união movem as ideias que provocam tomadas de decisões e a prática religiosa expressa em vários campos da atividade humana, quer seja política, social, moral, estética e economicamente interligada numa sociedade que se diz moderna. No campo da formação intelectual e ascética foram tomadas decisões concretas e imediatas. Foi nesse ambiente que surgiram os Seminários.

#### **2.4 O Seminário:<sup>48</sup> lugar estabelecido para a formação do Agente Religioso.**

Chama-se Seminário o lugar identificado como especial espaço e singular experiência de formação do *agente religioso*. A origem do nome deriva do latim *seminare*, semear, sementeira. Por isso esses lugares de formação foram chamados de Seminários Tridentinos. Os primeiros foram fundados logo após o término de concílio em 1563, em Roma e em Milão e daí expandiram-se para o resto do mundo católico.

Na verdade o Decreto de criação de Seminários em todas as dioceses foi o resultado de uma necessidade que já vinha se processando desde o IV Concílio de Toledo (633) presidido por Izidoro de Servilha, e o Concílio de Londres (1556) convocado e presidido pelo Cardeal Reginaldo Pole. Estes dois concílios, entre outras afirmações, já inculcaram a idéia de criação de lugares comuns, onde pudessem ser mais bem preparados os futuros clérigos, com uma preparação intelectual e espiritual adequados à função de Agentes Religiosos. Enquanto idéias

---

<sup>48</sup> O nome Seminário vem de sementeira, semente, do latim *semem*, por aludir a uma metáfora que pressupõe se tratar de um canteiro de vocações, semear.

embrionárias já existiam algumas experiências, que com o Decreto do Concílio de Trento se expandiram e tomaram forma em toda a cristandade.

Após a decisão do Concílio merecem destaque alguns defensores e propagadores dessa idéia, como o Cardeal Marone, e o Cardeal Pole, e na prática como realizadores da experiência Inácio de Loyola, com os Jesuítas e Carlos Borromeu com os seculares, que se tornou o modelo para essas casas de formação, em Milão, na Itália, sua diocese.

O primeiro Seminário do Brasil, que se tem notícia foi o do bispado da Bahia (12/02/1569), criado por Dom Pedro Leitão – 2º Bispo do Brasil (1559 – 1573), conforme nos transmite Arlindo Hubert, na sua obra a Igreja no Brasil.

Ainda outros Seminários foram surgindo no Brasil, do século XVIII, Seminário de São José no Rio de Janeiro (1739); Seminário de Santo Alexandre no Pará (1749); Seminário Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana (MG) (1750); Seminário Nossa Senhora da Lapa no Rio de Janeiro (1752). No século XIX foram fundados os seminários de Nossa Senhora das Graças em Olinda (1800) e o de São Dâmaso na Bahia (1815).

Os Seminários são estabelecimentos de ensino e de formação para os futuros padres. O Concílio de Trento determinara que o bispo de cada diocese escolhesse um lugar conveniente para dar uma formação adequada aos jovens que pretendessem seguir a suposta vocação ao estado religioso. Desse decreto organizou-se então a necessidade de dois ambientes, um chamado de seminário menor para os cursos de humanidades, ou o atual ensino médio, e outro para os cursos de Filosofia e Teologia. Principalmente o Seminário Maior deve ter todo um referencial que contemple, além dos decretos do Concílio, um conjunto de orientações que promovam a formação do Agente Religioso em todos os seus aspectos. Deve a entidade ser estruturada de tal forma que desde a criação, manutenção e desenvolvimento sejam supervisionados pelo bispo ou um seu delegado chamado de reitor.

Tagliavini (1990) fez um estudo muito detalhado “sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários”, do qual usaremos alguns conceitos nos quais ele discorre sobre o que diz respeito aos alunos, isto é, admissão, vida de internato e expulsão, como resumo do que diz Trento.

Em seguida ele faz uma análise sobre os seminários no Brasil, e afirma que no Brasil colonial e imperial a formação do Clero se deu caracterizado pelo regime do padroado, onde o grão-mestre, Rei de Portugal, tinha total gerência sobre os negócios da Igreja, inclusive a

formação do Clero. Só com o advento da República, em 1889, é que a Igreja no Brasil possa a ter mais autonomia, separando-se do estado.

Destaca ainda, o autor que, além da dificuldade que o padroado impunha sobre a vigência da disciplina tridentina no Brasil, é preciso lembrar que no período colonial e imperial houve grande resistência da Igreja Católica de aceitar as “vocações nativas” e formar o seu próprio clero<sup>49</sup>.

Os Seminários são respostas de uma Igreja criticada pelo modernismo e pela reforma protestante frente à perda de mercado religioso na Europa, e pela rígida defesa de suas doutrinas. Os Seminários são invenções criativas de formação segregacionista, endógena, separando do mundo o elemento vocacionado, para inculcar, rápida e densamente uma formação, portanto, apologética, combativa dos seus Agentes Religiosos. Isso pode até ser condicionado por outros pontos de vista, mas deve ser entendido como uma reação própria de manutenção de uma instituição em uma sociedade que lhe é adversa.

Não podemos deixar de dizer, mais uma vez, que o Padroado também interferiu diretamente na formação filosófica do Agente Religioso avançando ou mesmo retalhando o processo formativo como bem entendiam os detentores do poder, naquela época, muitas vezes agindo em desacordo com as autoridades eclesiásticas, que normalmente não deveriam aceitar as imposições de Imperadores e Reis, um tanto desconhecedores da importância imediata da formação da pessoa em primeiro lugar, com características espirituais e não apenas para satisfazer interesses políticos e dominadores da época da colonização. A maioria dos Agentes Religiosos, no padroado, na experiência também no tempo do Império brasileiro era pautada pelo poder político vigente, eram os dirigentes que decidiam as causas da Igreja e todas as atividades e tomadas de decisões eclesiásticas eram filtradas pelos interesses do império. A nomeação dos bispos tinha que passar pelo “*placet*” do Imperador e eles dependiam, praticamente, política e financeiramente dos cofres da coroa. No padroado, tanto na Colônia como no Império, provavelmente, a formação clerical tenha mantido a tradição mais conservadora, quase reproduzindo as categorias do período medieval.

Dentro do movimento de Igreja precisamos esclarecer, ainda, outro elemento caracterizante que seria a confissão católica. O que significa confissão católica? A

---

<sup>49</sup> TAGLIAVINI, João. Virgílio. **Garotos do túnel: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários**. Tese de Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1990. p. 107.

confessionalidade protestante com sua diversidade. A confessionalidade ortodoxa, cristã e a confissão católica. Católico<sup>50</sup> vem do grego que significa universal. É um nome religioso aplicado a dois ramos do Cristianismo. No sentido “*stricto*”, indica os aderentes à Igreja Católica Apostólica Romana. No sentido geral, o nome é usado por muitos cristãos que acreditam serem descendentes espirituais dos Apóstolos; celebram seus cultos de forma litúrgica; crêem nos sacramentos e possuem uma organização episcopal da Igreja.

No nosso estudo, referimo-nos ao primeiro sentido, mais estreito, e quando falamos em confessionalidade católica usamos o termo para referir a Igreja Católica Apostólica Romana, sob a organização e ordenamento doutrinal e administrativo da experiência histórica do papado.

A Igreja, com este nome de Católica apostólica Romana, surgiu após a conversão de Constantino (272-337), o qual tornou a doutrina derivada dos ensinamentos de Jesus, também chamado pelo nome de Jesus Cristo, por isso o Cristianismo, como a religião oficial do Império Romano. Com várias adesões e abandonos, a doutrina e os ensinamentos da Igreja Católica chegaram aos nossos dias. As variações são tantas que, só no Brasil, existem mais de setenta denominações de igrejas brasileiras, como Igreja Católica Apostólica Brasileira, Velha Igreja Católica, Igreja Católica Carismática, Igreja Católica Conservadora do Brasil, Igreja Católica Primitiva entre outras. Em todo o nosso trabalho, quando usamos o termo Igreja Católica, referimo-nos ao conceito *estrito* de Igreja Católica Apostólica Romana.

Podemos dizer que a tradição católica, passa por alguns marcos: a expansão do cristianismo; a clericalização operada nos séculos IV e V da Patrística e posteriormente da Escolástica e as grandes rupturas que se fizeram entre o cristianismo ocidental e oriental. E depois a expansão do catolicismo pelo projeto mercantilista do século XVI. Portanto, a confessionalidade é o elemento diferenciador de uma Igreja ou religião da outra na pluralidade e diversidade religiosa que o mundo moderno estabeleceu. A confessionalidade seria um elemento

---

<sup>50</sup> A palavra “católico” surge nos principais credos cristãos, incluindo aqui a maioria das Igrejas protestantes que rezam o credo dos Apóstolos ou credo Niceno-Constantinopolitano, (reafirmados pelos Concílios Ecumênicos de Nicéia I em 325 e de Constantinopla I em 381). Aí o nome católico é usado no sentido de universal, geral e não como denominação de um corpo religioso, ou agremiação religiosa. Também no Cristianismo Ocidental, outras denominações ou agremiações religiosas além da Igreja Católica Romana, são chamadas de católicas, como a Igreja Católica Antiga, a Velha Igreja católica, a Igreja Católica Liberal, a Igreja Católica Carismática, a Associação Patriótica Católica Chinesa e os Anglicanos da Alta Igreja ou Anglo-Católicos. Estes grupos além de professarem a fé e crenças semelhantes aos católicos romanos, também praticam rituais religiosos semelhantes, mas diferem efetivamente no que diz respeito à concepção ao poder e a obediência ao Papa, Bispo de Roma. A Igreja Católica Apostólica Romana tem essa designação porque todos os seus membros estão em comunhão com o Papa e seguem o rito Romano ou latino nas celebrações litúrgicas. Cf. também nota 28 deste capítulo.

retrator da pesquisa se ela pautasse simplesmente pela defesa da confessionalidade de maneira ufanista e meramente apologética. Pretendemos aqui usar a confessionalidade como uma identificação da Igreja Católica, o que não significa que venhamos a defender sem a devida crítica os passos e percalços dessa formação. Reconhecemos que o nosso trabalho é um trabalho de investigação acadêmica que pretende analisar a formação filosófica do Agente Religioso de confissão católica no Brasil para articular esse estudo com outras formas de avaliar a formação filosófica e a própria produção da cultura brasileira. Cabem aqui algumas conclusões já alcançadas por Vasselai (2001) sobre confessionalidade.

Vasselai (2001) produziu um interessante estudo sobre confessionalidade, no seu trabalho dissertativo “As universidades confessionais no ensino superior brasileiro: identidade, contradições e desafios”. Para ele o trabalho realizado promove um debate referente à realidade das Universidades confessionais como proposta alternativa e viável para a qualidade da educação superior no Brasil. Também considera a confessionalidade como fator definidor do perfil pedagógico e fidelidade a essa proposta, como ele mesmo afirma:

A confessionalidade é uma característica delimitadora da identidade da instituição e do projeto e perfil pedagógico, tendo claro, que ao assumir essa posição deve-se considerar os desafios que ela representa no contexto da realidade educacional brasileira. É também um desafio para as universidades confessionais zelar pela fidelidade de sua proposta no que se refere ao aprimoramento da formação acadêmica, considerando o âmbito da ciência que pode se apresentar comprometida com um contexto social e político muitas vezes contrário aos seus princípios, (VASSELAI, 2001, p. 11).

Ou ainda como função controladora:

A confessionalidade na instituição, colocada como valor, em sua relação com a vida e suas múltiplas interações, pode impor-se enquanto fator de controle, aparecendo como posturas e ações autoritárias. A confessionalidade deve caminhar a frente da realidade já questionando ou querendo conhecer mais sobre as consequências do saber adquirido, cristalizado e que está sendo proposto ou desenvolvido, (VASSELAI, 2001, p. 27).

E, por fim conclui, dizendo:

(...) que o estudo realizado mostrou que a confessionalidade não se contrapõe ao sentido pleno da educação pois, faz parte da estrutura existencial da pessoa humana, definir-se por um modo de existir confessando princípios de natureza transcendental. A confessionalidade supõe abertura, diálogo, postura ecumênica porque envolve pessoas que tem diferentes formas de confessar. Além do mais a confessionalidade ultrapassa a denominação religiosa que a manifesta. Em

conseqüência, nem sempre as instituições confessionais foram autênticas na explicitação de sua confessionalidade. (VASSELAI, 2001, p.134).

## **2.5. AS REFORMAS RELIGIOSAS.**

Todavia não podemos considerar a reforma religiosa como um movimento isolado, mas sim aqui vamos considerá-lo dentro de um panorama bem maior no quadro das transformações que caracterizam a passagem do Feudalismo para o Capitalismo. Dentro do quadro que se insere na passagem da Idade Média para o que chamamos de Tempos modernos, Portugal, com toda a Europa, sofreu as influências e as transformações, quer sejam sociais, econômicas e políticas, quer sejam, religiosas, que possibilitaram o surgimento de uma nova ordem social com argumentos e atitudes que colocavam em xeque a doutrina antes intocável da Igreja e conseqüentemente o comportamento questionável do clero.

A reforma religiosa como movimento que rompeu a unidade do Cristianismo e fez parte das profundas transformações nos quadros da economia, da cultura, da política e da sociedade em geral, ocasionando uma avalanche de críticas e censuras às práticas do Clero. Esse movimento chamou-se Reforma Protestante ou rompimento de parte do Clero e do povo que ficou com a teoria de Lutero e chamou-se Contra Reforma a reação da Igreja que buscou realizar mudanças e correções nas práticas internas e externas, sejam de conteúdo ou de comportamento.

Mas não podemos esquecer que vários fatores e acontecimentos anteriores ao pronunciamento de Lutero, precederam esse movimento, mas, nenhuma dessas manifestações anteriores conseguiram abalar a unidade da Igreja e provocar qualquer rompimento. Porém, dessa vez a repercussão foi profunda e definitiva. Junto com a atitude de Lutero na Reforma Luterana podemos ainda anotar, como faremos mais adiante, a Reforma Calvinista e a Reforma Anglicana. O movimento do protestantismo, longe de representar somente uma fissura ou dissensão religiosa, deve ser entendido como uma forma de expressão de uma outra cosmovisão, uma nova ideologia ou concepção de mundo, expressando igualmente uma nova identidade ética na construção social de uma nova hegemonia política.

### **a) REFORMA PROTESTANTE (LUTERANA).**

Lutero (1483-1546) é responsável pelo estabelecimento do protestantismo numa época marcada por posições tão antagônicas, afixando à porta da Catedral de Wittenberg, em 1517, as suas 95 proposições contrárias ao ensinamento da Igreja. Críticas implacáveis que determinam o grande cisma do protestantismo. É certo que Lutero buscava uma maneira de purificar os costumes da própria Igreja, como membro que era, pois pertencia ao conjunto dos monges agostiniano, estabelecendo como uma obra pessoal de reforma. Era esse o modo usual de se comunicar uma “disputa”, uma prática normal da vida acadêmica regular nos tempos medievais, e, portanto se tratava de algo corriqueiro. Ao fazer isso não havia nada de extraordinário na atitude de Lutero.

Lutero também é mais uma expressão da vontade de ensinar, ou menos um registro de que nas suas 95 teses, sendo que, quase a metade estava em desacordo com a ortodoxia cristã conforme se constatou nos anos de “disputa” de 1517 a 1521, um certo descontentamento com as práticas da Igreja na época. O interesse é que, mesmo defendendo a teoria ensinada por Jesus Cristo, ele, Lutero, enveredava por numa outra estrada, que mais tarde chamou-se Luteranismo.

Em 1521, Lutero se desliga definitivamente da Igreja Católica, para defender suas teorias e construir a que foi chamada mais tarde de Igreja protestante. A novidade em relação aos costumes da época, é que Lutero fundamentava suas teses na Bíblia Sagrada e combatia, segundo ele, os desmandos do Clero de então. É uma atitude marcante de desejo de renovação, e, portanto uma nova dimensão do ensino, a partir dos princípios fundamentais do Cristianismo. Esforços jurídicos e religiosos foram usados para resolver a situação levantada pelas teses de Lutero. Notando-se que as soluções jurídicas não alcançaram o efeito desejado partiu-se então a tentativa pela repressão militar que também não logrou soluções adequadas. Estas tentativas de respostas e revide a reforma protestante tomou forma em novas tomadas de atitudes, entre elas, a fundação da Companhia de Jesus e o Concílio de Trento.

A manifestação crítica de Lutero pode ser expressa em dois princípios básicos dos quais desdobram todos os outros: Primeiro a salvação do ser humano só se alcança pela fé em Deus e não pelas práticas religiosas. E o segundo que não havia necessidade do Clero, pois era inútil a medição entre Deus e o homem, portanto não era preciso a existência dos mediadores, o Clero. Destes dois princípios básicos da sua crítica à Igreja que pertencia decorre também em algumas

reivindicações como: questiona a quantidade de sacramentos, aceitando somente dois dos sete cultivados pela Igreja, a saber, o batismo e a Eucaristia; substitui o latim pelo alemão, é contra o celibato, defende a livre interpretação da Bíblia e rejeita a hierarquia da Igreja de Roma.

#### **b) REFORMA CALVINISTA.**

João Calvino (1509-1564). Francês que também empreendeu algumas manifestações de reforma dos abalados procedimentos da Igreja. Ele co-divide os mesmos questionamentos e críticas de Lutero com algumas variações. Acredita que a salvação não é esforço da fé, nem da prática religiosa, pois não são elementos suficientes visto que o homem se salva pela destinação prévia, ou seja, predestinação. Assim, segundo ele, o homem já nasce predestinado ou para a salvação ou para perdição eterna. E, portanto, não há certeza de salvação. Também entende que a riqueza é sinal de benção de Deus, assim justifica o comércio e as atividades financeiras e os lucros a elas associados, até então de consideração restritas pela Igreja.

#### **c) REFORMA ANGLICANA.**

Também os Ingleses por meio de Henrique VIII, (1509-1547) que governou neste período, rompe com o papado, confisca os bens e as terras da Igreja e se proclama chefe geral da Igreja do seu país. Dentre outras questões ele questiona o culto aos santos; afirma a autoridade máxima do Rei e não do Papa; não admite o culto às relíquias e consolida a idéia de popularização da Bíblia.

Todas essas tentativas de renovar as práticas da Igreja, se desenvolveram no sentido de mudar alguns costumes questionados pelas mudanças da época. Junto com o desejo de adaptar certos princípios dogmatismo à prática do povo em geral e à boa formação dos Agentes Religiosos, para aqueles que admitiam. Foram estas manifestações que provocaram a ação reformista também por parte da hierarquia da Igreja que se chamou Contra Reforma.

#### **d) CONTRA REFORMA CATÓLICA.**

A assim chamada Contra Reforma Católica foi um movimento liderado pelo Papa Paulo III<sup>51</sup>, com o objetivo de frear o avanço da Reforma Protestante, e por sua vez reformar alguns princípios e comportamentos que não andavam bem dentro da própria Igreja. Animou e incentivou o clero a se dedicar com mais afinco da formação intelectual. Incentivou a formação de uma comissão para articular o procedimento da Reforma Católica. Este trabalho foi continuado pelos Papas que se seguiram. O Papa Paulo IV<sup>52</sup>, considerado um reformador ativo. O Papa Pio V<sup>53</sup>, publicou uma nova versão do catecismo da Igreja. E o Concílio de Trento (1545-1563) com suas afirmações e proibições tomou com seriedade a tão propulsada Reforma da Igreja que é nosso centro gravitacional, em torno do qual giram os seus desdobramentos e principalmente a predisposição e a exigência pela necessária e exigente formação intelectual do Clero, propiciando assim uma profunda reviravolta nas derivações do magistério da Igreja, com a firme decisão de se criarem os Seminários para uma adequada preparação e formação do Agente Religioso. Desde aquela época até hoje, esses lugares de formação filosófica, teológica e humana continuam sendo celeiros de muitos intelectuais.

Também o Artigo de NUNES, (1986), publicado como “O modelo pedagógico e a ação educacional dos Jesuítas”, na Revista de Educação da Universidade de São Francisco, propõe algumas teses interpretativas sobre o movimento e o modelo educacional da Contra-Reforma Católica da Europa dos séculos XVI e seguinte. Cita o autor que, dentro do processo entendido como “Contra-Reforma”, ocupa lugar especial a criação e a atuação da Companhia de Jesus, na reorientação do império mercantil-salvacionista português do século XVI. Para ele, a Companhia de Jesus desenvolveu um papel que ultrapassaria ao de mera congregação religiosa, visto que sua atuação histórica se tornaria a face nova da própria Igreja, questionada pelos movimentos reformadores e pela vertente leiga, moderna, politicamente hostil a ação da Igreja e marcada pelo forte acento anticlerical que surgia na Europa desta época. Assim, não se pode desligar uma coisa da outra: uma Europa em crise de transformações profunda, que coincide com as mudanças das relações econômicas, um mundo feudal em decadência e superação e, dentro dele, a Igreja que se vê questionada pela Reforma Luterana e outras reformas deixando claro que novas forças

---

<sup>51</sup> Paulo III (1468 – 1549) foi eleito Papa em 1534 dirigiu a Igreja até a sua morte.

<sup>52</sup> Paulo IV (1476 – 1559) foi eleito Papa em 1555 e governou a Igreja até sua morte.

<sup>53</sup> Pio V (1504 – 1572) foi eleito Papa em 1566 governando a Igreja até sua morte.

compõem a promessa de uma nova ordem social. Dentro desse mundo confuso, a Igreja, surpreendida pela história, busca refazer, rearmar-se e enfrentar as transformações históricas, jogando nelas a sua própria sobrevivência. A atuação dos Jesuítas tornou-se, então, uma das principais vertentes de toda uma empreitada da Igreja contra a embrionária entidade moderna e a vigorosa identidade protestante, aliadas as estratégias de reação, mecanismos e recursos históricos de que a Igreja lança mão para se manter num mundo que se transforma<sup>54</sup>.

Enfim, depois de analisarmos as informações acima, concluímos que: a Igreja não ficou parada frente aos desafios sociais que lhes lançava o protestantismo, que lhes lançava o iluminismo, ou ao menos as ideias prótoiluministas questionando a sua moralidade, sua ordem, seu poder, a sua Instituição como um todo. A Igreja, pelo contrário, faz uma profunda autocrítica que desencadeia novas sínteses neste mundo moderno que questiona a sua identidade.

E para avançarmos no entendimento destes movimentos trataremos a seguir sobre o movimento Jesuítico dentro da própria Igreja e como aliado da colonização. Iniciaremos por analisar alguns aspectos da vida de seu fundador.

### **3 - MOVIMENTO DE INÁCIO DE LOYOLA: a Companhia de Jesus.**

Após refletirmos sobre o Movimento do Mercantilismo e o Movimento da Igreja, queremos agora articular estes esforços com o Movimento de Inácio numa tentativa de resposta imediata após as conclusões do Concílio de Trento veiculados pela Igreja. Faremos uma pequena leitura dos dados bibliográficos da história de Inácio, bem como das consequências por ele efetivadas na fundação da sua militante Ordem.

#### **3.1 ALGUNS DADOS HISTÓRICOS DA VIDA DE INÁCIO DE LOYOLA.**

Iñigo López de Oñaz y Loyola 1491, nasceu em Azpeitia, no conhecido Castelo de Loyola, ao norte da Espanha, na Região Basca. Filho do casal D. Beltrán Yáñez de Loyola e Marina Sáenz de Licona. Muito pouco se sabe de sua infância ou juventude, pois ele mesmo nos diz em sua Autobiografia que relatou ao Padre Câmara, um ano antes de sua morte, onde ele

---

<sup>54</sup> NUNES, Cesar Aparecido. O modelo pedagógico e a ação educacional dos Jesuítas, Artigo publicado na **Revista de Educação** da Universidade de São Francisco, em 1986. p. 3.

afirma que “até os vinte e seis anos de idade, foi homem entregue às vaidades<sup>55</sup>”. De família nobre, caçula dos treze filhos do citado casal, ficou órfão de mãe aos oito anos de idade e de pai aos quatorze anos. Segundo Bangert (1972) Inácio herdou dos pais uma intensa fé católica, vivendo os primeiros anos de sua infância num ambiente simples no campo<sup>56</sup>.

Ainda jovem foi encaminhado pelo pai ao seguimento da carreira militar, com o auxílio de um parente riquíssimo chamado João Velásquez de Cuellar, o que lhe permitiu entrar em contato com a Corte e então veio a conhecer os Reis do Reino de Castela, recebendo então uma formação básica de cortesão<sup>57</sup>.

Com 26 anos de idade, devido ao empobrecimento da família onde morava por perderem tudo por motivos políticos, colocou-se a serviço de Antonio Henrique Duque de Nájera e vice Rei de Navarra, e dele recebe algumas tarefas diplomáticas e militares. Essa mudança se deu por causa da morte do Rei da Espanha, D. Fernando, e conseqüentemente, seu parente e protetor, agora D. João de Castela perdeu seus bens e seus poderes. Sempre ao serviço do Vice-rei de Navarra, tendo sido gravemente ferido das pernas por uma bala de canhão, que lhe estraçalhou a perna direita e quebrou a esquerda, aos 30 anos, em Pamplona na defesa da cidade contra os ataques dos franceses, foi transportado, em uma liteira, para o seu castelo de origem<sup>58</sup>. Era o ano de 1521, ano em que Lutero se desliga da Igreja, como já acenamos anteriormente. Segundo sua autobiografia, quando chegou no castelo da família em Azpeitia, foi atendido pelos médicos que mediante uma nova cirurgia recolocaram os ossos das suas pernas no local. Mas como no decorrer da recuperação se notava alguns desvios de calcificação foi necessária outra vez a intervenção médica para corrigir os desvios<sup>59</sup>. Mais uma vez narra o Padre Câmara na autobiografia “Resolveu martirizar-se por sua própria vontade, ainda que seu irmão mais velho se espantasse e afirmasse que tal dor ele não se atrevia a sofrer. Mas o ferido sofreu com a costumada paciência”<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Autobiografia, nº 19. Utilizaremos nas nossas citações sobre a vida de Inácio de sua Autobiografia. Um texto que foi ditado pelo próprio Inácio de Loyola a um dos seus companheiros três anos antes de sua morte, e que está publicado em: Obras Completas de San Ignacio de Loyola, Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), Madrid, 1963.

<sup>56</sup> BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto/São Paulo, Livraria Apostolada da Imprensa/Loyola, 1972. p. 11.

<sup>57</sup> VILLOSLADA, Ricardo Garcia. **Santo Inácio de Loyola**. São Paulo, Loyola, 1991. p. 11.

<sup>58</sup> BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto/São Paulo, Livraria Apostolada da Imprensa/Loyola, 1972. p. 14.

<sup>59</sup> Autobiografia, 1 e 2.

<sup>60</sup> Idem, 4.

No tempo da convalescença refletiu muito sobre sua vida e reconstruiu seus projetos como nos mostra na autobiografia 6 e 7 quando afirma ter vontade de ler alguma coisa e pediu livros de Cavalaria. (Uma espécie de romance que era como uma novela na época). Mas somente foi lhe entregue dois livros: Um chamado a “Vida de Cristo” do Cartucho Ludolfo de Saxônia e o outro sobre a Vida dos Santos, conhecido como “Lenda Áurea” do dominicano Tiago da Varazze. No início relutou e não queria ocupar-se da leitura destas obras estranhas ao seu caráter, mas aos poucos, como não tinha mais nada para fazer ou ler, começou a folhar e a ler esses livros, e foi assim tomando ânimo pela leitura<sup>61</sup>. Mais adiante ao ler a vida de São Francisco (1181-1226) e de São Domingos (1170-1221), sentiu uma vontade enorme de imitá-los e seguir os seus ensinamentos, pois ele mesmo diz na autobiografia “*São Francisco fez isso. Pois eu o tenho de fazer também! (...) São Domingos fez aquilo outro. Pois eu tenho de fazer outro tanto*”<sup>62</sup>.

Motivado por essas leituras abandonou a profissão das armas e se dedicou a uma vida de rigorosa penitência. Então, lá mesmo onde nascera, motivado pela conversão, renasceu novamente para uma nova vida, diferentes nos projetos, mas buscada com a mesma galhardia e força de vontade de viver que o inspirou na etapa anterior também, pelo que podemos captar pela sua própria autobiografia e pelos seus comentadores. Assim se entende quando se fala de um segundo nascimento, que em vez de buscar a glória de si mesmo, o prestígio pessoal, será marcado pela busca da maior honra e glória de Deus, conforme ele mesmo vai gravar nos objetivos de sua obra apostólica “*Ad maiorem Dei Gloriam*” (Tudo por uma maior glória de Deus).

Então estabelecido e recuperado de suas forças vitais, começou Inácio em fevereiro de 1522, a por em prática os propósitos de mudanças na vida, decisão esta derivada das leituras e das reflexões longamente pensadas na convalescença. Primeiramente fez uma peregrinação ao Santuário de Monserrat decidindo passar uma noite de vigília neste Santuário. Como sinal de mudança completa de sua vida, decidiu deixar ali no altar de Nossa Senhora de Monserrat as suas armas e suas vestes para revestir-se das armas de Cristo, a cujo exército queria se alistar e prestar os seus serviços. Despojou-se de seu traje tradicional e entregou-o a um mendigo, e vestindo uma espécie de túnica, tornando-se verdadeiramente um peregrino<sup>63</sup>. E mais tarde partiu para a Palestina, com destino a Jerusalém, para conhecer a terra onde Jesus nasceu e viveu e até mesmo

---

<sup>61</sup> Idem, 6

<sup>62</sup> Idem, 7

<sup>63</sup> Idem, 18.

pensava em ficar por lá, para realizar a sua missão. Mas lá chegando teve que voltar por motivos de desavença política. Durante a viagem, teve que esperar por quase um ano em Manresa, perto de Barcelona. Ali escreveu alguns apontamentos de suas experiências místicas, que mais tarde virá a tona com o nome de “Exercícios Espirituais”<sup>64</sup>. Seu desejo era de permanecer em Jerusalém, mas forçosamente motivado para retornar, compreendeu que ele poderia encontrar Jesus, não só em Jerusalém, mas em qualquer parte do mundo Ele se encontrava, e assim retornou para a Espanha<sup>65</sup>.

E compreendendo a importância e a necessidade da cultura para a realização do que pretendia no futuro apostolado resolveu se dedicar aos estudos. Primeiramente estudou Gramática Latina em Barcelona na Espanha e depois se transferiu para Alcalá em 1526. Em seguida se dedicou aos estudos teológicos em Salamanca e depois em Paris a partir de 1528. Ali encontrou alguns companheiros com os quais deu os passos iniciais da futura Companhia de Jesus<sup>66</sup>. Estudou ainda Artes, Filosofia e Teologia para completar os seus estudos exigidos pela Inquisição para poder exercer o desejado apostolado. Obteve o título de Mestre em Artes pela Universidade de Sorbonne e o grupo fazia já a experiência dos Exercícios Espirituais<sup>67</sup>.

Já num estágio de maior dedicação às formas contemplativas e decisão de conversão de vida, valeu-se da leitura da “*Devotio moderna*”, e da “Imitação de Cristo”. Destas leituras, Inácio deduziu duas experiências nos diz Tuchle (1971):

A primeira foi que a vida virtuosa não consiste em práticas exteriores de penitência; que antes a meditação dos mistérios de Deus e de Cristo representa a mais importante das “práticas” piedosas, que a purificação do coração e o humilde abandono à vontade de Deus são a meta de maior relevância. A segunda experiência foi a ordenação metódica da vida interior, de sorte que nada fique a mercê do momento, nem da veleidade da pessoa piedosa<sup>68</sup>.

Praticamente dessas conclusões, podemos conceber a conexão com o delineamento do sistema formal, por ele dado, aos “*Exercícios*”, experiência pessoal que ele mesmo se submeteu. O espírito militar com essa preparação religiosa criou em Inácio os fundamentos para a concepção de um grupo organizado sob uma hegemônica Companhia (*Societas*) que ele deu o

---

<sup>64</sup> Idem, 20 e 21.

<sup>65</sup> Idem, 50.

<sup>66</sup> Idem, 64 a 68.

<sup>67</sup> Idem, 76 a 83.

<sup>68</sup> TUCHLE, Germano. **Reforma e Contra-Reforma**. Coleção Nova História da Igreja, vol. III. Editora Vozes, Petrópolis, 1971. p. 133

nome de Companhia de Jesus. Nada mais militar que seu próprio comportamento estabelecendo regras duras e exigindo a observância de todos que quisessem participar desse grupo de companheiros, e lutar debaixo da bandeira de Cristo. Durante os estudos foi notificado pela Inquisição, por causa de seu comportamento, sendo suspeito de ser um daqueles teimosos “alumbrados” que sob a capa de inspiração divina espalhavam vários erros e incoerências sobre a doutrina cristã. Mesmo sendo declarado inocente, foi convidado a não exercer nenhuma atividade pastoral sem antes completar seus estudos<sup>69</sup>. Foi também durante os estudos que formou um grupo de estreita amizade com Francisco Xavier, Pedro Fabro, sendo o único que era padre na época, Simão Rodrigues, Alfonso Salmeron, Nicolau de Bobadila, também grafado como Bobedilla, e Diogo Laínez, também escrito Laynez, que iluminados pelos “Exercícios Espirituais” tomaram uma decisão severa e definitiva sobre a própria vida, que se projetou numa das maiores obras religiosas de todos os tempos. No dia 15 de agosto de 1534, na capela de São Dionísio no Bairro Montmartre de Paris, fizeram votos de guardar a castidade e viver na pobreza, e de peregrinar para Jerusalém com o objetivo de propagar o Reino de Deus.

Em 1537, juntaram-se ao grupo mais três jovens companheiros, Pascássio Broet, João Cadure e Cláudio Jay. E, em 1539, para mais facilmente continuarem unidos, resolveram constituir uma ordem própria deles chamando a nova comunidade de “Companhia de Jesus”. Também aí se nota a expressa linha dura impressa pelo fundador que herdara, mesmo após a conversão, alguns aspectos da vida militar, coesão de uma Companhia que se matinha em alerta para lutar e servir por Jesus e pelo Papa seu representante na terra.

### **3.2 A COMPANHIA DE JESUS (OS JESUÍTAS): identidade e projeções.**

Inácio preocupado com a sua salvação e conseqüentemente dos seus amigos também, resolveu após muito orar e refletir, fundar uma associação que reunidos em grupos colaborassem para as realizações de boas obras para a consecução dos desejos evangelizadores da Igreja. A esse grupo chamou simplesmente: Companheiros de Jesus e deste agrupamento surgiu então a *Companhia de Jesus*. O nome já revela a dupla significação proposta por seu fundador e seus companheiros; o ideal de uma comunidade que pretendia estar unida pela fé e ideal de

---

<sup>69</sup> Autobiografia, 69 – 70.

acompanhamento de Jesus e a inspiração de um agrupamento de natureza militar, próprio da identidade subjetiva de seus fundadores.

#### **a) ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.**

A partir de então estava fundada a nova Ordem da Companhia de Jesus, cujo marco inicial assinalado aos 15 de agosto de 1534, com um propósito inovador ou ao menos desafiante, para “desenvolver trabalho de acompanhamento hospitalar e missionário em Jerusalém, ou para ir aonde o Papa os enviar, sem questionar”. A ordem, fundada pelo ex-militar Inácio de Loyola, chamou-se Companhia de Jesus, cujos membros eram conhecidos e tratados por Jesuítas. Em latim, “*Societas Iesus*”, por isso, às vezes, aparece abreviadamente S. I. ou S. J. Uma Ordem fundada por leigos, pois, até então, somente Pedro Fabro era ordenado sacerdote. Em 1537, por recomendação e autorização do Papa Paulo III, os outros membros também foram ordenados padres em Veneza pelo Bispo de Arbe.

Inácio de Loyola foi escolhido para servir como o primeiro superior-geral da recém fundada Ordem. Então ele começou a escrever as Constituições dos Jesuítas, com tal rigidez e organização disciplinada que faz jus à expressão latina “*perinde ac cadaver*”, (obediente como um cadáver), disciplinado como um cadáver, na obediência aos superiores, e também o seu grande princípio que tornou lema dos Jesuítas “*Ad Maiorem Dei Gloriam*” (Tudo por uma maior glória de Deus). Mas, como carecia ainda da aprovação oficial da Igreja para a nova Ordem, o grupo se apresentou à Santa Sé, expressando o desejo de viver em uma Congregação Religiosa, apresentando a “Fórmula do Instituto<sup>70</sup>” como Regulamento básico a ser seguido pelos membros, que então perfaziam um total de dez. O pedido de aprovação foi estudado e aprovado pelo Papa que, em 27 de setembro de 1540, pela Bula Papal de Paulo III, chamada “*Regimini militantis Ecclesiae*” (Regimentos da Igreja Militante) assinala a aprovação oficial e o reconhecimento pela Sé Apostólica, da Companhia de Jesus, como Ordem Religiosa. Os membros da Ordem, condizente com a função social do fundador que era militar, consideravam-se “soldados da Igreja” cuja missão era combater o avanço do protestantismo. Inácio de Loyola considerava que a batalha deveria ser travada com as armas do espírito e para tal se dedicou aos exercícios

---

<sup>70</sup> “Formula Instituti”, um documento fundamental que rege todos os demais, como assim dizer o ponto de partida fundamental de todos os outros escritos sobre os direitos e deveres da Ordem e de seus associados. Faremos algumas considerações mais adiante.

espirituais. Escreveu um livro básico propondo longos retiros espirituais, hoje conhecidos como retiros inacianos, trinta dias em silêncio e orações contínuas. Inácio pensava que através da contemplação as pessoas se convertessem ao catolicismo. Também a catequese dos não-cristãos e a criação de escolas religiosas faziam parte da estratégia da Companhia. Outro instrumento de esmorecimento do protestantismo seria a expansão do domínio católico aos demais continentes e, sobretudo a conversão ao catolicismo dos povos dos continentes recém-descobertos, no caso do Brasil. Ainda o mesmo Papa Paulo III, pronunciou oficialmente em nome da Igreja, sobre a Companhia, em 27 de março de 1543, com o documento, “*Iniumtium Nobis*” considerada uma nova aprovação da ordem com a renovação do limite de professos de sessenta inicialmente para um número ilimitado. Ainda Paulo III, em 15 de novembro de 1549, se pronunciou favoravelmente aos Jesuítas, concedendo à ordem muitos e amplíssimos benefícios e privilégios. Também o papa Julio III, em 21 de julho de 1550, com seu documento “*Exposcit Debitum*” reafirmou o andamento da Ordem. E ainda aos 28 de junho de 1591, o Papa Gregório XIV, se manifestou oficialmente ratificando e reafirmando os privilégios da Companhia.

Porém, aos 21 de julho de 1773, o Papa Clemente XIV, com seu Breve “*Dominus ac Redemptor*”, (Senhor e Redentor) anula, suprime e extingue<sup>71</sup> da face da terra, a citada Ordem. Aqui é necessário fazer um retrospecto para possibilitar o entendimento dessa atitude contraditória, aparentemente, do Papa Clemente XIV, ao proceder o banimento de tão conceituada Companhia. Certamente são frutos da época de uma visão iluminista deste século. Pois a partir de 1750, com a exposição e organização na França da grande “Enciclopédia das Ciências, artes e profissões” dirigidas por Diderot (1713-1784) e D’ Alambert (1717-1783), sendo também dessa época Voltaire (1694-1778). Todos estes pensadores das idéias iluministas que se opõe com veemência contra toda religião positiva, em especial contra à Igreja Católica. O sucesso dessas manifestações literárias, com um cunho filosófico muito aprimorado, gera um clima anticlerical. E assim a influência da Igreja nas cortes dos príncipes e diminuída e combatida pelos ideais iluministas e absolutistas, e como os Jesuítas eram maioria, então passaram a ser a “ovelha negra” da época. Conforme relatos históricos, em 1749, a Companhia de Jesus conta com 22.600 membros, repartidos por 39 províncias; dirige 669 escolas superiores, fornece os

---

<sup>71</sup> A supressão da Ordem revela, ao nosso simples parecer, que a tão elevada e estimada Companhia conheceu também seus dias de derrota e até mesmo de exclusão do seio da Igreja pela autoridade máxima do mesmo poder que a instituiu como tal. Mais adiante apresentaremos este documento na sua íntegra como parte deste texto, ao analisarmos a presença geral da Companhia de Jesus no Brasil, desde a expulsão eo reestabelecimento..

conselheiros espirituais e confessores de quase todas as cortes. Só diante disso podemos entender a posição da própria Igreja, por meio do seu “*Pontifex Máximo*” de suprimir a Companhia que não conseguia acompanhar, segundo os iluministas, as novas concepções de visão de mundo, sem autoridade e sem imposição.

Uma Guerra geral se desencadeou contra os Jesuítas, pois em 1759 foram banidos de Portugal e do Brasil; em 1762 na França o parlamento decide a supressão da Ordem que foi confirmado pelo rei em 1764. Em 1767 foram expulsos da Espanha e de suas colônias, e também do reino de Nápoles. Porém, na Rússia e na Prússia a ordem continuou a existir, porque Catarina II e Frederico II se recusaram a publicar o Breve do Papa, pois ainda continuavam numa prática do Feudalismo Medieval.

Destes acontecimentos, queremos aprofundar uma releitura dentro da ótica de contradição entre uma formação humanista, clássica e as objeções iluministas que provocam essas atitudes diante de escritos, e do espírito de uma época que influenciou também a formação do Agente Religioso, no Brasil, que trataremos, mais tarde, ao analisarmos a extinção da Companhia de Jesus no Brasil e no mundo.

Mas aos 07 de agosto de 1814, o papa Pio VII, com a Bula “*Sollicitudo Omnium Ecclesiarum*”, (Pelo pedido de toda a Igreja) restabeleceu novamente a Companhia de Jesus, evidenciando os motivos pela reabilitação, quase com as mesmas justificativas iniciais do aparecimento da Ordem. Confiando-lhe desta vez a missão educadora “formação intelectual e moral da juventude”, conforme nos atesta Leonel Franca (1952). Essa acabou ficando assim por 41 anos, (de 21 de julho de 1773 à 07 de agosto de 1814) como o tempo da Companhia de Jesus extinta e suprimida da comunhão da Igreja conforme autoridade papal, mas, depois de restaurada, a Companhia existe até hoje.

## **b) A FÓRMULA DO INSTITUTO.**

Não podemos pensar na Companhia de Jesus sem conhecer, ao menos, em linhas gerais o documento chamado “*Formula Instituti S.J.*”. Esse documento estabelece essencialmente a estrutura da Ordem, e mesmo porque, trata-se do primeiro fundamento estrutural da formação do novo movimento que deixará rastros na educação no Brasil Colonial e em todo o mundo.

Segundo Pellicia (1975), este documento é chamado de “A carta fundamental da Companhia de Jesus”. Pois se trata de um documento em forma de estatuto onde se estabelecem as linhas fundamentais da forma de vida a ser vivida conforme os preceitos evangélicos proposta pelo fundador à Companhia de Jesus e aprovada pela Igreja, nas Bulas de Paulo III, *Regimini militantis. Ecclesiae* e ainda na de Julio III, *Exposcit debitum*.

Por ter sido aprovada por várias vezes na evolução de suas necessidades, o documento é considerado de direito pontifício. Por isso este documento vem sendo considerado como a base de toda a Companhia ou ao menos o elemento básico de seus Estatutos em todos os tempos. Este documento originou-se da reunião dos Companheiros de Jesus que uma vez concordados em constituir-se como Ordem religiosa precisavam fixar as linhas gerais de ação para pedir a aprovação eclesiástica. Encontramos a fórmula publicada na *Monumenta Constituciones*<sup>72</sup>, no Arquivo Romano da Sociedade de Jesus (ARSI)<sup>73</sup>, cujo acesso nos possibilitou o exame e a constatação dessa análise que estamos fazendo.

O texto está dividido em 5 capítulos, com uma conclusão, no final, como era de se esperar, seguindo a base matricial dos textos eclesiais:

No primeiro capítulo, encontramos a descrição da finalidade essencialmente apostólica da Companhia de Jesus, como corpo religioso, voto solene de castidade, bem como a designação da existência de um superior, de uma legislação e de um conselho. No segundo capítulo, consta da exigência do voto de obediência especial ao papa para as missões. Já, no terceiro capítulo, relata o sentido da obediência aos superiores e suas implicações e desdobramentos. No quarto capítulo, trata especificamente da pobreza. E, no quinto, expõe o regime de vida a ser praticado pelo membro da ordem estabelecendo a não existência de coros, de penitências especiais, deixando assim o tempo livre para maior dedicação ao apostolado. Reza também esse capítulo sobre a aceitação na Companhia, sendo admitido somente como membros aqueles que tenham superado muitas experiências e provações.

A Fórmula do Instituto, assim concebida, foi aprovada pelo Papa Paulo III. Porém com o passar do tempo e conforme as necessidades dos lugares onde a Companhia se estabelecia, o Estatuto foi sendo modificado e corrigido conforme requeriam as circunstâncias.

---

<sup>72</sup> Mon Const. 1: 14-21.

<sup>73</sup> ARSI significa Archivium Romanum Societatis Iesu. (Arquivo Romano da Companhia de Jesus).

### c) AS CONSTITUIÇÕES.

As constituições da Companhia de Jesus são verdadeiramente o elemento central da Legislação da Ordem. Também esse documento está arquivado do (ARSI) e constitui junto com a Fórmula do Instituto basicamente o núcleo fundacional e continuam com a validade até hoje, apesar das suas modificações conforme exigem os tempos e as circunstâncias.

As Constituições foram também escritas pelo fundador Inácio de Loyola, sendo quase que um prolongamento da Fórmula do Instituto que também foi chamada de “*Summa Institute*”. O mesmo Dicionário afirma que a Fórmula do Instituto constitui a primeira base para a redação das Constituições, que o próprio Inácio chamou de “*Determinationes Societatis*”<sup>74</sup>. Normalmente as Constituições são prescrições fundamentais, conforme o Código de Direito Canônico vigente na Igreja deve seguir as normas comuns para todos os Institutos de Vida Consagrada e de Sociedade de Vida Apostólica<sup>75</sup>.

As Constituições inicianas são constituídas de um grande número de orientações próprias para a admissão, formação e vivência integral do membro da Ordem. Por isso o texto não é muito acessível aos externos à Ordem. A não ser o “*Examen*” que é um texto que contém as informações e as exigências para que o candidato ao ingresso na Companhia devem satisfazer, para serem aceitos na Ordem.

Assim sendo, as Constituições Inicianas são compostas das Constituições propriamente ditas, do *Examen* e das Declarações.

Contem um Proêmio e dez partes assim distribuídas:

Parte I - Da admissão dos membros para formar o corpo da Companhia.

Parte II – Como despedir os que não são aptos.

Parte III – Contínua conservação e formação dos admitidos com os meios espirituais e corporais.

Parte IV – Trata do lugar das letras e outros meios para poder ajudar o próximo.

Parte V – Trata sobre a incorporação dos membros, quando estão suficientemente preparados, nos diversos graus exigidos pela Companhia.

---

<sup>74</sup> DICCIONARIO HISTÓRICO DE LA COMPAÑÍA DE JESÚS, Biográfico-temático. Charles E. O'Neill, SJ e Joaquín M.ª Dominguez, SJ. (Directores). Instituto Historicum, SI, Roma e Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2001. p. 928.

<sup>75</sup> Código de Direito Canônico, 1983. Cânones de 573-746.

Parte VI – Contém as obrigações que os já incorporados à Ordem devem seguir em consideração a vida religiosa de cada um.

Parte VII – Descreve os fundamentos da missão apostólica da Ordem.

Partes VIII E IX – Indicam os meios para manter unidos os congregados dispersos pelo mundo, na unidade da Ordem entre si e com os dirigentes.

E, por fim, a parte X é uma conclusão projetando no futuro a missão de como conservar e fazer progredir a Companhia de Jesus no mundo. Trata-se de um rígido processo de aculturação e formação confessional e clerical.

#### **d) O EXAMEN.**

O texto que tivemos contato chama-se “*Primum ac generale Examen*”, contida no (ARSI)<sup>76</sup>. Considerado o texto B, visto que existem outras versões que são numerados desde A até D. O *Examen* é um texto formado por 8 capítulos que formam dois blocos bem definidos. Primeiro bloco formado por 4 primeiros capítulos e está destinados a todos os que querem ser admitidos na ordem, onde se informa ao candidato sobre a finalidade e as características próprias da Companhia de Jesus e seus diversos graus de atuação dos membros em diversas funções. Já o segundo bloco são os exames mais especializados com indicações e interrogações para quem deseja pertencer a um ou outro grau da Companhia ao qual deseja ingressar.

É uma espécie de manual que oportuniza ao candidato conhecer um pouco das características e das exigências da Ordem, bem como dá aos responsáveis por esta etapa um conhecimento do candidato ao responder as questões a eles conferidas.

#### **e) AS DECLARAÇÕES.**

As Declarações são formadas também por um texto que praticamente são anotações ao texto do *Examen* e das Constituições que guiam os superiores da Companhia de Jesus na interpretação e na aplicação, ou seja, na execução prática destes documentos. É de uma

---

<sup>76</sup> Mon Const. 2: 3-129.

característica explicativa e aplicativa do extenso documento das Constituições. Segundo Nadal as Declarações servem para aclarar a mente do legislador<sup>77</sup>.

#### **f) CONGREGAÇÃO.**

Uns dos termos muito citados nos documentos da Ordem é a congregação. Entende-se por Congregação um termo que designa uma realidade em duplo sentido: uma num sentido permanente e estável e o outro no sentido temporário ou extraordinário. São consideradas Congregações estáveis uma Comunidade em uma obra apostólica. E são consideradas temporais as reuniões para diversas situações da Ordem como: Congregação Geral, CG; dos procuradores, dos provinciais, da província e por fim para eleger o vigário geral.

Aqui vamos considerar as Congregações Gerais, como reuniões que se convocam para estudar assuntos de particular importância para a Companhia de Jesus, por exemplo, a eleição do padre geral, a modificação das Constituições, para se decidir sobre a abertura ou fechamento de uma casa ou colégio. Enfim se pode dizer que “A Congregação Geral se convoca para tratar sobre os assuntos que por sua importância requerem a presença de toda a Companhia de Jesus, neste caso reunida em Congregação”<sup>78</sup>.

No ano de 2008, reuniu-se aos 5 de janeiro, em Roma, a 35ª Congregação Geral da Companhia de Jesus, na Cúria Geral em Roma. Acompanhado às emergências modernas, os 218 delegados votaram no dia 18 de janeiro, durante a mesma Congregação Geral, para elegerem o Jesuíta Adolfo Nicolas como novo Superior Geral da Companhia de Jesus. O voto foi eletrônico<sup>79</sup>.

### **1. O RATIO STUDIORUM.**

Para efetuar o plano original de serviços religiosos em favor da Igreja pelos homens, a Companhia de Jesus, liderada pelo fundador Inácio de Loyola, formulou um Projeto de

---

<sup>77</sup> DICCIONARIO HISTÓRICO DE LA COMPAÑÍA DE JESÚS, 2001. p. 932.

<sup>78</sup> Mon Const. 1: 17, 27, 377.

<sup>79</sup> Disponível em [www.jesuitas.com.br/index.htm](http://www.jesuitas.com.br/index.htm), acessado aos 03 de novembro de 2008.

organização dos estudos, que após muitos anos de provas e experimentação tornou o Código pedagógico que tratava sobre a metodologia, organização e conteúdos dos estudos.

#### **a) TENTATIVAS QUE ANTECEDERAM O RS.**

A educação, como forma de apostolado, tomada em sentido lato, que incluía a pregação e o ensino do catecismo, já fez parte das origens da Companhia de Jesus. Porém, bem depressa, a Companhia, ao enfrentar o problema de formar os homens que iriam compor o seu próprio quadro, teve que discutir internamente o problema da educação formal. Devido também à expansão dos jesuítas pela Itália e depois pelo mundo, através da rede de escolas espalhadas em vários lugares, este aspecto da necessidade da educação formal tornou-se uma questão de grande importância e extremamente decisivo. Daí a necessidade e os problemas de se tratar a uniformização e organização curricular. Bem como dos seus objetivos que deveriam ser bem claros para conquistar os homens para Deus. Daí surgiu também a necessidade de se esclarecer os métodos de estudo e de trabalho, enfim, a necessidade de normalizar, estabelecer regras, para o ensino a ser ministrado nas diversas escolas e colégios da Companhia espalhados pelas suas várias Províncias. Diante destes questionamentos e verificadas essas pendências, foram sendo experimentados e testados nas diversas modalidades de ensino. Na verdade, esta necessidade de ter alguma atenção e ordenamento para a uniformidade do ensino já se sentia desde a fundação das primeiras escolas e colégios fundados em Gandiá (1546) e Messina (1548).

No colégio de Messina, apareceram alguns projetos e planos que merecem destaque. Aníbal de Condret, em 1551, elaborou um plano que Polanco, secretário de Inácio de Loyola chamou de “Plano de estudos de Messina”, (*De ratione studiorum Messanae*) e também Nadal elaborou em 1548, “As Constituições do Colégio de Messina” (*Constitutiones Collegii Messanensis*) em 1552, “Disposição e ordem para os estudos Gerais” (*De studii Generalis Dispositione et ordine*) e em 1553, “Regras para os estudos dos colégios” (*ordo studiorum*). Mas, com o aumento das escolas e colégios, essa necessidade foi-se avolumando de tal forma que várias tentativas se organizaram na consecução do famoso plano de estudos, que foi elaborado e experimentado quase por meio século, e tendo sua publicação definitiva em 1599.

No início, Inácio de Loyola, incumbia essa tarefa aos próprios reitores dos colégios, pedindo ao mesmo tempo em que, depois de algum tempo de experiência, fosse elaborado um

conjunto de normas comuns e oficiais que seriam mais tarde ordenadas, experimentadas e estendidas a todos.

Também é de se notar que os colégios seguiam as regras e normas contidas na constituição dirigidas ao Colégio Romano<sup>80</sup>. Eram normas úteis e importantes, mas não entravam em detalhes sobre conteúdos e métodos, que se consideravam uma emergência já notada pelo próprio fundador expressa no número 455 das Constituições:

Das horas e das lições e ordem e modo, e dos exercícios espirituais, assim das composições (que devem ser proferidas pelos professores) como as disputas em todas as faculdades, e pronunciar publicamente orações e versos, em particular se dirá em um tratado de por si, ai qual se remete esta constituição<sup>81</sup>.

Aí já se nota a preocupação inicial desde as primeiras formações oficiais dos documentos da Companhia e do desejo do fundador de construir um texto com recomendações e normas para o ensino, seja na formação do seu quadro, seja para o ensino nas escolas e colégios. Esta tarefa foi sempre levada em consideração. Porém, como o colégio romano, considerado o modelo dos colégios Jesuítas, dele se esperava a maior contribuição na preparação desse tratado.

Já encontramos na *Monumenta Pedagogica*, arquivada no ARSI, um pequeno tratado chamado de: *Ratio Studiorum Collegii Romani* (Plano de Estudos do Colégio Romano)<sup>82</sup>. Esta redação de 1558 era já resultado das experiências vividas nos colégios existentes. Este documento foi iniciado no colégio de Messina desde 1548, composto pelo Padre Nadal, e contém praticamente as ideias fundamentais do documento do *Ratio* definitivo, que foi publicado em 1599. Contém o documento a estrutura dos colégios, a divisão dos cursos, os horários das classes, a matéria a ser ensinada, os autores a serem estudados, os exames e os exercícios acadêmicos.

Diego Laínez, o segundo geral da Companhia, foi autor de dois conjuntos de regras para alunos externos, sendo que, no primeiro, tratava da vida espiritual e moral e o segundo do estudo. Daí surgiu “*Ordo studiorum germanicus*”<sup>83</sup>, (Ordem dos Estudos Alemães), adaptada à situação particular da Alemanha, pelo padre Nadal, nomeado visitador das províncias da Alemanha. Também esse tratado teve caráter temporal e local.

No decorrer do tempo, o colégio Romano, que tinha como diretor de Estudos o Padre Diego de Ledesma, reunia-se com os professores periodicamente para discutir os problemas das

---

<sup>80</sup> Cont. 395 ss

<sup>81</sup> Idem, 455.

<sup>82</sup> Mon Paed 2 :45-52

<sup>83</sup> Mon Paed 2: 88-114

classes e tratar sobre o plano de estudos que deveriam elaborar. Entre muitos escritos dessas reuniões e discussões, encontramos, no mesmo Arquivo um documento que se chama: *De ratione et ordine studiorum Collegii Romani*<sup>84</sup> (Sobre o Plano e a Ordem dos estudos do Colégio Romano) de autoria do mesmo Ledesma, porém, devido a sua formação teológica, o autor privilegiava o ensino da teologia em vista dos estudos humanísticos.

Na mesma época, um professor contemporâneo de Ledesma, chamado de Pedro Juan Perpinyá, professor de retórica, elaborou um plano, como num pequeno tratado chamado de: *De ratione liberarum instituendorum litteris latinis et graecis*<sup>85</sup>. Também estes escritos, impresso várias vezes influenciam sem dúvida, os ordenamentos escolares futuros.

Até que em 1564, quando Laínez, o provincial, depois de voltar de sua participação no Concílio de Trento, ordenou aos professores do Colégio Romano que preparassem um projeto de estudos comum a toda a Companhia de Jesus. Trabalhada por vários anos e com a contribuição de vários professores, o terceiro provincial Francisco de Borja, depois de submeter a uma nova revisão, mandou enviar a todas as províncias o texto que foi elaborado daquele pedido de Laínez. Esta foi a primeira versão do *Ratio*<sup>86</sup>, sendo chamado de *Ratio Borgiana*, considerado o primeiro *Ratio* oficial e comum a todos os colégios da Companhia publicado com a autoridade de Borja. A estrutura interna deste documento é praticamente a mesma dos escritos anteriores, mas a sua grande importância foi por ter sido a primeira vez que se preocupou com regulação dos estudos humanísticos. E vigorou até que o Geral Cláudio Aquaviva, enviou outra versão do *Ratio* “*Ad experimentum*”.

Os professores do Colégio Romano, além do *Ratio* dos estudos humanísticos, elaboram também um tratado sobre o ordenamento dos estudos superiores especificamente o ensino de filosofia e teologia. O de filosofia: *De artium liberalium studius*<sup>87</sup>, ( Estudo sobre as Artes Liberais ) e o de teologia: *De sacrae theologie studius*<sup>88</sup> (Sobre o Estudo da Sagrada Teologia).

---

<sup>84</sup> Idem, 2: 519-627

<sup>85</sup> Idem, 2: 644-657

<sup>86</sup> Idem, 2: 181-253

<sup>87</sup> Idem, 2: 253-265

<sup>88</sup> Idem, 2: 265-287

## **b) ELABORAÇÃO, CONTEÚDO E CRÍTICA DO *RATIO*.**

Segundo Bangert (1972), Cláudio Aquaviva, (1581-1615) que foi quarto geral da CJ foi quem levou ao término a elaboração definitiva do *Ratio*. Chamou a Roma em 1581 seis padres de diversas nações, com larga experiência de ensino para concluir e elaborar o plano definitivo para a generalização do ensino da Companhia. Este grupo reuniu todo o material que havia sido escrito até aquela época sobre o planejamento e orientação dos estudos, da vida acadêmica e da forma de ensinar da Ordem. Após a reunião e análise de todo o material que havia, foi elaborado um documento que se chamou: “*Ratio atque institutio studiorum per sex patres, ad id iussu R. P. Praeposito Generalis deputatos, conscripta*”. Este material foi enviado a todas as Províncias do mundo com a indicação que fosse criada uma comissão de espertos em cada Província que examinasse o texto e fizesse as devidas observações por escritos e remetidos a Roma. Este documento não era propriamente um regulamento para os professores, mas um conjunto de material oferecido às comissões para discutir os problemas que se apresentavam no ensino das matérias e oferecerem suas colaborações como possíveis soluções. Então, com as observações recebidas, o texto original foi corrigido e substancialmente reestruturado<sup>89</sup>.

Desta reestruturação, saiu um novo texto que, por sua vez, foi enviado novamente para ser experimentado já com a colaboração e o parecer de todas as comissões. Este segundo *Ratio* já era um código didático-escolástico que orientava os professores em forma de regras. Enviada de Roma em 1591, “*ad experimentum*” a todas as Províncias, para um determinado tempo de aplicação. E, novamente, depois de certo tempo, os provinciais fizeram suas observações e mandaram para Roma. E finalmente, eliminados os inconvenientes e a acusada repetição da regras, Stefano Tucci foi responsabilizado para redigir um novo texto que se imprimiu em Roma em 1599. Esta edição constituiu-se o famoso “*Ratio atque institutio studiorum societatis Iesu*”, que, através de uma circular de 08 de janeiro de 1599, o texto é promulgado e enviado para todas as escolas da Companhia de Jesus. Trata-se de um volume reduzido pela metade das propostas anteriores. Este plano de estudos oferece aos professores da Companhia de Jesus um currículo fixo e um conjunto de métodos e objetivos, desde as classes de gramática até as de Teologia. Este documento foi seguido e reeditado várias vezes, por assim dizer, sem alteração no seu conteúdo

---

<sup>89</sup> BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus**. Porto/São Paulo, Livraria Apostolada da Imprensa/Loyola, 1972. p. 635

até 1773, ano da suspensão e anulamento da Companhia em todo o mundo pelo Papa Clemente XIV, aos 21 de julho pelo Breve, “*Dominus ac Redemptor*”. Tendo sido reestruturada a Companhia de Jesus em 1814, pelo Pio VII, com o decreto “*Sollicitudo omnium ecclesiarum*”, os Jesuítas sentiram a necessidade de atualizar e adaptar o programa de estudos conforme as novas exigências.

Então, a partir de 1832, foi reorganizado e revisto o plano de estudo, e, dessa revisão, saiu em 1841 um outro *Ratio*, porém praticamente só aplicado aos estudos de filosofia e teologia, pois os outros graus de ensino variavam em cada país e seguiam seus próprios planos. Esse documento final, fruto de inúmeras experiências e motivações é que se chamou de “*Ratio Studiorum Superiorum Societatis Jesu*”.

### c) A FORMAÇÃO BASEADA EM REGRAS.<sup>90</sup>

O *Ratio* constitui um conjunto de regras para bem ensinar. Não é um tratado teórico, mas tem uma finalidade prática aplicável a todos os professores e alunos. Foi pensado para guiar de modo rígido e uniformizado todos os que se dedicassem à função de ensinar. Todo esse conjunto de prescrições práticas e minuciosas garante ao professor, acima de tudo, a orientação na preparação de seu ensino. Os modelos literários seguidos eram inspirados em Quintiliano, Virgílio e Cícero. Sendo elaborado por um conjunto de Jesuítas, experimentado por um longo período de meio século e tomando as considerações dos métodos praticados nos colégios daquela época, eles optaram pelo “*modus parisiensis*”. Inácio e seus companheiros conheceram essa metodologia quando estudaram em Paris e controlaram tudo que se pensou de melhor para a condução do ensino na época. Já na abertura do colégio de Messina podemos encontrar essa opção clara pelo modo Parisiense, como ele mesmo diz: “Assim com a ajuda de Deus, todas as lições e os exercícios se darão com todo o cuidado e diligência, segundo o modo parisiense, o qual, dentre os outros, se considera exatíssimo e utilíssimo”<sup>91</sup>.

O “*Modus parisiensis*” apresentava duas características principais: a primeira era a distinção gradual de classes e cursos, de modo que os alunos podiam se concentrar em uma só matéria, avançando assim ordenadamente; E a outra característica que os professores se

---

<sup>90</sup> Regula, regulae: essa é a denominação das Ordens Regulares que formam as instituições católicas.

<sup>91</sup> Mon Paed 1: 386.

dedicavam a determinados alunos com dificuldades por múltiplos e assíduos exercícios para capacitá-lo para acompanhar o grupo da classe.

Como era de se esperar, o *Ratio* recebeu muitas críticas das quais enumeraremos algumas que consideramos mais fundadas, no segundo capítulo, quando analisaremos as formas de ensino baseados neste Plano de Estudos que prevaleceu por muito tempo.

Porém, a esta altura, gostaria de expressar a nossa posição crítica, ao menos de admiração pelo longo período de tempo em que vigorou esse programa de Estudos. Num mundo que estava em mudanças, numa época conturbada com o século XVI, é ao menos admirável que um tratado sobre a forma de ensinar permanecesse invariável por dois séculos, apesar das múltiplas exigências dos novos tempos e das novas descobertas. Ainda mais pela grande difusão dos Colégios Jesuítas, a nossa dificuldade é entender como se aplicar às novas línguas e literaturas nacionais, ou mesmo se tratando da História universal e local, das ciências naturais, enfim como aplicar esse plano de estudos igualmente para as diversas culturas. Foi o que sentimos no caso do Brasil colônia. Os povos nativos, com uma cultura totalmente diversificada daquela portuguesa trazida e imposta, ou ao menos na tentativa de ser implantada pelos soldados da Companhia de Jesus. Hoje temos a possibilidade histórica de reconhecer que os habitantes das Américas possuíam suas originais formas culturais e políticas, ainda que em estágios diferentes das sociedades européias, tinham suas crenças ou manifestações de culto. Havia uma hierarquia sagrada, mas pautada em outros níveis e outros costumes. É curioso pensar que o vigor do *Ratio* viesse a quebrantar todos esses princípios vividos pelos nossos ameríndios. O homem europeu, que tivera sua cultura marcada pela tradição clássica greco-latina, impunha essa matriz sobre a parte da humanidade subjugada no processo histórico. Para tal, era necessário o conhecimento do latim e do grego. O elemento nativo, como poderia ser motivado para aprender essas línguas, bases do ensinamento do *Ratio*? Diz o parágrafo 395 das constituições inicianas que o mistério do ensino vai mais além do aprendizado do latim, como fim em si mesmo, mais que o estudante “com as letras tomem também os costumes dignos do cristão”<sup>92</sup>. Então não estão sendo formados para uma cidadania digna ou uma vida social desenvolvida, mas para o amor de Deus, nos estreitos limites da confessionalidade da época. A própria constituição reza: “Os tenham os mestres particular intenção, assim quando se oferecerem a ocasião nas lições ou fora delas, de movê-los ao amor e serviço de Deus e das virtudes com que lhes hão de agradar e que lhes

---

<sup>92</sup> Const. 395.

enderecem todos os seus estudos para esse fim”<sup>93</sup>. Então fica claro que a finalidade do ensino não é para um despertar da inteligência para as atividades pessoais de formação e crescimento intelectual e social, mas para o amor e serviço de Deus.

Talvez aí justifique a falta de ensino elementar nos colégios Jesuítas, em geral. As classes para aprender ler e escrever, no início, não havia, não por princípio, mas por escassez de pessoal humano para tal. Podemos ler na constituição inicial o desejo do fundador, ainda que limitado pela falta de professores, que assim se expressa: “Ensinar a ler e escrever também seria obra de caridade, se houvessem tantas pessoas na Companhia que pudessem atender a todos; porém por falta delas não se ensinava isto ordinariamente.”<sup>94</sup> No caso do Brasil, foi certamente o que de mais ordinário se verificou a necessidade de ensinar as primeiras letras aos nativos e aos filhos dos colonos que se estabeleceram por aqui na colônia.

Buscamos identificar as principais tradições filosóficas presentes na cronologia da formação dos Agentes Religiosos, dando, sem dúvida, uma importância à tradição filosófica salvacionista Tridentina, consubstanciada no *Ratio Studiorum*, apesar de ser um texto, ainda em construção no período estudado. Mais descritivo do que teórico o *Ratio Studiorum*, tornou-se o símbolo na educação Jesuíta e, conseqüentemente, seu fulcro inspirador, a ideologia Tridentina também foi um dos elementos fundamentais de formação dos colégios dos Jesuítas e também dos seminários de formação clerical e da própria história da educação no Brasil. Não há registros históricos referenciados da criação de Seminários Tridentinos no século XVI no Brasil, pelas escassas fontes que se referem a tais fenômenos e disposições.

Aquilo que Hubert (1981) cita como primeiro Seminário do Brasil, fundado na Bahia, em 1569, era um grupo de estudantes vocacionados, que habitava na casa do Bispo, mas seguia o curso de teologia e Filosofia dos jesuítas<sup>95</sup>. A maioria dos *Agentes Religiosos* do século XVI vinha formada de Portugal, ou, no máximo, recebiam alguma formação junto ao lugar da residência episcopal ou nas casas paroquiais, que não eram tantas. Diante desta constante, nota-se também, no interior da Ordem, a necessidade de um código norteador dos colégios que, aos poucos se fundaram, para a formação homogênea e adequada dos alunos.

---

<sup>93</sup> Idem, 486.

<sup>94</sup> Const. 451.

<sup>95</sup> RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: Origem e desenvolvimento (séc. XVI)**. Vol. I. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1981

Parece não ser o primeiro desejo do fundador a construção dos colégios, pois o projeto primitivo estava ligado ao combate ao protestantismo. Mas a pedido do Vice-Rei e da cidade de Messina (Itália), Inácio aceitou o convite para fundar ali um colégio, e em 1548 abriu o colégio, que, sem dúvida, trata-se do primeiro colégio Jesuíta clássico e organizado da Companhia de Jesus. Para a Direção e funcionamento deste colégio, foram enviados, pelo fundador, alguns padres com o propósito de manter e aperfeiçoar a missão educadora da Companhia que acabara de nascer. Destas primeiras experiências, foram lavrados e arquivados documentos importantes, como planos de estudo, que mais tarde concorreram para uma organização completa dos estudos desde as classes iniciantes até as classes superiores de caráter universitário, conforme comenta Franca (1952) sobre o método pedagógico dos Jesuítas.

Daí em diante, motivados pelos pedidos da fundação de novos colégios dirigidos à nova ordem, constatou-se, então, a necessidade de um plano geral regulador para a formação e educação dos jovens, conforme esse novo propósito que já integrara aos intentos do fundador, devido ao êxito e boa aceitação dos colégios, sendo frequentados por muitos alunos. A história da Companhia de Jesus na educação se mistura com o nascimento e crescimento do Colégio Romano, já citado, e que continua através dos séculos sua história “gloriosa” no dizer de Franca, (1952) e hoje ainda existe com o conhecido nome de *Universitas Gregoriana*, que já formou para a Igreja 13 Papas, e centenas de Cardeais, Bispos e superiores de ordens religiosas. Porém, a variedade dos currículos secundários e superiores dos diversos países onde se encontrava a Companhia geraram dificuldades insuperáveis para aplicar um plano único e geral para os estudos. Atualmente os colégios da Companhia de Jesus mantêm certa fidelidade os princípios gerais do *Ratio*, se adaptando, contudo às características de cada país ou região onde estão localizados os colégios.

No final do tratamento deste movimento de Inácio, que os Jesuítas constituíram no tempo do Brasil colônia, nos seus primeiros 50 anos, como uma Companhia que encarna com profunda atenção e compromissada dedicação aos novos ideais da Igreja de seu tempo. Uma Ordem que acompanha os movimentos históricos fundamentais que lhes garantam reproduzir seu lugar ideológico como Igreja e ao mesmo tempo conquistar novos desafios, novas possibilidades de realizar a própria finalidade de Igreja em coerência com a expansão da fé e a conversão dos gentios.

Por fim, após termos apresentados esses três grandes movimentos, articulados entre si, definimos que a identidade da Companhia de Jesus não pode ser considerada ou vista de forma ardilosa, supra-histórica, numa confessionalidade estreita, nem ufanista e nem, ao mesmo tempo, numa posição revanchista e sectária. É preciso colocá-la adequadamente dentro da própria convenção das contradições da época, pois se trata de uma inovadora decisão da Igreja diante das contradições histórico políticas que ombreiam todas as demais.

E, no próximo capítulo buscaremos identificar, mais especificamente, a ação pedagógica e missionária dos Jesuítas no Brasil, e dentro dela, a especificidades dos primeiros cinquenta anos de intervenção missionária, educacional e evangelizadora da Ordem.

## **CAPÍTULO II - AÇÃO MISSIONÁRIA E PEDAGÓGICA TRANSPORTADAS PELA COMPANHIA DE JESUS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA E PARA AS PRÁTICAS DE INSTRUÇÃO NO INÍCIO DO BRASIL COLÔNIA: 1549-1599.**

O presente capítulo pretende reconstruir os marcos históricos e as diretrizes institucionais religiosas e pedagógicas da atuação educacional e missionária dos jesuítas nos primeiros cinquenta anos de estabelecimento experimental no Brasil, descritas por Mattos (1958) e Saviani (2007) como período *heróico*, tendo como marcos o nascimento de uma pedagogia “brasílica”, como afirma o mesmo Saviani (2007).

Numa primeira etapa, buscaremos reconstruir o processo de estabelecimento dos Jesuítas no Brasil e a ação mais geral da Companhia de Jesus na educação e na evangelização. Na segunda etapa, o nosso intento é o de identificar as práticas institucionais e curriculares de ensino de filosofia para a formação do Agente Religioso, mesmo que ainda embrionárias, mas que já surgiram na Colônia iniciante. Trata-se de buscar circunscrever a identidade política dessa prática e as concepções que se identificavam na abordagem da Filosofia. O lugar e significado do ensino da filosofia estaria circunscrito à concepção epistemológica e função política atribuída a essa forma de pensar o mundo, o conhecimento e a consequente formação do *agente religioso*.

## 1. O ESTABELECIMENTO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL COLÔNIA<sup>96</sup>.

Neste item registramos as nossas análises e considerações históricas sobre a chegada e o estabelecimento dos Jesuítas no Brasil, ocorrida a partir de 1549, sendo este o marco dos primeiros esforços na trajetória educativa e evangelizadora, que a Ordem da Companhia de Jesus realizou no Brasil.

Em 1549, em Portugal reinava Dom João III<sup>97</sup> e no poder da Igreja governava o Papa Paulo III<sup>98</sup>, quando, juntamente com a caravana do primeiro Governador Geral Tomé de Sousa, chegaram ao Brasil os primeiros Jesuítas. Dá-se então o estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil, sabendo-se que já na Esquadra de Pedro Álvares Cabral, por ocasião do descobrimento em 1500, vieram os franciscanos que logo continuaram com os navegadores o Caminho das Índias.

A Província do Brasil fazia parte da Assistência de Portugal, na organização interna da nova Ordem da Companhia de Jesus, fundada para lutar, na Europa, pela unificação do espírito cristão e latino e de combater, onde quer que fosse, as lutas que se travassem pela causa de Deus e da Coroa. Fizeram parte desta primeira expedição os seguintes Jesuítas: os padres Manuel da Nóbrega, Leonardo Nunes, Antonio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Estes dois últimos eram chamados de irmãos, pois já pertenciam à Ordem com alguns votos e profissão solene, mas não eram ordenados clérigos. O famoso e bem conhecido José de Anchieta veio na expedição de 1553<sup>99</sup>.

Registramos aqui o testemunho de Fernando de Azevedo (1976) que assim se manifesta em relação a este acontecimento histórico:

A vinda dos padres Jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e,

---

<sup>96</sup> Usamos aqui o termo “estabelecimento” no sentido de inserção inicial na colônia, visto o caráter experimental do começo da atividade dos Jesuítas no Brasil Colônia. O mesmo termo é empregado por Serafim Leite (1938), como subtítulo do Tomo I, (Século XVI – O estabelecimento) da História da Companhia de Jesus no Brasil, 1938, do qual tomamos emprestado.

<sup>97</sup> Dom João III nasceu em 6 de Junho de 1502 e morreu em 11 de Junho de 1557. Foi cognominado “O Piedoso” ou “O Pio” pela sua devoção religiosa, sendo o décimo quinto Rei de Portugal, tendo subido ao trono de Portugal em 1521.

<sup>98</sup> O Papa Paulo III nasceu em 1468, sendo eleito Papa em 1534 e governou a Igreja até 1549, quando morreu.

<sup>99</sup> Conferir relação de todas as expedições para o Brasil, com a presença de Jesuítas realizadas no século XVI, no APÊNDICES III, na p. 206.

certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e, sobretudo, pelas conseqüências que dela resultaram para nossa cultura e civilização<sup>100</sup>.

O mesmo Fernando de Azevedo (1976) interpreta e traduz o significado das atividades dos padres Jesuítas no Brasil no século XVI, com um parágrafo em sua obra “A Transmissão da Cultura”, que expressa muito bem não só a sua clamorosa posição de elogio e defesa aos membros da Companhia de Jesus, mas também uma visão geral da presença deles na primeira etapa de assistência jesuítica nestes cinquenta anos de “experimentação” pedagógica e missionária no Brasil. Assim resume o autor:

Se nessa trindade esplêndida, - *Nóbrega*, o político, *Navarro*, o pioneiro, e *Anchieta*, o santo, se simboliza a atividade extraordinária dos jesuítas no século XVI – a fase mais bela e heróica da história da Companhia de Jesus -, entre todos estes apóstolos e educadores avulta com um relevo singular, a figura taumatúrgica de *Anchieta* que chegara, no reforço mandado por *D. João III*, em 1553, simples noviço, de compleição frágil e menos de vinte anos<sup>101</sup>.

Com estas palavras de Azevedo (1976), entendemos que a experimentação pedagógica também ocorreu no ensino de filosofia, conforme situamos na nota de número quatro na introdução deste texto. A armada que partiu de Portugal com o destino da Colônia Portuguesa na América, constava de três naus, chamadas de Conceição, Salvador e Ajuda; duas Caravelas, *Leoa* e *Rainha*, e um bergantim denominado *São Roque* ou *Santiago*, conforme nos relata Pedro de Azevedo (1976), em sua obra *História da Colonização Portuguesa no Brasil*<sup>102</sup>.

Do testemunho do próprio Nóbrega, sabemos que a Armada partiu de Portugal (Belém) no dia primeiro de fevereiro de 1549 e chegou ao Brasil, na Bahia aos 29 de março do mesmo ano<sup>103</sup>. E aqui há que se ressaltar e elogiar a bravura desses portugueses que apesar da precariedade do tempo, da insuficiência de conhecimentos marítimos e as periculosidades inerentes à época, tiveram a coragem e o entusiasmo para navegar para tomar posse das novas terras descobertas e difundir ali os ensinamentos católicos praticados pela Metrópole. Hoje temos todos os recursos e acompanhamentos técnicos e eletrônicos: respostas instantâneas para os mais diversos tipos de problemas, (só para citar as escaladas das pesquisas espaciais), um domínio até fora do sistema térreo, sendo importante registrar que no início dos tempos modernos, não se detinha ainda o conhecimento atualizado, nem da terra nem do mar. Mesmo assim a busca pelo

---

<sup>100</sup> AZEVEDO, 1976, p. 5.

<sup>101</sup> Idem, pp. 13 e 14.

<sup>102</sup> AZEVEDO, *A instituição do governo geral na história da colonização portuguesa no Brasil*. Vol. III, p 335.

<sup>103</sup> NOBREGA, CB 71.

desconhecido e a aventura por novas conquistas moveu o espírito português para a colonização das terras novas. Foi assim que veio para o Brasil a possibilidade de ensino para manter as experimentações do projeto geral da obra dos Jesuítas que vieram para a colônia.

Para garantir também a assistência e a formação de uma nova cultura religiosa, conforme professavam os colonizadores, veio o grupo de Agentes Religiosos da Companhia de Jesus, com o objetivo de “formatar” a terra de Santa Cruz, conforme o exército da Ordem de Cristo. Logo que chegaram, podemos notar pelas palavras do mesmo Nóbrega, em uma das suas primeiras cartas, a impressão inicial que tiveram da Nova Terra, conforme explicita o trecho:

Desde logo se fez a paz com o Gentio da terra e tomou conselho sobre onde se fundaria a nova cidade, chamada do Salvador, onde muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sítio sobre a praia em local de muitas fontes, entre mar e terra e circundado das águas em torno aos novos muros. Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas em que se queira empregá-los; podem-se já contar umas cem casas e se começam a plantar cana de açúcar e muitas outras coisas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo, ainda que algumas por demasiado pingues só produzem a planta e não o fruto. É muito salubre e de bons ares, de sorte que, sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando de alimentação com que se nutriam, são poucos os que se enfermam e estes depressa se curam. A região é tão grande que, dizem, de três partes, em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; no mar igualmente muito peixe e bom. Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de rás tão belo<sup>104</sup>.

Com este testemunho, podemos entender que as disposições gerais e os ambientes aqui encontrados eram agradáveis aos olhos dos recém-chegados e não faltava bom ânimo para as grandes tarefas que lhes foram atribuídas pela Coroa Portuguesa, como *Agentes Religiosos* na empreitada da colonização portuguesa em terras da América. Nóbrega se tornou o primeiro Provincial da Congregação dos Jesuítas no Brasil, quando em 1553 foi fundada a Província do Brasil. Para os Jesuítas, era importante a conversão das almas, mas também a utilização da mão de obra dos indígenas, que se caracterizava como um aspecto econômico, ao passo que para os colonos portugueses apenas se interessavam pela exploração da força do trabalho dos nativos.

O fim principal da presença dos companheiros de Cristo, no grupo de colonizadores enviados ao Brasil como sabemos, era a catequese. Mas como catequizar? Começando pelos adultos ou pelas crianças? Nóbrega pensou em começar pelas crianças e entendendo essa

---

<sup>104</sup> NÓBREGA, CB 89-90

necessidade definitivamente confiou à instrução o melhor meio para iniciar a catequese como ele mesmo afirma: “Convidamos os meninos a ler e escrever e conjuntamente lhes ensinamos a doutrina Cristã.”<sup>105</sup> Deu-se, então, o estabelecimento da primeira escola elementar no Brasil. Assim podemos dizer que fora transplantado o modelo europeu para cá e deu-se o início da História da Educação Brasileira, é claro nos moldes europeus. Também no mesmo ano da chegada, Tomé de Sousa, funda a cidade de Salvador para servir de sede do primeiro Governo Geral no Brasil, após o fracassado sistema das Capitanias hereditárias, que foram criadas desde 1534.

No Brasil, os Jesuítas se ocupavam da catequese, do ensinamento da fé católica e do trabalho educativo, após entenderem que não seria possível converter os índios aos princípios doutrinários da fé católica sem que soubessem ler e escrever o português, ou mesmo o latim, que era a língua oficial da Igreja. Daí a necessidade de ensinar.

O ensino, sem dúvida, estava vinculado com os demais objetivos da Igreja, que não eram só educativos ou missionários, mas também econômicos e políticos. Quer seja para a própria manutenção e sobrevivência, quer seja para a direção dos destinos da Terra de Santa Cruz, com objetivos claros de uma busca constante da prática do bem e do altruísmo, combatendo as práticas indígenas como nudismo e o canibalismo para impor hábitos e costumes mais humanos.

A primeira escola fundada na Bahia em Salvador teve como primeiro professor e mestre o irmão Vicente Rodrigues, que nos moldes europeus, dedicou-se ao ensino e propagação da fé religiosa no Brasil, por muitos anos. Posto isso, enfatizamos que, como Paiva (1982), entendemos que para se conhecer a realidade brasileira presente se faz necessário o conhecimento das origens e do desenvolvimento dos valores aqui utilizados. Somente o percurso da história permite a compreensão da realidade.

Por ser a cultura brasileira diretamente originada da cultura portuguesa, “fincada nos valores da religião cristã”, baseada nos ensinamentos de Jesus, Paiva (1982) acredita que a catequese desempenhou um papel importante na conservação e sobrevivência da sociedade. O autor entende por catequese toda ação pastoral da Igreja: doutrina, liturgia, pastoral, devoção e o comportamento dos fiéis e da Instituição. A catequese além de importante fator de colonização é também entendida “como instrumento de imposição cultural aos índios”, sendo essa a hipótese

---

<sup>105</sup> NÓBREGA, CB 91

que Paiva (1982) sustenta, de que a catequese desempenha na história da cultura no contexto colonial quinhentista essa função.

Paiva (1982) pretende pensar uma História que organize e unifique a vida humana. “Conhecer e compreender o passado é situá-lo no tempo, no único tempo, o tempo presente”. E para reconstituir o passado é necessário que se recorra às fontes. Diz o autor que não se pode fazer uma análise da influência dos Jesuítas na História do Brasil sem passarmos pela leitura da “História da Companhia de Jesus no Brasil” do Padre Serafim Leite SJ<sup>106</sup>.

Considera um trabalho riquíssimo em informações, pelo benefício do acesso a todas as fontes, mas especificamente essa obra, segundo José Maria de Paiva (1982) carece de “uma crítica ideológica” que indique as razões dos fatos historiados. Para Paiva (1982), os julgamentos de Leite (1938) carecem destas disposições, isto é, no dizer desse autor, Leite apresenta um vigoroso registro de dados e informações, mas não procede a uma leitura crítica da Companhia.

Numa outra perspectiva, da interpretação a partir do povo, ele sugere a obra “História Geral da Igreja na América Latina” uma publicação da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), feita pelas Paulinas/Vozes, cujo segundo volume tem o título de “História da Igreja no Brasil”, nessa perspectiva de interpretação<sup>107</sup>.

Prosseguimos em Paiva (1982) como importante interlocutor, pela ênfase dada ao atrelamento da Igreja com a Coroa Portuguesa, embora de modo limitado à catequese dos índios, refletindo sobre “a receptividade que entre eles teve a mensagem evangélica, pregada à sombra da cruz portuguesa.” (p 27).

È importante relatar o que autor expressa sobre a visão de mundo do catequista Jesuíta, responsável pelas sementes do ensinamento, conforme a sua concepção de mundo à época, como visão de todos da época. A relação Fé e Império equivale a dizer Estado e Igreja, relação esta regida pela visão do “orbis christianus” (mundo cristão), traduzindo uma imagem cristã medieval do mundo, fundada na crença de que o mundo é de Deus e a Igreja Católica é sua representante na terra. Daí a máxima de que todos os homens devem ser cristãos, também os índios<sup>108</sup>.

---

<sup>106</sup> Trata-se da Obra de 1938 editada pela livraria Portugália e pela Civilização Brasileira.

<sup>107</sup> História General de la Iglésia en America Latina (HGIAL) da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA), Ed Sígueme, Salamanca. O tomo 2 foi publicado, em coedição, por Ed. Paulinas, São Paulo/Ed. Vozes, Petrópolis, 1977 (t. II/1 e II/2, 2ª ed. 1985).

<sup>108</sup> PAIVA, 1982. Primeiro capítulo. P 35.

A descoberta de novas terras, com habitantes diferentes dos já conhecidos na Europa, compreendia um conjunto de razões que, pela presença de selvageria e rudeza desse povo que constituía a nação indígena, ameaçava a unidade do mundo Cristão, já atingida pelo surgimento do movimento reformatório impugnado por Lutero. Então, era preciso, a todo custo, que se dominassem as forças adversas e se anunciasse a salvação. Os Jesuítas foram mandados pelo El – Rei, sob autoridade do Papa, para a extensão da fé. Assim Igreja e Estado buscavam a conservação do elemento nativo aos princípios do sistema universal do “orbis christianus<sup>109</sup>”. Na verdade os jesuítas estavam cumprindo uma ordem da sociedade evangelizada que os enviava a missionarizar os novos povos, catequizando como pregadores da mensagem religiosa e “funcionários” dessa ordem estabelecida. Nos marcos dessa se desencadeia o problema teológico da conservação pela sujeição, justificando-se assim o propósito de cristianização dos habitantes da colônia, com o objetivo de impor de qualquer forma a mensagem evangelizadora ao novo povo que integralizava o mundo descoberto, segundo Portugal.

Tendo em tela que a organização da cultura gira também em torno do trabalho, como apregoa Leontiev (1978) foram sendo organizados espaços comuns de reunião para a efetivação deste ensino e atividades correlatas, até a constituição do Colégio. O autor em sua obra “O homem e a cultura”, apresenta uma boa versão daquilo que dominamos desenvolvimento humano. Baseado em Engels, ele sustenta que o homem e aqui podemos aplicar aos nativos das terras brasílicas, tem uma origem animal, mas ao mesmo tempo “o homem é profundamente distinto dos seus antepassados animais” (p. 68). E mais adiante refere que “a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho<sup>110</sup>”.

Mais uma vez, para certificar-nos desta articulação com o trabalho, recorreremos às palavras do próprio Nóbrega que escreve a Portugal e dá a “receita”: “5 escravos para as plantações, 5 escravos para pescar; e para se vestir, algodão, que há cá muito. E com isso já se poderia sustentar ainda que fossem 200 estudantes”<sup>111</sup>. Na expedição de 1550, em que vieram mais quatro padres Jesuítas, chegaram também sete meninos órfãos, já instruídos, para auxiliar na catequese. Assim, o panorama endereçado ao trabalho catequético tomou novos ares. Os filhos

---

<sup>109</sup> O “Orbis christianus” versão do latim que equivale a expressão de mundo cristão é uma imagem cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do “orbis christianus”. PAIVA (1982): p.21 e 22.

<sup>110</sup> LEONTIEV, 1978, p. 262.

<sup>111</sup> NÓBREGA, CB 84

dos colonizadores, os filhos dos nativos misturados com os colonos e agora os meninos órfãos vindos de Portugal, formavam um grupo heterogêneo para a organização cultural e religiosa a que se propôs realizar a Companhia de Jesus, baseada na harmonia e desenvolvimento da citada colonização portuguesa em terras brasileiras da colônia inicial.

Certamente não era de modo pacífico, pois conforme sabemos pela História que nos conta Leite (1938), mais adiante, nem todos os que aqui aportaram eram tão bons assim e tão bem interessados pela própria desenvoltura do saber e das atividades de trabalho. Junto com os colonizadores vinham também degredados e muita gente aventureira, como nos atesta Serafim Leite (1938):

Além dos comandantes, vinham altos funcionários, um dos quais era o Dr. Pero Borges, ouvidor geral e juiz correctíssimo; vinham muitos colonos, gente de guerra, e 400 degredados: mais de mil homens <sup>112</sup>.

Temos que registrar que anteriormente havia acontecido tentativas de colonização anterior a 1549, até o momento de chegada da armada do Governador Geral Tomé de Sousa com os referidos Jesuítas. Sendo o Brasil encontrado pelos portugueses em 22 de abril de 1500, foram efetivadas algumas diferentes formas de colonização, ainda que de cunho frágil, revelando as intenções não proclamadas da Coroa Portuguesa na efetiva tomada de posse das terras “descobertas”. Como ilustração dessas tentativas de domínio e conservação das terras anexadas à Coroa, Portugal criou o regime de Capitânicas Hereditárias no Brasil Colônia, organização difícil de comando muito dispersivo, porém, uma forma que antecedeu (e quase que podemos dizer necessária e preparatória para) a posse definitiva da terra, que se verificou com a iniciativa do Governo Geral, nesse período <sup>113</sup>.

Em homenagem ao sustento dos meninos, a Companhia recebeu já em 1550, do Governador Geral, a primeira Sesmaria denominada de “Água de Meninos”, destinada para sustento deles. Como os Jesuítas não tinham tanto tempo para trabalhar a terra e fazê-la produzir o suficiente para o sustento material e ter o tempo disponível para a catequese e a instrução, buscavam então, apoio da gente do lugar, como podemos atestar pelas cartas de Nóbrega: “Assim

---

<sup>112</sup>LEITE, 1938. p.19 Tomo I

<sup>113</sup> O primeiro Governador Geral foi Tomé de Sousa (1549-1553), o segundo foi Duarte da Costa (1553-1557) e o terceiro Mem de Sá (1557-1572). Esse sistema perdurou até 1822.

nós por nossas mãos, como rogando aos índios da terra como aos escravos dos brancos, começamos a roçar e fazer mantimentos aos meninos”<sup>114</sup>.

Também no Brasil se verifica a tentativa de realização do fim último da Companhia nos empreendimentos realizados, como podemos observar nas palavras do fundador Inácio de Loyola: “*Omnia ad Maiorem Dei Gloriam*” (Tudo para maior glória de Deus). Podemos dizer que esta finalidade, principalmente da Companhia, “tudo para maior glória de Deus” se desdobra na luta pela própria salvação, que o Jesuíta alcança pela prática dos “Exercícios Espirituais”. A ajuda na salvação ou santificação do outros é operada através da cooperação com eles, para que descubram o caminho da verdade ou do conhecimento e pratique os ensinamentos que os levam a perfeição.

Como podemos perceber nas Constituições inicianas: “As escolas existem para a constituição de conhecimento e moral”<sup>115</sup>. Daí decorre que os objetivos da educação, além de serem religiosos, são formalmente intelectuais e morais, concorrendo para uma edificação social, no momento em que também se preocupam com os outros. O entendimento de Franca (1952) expressa bem essa finalidade:

A pedagogia da Companhia de Jesus é, antes de tudo, iluminada por um grande ideal. S. Inácio era o homem da glória de Deus. Esta expressão, que lhe volta inúmeras vezes á pena, constituía para seu espírito não uma sonoridade vazia, mas a mais rica das realidades vivas: Glória de Deus é manifestação das perfeições e excelências divinas na realização dos planos da obra criadora e redentora. Levar o homem ao conhecimento e à consecução desse magnífico destino é, a um tempo, salvar o homem e glorificar a Deus<sup>116</sup>

Um registro de 1556, de Anchieta do Brasil, confirma a assiduidade dos meninos, bem como a necessidade da força de trabalho para manutenção e continuidade da obra, que mesmo em caráter experimental já deixava verificar uma intenção de continuidade:

Os meninos vinham duas vezes por dia para escola, antes do meio dia quase todos, depois do meio dia menos, porque naquele tempo procuravam o sustento por meio da caça e da pesca, pois aquela gente observava aquelas palavras de São Paulo: Quem não trabalha não coma. Mas embora o nosso principal cuidado fosse ensinar e inculcar a eles os rudimentos da fé, também lhes ensinavam as letras; pois eram de tal modo aficionado a aprender a doutrina, que na mesma ocasião eram levados a aprender a doutrina da salvação, davam conta daquilo

---

<sup>114</sup> NÓBREGA, CB 138.

<sup>115</sup> Const. IV Proêmio.

<sup>116</sup> FRANCA, 1952, pp. 77-78.

que pertencia à fé, instituídos segundos algumas fórmulas de interrogações (Catecismo), alguns até sem elas<sup>117</sup>.

Durante o século XVI, vinte e cinco expedições portuguesas, que partiram com destino às terras brasileiras, trouxeram Jesuítas para ajudarem na parte educacional e religiosa da colonização<sup>118</sup>. Considerando todas estas vinte e cinco primeiras expedições, durante o período a que nos propusemos estudar, nota-se a dificuldade em mandar padres já formados para ajudar no serviço de catequese e evangelização dos povos nas novas terras.

Ao longo destes cinquenta anos foram enviados 70 padres, 34 irmãos e 27 outros jovens, com o propósito de ingresso na Companhia (o que quase sempre se efetivou), assim se verifica um total de 104 membros da Companhia e 27 futuros membros que aportaram na colônia para executar a missão dada pelo detentor do poder da Coroa portuguesa, sem contar outros tantos que foram atacados na viagem por piratas e vieram a desaparecer no mar.

Por fim, entendemos que o estabelecimento dos Jesuítas no Brasil se traduz em um marco histórico, sua vinda para o Brasil com os colonizadores trouxe segurança ao colonizador, sendo também uma promessa de grande atividade missionária, evangelizadora e sobretudo educativa, aspectos que trataremos no item que se segue.

## **2. AÇÃO PEDAGÓGICA E MISSIONÁRIA.**

Neste item, intencionamos analisar a ação dos jesuítas no Brasil, em seus desdobramentos pedagógicos e missionários, como características expressas no claro desejo de instruir e evangelizar. O primeiro período enfocado traduz-se no eixo de nosso campo de pesquisa. Prosseguindo, o segundo período nos auxiliará como qualificante que completa a visão geral da ação dos Jesuítas no Brasil colônia.

### **I. Primeiro Período: 1549 a 1599 – Período de “Experimentação” Pedagógica no Brasil.**

Nesse item da pesquisa e como um dos termos que darão sustentação ao estudo, optamos por utilizar o termo “ação pedagógica” no sentido que atribui Saviani (2008), como “o próprio

---

<sup>117</sup> Carta de Anchieta de 1556.

<sup>118</sup> Ver no APÊNDICE I a relação completa das expedições do século XVI para o Brasil.

modo intencional de realizar a educação”<sup>119</sup>. Tendo como pressuposto que a educação no sentido formal é uma realidade desde a época colonial, pois os Jesuítas se empenharam de maneira intencional em educar os colonos e os habitantes do novo continente, pensamos que podemos usar este termo no sentido de intencionalidade de realização da prática educativa.

Saviani (2008), em sua mais recente obra, faz uma breve consideração sobre as referências do conceito de pedagogia desde a Grécia até os tempos atuais e conclui com o trecho em tela:

No entanto, se a problemática da pedagogia remonta à Antiguidade, tendo se desenvolvido numa linha de continuidade, de certo modo ascensional, até chegar a ocupar, na atualidade, um lugar reconhecido no campo acadêmico-científico, observa-se que nem sempre essa problemática foi tratada sob o nome de pedagogia. Ou seja: a trajetória histórica da problemática da pedagogia não coincide necessariamente com a trajetória histórica do termo “pedagogia”<sup>120</sup>.

Acreditamos que estas considerações nos ajudam a entender melhor a intervenção no profano, na formação humana, que os Jesuítas procuravam inculcar no habitante destas terras, para depois, ou mesmo simultaneamente, inculcar o ensinamento dos princípios sagrados da fé Cristã, que os tornariam “bons e cultos” cristãos<sup>121</sup>. Considerando a importância dessa reflexão do autor, transcreveremos um trecho da obra em que o autor tece uma análise literária sobre alguns termos que constantemente aparecem no nosso texto, e por isso mesmo merecem uma atenção especial:

É interessante observar que a passagem do grego para a língua latina deu origem a “*paedagogatus*”, substantivo masculino da quarta declinação que significa educação, instrução; “*paedagogus*” e “*paedagoga*”, com o sentido de pedagogo, preceptor, mestre, guia, aquele que conduz; e “*paedagogium*” substantivo neutro significando tanto a escola, mais especificamente destinada aos escravos, como as crianças que frequentam essa escola. Assim, a problemática pedagógica expressava-se pelas palavras “*paedagogatus*” e “*institutio*”, não se registrando o termo “*paedagogia*”. No latim clássico a palavra “*institutio*” assumia o significado de educação ou formação, absorvendo o sentido grego de “*paidéia*”, posteriormente incorporado ao termo “pedagogia”<sup>122</sup>.

Entendemos que mesmo não sendo usada a palavra pedagogia, no entanto, é a problemática pedagógica que está em questão, por se tratar de uma ação planejada e desejada pelos intelectuais religiosos, enviados junto com os colonizadores para cultivar ou mesmo

---

<sup>119</sup> SAVIANI, 2008. p. 4.

<sup>120</sup> Idem, p. 04.

<sup>121</sup> Aqui o termo Cristão é empregado no sentido de seguimento da Doutrina ensinada por Jesus Cristo.

<sup>122</sup> SAVIANI, 2008, p. 4 e 5.

inculcar a formação educativa nas pessoas do novo continente, quer fossem colonizadores ou colonizados.

Depois destas considerações, cabe também uma alusão sobre a “ação missionária”. Entendemos o termo “missionário” como alguém que é enviado para realizar uma tarefa prescrita por uma entidade ou um superior, cujo conteúdo é a própria missão que ele recebe. No caso dos Jesuítas, eles receberam a nobre missão de acompanhar os colonizadores para uma assistência e um sustento espiritual, bem como para a catequização do elemento nativo, na sua possível e desejada adesão para a fé cristã.

Antes ainda de tratarmos da ação pedagógica e missionária dos Jesuítas em terras brasileiras, entendemos que é preciso lançar um olhar sobre a periodização dessa ação, pois somente da noção do todo é que poderemos entender as partes. Acreditamos no que disse Platão “Quem é capaz de ver o todo é filósofo; quem não, não.”<sup>123</sup> Atentos a esta preocupação, aqui nos valem das conclusões de Saviani (2007) que vieram à tona depois de vários anos de estudo e de experimentação de tais análises, tratando sobre o problema da periodização:

A questão da periodização é, sem dúvida, uma das mais relevantes e também das mais complexas e, por isso mesmo, das mais controversas no campo dos estudos históricos. Em verdade a periodização não é um dado empírico, isto é, não está inscrita no próprio movimento objetivo dos fenômenos históricos investigados. A periodização, enquanto uma exigência da compreensão do objeto é, antes, uma questão teórica que se põe para o historiador ao enfrentar a tarefa de organizar os dados visando a explicar o fenômeno que se propõe investigar<sup>124</sup>.

Por isso nas nossas investigações, centraremos principalmente no surgimento das preocupações com a educação no Brasil, e ainda mais especificamente, com a formação filosófica do *Agente Religioso*, não seguindo, como de costume, uma retrospectiva externa de orientação da Igreja, em geral, e obedecendo às características políticas tradicionais, mas nos procedimentos internos de características instrutivas dentro do processo educativo que se desenvolveu no Brasil

Seguimos aqui mais uma vez, a formulada hipótese de trabalho de Saviani (2007) que afirma ser o primeiro período das ideias pedagógicas no Brasil de 1549 a 1759 o “Monopólio da vertente Religiosa da Pedagogia Tradicional”, dividindo-o em duas etapas: a primeira chamada de “Uma pedagogia brasílica ou período heroico”, percorrendo o período de 1549 a 1599 e a

---

<sup>123</sup> PLATÃO, citado por Giovanni Reali (2003) in **História da filosofia: filosofia antiga e pagã**. Vol. I p. XXII.

<sup>124</sup> SAVIANI, 2007. (Coleção Memória da Educação), p. 12.

segunda parte, intitulada de “A institucionalização da pedagogia Jesuítica ou Ratio Studiorum”, inserindo os anos de 1599 a 1759. O autor enumera outros três períodos que completariam o todo da História da Educação Brasileira<sup>125</sup>.

Em nosso estudo, nos ocupamos da formação filosófica do *Agente Religioso*, entendendo que o nosso “chão” está contemplado na subdivisão desse primeiro período que o autor chama de “Uma pedagogia brasílica ou período heroico”. Seguimos a opção fundamentada pelo mesmo Saviani (2007) que considera como limite final da primeira fase a morte de José de Anchieta (1597) e a promulgação do Ratio Studiorum (1599), que segundo nosso parecer de pesquisadores em processo de formação, insere-se como um marco decisivo na publicação definitiva do Ratio Studiorum por ser um “divisor de águas” entre a experimentação pedagógica anterior ao que se deu com a obrigatoriedade, a partir de 1599, do seguimento do único e imponente tratado de orientações e exigências pedagógicas que se constituiu o código por excelência de ensino oficial dos Jesuítas, por mais de dois séculos.

Também Mattos (1958) chama de “período heroico” e toma como limite os anos de 1549, conforme comum aceitação do início da História da Educação no Brasil, com a chegada dos Jesuítas, mas difere na determinação do limite final do período, citando como término o ano de 1570, por se tratar da morte de Nóbrega. Diante dessas posições, decidimos por balizar nossos trabalhos com a promulgação do RS, porque entendemos que até 1599 houve um período de experimentação daquilo que, a partir de então, tornou-se oficial.

Não é sem nexos que Saviani (2007) coloca na capa de seu livro “Histórias da Ideias Pedagógicas no Brasil” uma ilustração que lembra “O poema de Anchieta”, mostrando uma figura simbolizando Padre Anchieta escrevendo na areia, lembrando o episódio de Iperoig, onde se diz que o mesmo escreveu um poema à Virgem Maria<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Segundo período: 1759 a 1932 Coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; subdividido nas seguintes fases: 1. pedagogia pombalina ou idéias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827); 2. desenvolvimento da pedagogia leiga: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932); Terceiro período: 1932 a 1969 Predominância da pedagogia nova, subdividido nas seguintes fases: 1. Equilíbrio entre pedagogia tradicional e pedagogia nova (1932-1947); 2. Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961); 3. Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969); e quarto período: de 1969 a 2001 configuração da concepção pedagógica reprodutivista, subdividido nas seguintes fases: 1. Predomínio da pedagogia tecnicista, manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitantemente desenvolvimento da visão crítico-reprodutivista (1969-1980); 2. Ensaio contra-hegemônico: pedagogias da educação popular, pedagogia da prática, pedagogia crítica social dos conteúdos e pedagogia histórico-crítica; 3. O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo e neotecnicismo. Cf. SAVIANI, 2007, p. 19.

<sup>126</sup> A ilustração trata-se de uma tela de Benedito Calixto, de cerca de 1906, intitulada “O poema de Anchieta”, que mostra o padre José de Anchieta como se estivesse escrevendo na areia, o poema dedicado à Virgem Maria.

Paiva (1982) tratando do “papel da catequese dos índios no processo da colonização”, sugere a necessidade de se lançar mão da discussão da práxis catequética, seu conteúdo e a forma e como era transmitida aos índios. Afirma ainda que ao estudar “as práxis catequéticas” quer ele analisar a “funcionalidade da catequese” dentro do contexto da colonização, ainda em seu início. Aquilo que se fez como catequese foi uma ação evangelizadora pautada pela pastoral salvacionista, preocupada com a salvação, tomando quase sempre a figura do medo e do castigo. Era ainda uma pastoral legalista - a preocupação pautava-se no cumprimento da lei, às vezes não se pensava no valor da pessoa, o importante era cumprir a lei. A Lei de Deus engessada pela lei dos interesses do Império. O salvacionismo incluía ainda uma relação de práticas devocionais! Batismo, comunhão, procissões, festas e uma complexa lista de devoções aos santos. Entende o citado autor que todas essas práticas, promovidas pelos Jesuítas, “representaram efetivamente um esforço de imposição e dominação cultural por parte da sociedade portuguesa”. E mais uma vez a colonização catequética estava diretamente ligada aos interesses dos “donos do poder”<sup>127</sup>.

O mesmo Paiva (1982) afirma que quanto ao conteúdo da catequese feita aos índios, sem dúvida, “era a doutrina cristã”, com seus dogmas, seus princípios morais e sua espiritualidade, mas só foram olhados em relação ao interlocutor, isto é, enquanto catequese vinculada aos índios. Como a fé não se adaptava à cultura indígena, era necessário que ele tomasse uma atitude intelectual para responder “eu creio”, desta forma trata-se de um conteúdo racionalizado, tornando-se uma pregação cristã dos Pajés, o que não foi aceito de forma tranquila, pois, além das dificuldades linguísticas, havia ainda o embate cultural.

Além da sujeição, também ocorreu o fato do aldeamento. A aldeia garantia a reunião dos índios, eles se congregavam e tudo permanecia sobre controle. Os missionários viam na aldeia um ambiente melhor à consecução do objetivo de catequizar. Assim sendo, a catequese deixava de ser praticada com missões volantes e se fixava na aldeia. Mais uma vez a catequese concorreu para o bem da metrópole e de seus interesses, os índios reunidos dificultavam a invasão de estrangeiros, mas por outro lado tinham que mudar os costumes. E conclui o autor: “*Desta forma a catequização cumpriu um papel colonial, não como de fora, como uma força simplesmente aliada, mas mais do que isto, como uma força realmente integrada a todo processo*”<sup>128</sup>.

---

<sup>127</sup> PAIVA, 1982, Terceiro capítulo.

<sup>128</sup> Idem, *ibidem*.

O autor prossegue afirmando que a Companhia de Jesus foi fundada para difundir, levar a Palavra de Jesus especialmente onde ela não era conhecida, propondo alguns questionamentos que abordará na segunda parte do já citado primeiro capítulo de sua obra, questões que ajudam a entender nossas afirmativas, construídas no decorrer deste trabalho: A quem eles se dirigem? Quem são esses homens que os Jesuítas educarão? Que finalidades políticas embasavam tais propostas educacionais e pressupostos pedagógicos em ação?

O autor responde, afirmando que em geral, o indígena é visto como um grupo homogêneo, sem distinção de raça, cultura, grupo, enfim e denominado *gentio*<sup>129</sup>, uma coleção de indivíduos. A impessoalização se manifesta na forma como eram relatadas as quantidades de convertidos, principalmente nos relatos das cartas da primeira fase da catequese, onde os Jesuítas se dirigiam às aldeias indígenas e batizavam os grupos de cada vez. O nome era algo próprio de pessoas cultas. Só há uma cultura: o cristianismo. O gentio estava muito distante da cultura cristã. No século XVI, a civilização é vista como um modo de aperfeiçoamento do ser humano, um conjunto de instrumentos que os tornava mais humanos, tornando-os um modelo. Quanto à natureza da alma do bugre, Anchieta afirma que “parecem aproximar-se mais à natureza das feras do que à dos homens”. O índio é diferente do europeu. É preciso domar o gentio, com disciplina, jejuns, abstinências, flagelações, que são tidas como práticas para se reprimir a bestialidade do corpo, purificando-o de tal modo que possa ser resgatado para Deus e conseqüentemente alcançar a salvação<sup>130</sup>.

Na mesma Obra, Baeta Neves (1978) afirma que a ideologia inaciana se torna pragmatista no momento em que se preocupa com os aspectos públicos, uma vez que o procedimento pedagógico envolvia, ou ao menos desejava envolver a todos. O auditório é fundamental e evita-se o privado e o isolamento das práticas religiosas, pois para os índios, conforme dizem os catequistas, era de grande importância e eficácia o tom da beleza, da grandiosidade e misticidade dos eventos. A música e o colorido da apresentação os prendiam pela “ingenuidade de seus instintos”. Para o autor, “*A sociedade colonial não conhece a distinção entre sociedade civil e sociedade religiosa*”, a população se misturava aos padres e indígenas para ostentar o seu caráter cristão. A ostentação do caráter público e ostensivo se verifica desde a chegada dos portugueses ao Brasil: a cruz, a primeira missa, os nomes dados aos lugares. A terra é efetivamente cristã.

---

<sup>129</sup> Entende-se pelo termo “gentio” o nativo, assim denominado por ser considerado como pagão, ou seja, sem o conhecimento e a fé em Jesus.

<sup>130</sup> BAETA NEVES, 1978, 2ª parte do 1º capítulo.

Então, fé e império não são distintos. O trabalho é valorizado, como meio de ocupar os espaços, não se afastando a possibilidade de escravidão como forma de trabalho. Os Jesuítas mesmos tinham escravos. Não se discutia a validade da escravidão como forma de exploração da força do trabalho. O que se podia considerar eram as formas adequadas de se escravizar alguém e o tratamento de que lhes era dispensado. O indígena era considerado como criança, pois estaria no início, na infância do novo mundo, na infância da humanidade.

Sempre na mesma direção continua afirmando Baeta Neves (1978), que a participação de Jesuítas no Brasil quinhentista, pode ser entendida como uma proposta em dois planos: o primeiro trata dos sucessivos tipos de composição política e o segundo, das formas de controle e exclusivamente de posse do saber e de sua transmissão. No primeiro plano, a Companhia é vista enquanto força expressamente política devida a sua integração ou afastamento diante do poder político colonial. A Companhia não está nem contra a colonização e nem alheia a ela, o que existe é uma aliança ou ruptura conforme se aproxima ou se afasta dos interesses da Coroa. Enquanto a Coroa garante o apoio político e militar para que a campanha da catequese mantenha sua viabilidade, a Companhia em troca se cala quanto à ideia do escravismo e admite a necessidade de tal situação para a prática econômica e para o trabalho da própria Companhia.

No segundo plano e no modo do exercício do poder “não político” dos Jesuítas, estes foram encarregados da transmissão formal do saber para os indígenas e também para os filhos da população leiga. Não só o saber específico como religião Cristã, mas o saber como um todo<sup>131</sup>. A esta altura o autor chama a atenção e critica as duas posições que normalmente se falam na historiografia corrente, ou seja, numa primeira teoria que vê um antagonismo, ou ao menos, uma separação nítida entre a Coroa e a Companhia nos seus objetivos coloniais. E a outra posição que tende a caracterizar a ação da Companhia em permanente acordo com a Coroa. Diante dessa crítica ele situa algumas propostas de reflexões em 4 pontos básicos:

- 1) Há uma aliança da Companhia com o Governo Geral;
- 2) Há alguns “dissensos” entre a política Jesuítica ao indígena e a desejada por setores da população; o governo-geral tende a apoiar os poderes e se distancia da população;
- 3) Com a progressiva instauração do escravismo, os Jesuítas perdem significativamente o apoio político-militar da Coroa, embora tenham silenciado sobre a escravidão negra;

---

<sup>131</sup> Idem, Capítulo dois. Aqui o saber não é visto só como teorias intelectuais, mas também no sentido da prática vivida cada dia, seja das produções de sustentação alimentícia, seja das práticas medicinais para a conservação da saúde e prevenção das doenças.

Conclui que há um enfraquecimento da Ordem enquanto proprietária quase exclusiva do saber e de suas formas de transmissão, assim sendo o colonialismo não é apenas um conjunto de fatores econômicos, mas um universo muito mais amplo na transformação das situações “ecológicas e culturais.”<sup>132</sup> Assim sendo, a catequese serviu de instrumento para a imposição dos usos e costumes dos portugueses. O índio, como destinatário desse conteúdo, sofreu historicamente as consequências. Devido a sua fragilidade diante das forças colonizadoras, embora resistente, o índio tornou-se elemento adequado e por intermédio da ação evangelizadora dos Jesuítas, a Coroa realizou sua colonização. O Jesuíta, mandado pelo dono do poder, foi o instrumento de ajustamento cultural usado pela colonização, bastando que a religião sustentasse o interesse do dominador, ou seja, o estilo de vida portuguesa.

A catequese não foi adaptada à situação real do catequizando, embora os índios já tinham e tem seus processos culturais e místicos na sua própria cultura, mas a catequese foi imposta conforme os costumes portugueses, sem considerar quem estava sendo catequizado. Com clareza afirma Paiva (1982): *“todo processo de imposição cultural foi filtrado pela religião cristã, tal qual era vivida pela sociedade portuguesa e emendada pelos padres”*<sup>133</sup>.

Outro aspecto importante e interessante da catequese no século XVI é a utilização do teatro como forma, não só de entretenimento, mas também de catequese e de devoção. Além do cuidado com a arte, como tal, devia também ter um conteúdo que ajudasse na empreitada da civilização cristã, sobretudo.

Serafim Leite (1938) nos esclarece o papel do teatro nessa época: “Os motivos para estas exhibições declamatórias ou cênicas eram diversos, conforme as circunstâncias: recebimento de personagens oficiais da Ordem ou de fora dela, prelados e governadores, encerramento do ano escolar e distribuição de prêmios, festa dos oragos ou padroeiros, recepção de relíquias insignes ou imagens valiosas”<sup>134</sup>.

Aprofundando sobre os usos do teatro no contexto, autores como César de Alencar Arnaut de Toledo; Flávio Massani Martins Ruckstadter e Vanessa Campos Mariano Ruckstadter (2005), em um texto denominado “O teatro Jesuítico na Europa e no Brasil no século XVI” tratam da contribuição do papel pedagógico do teatro Jesuítico na Europa e também no Brasil - Colônia. A

---

<sup>132</sup> Aqui Baeta Neves (1978) se refere às transformações da natureza, para habitações e agricultura, e na organização de uma nova cultura sobrepondo valores já existentes.

<sup>133</sup> Idem, capítulo três.

<sup>134</sup> LEITE, 1938, p. 603, vol. 2.

ênfase maior do texto é dada ao teatro escrito e representado em terras brasileiras pelo Padre José de Anchieta, que contribuiu para a formação da cultura brasileira, seja na catequese dos índios, na instrução dos colonos, como uma contribuição para a literatura brasileira. Dizem os autores que o objetivo do teatro era catequizar os índios, não era tanto a busca da erudição, mas sim atingir os nativos com a mensagem cristã. Tudo isto como parte do projeto português de colonizar as novas terras. São deles estas palavras que se seguem:

Já na então colônia portuguesa, era a catequese que estava no horizonte do padre José de Anchieta ao escrever suas peças de teatro. Inclusive tais autos eram escritos em mais de uma língua, frequentemente o tupi, o português, o espanhol e o latim, para que todos que aqui estavam entendessem a mensagem maior, que era a mensagem cristã<sup>135</sup>.

Bittar e Ferreira<sup>136</sup> (2005), tratam sobre as obras os registros da educação na Colônia e sugerem repetidas vezes, a necessidade de que sejam retomadas as pesquisas e a dedicação pelo estudo de sua história.

No citado texto os autores enfocam a educação colonial, explorando o que se tem publicado sobre a questão deste período da História da Educação em seu início. Aliás recorrem e chamam atenção para o esquecimento ou o pouco que se tem publicado sobre este período da educação brasileira. Antes mesmo de entrar no tema, chamam atenção para uma questão metodológica, afirmando que ao estudar a ação pedagógica dos Jesuítas não se pode “minimizar a opção epistemológica”, visto que é um tema pouco afeito a despertar indiferença. Tratando sobre “a hegemonia dos Jesuítas e a presença de sua ação pedagógica nos atuais eventos científicos da área”, afirmam que a presença dos Jesuítas no exercício na ação pedagógica durante o período colonial é um fato histórico: Sem esquecer outras Ordens religiosas, durante 210 anos, porém os jesuítas exerceram a hegemonia, inclusive com as prerrogativas da Coroa Portuguesa.

Desta hegemonia delegada pelo poder dominante decorreu a implantação e incorporações de novos padrões culturais, com claras vinculações políticas dos colonizadores, ou seja, não havia separação entre a Igreja e Estado. Explicam ainda que aqui o conceito de hegemonia tem o

---

<sup>135</sup> ARNAUT DE TOLEDO, Cezar d Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins e RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. (2005). O teatro Jesuítico na Europa e no Brasil no Século XVI. Disponível em <[www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm](http://www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm)>, Acesso em 21 setembro 2008.

<sup>136</sup> Marisa Bittar e Amarildo Ferreira Junior são professores do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFS Car). São também líderes do Grupo de Estudos da mencionada Universidade sobre “Educação Jesuítica no Brasil colonial” sediado na mesma Universidade Ligada ao DEHSCUBRA (Diretório de Pesquisa Educação, História e Cultura Brasileira: (1549–1759) liderado por José Maria Paiva

significado tomado de Gramsci, para o qual, um grupo social, ao tornar os seus valores aceitos e incorporados pelos demais, conforme afirma Gramsci (2000) “torna-se também dirigentes mesmo quando minoritário”, no caso foram os Jesuítas.

Mesmo sendo ainda um período pouco estudado, entendemos ser impossível dissociar o espírito missionário da atividade pedagógica dos Jesuítas no Brasil, visto que aqui nas novas terras a Companhia teve que se adaptar, em função do elemento humano aqui encontrado. Aos poucos, decorrente do contato com o nativo, o trabalho pedagógico com os filhos dos colonos que aqui apontavam foi sendo paulatinamente suplantado pela dedicação de instrução ao índio, pois estes foram considerados seres racionais, numa manifestação da autoridade papal, no alvorecer da Companhia de Jesus: O Papa Paulo III, em seu documento pontifício afirma que: “*os índios são seres racionais. Como todos os homens, não são inábeis para a fé católica*”, e declara ainda que “*se tem dito o contrário para mais facilmente os escravizarem*” e ordena que se cumpra o direito de liberdade, “*mas eles não podem e nem devem ser privados de liberdade*”<sup>137</sup>.

Esse pronunciamento oficial da Igreja pelo Papa Paulo III, vem responder a um questionamento suscitado no início do século XVI, por conta dos novos descobrimentos e da idéia de usar o nativo como escravo e, portanto, considerá-lo como um ser inferior, ou até mesmo desprovido de racionalidade.

Os Jesuítas que aqui aportaram, desde o início com Tomé de Sousa (1549), já conheciam essa realidade e a preocupação era converter e cristianizar o elemento nativo para as verdades evangélicas já proclamadas pelo próprio Jesus Cristo: “*Portanto vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês*”<sup>138</sup>. Os seguidores de Inácio de Loyola levaram a sério essa recomendação que Jesus deixou a seus Apóstolos. Literalmente saíram de suas terras e partiram para fazer com que todos se tornassem seguidores dos ensinamentos de Jesus Cristo e fossem batizados na mesma fé que eles acreditavam e ensinavam.

Aqui nos deparamos com um problema de ordem cultural. Será que era conveniente, perante os parâmetros humanos, forçar a população nativa desta terra a se incorporar em um novo sistema cultural de vida, e, portanto, receber impositivamente toda uma nova cultura, uma nova religião?

---

<sup>137</sup> Paulo III, Veritas Ipsa, 1537.

<sup>138</sup> Cf Bíblia de Jerusalém. Mt. 28, 19 e 20.

Para tentar entender e analisar este fenômeno buscamos interlocuções em Bosi (1992), através de seus estudos sobre a colonização e esse processo, nele encontramos afirmações e conclusões meritorias de crédito e contém elevado grau de propriedade, as quais são também citadas por Saviani (2007), por várias vezes. Para Bosi (1992) é importante começar pelas palavras, pois “*as relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo, cujo particípio passado é cultus e o particípio futuro é culturus*”. E mais adiante aceitando as considerações de Augusto Magne no seu *Dicionário Etimológico da Língua Latina*, e conclui: “*Colonus é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono; o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra*”<sup>139</sup>.

Portanto, os Jesuítas não só vieram para cá para tomar conhecimento, mas morar e cultivar e, para tal, era necessário organizar algumas coisas para se efetuar a colonização. Analisando os derivamentos do aspecto linguístico, o autor procede a uma significação mais geral ao termo assim concluindo: “*Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social*” e diz ainda que a educação é o “*momento institucional*” marcado desse processo<sup>140</sup>.

Para ele as palavras cultura, culto e colonização, derivam do mesmo verbo latino colo, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*, como já dissemos. Assim sendo, a ação colo significa, “eu moro, eu trabalho”, denotando sempre alguma coisa de incompleto, de transitivo. Colono é o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono - que mora e cultiva. Cultus - como adjetivo deverbal é atribuído ao campo já cultivado por gerações precedentes e traz também a conotação da qualidade resultante desse trabalho, algo de cumulativo. Cultus - como substantivo refere-se não só ao trato da terra, mas também o culto dos mortos, primeira forma de religião. Ainda para o mesmo Alfredo Bosi (1992), a colonização é um projeto totalizante que além de envolver essas forças motrizes referentes a colo, também comporta os agentes desse processo, que além dos suportes físicos e econômicos, trazem o aspecto celebrativo da fé, da crença “*dos mortos que não devem morrer*”. Para ele, cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante, não é só uma questão de presente, mas também de

---

<sup>139</sup> BOSI, 1992, p. 11.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 16.

futuro. Assim sendo para o autor, a ação colonizadora dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura. Na ordem do cultivo, o povoamento e as migrações marcam o princípio básico de domínio da natureza. Cultivar a terra. Daí vem a "barbarização ecológica e populacional" que sempre esteve presente entre nós, e várias vezes foi denunciada por grandes personagens como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado entre nós e no mundo, como Carl Singer, Frei Bartolomé de Las Casas, além de outros, cita o nosso autor<sup>141</sup>.

No Brasil colônia, nota-se o predomínio de *“uma camada de latifundiários com seus interesses voltados e vinculados a grupos mercantis europeu (s...) A força de trabalho era basicamente constituída de escravos, um dos fatores de comércio com grupos europeus”*<sup>142</sup> proprietário, ou senhores rurais têm poderio curto, o Estado absolutista limita o exercício da cidadania, que também é influenciada pelo esquema interno de forças. O clero e as ordens religiosas, imprensados entre os senhores de terra e a Coroa, defendiam, a seu modo, a formação cristã e de ação missionária, junto aos índios no início e depois de formação humanística aos jovens de classes abastadas. A cultura letrada se restringe a poucos e a criação popular é restrita e ilhada. Assim se expressa Bosi (1992):

Em síntese apertada, pode-se dizer que a formação colonial no Brasil vinculou-se: economicamente, aos interesses dos mercadores de escravos, de açúcar, de ouro; politicamente, ao absolutismo reinol e ao modismo rural, que engendrou um estilo de convivência patriarcal e estamental entre os poderosos, escravistas ou dependentes entre os subalternos<sup>143</sup>.

Aqui lembramos Gramsci (1978) que em seu texto “Os intelectuais e a organização da Cultura” confirma a primazia da ação da classe eclesiástica como responsável pelo “monopólio” exercido por muito tempo comparando-a, com a “aristocracia” primitiva. É ele quem afirma:

A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (numa inteira fase histórica que é parcialmente caracterizada, aliás, por esse monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência etc.<sup>144</sup>.

E ainda mais, logo adiante:

---

<sup>141</sup> Ibidem, p. 27 e seguintes. Representantes no Brasil: Gilberto Freyre: Casa Grande e senzala; Sérgio Buarque de Holanda: Raízes do Brasil; Caio Prado: Formação do Brasil contemporâneo.

<sup>142</sup> Ibidem, p.23.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>144</sup> GRAMSCI, 1978, p. 5.

A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária: era juridicamente equiparada à aristocracia, com a qual dividia o exercício da propriedade feudal da terra e o uso dos privilégios estatais ligados à propriedade<sup>145</sup>.

Com razão Gramsci (1978) afirma essas características que vamos encontrar no domínio e continuidade histórica da segunda metade do primeiro século de colonização, a saber, o período em questão de nossas investigações, sobre o início, ainda que nos moldes europeus, do ensino de filosofia na formação do *Agente Religioso*. Na colônia, esse domínio foi promovido pelos eclesiásticos da Companhia de Jesus, que exerceram não só a organização, mas a hegemonia da cultura educacional no Brasil colônia. O Jesuíta vindo para o Brasil, não deixa de ser um homem de fé, mas exerce também, através do magistério - que no decorrer do tempo tornou-se uma atividade essencial - a atividade do “intelectual orgânico” que determina o processo formativo das crianças e dos jovens coloniais. Gramsci (1978) afirma:

Todas as atividades práticas se tornam tão complexas, e as ciências se mesclam de tal modo à vida, que toda a atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas<sup>146</sup>.

Os Jesuítas perceberam esta realidade já no século XVI e começaram com toda a praticidade na preparação intelectual do elemento humano disponível, para depois manter a atividade evangelizadora de pertença ao “rebanho de Cristo”. Esta organização foi posta como verdadeira solução do processo colonizador, já previsto pelos responsáveis pela Coroa portuguesa, ativados pelo desejo de manter e ampliar o domínio sobre as novas terras descobertas. Por isso, além de ensinar os princípios da escrita e da leitura aos colonizados e colonizadores, os Jesuítas precisavam manter e ampliar o seu próprio quadro, formando novos membros para compor e ampliar o quadro de Jesuítas, como *Agente Religioso*, na empreitada de conquista dos autóctones para as legiões Cristãs.

Para entendermos o domínio Português na colonização por meio do empreendimento catequético e educativo, é necessário tomar conhecimento da “missão” conferida por Dom João

---

<sup>145</sup> Ibidem, p.6.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 117.

III, Rei de Portugal. Ao enviar o Governador Geral, Tomé de Sousa com o grupo de seis Jesuítas em 1549, deu-lhes a sentença de converter os Índios, conforme reza o Regimento de 1549:

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que as gentes dela se convertessem a nossa santa fé católica, de modo que possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé<sup>147</sup>.

No Brasil a catequese e a conversão do gentio, como já dissemos, se confunde com a educação e a instrução. Aliás, como o indígena estava habituado à liberdade do mato e das grandes extensões, para que a catequese fosse realmente efetivada era necessária uma mudança radical nesse modo costumeiro de agir do nativo. Daí o começo pela escola. A rígida e experimental metodologia de estudo, elaborada no plano de estudo dos Jesuítas, aqui no Brasil, seguramente teve que ser adaptada e sofrer várias modificações. Sem contar a enorme dificuldade da língua e dos costumes. As primeiras instruções foram a de ler, escrever e cantar. Então os Jesuítas concluíram que era necessário preparar os nativos para poder receber a mensagem evangelizadora proposta pela Companhia de Jesus.

No início os filhos dos colonos eram os destinatários desses ensinamentos. Também os filhos órfãos vindos de Lisboa, completavam o quadro dos estudantes. Só em 1557, Manuel da Nóbrega mandou admitir 20 nativos de 10 a 11 anos no colégio e ordenou que estudassem a gramática, expressando também o desejo de que enviaria os melhores para estudarem na Europa<sup>148</sup>. Como sugestão de Luis de Grã<sup>149</sup>, foi liberado aos jovens de Portugal que quisessem ingressar na Companhia que viessem reforçar a freqüência das aulas nos colégios do Brasil<sup>150</sup>. Em 1573 se tem notícia que entre os filhos de portugueses se encontrava um nativo resgatado pelos Jesuítas, depois de pagar o preço do resgate, aos índios selvagens, foi levado para o colégio da Bahia<sup>151</sup>. Em 1575, os alunos da escola elementar eram 70 e os das superiores, 50<sup>152</sup>. Já em 1589, os meninos da classe de instrução elementar eram 120; de teologia: 15; do curso de Filosofia: 24 e os de Humanidade: 57<sup>153</sup>.

Assim podemos notar que aos poucos, a perseverança e o esforço dos missionários foram encontrando respostas no povo autóctone. A nossa impressão, no decorrer desta análise da

---

<sup>147</sup> Dom João III, p.145ss.

<sup>148</sup> Carta de Nóbrega, Bras. 15, 64-65, 114v.

<sup>149</sup> Luís de Grã foi Provincial no Brasil.

<sup>150</sup> C A 292.

<sup>151</sup> Carta de Caxa, 2/12/1573). BNL. Fund. De La Baya, 30-30v.

<sup>152</sup> Bras. 11, 329-330).

<sup>153</sup> Bras. 5, 32

pesquisa, lendo e relendo vários trechos das cartas escritas pelos padres Jesuítas, é a de que a grande dificuldade do desenvolvimento da catequese e conseqüentemente da instrução pedagógica, fundou-se na expressão comunicativa, ou seja, a língua. De um lado os nativos se expressavam na língua originária, o tupi no início e mais tarde, outros povos indígenas de expressão Guarany. Os padres Jesuítas, com algum domínio do latim, deveriam ensinar conforme prescreviam as orientações do experimental plano de estudos - Ratio Studiorum, ainda que em caráter de experimentação e também conforme a prescrição dos padres visitantes<sup>154</sup>, que insistiam em cultivar os estudos, fazendo o uso da língua latina.

Entendendo a Congregação que não poderia sempre mandar professores ao Brasil e às outras províncias da Companhia distribuídas pelo mundo e respondendo a um desses pedidos, recomendou o geral da Companhia que para as classes menores de latim, não estivessem atados no Brasil, à espera que lhes mandassem já feitos de Portugal, porque em toda a parte eram precisos, mas que fossem formados, observava ele, pelas academias de Letras e Humanidades que tinham nos colégios<sup>155</sup>.

E assim já no final do século XVI, nos três Colégios do Brasil, na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco constavam de um elenco de 12 professores, alguns graduados, capazes de ensinar Teologia, Artes e Humanidades<sup>156</sup>.

No Brasil os Jesuítas foram menos rigorosos do que na Europa como nos atesta Leite (1938), “*Ora a disciplina Colegial, no século XVI, era rigorosa. No Brasil, menos do que na Europa. Naquele tempo, além das repressões, reclusão ou privação de recreios usavam-se castigos corporais*”<sup>157</sup>, ainda assim, para o Brasil, recomendava-se que os estudantes com mais de 16 anos não recebessem açoites<sup>158</sup>, e que não fossem dados pelos Jesuítas, mas por um “corretor” conforme já ordenavam as Constituições<sup>159</sup>. Sendo assim podemos deduzir o mesmo que Serafim Leite (1938), de que os colégios no Brasil se regiam pelas orientações que foram ordenadas na metrópole pelo visitador Jerônimo Nadal, em 1561.

---

<sup>154</sup> Padres visitantes são os escolhidos pela Direção Geral da Companhia para verificar como andam as coisas sobre a ação e comportamento dos membros da Companhia naquela região visitada. São como que fiscais controladores da aferição da efetiva coerência da atividade dos membros com os propósitos da Companhia.

<sup>155</sup> Bras. 2, 54, 55v.

<sup>156</sup> Bras. 2, 131.

<sup>157</sup> LEITE, 1938, Tomo I, p. 88

<sup>158</sup> Bras. 2, 144v.

<sup>159</sup> Bras. 2, 137v.

Dividiu ele os estudantes externos em três grupos, menores, médios e grandes. Os menores podiam ser açoitados, os médios recebiam apenas palmatoadas, e os grandes nem palmatoadas, nem açoites. Seriam somente repreendidos, primeiro em particular, depois em público. Se não aproveitassem a repreensão, nem houvesse emenda, seriam então expulsos. Ninguém poderia receber castigos corporais dos professores ou prefeitos; pertencia ao Reitor determinar quais alunos poderiam ser castigados quais não; só depois é que se entregavam ao corrector<sup>160</sup>.

Conforme o testemunho de Fernão Cardim (1939), os índios não tinham o costume de educar por meio de castigos corporais, mas aprovaram o método dos Jesuítas e até lhes eram gratos por esse modo de educá-los; pois eles “*estimam mais fazerem bem aos filhos que a si próprios*” e acrescenta que agora estimam muito e amam os padres, porque lhes criam, ensinam a ler, escrever cantar e tanger, coisa que eles muito estimam<sup>161</sup>. Por outro lado ainda existia a sensibilidade nativa conforme uma carta de Luis de Grã: “*Só o ver dar uma palmatoada a um dos mamelucos basta para fugirem*”<sup>162</sup>.

O mesmo Grã afirma em outra carta<sup>163</sup> que os padres já se queixavam dessa dificuldade, dizendo que os índios não se podiam castigar e nem se podia repreendê-los com alta voz, ou ralhar forte, porque se melindravam

Além dos castigos de natureza física e o de exclusão, usavam-se também os castigos morais, como era de se esperar de uma Ordem religiosa disciplinada pelo rígido seguimento dos estatutos oficiais que regiam os companheiros de Cristo.

Ainda na parte pedagógica, há que assinalar que foi na Colônia que se deu início ao que chamamos hoje de colação de grau. A conferência de grau aos formandos se deu pela primeira vez em 1575, conferidos aos alunos que iniciaram o curso de Filosofia em 1572, com o Padre Gonçalo Leite<sup>164</sup>.

Numa carta<sup>165</sup> assinalada por Anchieta de 1581, podemos notar o entusiasmo por esse tipo de festa no final de cada curso na conferência de graus, que além de reunir o povo, as autoridades, servia também de estímulo para os jovens que se sentiam convocados a uma vida de estudos. Eis o que ele escreve:

---

<sup>160</sup> LEITE, 1938, Tomo I, p. 90.

<sup>161</sup> CARDIM, 1939, p. 170-171.

<sup>162</sup> Carta de Grã 27/12/1555, Bras. 3(1), 142v.

<sup>163</sup> Carta de Grã, Bras. 3 (1) 149.

<sup>164</sup> Carta de Caxa, Bras. 15, 273.

<sup>165</sup> Bras. 15, 326v.

O número de estudantes aumentou este ano: 100 além dos meninos da escola elementar, que são quase outros tantos. Nestas regiões onde ninguém cultiva as letras, e todos se dão a negócios, é o máximo. E ainda que não aumentassem numericamente, contudo em letras e virtudes, fizeram mais progressos do que nunca nesta Província. Além das lições de Teologia e de casos de consciência, houve outra de Teologia exclusivamente destinada aos que tinham concluído o curso de Artes; o grande aproveitamento nos estudos funda boas esperanças na sua doutrina. Este ano elevaram-se dignidade de Mestre alguns externos. A cerimônia fez-se ainda com maior solenidade e com o aparato que se costuma nas Academias da Europa, como nunca se tinha feito aqui. Não faltou nem anel, nem o livro, nem o cavalo, nem o pajem, nem barrete, nem o capelo feito de estofo de seda.

Também Pedro Rodrigues<sup>166</sup>, em carta de 04 de janeiro de 1590 relata e expressa seu entusiasmo pela colação de graus e pela música de instrumento que com as vozes anteriormente preparadas durante o ano:

(...) reuniam-se a cantar cantochão e canto de órgão e outros a tanger flautas e charamelas para oficiarem as missas em dias de festas e ornavam as procissões, na aldeia e na cidade e em outros atos públicos, como quando se examinam na sala os estudantes do curso para bacharéis e licenciados e quando tomam os graus.

E assim em finais do século XVI, podemos concluir que o entusiasmo e a dedicação pelo estudo já produziram seus frutos. Muito embora os alunos não fossem em número exorbitante, mas já começavam a dar seus resultados, o que animava os Jesuítas a manterem o entusiasmo pela ação pedagógica no Brasil.

Segundo Baeta Neves (1978) a “dominância” e “permanência” dos Jesuítas foram possíveis mediante algumas razões, assim enfocadas: Primeiramente a ausência de luta. A vinda dos Jesuítas beneficiou-se de um espantoso silêncio imposto por muito tempo, o que favoreceu a ausência de estudos críticos sobre tal posição. Diz ainda que “o silêncio é contraditório, enganoso”. O que há é uma repetição de ação e de fala da parte do religioso. Não há silêncio porque o tema nunca foi esquecido nem pela sociedade nem pelos teóricos<sup>167</sup>.

Nestes cinquenta anos de presença dos Jesuítas no Brasil, a experimentação que ajudou a elaborar o plano definitivo dos estudos dos Jesuítas, se efetivou realmente nos anos seguintes. Não só no Brasil colônia, mas em todos os lugares onde a Companhia tinha seus missionários

---

<sup>166</sup> Pedro Rodrigues, Anchieta em Annaes XXIX, 244

<sup>167</sup> Ver nota na introdução.

evangelizadores. Passaremos agora a referir as repercussões e a verificação de alguns resultados com a obrigatoriedade do Ratio Studiorum.

II) Segundo Período: 1599 – 1759: Repercussões e impactos do Plano de ação pedagógica, como projeto educativo jesuítico após o período de experimentação.

Neste período que Saviani (2007) intitula de “Institucionalização da pedagogia Jesuítica ou o Ratio Studiorum”<sup>168</sup>, pretendemos analisar os aspectos decorrentes da fixação do Plano de estudos como a lei maior que rege os princípios educativos da Companhia. Trata-se de um longo período, onde se fixou de vez a hegemonia da ação pedagógica dos Jesuítas.

Mencionamos ainda esse período pela real importância da efetivação do plano de estudos da pedagogia Jesuítica contidos no Ratio Studiorum, publicado definitivamente em 1599, permanecendo inalterado por muitos anos, mais precisamente até 1832, quando foi colocado em revisão, e por fim foi reformulado e publicado outra vez, em 1841, numa versão mais adaptada aos tempos modernos, mas que não teve a mesma expressão e significados que a divulgação anterior.

Como limite final do período, tomamos o ano de 1759, por se tratar do ano da expulsão dos Jesuítas do Brasil pelo Marques de Pombal, um marco histórico decisivo, que demarca o divisor desse período.

Sabemos que em 1773, por ordem do Papa, Clemente XIV, através do documento “Dominus Ac Redemptor” foi abolida e extinta a Companhia de Jesus, que ficou anulada da Igreja, até 1814, quando o Papa Pio VII, proclamou o seu restabelecimento, pelo documento “Sollicitudo Omnium Ecclesiarum”, porém no Brasil a ordem retornou em 1843<sup>169</sup>.

Se no primeiro período que analisamos anteriormente, tratado por Saviani (2007) de “Pedagogia Brasileira”, se demonstra que os principais propagadores das ideias pedagógicas foram Nóbrega e Anchieta, nesse período o destaque recai sobre Antonio Vieira. Bosi (2005) dedica um capítulo de sua obra ao Pe. Antônio Vieira, com seus sermões e outros escritos, atribuindo a responsabilidade de novos horizontes e a internacionalização da mensagem por ele trazida. O mencionado autor se diz “leitor e admirador de Vieira, há pelo menos 30 anos”<sup>170</sup> e o

---

<sup>168</sup> SAVIANI, 2007, p. 19.

<sup>169</sup> Mais adiante faremos um estudo exaustivo sobre a extinção e a reorganização da Companhia no Brasil.

<sup>170</sup> BOSI, 2005, p. 119.

define como Jesuíta, conselheiro de reis, confessor de rainhas, preceptor de príncipes, diplomata em cortes europeias, defensor de Cristãos - novos e missionário no Maranhão e no Pará.

A obra de Vieira compõe-se de 207 sermões, textos exegéticos, profecias, cartas e relatórios políticos, ricas contradições que são as do sistema colonial como um todo, cuja explicação vai além da experiência brasileira. Todas concorrem para anunciar uma doutrina cristã adaptada aos respectivos lugares ou focos a que se refere, seja ao próprio clero, seja aos nobres, seja aos grandes ou aos pequenos, e principalmente, ao povo. Em todas as suas falas Vieira prega que a "*Lei de Cristo é uma lei que se estende a todos, com igualdade, e que obriga a todos sem privilégios: ao grande e ao pequeno: ao alto e ao baixo: ao rico ao pobre: a todos mede pela mesma medida*"<sup>171</sup>.

E diz ainda que a lei revelada por Cristo não suprime a Lei Natural, presente nas consciências dos homens, que ambas exigem equidade e ensinam que os bens devem ser distribuídos sem privilégios. O privilégio é pecado contra Lei Divina e a lei escrita na natureza das coisas e dos homens. A defesa dos índios contra os colonos também é assunto de suas pregações. E principalmente seu grito, que denuncia a vida e o tratamento que os escravos recebem em seu dia-a-dia, chegando a dizer que "*a vida do escravo assemelha a Paixão de Cristo*"<sup>172</sup>.

Bosi (2005) insiste em afirmar que o padre Vieira, além de tratar sobre a "pena física" fere com vigor a "divisão social" que, segundo ele, está na raiz do trabalho compulsório. O orador insiste ainda na necessidade de romper a "teia de iniquidade" em que decaíram os homens, e recuperar a condições de irmãos, na fraternidade original. Na fraternidade original Deus fez a todos de uma "mesma massa" para que vivessem unidos, como irmãos, mas se fizeram senhor e escravos, reclama o padre-poeta<sup>173</sup>.

### **3 – O PRIMEIRO CURSO DE FILOSOFIA NO BRASIL**

Neste terceiro item do segundo capítulo, queremos dar ênfase ao Ensino de Filosofia no Brasil colônia, que se constitui no fulcro principal de nossas pesquisas. Por isso refletiremos sobre a marca histórica inicial dos estudos filosóficos no Brasil, os primeiros esforços da tentativa

---

<sup>171</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>173</sup> Ibidem, p. 145.

do ensino de filosofia ao *agente religioso* no Brasil. Essa identidade primeira será uma experiência arquetípica, que buscaremos entender para propor, no capítulo seguinte, uma possível e histórica superação.

#### **a) OS PRIMEIROS ESTUDOS FILOSÓFICOS NO BRASIL COLÔNIA.**

Pensamos que neste esforço concentrado, encontraremos argumentos relevantes que nos ajudem a compreender satisfatoriamente a razão porque nos empenhamos para encontrar respostas aos nossos questionamentos iniciais. Nas análises anteriores, aos poucos viemos construindo uma trajetória do estabelecimento e da ação pedagógica dos Jesuítas no geral. Trataremos especificamente das diretrizes gerais que compõem os currículos dos estudos filosóficos, dos métodos e conteúdos dos cursos de Filosofia, motivos pelos quais faremos uma análise detalhada do Plano de Estudos dos Jesuítas.

Estes perceberam que a Filosofia devia ser o fundamento da educação para uma futura preparação catequética e aprimoramento social, captando a necessidade de uma formação também filosófica, mesmo no ambiente um tanto selvagem e informal que aqui encontraram. Vale aqui também a definição de Gramsci (1978), que assim considera a filosofia:

É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia é qualquer coisa muito difícil pelo fato de ser atividade intelectual própria de uma categoria de cientistas especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, pois, demonstrar preliminarmente que *todos os homens são filósofos*. Tendo demonstrado que todos são filósofos, embora cada um a seu modo, inconscientemente, porque mesmo na menor manifestação de qualquer atividade intelectual, como a linguagem, está contida certa concepção de mundo, passa-se ao segundo momento, ao da crítica e da consciência, isto é, a questão: é preferível pensar, sem ter disso consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, participar de uma concepção de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos tantos grupos sociais em que cada um está automaticamente integrado desde a sua entrada no mundo conscientemente... ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente, em conexão com o trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não aceitar, passiva e supinamente, do exterior, a marca da própria personalidade<sup>174</sup>.

---

<sup>174</sup> GRAMSCI, 1978, p 56.

Os estudos filosóficos no Brasil têm um caráter complexo e exprimem, como era de se esperar, uma relação exclusiva com a tradição lusitana, embasada numa articulação muito direta com o Aristotelismo. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que alguns tinham o privilégio de poder estudar nas Universidades Portuguesas e ainda, porque os Jesuítas que vieram para o Brasil eram formados nessa tradição.

Portanto, ao se tratar do ensino de filosofia no Brasil é preciso lembrar que os próprios Jesuítas receberam, em 1555, o colégio das Artes, de Dom João III, como parte do projeto de reforma da Universidade Portuguesa. E a recém fundada Ordem, além de implantar seu modelo pedagógico em Portugal, mesmo em fase experimental, o plano de estudos chamado *Ratio Studiorum* também o transplantou para o Brasil, por ocasião do ensino de filosofia na Bahia.

Em nossas pesquisas no Arquivo Geral dos Jesuítas em Roma (ARSI), nos deparamos com uma carta<sup>175</sup>, escrita no Brasil em junho de 1568, resultado da reunião da Congregação na Província do Brasil, registro que enfoca um pedido da Congregação ao Geral em Roma, para o envio de professores para o ensino de filosofia (Dialética) e Teologia.

Esta carta dá início a uma das grandes e eficazes tentativas de reproduzir no Brasil o ensino da filosofia, primeiro destinados aos *agentes religiosos*, e mais tarde aberto a todos que quisessem freqüentá-lo. A resposta veio em 1572, quando teve início o **primeiro curso** de ensino de filosofia no Brasil, tendo como repetidor o padre Gonçalo Leite. Essa primeira manifestação filosófica no Brasil estruturou-se em um caráter todo voltado para a preparação do *Agente Religioso*, através da preparação para o trabalho de conversão dos “nativos” e conservação dos costumes do colonizador e seus filhos.

Tomando em conta estas considerações iniciais podemos concluir com Cerqueira (2000):

A partir desse fato, o ensino de filosofia no Brasil, se deu ao longo de quase dois séculos, sob a vigência do *Ratio Studiorum*, método pedagógico dos colégios da Companhia de Jesus, cuja edição definitiva foi promulgada como lei em 1599, após cinquenta anos de experiência<sup>176</sup>.

Assim o caráter expressivo que se verificou nas primeiras manifestações filosóficas no Brasil é derivado do *Ratio Studiorum*, e, portanto, traduz-se numa devoção ao aristotelismo, cuja transmissão vem sendo filtrada pelas Universidades e pelos repetidores portugueses. Baseado no

---

<sup>175</sup> Esta carta escrita em latim, bem como a sua versão para o português, encontra-se no apêndice I e II respectivamente, no final deste texto.

<sup>176</sup> CERQUEIRA, 2000. P. 5.

princípio religioso de conversão, objetivo principal dos Jesuítas, o ensino se deu, em razão dos princípios aristotélicos, como tradição filosófica baseada fundamentalmente no RS, como podemos observar nas regras postas para o professor de filosofia nos itens 1 e 2:

1.Fim – Como as artes e as ciências da natureza preparam a inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática, e por si mesma concorrem para o mesmo fim, o professor procurando sinceramente em todas as coisas a honra e a glória de Deus, trate-as com a diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os nossos, para a teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do criador. 2 . Como seguir Aristóteles - Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrinas opostas à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé<sup>177</sup>.

Após estes testemunhos da única realidade normativa e instrutora dos ensinamentos Jesuíticos, nos ateremos ao que se refere diretamente para o Ensino de Filosofia, que tinha como objetivo, em primeiro lugar, assegurar a continuidade da formação, por eles tidas como adequada para o interior de seus quadros, e que, aos poucos, foi sendo oferecida também aos demais que se interessassem pelos estudos filosóficos.

#### **b. ORDEM DOS ESTUDOS OU MÉTODO DE ENSINO DOS JESUÍTAS. (Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu)<sup>178</sup>.**

Faremos aqui uma análise, juntamente com a tradução<sup>179</sup> da parte do Ratio que regula e dá as diretrizes completas de como deveria funcionar o ensino da filosofia, com seus conteúdos e métodos e até mesmo o que se deveria evitar.

O Plano de Estudos dos Jesuítas foi constituído por um conjunto de 467 regras, construído em 30 grupos, cobrindo todas as atividades e funções dos agentes diretamente ligados ao ensino, incorporando desde as regras do Provincial, passando pelas do Reitor, do Prefeito de Estudos, dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino, abrangendo as regras da prova escrita, da

---

<sup>177</sup> RS Regras do professor de Filosofia número 01.

<sup>178</sup> Sobre o texto usado do Ratio Studiorum o presente trabalho se apoia na versão portuguesa da tradução feita pelo padre Leonel Franca (que também era Jesuíta), em 1943 e publicada nove anos depois sob o título de “Organização e Plano de Estudos da Companhia de Jesus” tradução por Leonel Franca in: Leonel Franca, O método pedagógico dos Jesuítas: o “Ratio Studiorum” – Introdução e tradução, Rio de Janeiro, Agir, 1952.

<sup>179</sup> Em todas as citações do Ratio Studiorum, neste capítulo usaremos a tradução de Leonel Franca por ser considerada fiel ao texto original arquivada no ARSI, que foi objeto primário de nossas investigações no Estágio no Exterior. Para o texto cf. FRANCA, 1952.

distribuição de prêmios, do bedel, chegando às regras dos alunos e concluindo com as regras das diversas Academias.

Trata-se realmente de um detalhado manual com indicações de responsabilidade, do desempenho, da subordinação e do relacionamento dos membros da hierarquia, dos professores e dos alunos, além de ser também um manual de organização e administração escolar. A metodologia é bastante pormenorizada, com a sugestão de processos didáticos para a aquisição de conhecimento e incentivo pedagógico para assegurar e consolidar a formação do aluno.

Assim resume Franca (1952) sobre a trajetória de formação do *Ratio Studiorum*, cuja análise histórica já esboçamos no primeiro capítulo<sup>180</sup>:

O plano de estudos da Ordem só foi promulgado após mais de meio século de experiência (1548-1599) em dezenas e centenas de colégios disseminados por toda Europa. O trabalho de sua relação prolongou-se por obra de 15 anos (1584-1599) e obedeceu ao critério com que se preparam os currículos modernos mais bem elaborados. Primeira redação [1586]: aproveitando um imenso material pedagógico acumulado em dezenas de anos; críticas dos melhores pedagogos de todas as províncias européias da Ordem; segunda redação [1591]: nova remessa às províncias para que a submetessem por um triênio à prova da vida real dos colégios; aproveitamento das últimas sugestões, sugeridas à luz dos fatos; promulgação definitiva [1599]. O *Ratio*, portanto, é filho da experiência, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia<sup>181</sup>.

Foi a partir deste Plano de Estudos que elencamos a Ordem dos Estudos de Filosofia e buscamos encontrar respostas às questões iniciais que nos moveram a realização desta pesquisa. Baseado no próprio conteúdo do *Ratio*, buscamos compreender o Currículo Filosófico obrigatório, a partir de 1599, que já vinha sendo executado de forma experimental no período do primeiro curso de filosofia no Brasil colônia. Concluímos, após estudos detidos do documento, que no primeiro ano deveriam ser ensinadas: a Lógica e introdução às ciências, conduzidas por um professor em duas horas por dia. A tradução de Franca (1952) assim se expressa, com referência a essas regras ligadas ao ensinamento previsto para o primeiro ano do curso de filosofia:

---

<sup>180</sup> No subitem que tratamos sobre a origem do *Ratio*.

<sup>181</sup> FRANCA, 1952, p. 19.

§1. No primeiro ano explique a Lógica, ensinando-lhe o mesmo no primeiro trimestre, menos ditando do que explicando os pontos mais necessários por Toledo ou Fonseca.

§2. Nos prolegômenos da lógica discuta somente se é ciência, qual o seu objeto, e alguns pontos sobre os gêneros e as espécies; a discussão completa sobre as idéias Universais remeta-as para a metafísica, contentando-se aqui de noções elementares.

§3. Sobre os predicamentos exponha os pontos mais fáceis como, mais ou menos, se acham em Aristóteles, o mais remeta para o último ano; quanto, porém, à analogia e à relação, que ocorrem com muita frequência nas disputas, trate na lógica o que for necessário.

§4. Dê um rápido sumário do 2o. livro e dos dois primeiros livros da *Analytica priora* com exceção dos oito ou nove primeiros capítulos do primeiro livro; exponha, porém, as questões com eles relacionadas, mas muito brevemente a relativa aos contingentes na qual não trate coisa alguma sobre o livre arbítrio.

§5. A fim de que o segundo ano possa consagrar-se inteiramente à Física; no fim do primeiro ano desenvolva de modo mais completo o tratado da ciência, e nele inclua quase toda a introdução à física como a divisão das ciências, abstração, especulativo e prático, subalternação, diferença de métodos da física e da matemática, de que trata Aristóteles no 2o. livro dos Físicos, e por fim tudo o que acerca da definição se encontra no 2o. livro *de Anima*.

§6. Quanto ao conteúdo do livro do *Tópicos* e *de Sofisticis Elenchis*, é preferível que o disponha em melhor ordem e explique sumariamente no princípio da lógica.<sup>182</sup>

No segundo ano do curso de Filosofia, seriam ensinados: Cosmologia, Psicologia e Física, duas horas por dia e Matemática, uma hora por dia:

§1. No segundo ano os oito livros *Physicorum*, os livros *De Cælo* e o primeiro *De generatione*. Dos oito livros *Physicorum* dê sumariamente os textos do livro 6o. e 7o. e do 1o. a começar do ponto em que refere as opiniões dos antigos. No livro 8o. nada exponha do número das inteligências nem da liberdade, nem da infinidade do primeiro motor. Estas questões serão discutidas na metafísica e somente segundo a opinião de Aristóteles.

§2. O texto do 2o., 3o. e 4o. livro *De Cælo* deverá ser dado brevemente e em grande parte omitido. Nestes livros só se tratem algumas poucas questões sobre os elementos; sobre o Céu, as que se referem à sua substância e influências; as outras deixem-se ao professor de matemática ou reduzam-se a compêndio.

§3. Os livros *meteorológicos* percorram-se nos meses de verão na última hora da tarde pelo professor ordinário, se possível, ou, se parecer mais conveniente, por um professor extraordinário<sup>183</sup>.

No terceiro ano do curso de Filosofia, ensinariam-se Psicologia, Metafísica e Filosofia Moral, com dois professores, duas horas por dia da seguinte forma:

<sup>182</sup> Ratio Studiorum, 1599, Regras do professor de filosofia, nº 9.

<sup>183</sup> Ibidem, nº 10.

*No terceiro ano.*

§1. No terceiro ano explicará o livro segundo *de Generatione*, os livros *De Anima* e os *Metafísicos*. No primeiro livro *De Anima* passe rapidamente por cima das opiniões dos filósofos antigos. No segundo, explicado o que se refere aos órgãos dos sentidos, não faça digressões sobre a Anatomia e outros assuntos pertencentes ao estudo da medicina.

§2. Na metafísica passem-se por cima as questões relativas a Deus e ao mundo das inteligências que, ou de todo ou em grande parte, dependem das verdades ensinadas por divina revelação. Explique com cuidado o próêmio e o texto do livro 7º. de do 12º. dos outros livros escolham-se, em cada um, os textos principais, como fundamento das questões que pertencem à metafísica<sup>184</sup>.

Como pudemos observar, os princípios curriculares apresentam características gerais, pois eram indicados a todos os colégios dos Jesuítas do mundo inteiro. Isso favorecia o grau de unidade estabelecido pela hierarquia da Ordem, que executava com disciplina as prescrições contidas neste documento máximo de conteúdos, de normas e da função de educar a todos, com os princípios filosóficos tradicionais de Aristóteles sem se afastar de Tomas de Aquino<sup>185</sup>. Em seguida selecionamos as regras ligadas ao professor de filosofia, para o qual partimos da tradução de Leonel Franca (1952), buscando esboçar as bases curriculares sobre as quais se ministraram os primeiros cursos de filosofia no Brasil colônia. As regras enfatizam os seguintes eixos:

### **1) As Regras para o professor de Filosofia<sup>186</sup>**

#### **REGRAS DO PROFESSOR DE FILOSOFIA.**

*1. Fim.* — Como as artes e as ciências da natureza preparam a Inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática e por si mesmas concorrem para o mesmo fim, o professor, procurando sinceramente em todas as cousas a honra e a glória de Deus, trate-as com a diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os nossos para a teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do Criador.

*2. Como seguir Aristóteles.* - Em questão de alguma importância se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé. Semelhantes argumentos de Aristóteles ou de outro filósofo, contra a fé, procure, de acordo com as prescrições do Concílio de Latrão, refutar com todo vigor.

*3. Autores infensos ao Cristianismo.* - Sem muito critério não leia nem cite na aula os intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo; e procure que os alunos não lhes cobrem afeição.

---

<sup>184</sup> Ibidem, nº 11.

<sup>185</sup> Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.), e Tomás de Aquino (1225-1274).

<sup>186</sup> Embora tenhamos clareza da natureza acadêmica desse trabalho, a exigir uma maior objetividade nas citações e registros de notas, optamos por apresentar as Regras expostas pelo Ratio e seus documentos derivacionais na íntegra, de modo a facilitar eventuais e supostos leitores e pesquisadores que tencionem seguir adiante na investigação do campo temático.

4. *Averrois*. - Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averrois (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma coisa boa dele houver de citar, cite-a sem encômios, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte.

5. *Não se filiar em seita filosófica*. - Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como o dos Averroistas, dos Alexandristas e semelhantes; nem dissimule os erros de Averrois, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade.

6. *Santo Tomás*. - De Santo Tomás, pelo contrario, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião.

7. *Curso de filosofia de três anos*. - Ensine todo o curso de filosofia em não menos de três anos, com duas horas diárias, uma pela manhã outra pela tarde, a não ser que em alguma universidade se oponham os seus estatutos.

8. *Quando se deve concluir*. - Por esta razão não se conclua o curso antes que as férias do fim do ano tenham chegado ou estejam muito próximas.

9. *O que se deve ensinar ou omitir no primeiro ano*.

§1. No primeiro ano explique a Lógica, ensinando-lhe o mesmo no primeiro trimestre, menos ditando do que explicando os pontos mais necessários por Toledo ou Fonseca.

§2. Nos prolegômenos da lógica discuta somente se é ciência, qual o seu objeto, e alguns pontos sobre os gêneros e as espécies; a discussão completa sobre as ideias Universais remeta-as para a metafísica, contentando-se aqui de noções elementares.

§3. Sobre os predicamentos exponha os pontos mais fáceis como, mais ou menos, se acham em Aristóteles, o mais remeta para o ultimo ano; quanto, porém, à analogia e à relação, que ocorrem com muita frequência nas disputas, trate na lógica o que for necessário.

§4. Dê um rápido sumário do 2o. livro e dos dois primeiros livros da *Analytica priora* com exceção dos oito ou nove primeiros capítulos do primeiro livro; exponha, porém, as questões com eles relacionadas, mas muito brevemente a relativa aos contingentes na qual não trate coisa alguma sobre o livre arbítrio.

§5. A fim de que o segundo ano possa consagrar-se inteiramente à Física; no fim do primeiro ano desenvolva de modo mais completo o tratado da ciência, e nele incluam quase toda a introdução à física como a divisão das ciências, abstração, especulativo e prático, subalternação, diferença de métodos da física e da matemática, de que trata Aristóteles no 2o. livro dos Físicos, e por fim tudo o que acerca da definição se encontra no 2o. livro de *Anima*.

§6. Quanto ao conteúdo do livro do *Tópicos* e de *Sofisticis Elenchis*, é preferível que o disponha em melhor ordem e explique sumariamente no princípio da lógica.

10. *No segundo ano*.

§1. No segundo ano os oito livros *Physicorum*, os livros *De Caelo* e o primeiro *De generatione*. Dos oito livros *Physicorum* dê sumariamente os textos do livro 6o. e 7o. e do 1o. a começar do ponto em que refere as opiniões dos antigos. No livro 8o. nada exponha do número das inteligências nem da liberdade, nem da infinidade do primeiro motor. Estas questões serão discutidas na metafísica e somente segundo a opinião de Aristóteles.

§2. O texto do 2o., 3o. e 4o. livro *De Caelo* deverá ser dado brevemente e em grande parte omitido. Nestes livros só se tratem algumas poucas questões sobre

os elementos; sobre o Céu, as que se referem à sua substância e influências; as outras deixem-se ao professor de matemática ou reduzam-se a compêndio.

§3. Os livros *meteorológicos* percorram-se nos meses de verão na última hora da tarde pelo professor ordinário, se possível, ou, se parecer mais conveniente, por um professore extraordinário.

11. *No terceiro ano.*

§1. No terceiro ano explicará o livro segundo *de Generatione*, os livros *De Anima* e os *Metafísicos*. No primeiro livro *De Anima* passe rapidamente por cima das opiniões dos filósofos antigos. No segundo, explicado o que se refere aos órgãos dos sentidos, não faça digressões sobre a Anatomia e outros assuntos pertencentes ao estudo da medicina.

§2. Na metafísica passem-se por cima as questões relativas a Deus e ao mundo das inteligências que, ou de todo ou em grande parte, dependem das verdades ensinadas por divina revelação. Explique com cuidado o próêmio e o texto do livro 7o. de do 12o. dos outros livros escolham-se, em cada um, os textos principais, como fundamento das questões que pertencem à metafísica.

12. *Estima do texto de Aristóteles.* - Ponha toda a diligencia em interpretar bem o texto de Aristóteles; e não dedique menos atenção à interpretação do que às próprias questões. Aos seus alunos persuada que será incompleta e mutilada a filosofia dos que ao estudo do texto não liga nem grande importância.

§1. *Que textos se devem explicar e como.* — Todas as vezes que deparar com textos célebres e muitas vezes citados nas disputas, examine-os cuidadosamente, conferindo entre si as interpretações mais notáveis a fim de que, do exame do contexto, da força dos termos gregos, da comparação com outros textos, da autoridade dos intérpretes mais insignes e do peso das razões, se veja qual deve ser preferida, examinem-se por fim as objeções que, se por um lado não devem esmiuçar demasiadamente, por outro, não se deverão omitir, se têm certa importância.

14. *Escolha a ordem das questões.* — Escolha com muito cuidado as questões; as que não se prendem imediatamente ao pensamento principal de Aristóteles, mas derivam ocasionalmente de algum axioma por ele referido de passo, se em outros livros se tratam expressamente para eles as remeta, do Contrário explique-as logo em seguida ao texto que as sugerir.

15. *As questões a ser introduzidas entre os textos.* - As questões que por si pertencem à matéria da qual disputa Aristóteles não se tratem senão depois de explicados todos os textos que ao assunto se referem, no caso em que se possam expor em uma ou duas lições. Quando, porém, se estendam mais como são os relativos aos princípios, às causas, ao movimento, então nem se espraie em longas dissertações nem antes das questões se explique todo o texto de Aristóteles, mas de tal modo com elas se combine que depois de uma série de textos se introduzam as questões com elas relacionadas.

16. *Repetição na aula.* No fim da aula, alguns alunos, cerca de *dez*, repitam entre si por meia hora o que ouviram e um dos discípulos, da Companhia, se possível, presida à decúria.

17. *Disputas mensais.* - Cada mês haja uma disputa na qual arguam não menos de três, de manhã e outros tantos, de tarde; o primeiro, durante uma hora, os outros, durante três quartos de hora. Pela manhã, em primeiro lugar dispute um teólogo (se houver teólogos em número suficiente) contra um metafísico, um metafísico contra um físico, um físico contra um lógico; de tarde, porem, metafísico contra metafísico, físico contra físico, lógico contra lógico. Assim

também pela manhã um metafísico e pela tarde um físico poderão demonstrar uma e outra tese breve e filosoficamente.

18. *Disputas durante o estudo da lógica.* Enquanto o professor explica o resumo da lógica, nem ele nem os alunos assistam a estas disputas. Mais, na primeira e na segunda semana aproximadamente não deverão os lógicos disputar, contentando-se com simples exposição da matéria, em seguida, poderão na aula defender algumas teses aos sábados.

19. *Disputas solenes.* Onde só houver um professor de filosofia, organize algumas disputas mais solenes três ou quatro vezes no ano, em dia festivo ou feriado, e dê-las certo brilho e aparato convidando outros religiosos e professores para argüir, afim de despertar um entusiasmo proveitoso aos nossos estudos.

20. *Rigor na forma da disputa.* Desde o início da lógica, se exercitem os alunos de modo que de nada se envergonhem tanto na disputa como de se apartar do rigor da forma; e cousa alguma deles exija o professor com mais severidade do que a observância das leis e ordem da argumentação. Por isto o que responde repita as proposições acrescentando “nego” ou “concedo” “a maior, a menor, a consequência”. Algumas vezes poderá também distinguir, raras, porém, acrescente explicações ou razões, sobretudo quando lhe não são pedidas.

## 2) As regras para o Professor de Filosofia Moral:

### REGRAS DO PROFESSOR DE FILOSOFIA MORAL.

1. *Ofício.* Saiba que seu dever é não fazer digressões para questões teológicas, mas, seguindo brevemente o texto, explicar com doutrina e solidez os capítulos principais da ciência que se encontram nos livros da Ética de Aristóteles.

2. *Tempo da lição.* — Onde as lições de ética não são dados pelo mesmo professor do curso de filosofia, o que ensina ética explique aos estudantes de metafísica as questões mais importantes dessa ciência, todos os dias, durante 3/4 de hora ou 1/2 hora.

3. *Repetição.* Ao menos de quinze em quinze dias haja uma repetição de ética, no tempo assinado pelo Reitor, ainda que para esse fim se devesse suprimir uma repetição de metafísica.

4. *Teses.* - Quando os alunos de metafísica realizam as suas disputas, ou privadas em casa ou mensais na aula, acrescentem sempre às teses alguma proposição de ética, contra a qual o estudante de metafísica que argui deverá formular objeções por um quarto de hora.

## 3) As regras para a Academia dos Filósofos:

### REGRAS DA ACADEMIA DOS TEÓLOGOS E FILÓSOFOS.

1. *Espécies de exercícios.* - Os exercícios desta Academia são, geralmente, de quatro espécies: repetições diárias das preleções, disputas, preleções ou disputas científicas, atos solenes de defesa pública de teses.

2. *Repetições.* - As repetições, que duram uma hora mais ou menos, fazem-se todos os dias de aula, exceto os impedidos pelas disputas mensais. Escolha-se a hora mais cômoda, contanto que, na Quaresma, ao menos duas vezes semana, se deixe livre para assistir ao sermão.

3. *Forma das repetições.* - Cada classe repetirá separadamente, uma de teologia e três de filosofia se tantos forem os professores; um ou dois acadêmicos repetirão a lição, e um ou dois farão dificuldades. Às repetições de teologia presidirá ou o próprio Prefeito da Academia, ou o seu substituto, ou, pelo menos, um teólogo do quinto ano dos mais adiantados, designados pelo Reitor do Colégio. Às repetições de filosofia presidirá e por via de regra, em cada classe, um dos teólogos da Companhia, nomeado igualmente pelo Reitor.

4. *Forma das disputas.* - As disputas realizar-se-ão uma vez por semana, quando forem poucos os membros da Academia, duas, quando numerosos, no dia feriado ou também no domingo. No domingo, depois do jantar, durante uma hora, quase sempre, um filósofo defenderá e dois argumentarão; no dia feriado, por duas horas, defenderão dois ou três, um teólogo e os outros filósofos, outros tantos ou mais argumentarão.

5. *Teses.* - O teólogo, se for o único a defender, apresente sempre algumas teses filosóficas, o metafísico algumas físicas e lógicas. Contra teólogos argumentarão sempre teólogos; contra filósofos argumentará em primeiro lugar algum da classe imediatamente superior, em seguida, um discípulo.

6. *Presidência das disputas.* - Nas disputas tanto de filósofos quanto de teólogos, se estiver presente o professor do defendente, caber-lhe-á a presidência; do contrário, presidirá o Prefeito da Academia ou o seu substituto.

7. *Preleções.* - De tempos a tempos poderá haver preleções; nelas, um membro da academia trate, da cátedra, em forma erudita alguma questão desenvolvida com trabalho pessoal ou um problema interessante com a exposição e confirmação das razões pro e contra; um ou dois proporão objeções. Estas preleções, antes de se realizarem, deverão ser apresentadas ao Prefeito da Academia e por ele aprovadas.

8. *Atos.* - Dos atos mais solenes que se poderão realizar no Natal, na Páscoa, no Pentecostes ou em outra ocasião desincumbir-se-á, salvo razão em contrário o próprio Reitor da Academia ou outro escolhido pelo Prefeito. Nestes atos, sob a presidência do Professor, se abrangerá e defenderá, em algumas teses, uma parte da teologia ou da filosofia.

9. *Solenidade dos atos.* - Deve procurar-se que estes atos se realizem com certa solenidade; o defendente abra com um prólogo e remate com um epílogo, que deverão ser antes submetidos como tudo o que se lê em publico, à revisão e aprovação do Prefeito geral dos estudos. Para dar mais brilho à disputa poderão convidar-se também os alunos externos para argumentar e outras pessoas para assistir.

10. *Introdução.* - Um mês, mais ou menos, antes do começo das aulas, se parecer ao Reitor, por uns quinze dias no mínimo haja, para os que vão começar a filosofia, um curso de introdução ou sumário feito por um dos nossos, determinado pelo Reitor ou talvez por um acadêmico escolhido pelo Prefeito.

11. *Revisão de teses.* - Todas as teses, tanto as dos atos solenes como as semanais, antes de serem defendidas ou afixadas, deverão ser revistas pelo Prefeito da Academia e pelo Professor do defendente.

#### **4) As regras para o Prefeito da Academia dos Filósofos:**

##### **REGRAS DO PREFEITO DA ACADEMIA DOS TEÓLOGOS E FILÓSOFOS.**

1. *Forma dos exercícios.* - Além das diretivas comuns, do Prefeito em geral, mencionadas nas regras da Academia, procure que nas repetições diárias se

observem a mesma forma e maneira de repetir, argumentar e disputar que seguem os nossos estudantes nas repetições domésticas; nos atos, porém, e na defesa de outras teses atenha-se ao método comum.

2. *Inspecionar as repetições.* - Para este fim inspecione frequentes vezes as repetições, ora estas, ora aquelas, e verifique se se realizam com diligência e modéstia, se os repetidores se desempenham com acerto do seu ofício, dirigindo-os, onde for mister.

3. *Os que deverão ser mais exercitados.* - Será conveniente exercitar com mais frequência os que deverão defender logo o curso de filosofia ou teologia ou realizar algum ato da Academia, e, para que se apresentem mais preparados, procure adverti-los e dirigi-los.

4. *Do assistente.* - Com licença do Reitor poderá dividir a sua responsabilidade e trabalho com um assistente, confiando-lhe, se nada houver em contrário, as repetições de teologia, com ele presidindo as disputas e alternadamente, sobretudo nos dias feriados, e executando, por seu intermédio, conforme julgar necessário, tudo o mais que se refere às teses diárias e aos atos extraordinários<sup>187</sup>.

Assim sendo, o curso de Filosofia tinha como ideal curricular de proporcionar aos alunos uma formação científica da inteligência, entendendo-a nas premissas da cultura clássica, da qual a Companhia se sentia depositária, o que podemos notar ao analisar atentamente as regras apresentadas no tocante ao curso, com duração de três anos. Entretanto, era estritamente proibida a leitura ou mera citação de autores que fizessem qualquer crítica ao cristianismo, o que nos faz crer que os professores tinham suas atividades dirigidas estritamente pelo plano de estudos e não podiam se afastar dele, restando-lhes pouca ou quase nenhuma autonomia. As matérias que julgavam menos necessárias para a educação e desenvolvimento científico e moral eram totalmente excluídas. Aristóteles e São Tomás eram as leituras-base deste curso.

Todas essas regras, como as demais que ordenam o andamento dos cursos buscavam, antes de tudo, ou consideravam como eixo a formação integral do homem, nas bases e fundamentos da época e da própria identidade ou interesses da Companhia, daí então muitas vezes esse conjunto de regras foi classificado como humanista, projetando sobre o aluno dos Jesuítas, e conseqüentemente, organizando a formação do *Agente Religioso*, em bases humanistas.

Retornando o currículo comum, entendemos que é necessária uma integração na visão de conjunto dos pontos que não dizem respeito diretamente ao currículo de filosofia, mas que apresentam elementos comuns e acabam por se integrar para uma simples verificação da organização dos currículos. Por isso mesmo sofreram poucas, ou nenhuma modificação nos

---

<sup>187</sup> FRANCA, 1952, Texto disponível no site [www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm](http://www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm)

diferentes locais. Como podemos ver o Plano era extensivo a todos os cursos e em todos os lugares. E essa uniforme exigência, de disciplinado seguimento, abrangia a todos da hierarquia também, como nos atesta Madureira (1929) com a seguinte afirmação:

O plano de estudos dos jesuítas em suas regras gerais ditava qual o comportamento mais aconselhável ao Provincial, ao Reitor, ao Prefeito de estudos, aos Professores e até aos funcionários menos graduados para o bom funcionamento do estabelecimento e resultados positivos da educação<sup>188</sup>.

Esse documento, além de ditar o comportamento dos membros da hierarquia educacional Jesuítica, apontava o que os mestres deveriam ensinar e o modo como os assuntos predeterminados deveriam ser abordados. Portanto, como podemos notar, o Plano de Estudo dos Jesuítas não era apenas um programa, mas um rigoroso método de ensino também, traduzido no que hoje chamaríamos de diretrizes curriculares.

A Companhia de Jesus ainda hoje se divide em Províncias, demarcadas por limites geográficos já existentes tais como estado, país ou regiões, que englobam várias casas e colégios e podem ocupar território de uma nação ou apenas parte dele. O Provincial é o principal chefe dessas unidades, porém o Reitor é a figura central dos colégios. A principal função do Provincial é zelar pelo bom andamento do trabalho dos missionários, cuidando o Reitor mais diretamente das atividades relacionadas à educação e à catequese. Este é auxiliado pelo Prefeito de Estudos, seu braço direito, que o acompanha de perto toda a vida escolar. Assim, fica demonstrada, minimamente, a hierarquia administrativa das instituições de ensino da Ordem. Mais uma vez é Franca (1952) que nos assegura:

A Companhia dedica-se à obra dos colégios e universidade, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderem. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que, com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios<sup>189</sup>.

Após esta análise do Plano de Estudo dos Jesuítas, nos detendo de forma mais específica no que se refere ao ensino de Filosofia, começamos a vislumbrar possíveis aproximações que nos respondem às primeiras questões sobre que concepção era hegemônica de filosofia era ensinada

---

<sup>188</sup> MADUREIRA, 1929, P. 395.

<sup>189</sup> FRANCA, 1952, p. 133.

ao *Clérigo* no Brasil Colônia, sobretudo na segunda metade do século XVI. Tratava-se de um ensino baseado em um conjunto de regras e entendemos que essas regras, hermeticamente construídas e aplicadas, nos mostram o perfil pretendido para a formação filosófica do *Agente Religioso* no Brasil, que acabara de ser “descoberto” e em vias de colonização pelos portugueses.

Dessa unidade curricular foram gerados os parâmetros curriculares, evidenciando os pressupostos filosóficos, seus dispositivos basilares, e, portanto, identificando uma visão de mundo baseada nos principais conhecimentos da época, aplicados a um estudo mais reprodutivo das idéias filosóficas antigas, do que em uma reflexão com os novos conceitos e descobertas da época moderna, que então começava a despontar. A férrea exigência de não “sair fora” dos estudos e de Aristóteles, diminuía a possibilidade de questionamentos e dúvidas, motores das reflexões filosóficas, evitando assim entrar em choque com algumas verdades pregadas pelo Estagirita<sup>190</sup> em suas obras.

Por fim deixamos uma célebre frase de Aristóteles, que revela bem o conceito que ele expressa nos seus escritos sobre a visão de homem, onde ele ensina:

O homem, quando perfeito, é o melhor dos animais, mas é também o pior de todos quando afastado da lei e da justiça, pois a injustiça é mais perniciosa quando armada, e o homem nasce dotado de armas para serem bem usadas pela inteligência e pelo talento, mas podem sê-lo em sentido inteiramente oposto. Logo, quando destituído de qualidades morais, o homem é o mais impiedoso e selvagem dos animais, e o pior em relação ao sexo e à gula<sup>191</sup>.

Manuel da Nóbrega e Anchieta, mais voltados para a missionariedade e ação pedagógica elementar, e preocupavam-se e ocupavam-se com a arte de ler, escrever, cantar e rezar, não sendo tão esmerados em assuntos filosóficos. Já o Padre Antonio Vieira, em seus sermões, expressa um cunho filosófico, podendo mesmo ser considerado como o primeiro filósofo brasileiro pela sua retórica nas ideias que pregava. Assim, a pregação assume uma estética para revelar os segredos da salvação, embasada na teoria evangélica da prática da Palavra de Deus. As ideias políticas e o conteúdo moral do seu ensino, aspectos contidos em seus sermões, revelam o espírito nascente de uma filosofia embrionária nos ambientes coloniais de uma nação em plena formação.

---

<sup>190</sup> Assim é chamado Aristóteles, o filósofo grego que nasceu em Estagira na Macedônia no ano de 384 a.C. e morreu em Cálcis no exílio em 322 a. C.

<sup>191</sup> Aristóteles - "Política", 1252 b.

A seguir analisaremos alguns dos desdobramentos e o que se seguiu a essas primeiras repetições dos Cursos de Filosofia no Brasil.

#### **4. A FILOSOFIA APÓS 1599 SE CONSOLIDA COM O RATIO STUDIORUM.**

Embora não seja objeto específico de nossas investigações a filosofia desta época - depois de 1599 - enfatizamos sua continuidade e expressão de alto nível e valor, por isso entendemos ser necessária uma pequena apreciação sobre a continuidade do ensino da filosofia no período. O período subsequente ao fulcro de nossa pesquisa é o tempo em que se consolida e realmente o Ratio Studiorum realiza o intento projetado pelos membros da Companhia de Jesus. Vejamos, por exemplo, as contribuições do Padre Vieira, objeto de algumas considerações anteriores, no início deste capítulo. Faremos algumas considerações que pensamos, poderia nos ajudar a organizar e embasar nossas conclusões. Também verificaremos que ocorreu neste período o aparecimento de algumas obras no campo do ensino da filosofia, que desapareceram ou se perderam.

Antonio Vieira nasceu em Lisboa em 1608, mas aos seis anos de idade veio para o Brasil com a família. Fixou residência em Salvador e realizou seus estudos nos colégios dos Jesuítas, cursou os anos iniciais da escola como externo, mas aos quinze anos entrou para a Companhia. Foi ordenado sacerdote em 1634, e a partir de então, começou uma trajetória de cunho filosófico, aplicando em seus sermões o uso prático da razão, questionando a escravidão do índio<sup>192</sup> e do negro<sup>193</sup>, mas também do uso teórico da razão ao pregar em vista da conversão<sup>194</sup>.

Praticamente foi o primeiro a “levantar a voz”, em contrário à forma escravagista de manterem negros e índios, sob a obrigação de trabalho forçado pelos senhores e colonos que cultivavam a terra. Registramos que Vieira, tal como a Companhia, em muitas jornadas históricas defendem veementemente a condição do índio, opondo-se à escravização do mesmo, o que não se revela tão unânime na defesa do negro, como já afirmamos alhures.

É Serafim Leite (1949) que, citando Lúcio de Azevedo, nos diz “*que Vieira repassou em viagem que fez de canoa. Não só por preocupação geral científica, como pela circunstância*

---

<sup>192</sup> Sermão da primeira domingo da quaresma, 1653

<sup>193</sup> Sermão XIV da série Maria Rosa Mística, 1633

<sup>194</sup> Sermão da Sexagésima, 1655

*particular de ter composto também um curso de filosofia, o primeiro que consta se escrevesse no Brasil*”<sup>195</sup>.

Nessa altura o autor informa que Vieira revisou durante uma viagem, o “cursus philosophicus” de Rodrigo de Arriaga, professor da Universidade de Praga, que chegou à Bahia em 1639, revelando ainda que o volume de Vieira foi redigido durante o curso de Artes, pois que ele diz: “*Compus uma filosofia própria*”<sup>196</sup>. Os escritos do padre Vieira constituem um legado muito importante para o estudo das idéias filosóficas que ocorriam no Brasil colônia do século XVII, seus sermões já são explorados como análise literária e teórica. Falta-lhes uma análise filosófica com instrumentos de esmerada pesquisa e disciplinada perspectiva reflexiva. Não nos deteremos nesse particular, pois não é o foco imediato de nossas pesquisas, porém sabemos da importância dessas expressões no quadro formativo do *Agente Religioso* da época e suas consequências posteriores. “*De Vieira filósofo, não sob o aspecto escolar, mas para o estudo das ideias filosóficas que corriam no Brasil, são rico manancial os seus Sermões*”<sup>197</sup>.

Mesmo não sendo nosso objeto direto de pesquisa, mas podemos afirmar com segurança, uma consequência, pois se trata de acontecimentos posteriores aos nossos estudos, há aqui uma necessidade de relembrar que nos preocupamos com a formação filosófica do agente religioso no Brasil, e o padre Vieira foi formado nesta mesma compreensão do ensino já estruturado no Brasil.

Serafim Leite (1938) enfatiza que apareceram outras obras de cunho estritamente filosófico, escrito por padres Jesuítas (como o “Cursus Philosophicus” de Domingos Ramos; O “Cursus Philosophicus” de Antonio de Andrade e as “Questiones selectiores de Philosophia problematicae expositae” de Luiz Carvalho), afirmando que: “*Todos os manuscritos desta natureza se submergiram no sequestro geral de 1759*”<sup>198</sup>.

Mesmo assim, segundo alguns testemunhos, podemos afirmar que o ensino de filosofia na Colônia do século XVI, efetivou-se na formação, quase que unicamente do *Agente Religioso* Jesuíta, seguindo os indicadores experimentais do Ratio, mais tarde oficializados num documento de longa durabilidade e período de execução desde a sua promulgação em 1599 até 1832 - quando foi reestudado e em 1841 substituído por uma outra versão. Assim entendemos que já nesse período colonial no Brasil se escrevia sobre filosofia e não estávamos tão isolados das

---

<sup>195</sup> LEITE, 1949, Tomo VII (pag. 222).

<sup>196</sup> Idem, ibidem.

<sup>197</sup> Idem, ibidem.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 223.

elucubrações da mente na constituição filosófica da colônia no século XVII e XVIII, com seus altos e baixos.

Alguns compêndios foram elaborados com a finalidade de ensino da doutrina do Estagirita, dentre os quais se destacam: As três Obras de Pedro da Fonseca: “Commentariorum in libros metaphysicorum Aristotelis” (1577); “Isagoge Philosophica” (1591) e “Institutionum dialecticarum libri octo (1664). São livros didáticos compostos com exclusiva orientação do Ratio Studiorum.

Mas também é verdade no dizer de Cerqueira (2000) que:

A filosofia só ganha nacionalidade brasileira no século XIX mediante a superação do dogmatismo. Mas é um erro crasso imaginar que a superação do dogmatismo decorreu da mera superação do dogmatismo pelas reformas pombalinas da instrução pública. Se o sistema de ensino só veio a dar sinais de modernização mais de 30 anos após a expulsão dos Jesuítas, a assimilação dos princípios da filosofia moderna ainda levou mais tempo<sup>199</sup>.

Para uma melhor visão do todo em que estava imersa a caracterização do ensino da Filosofia na Colônia, recomendaremos uma leitura do texto do Ratio Studiorum, elencado como apêndice VIII, no final deste trabalho, como uma das contribuições da pesquisa. Por se tratar de um documento muito bem elaborado, que se autoconstruiu por uma experimentação de cinco décadas, é quase impossível uma análise parcial e compreensiva, em poucas linhas. Portanto, é necessária uma leitura do texto todo, e por isso acresceremos ao nosso trabalho como um importante documento que objetiva qualificar ainda mais a nossa análise aqui esboçada.

Por fim, precisamos dizer que refletimos nesse item sobre o ensino de Filosofia no Brasil e concluímos que os conteúdos curriculares, os pressupostos metodológicos e o perfil da formação do *Agente Religioso* tinham características fundamentalmente baseadas nas teorias Aristotélicas, em tudo se pautasse conforme a cristianização conferida, mais tarde, por Tomás de Aquino<sup>200</sup>. Tudo o mais foi deixado de lado.

Assim sendo, a Filosofia ensinada nesta etapa do período colonial, e que perdurou por muito tempo, era estritamente regulada por princípios rígidos e com uma unidade tal que se apresentava como a única possível. Talvez resida aí neste particular o caráter da longa

---

<sup>199</sup> CERQUEIRA, 2000 p. 10.

<sup>200</sup> Tomás de Aquino nasceu em Roccasecca (Itália) em 1225 e morreu em Fossanova (Itália) em 1274. Foi um frade Dominicano, teólogo, distinto expoente da Escolástica. Comentou Aristóteles e de uma certa forma cristianizou suas idéias transformando-as como ensinamento base da filosofia do Agente Religioso.

durabilidade da hegemonia Jesuítica no ensino da filosofia no Brasil. É certo também que era um ensino próprio dos Seminários, mas permaneceu por muito tempo formando também aqueles que estavam fora dos quadros dos *agentes Religiosos*.

Estamos de pleno acordo que a marca, por assim dizer, *genética* e arquetípica da relação política expressa na colonização mercantilista determina na identidade da educação e dentro dela, da concepção e lugar do ensino de filosofia nas novas terras. Essa identidade atravessa os séculos e gera uma tradição no ensino de filosofia e da práxis dos *agentes religiosos*, tendo como horizonte os pressupostos do Ratio. Continuaremos a análise desta articulação no capítulo seguinte, com as derivações interpretativas de possibilidades de superação de tais proposições.

### **CAPITULO III - A AÇÃO PEDAGÓGICA E MISSIONÁRIA DOS JESUÍTAS NO BRASIL E A IDENTIDADE MATRICIAL DO ENSINO DE FILOSOFIA: HERANÇAS POLÍTICAS E SUPERAÇÕES PROSPECTIVAS.**

Nos dois capítulos anteriores, procuramos, mediante um levantamento historiográfico detalhado, nos dedicar a reconstituir os empreendimentos e as lutas travadas para a formação do *Agente Religioso*, no início do Brasil colonial. Nesse momento de nossa sistematização final da presente pesquisa, passaremos a buscar empreender uma análise mais geral e direta da ação dos Jesuítas no Brasil, com destaque para com a identidade do ensino de filosofia produzido nas contradições de sua atuação histórica e, ao mesmo tempo, as potencialidades de superação de tais disposições.

Entendemos que a preocupação com a formação do Agente Religioso na colônia foi sempre indissociável da formação do “gentio”, como opção fundamental pelas autoridades Portuguesas, no sentido de manter a colônia, ao menos desenvolvida nas letras, para poder dar o esperado tributo à Coroa Portuguesa, isto é, reproduzir seus interesses.

Também analisamos o movimento do Mercantilismo que colocou o Brasil na rota do comércio por meio da expansão ultramarina imposta pelas condições objetivas do capitalismo emergente, em sua aliança com o projeto colonizador português e espanhol, e seus colaboradores ávidos por novas terras, novas riquezas e novas conquistas. Daí, então, dedicamos algum tempo sobre a análise e investigação do movimento da Igreja diante destes acontecimentos. Tratamos dos desdobramentos do ideal missionário e proselitista, na tentativa de combater o avanço do Protestantismo e aumentar a presença da própria Igreja nas novas terras, frutos das grandes descobertas, sempre em torno das conclusões e derivações do Concílio de Trento.

Vimos ainda o movimento de Inácio de Loyola, um religioso que se sentiu chamado para montar uma Companhia que batalhasse e se dedicasse à missão de ensinar evangelizando, colocando sempre a “Boa Nova” de seu projeto religioso em primeiro lugar, como instrumento de salvação e missionariedade, sendo a educação uma necessidade para todos. Como decorrência destes três movimentos, ressaltamos a Empreitada Mercantil Salvacionista. Um atrelamento claro entre “Religião” e “Comércio”, consignados na expansão ultramarina europeia e, em especial, por Portugal.

No segundo capítulo, procuramos investigar, com o auxílio de fontes importantes, a ação pedagógica e missionária do Agente Religioso Jesuíta em nossas terras, como uma “experimentação pedagógica”, que conforme pensamos se concebeu a ação dos Jesuítas no século XVI, no Brasil colônia. Isso também acontecia quando se referia ao ensino de Filosofia na formação do Agente Religioso.

Agora, neste terceiro capítulo, queremos nos dedicar de uma forma mais analítica, das reflexões e possíveis afirmações em vias de conclusões que possam contribuir para a compreensão e a visibilidade do lugar da ação e da presença do Agente Religioso na formação e na organização da cultura que hoje chamamos de História da Educação brasileira. O nosso intento é fazer, num primeiro item, uma *leitura crítica* da ação educacional dos Jesuítas, em geral, no mencionado período de nossa investigação, a saber, de 1549 a 1599, fulcro de nosso estudo, elaborando uma análise da pedagogia Jesuíta, no período “heroico” nos primórdios do ensino da Filosofia e na formação do *Agente Religioso*. Numa segunda etapa, queremos fazer uma análise histórica e produzir uma grade analítica da organização dos primeiros estudos de filosofia, na formação filosófica do *Agente Religioso*. E, num terceiro momento, analisarmos, em linhas gerais, a presença da Companhia de Jesus em toda a sua extensão no Brasil, após 1599 até nossos dias.

## **1. AÇÃO EDUCATIVA, MISSIONÁRIA E PEDAGÓGICA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL NO PERÍODO HEROICO.**

A este período de ação educacional no Brasil colônia, desde 1549 com a chegada dos Jesuítas com o governador geral Tomé de Sousa até 1599, quando houve a promulgação do *Ratio Studiorum*, chamamos de período de *experimentação pedagógica* educacional e missionária.

Assim, entendemos, pois diante de tantas leituras e análises da ação dos Jesuítas, principalmente no período em que tivemos contato direto com as fontes primárias no ARSI, seja das cartas, ou seja, dos documentos, levam-nos a essa afirmação.

Se tomarmos a categoria de experimentação em todos os sentidos, teremos uma primeira constatação. Pois o modelo pedagógico aplicado e desenvolvido se tratava de um plano de estudos em formação, o Ratio Studiorum, com ajustes e comentários tecidos por uma rede epistolar intensa entre a organização geral da Companhia em Roma e suas províncias espalhadas já no século XVI por várias partes do mundo.

Experimentação porque se tratava de uma nova realidade, ainda não conhecida pelo europeu, a realidade do povo nativo, com costumes totalmente diferentes, que foi chamado em geral de “gentio” pelo colonizador e pelas testemunhas de cartas e escritos informativos das novas descobertas e das impressões que o missionário experimentador levantava da nova e desconhecida realidade indígena, desafiadora para a ação católica.

Por isso, arriscamo-nos a construir essa afirmação no início de nossas pesquisas e até o presente momento, estamos cada vez mais convictos de que esta experimentação pedagógica, educativa e missionária realmente teve lugar, na colônia, com evidência na segunda metade do primeiro século de Evangelização, e, portanto, mantemos essa afirmação como uma prerrogativa construída com os esforços inerentes a uma dedicação investigatória a que nos propusemos fazer no nosso trabalho. Foi uma experimentação que, pode-se dizer, deu certo, ao menos como processo missionário e proselitista. Pois sendo promulgado em 1599, o Plano de Estudos vigorou sem nenhuma alteração até 1832, quando então sofreu algumas pequenas modificações.

Se tomarmos a singularidade de uma experimentação administrativa, caminharemos por novos territórios. No seu projeto no Brasil, a Companhia de Jesus se beneficiou das decisões da Coroa Portuguesa de criar um novo sistema administrativo para o Brasil, o conhecido Governo Geral. Um sistema mais centralizador do que as Capitânicas Hereditárias, cuja aplicação praticamente não funcionou na colônia. Nesse novo sistema de Governo Geral, cabia então ao Governador o que antes eram funções atribuídas aos Donatários. Em conjunto com estas decisões, os Jesuítas formaram um novo sistema de ensino e evangelização para o nativo. Assim, como se experimentava um novo sistema de governo na Colônia, assim também na Companhia se experimentava um sistema europeu baseado no “modus parisiensis” de educação, aplicando aos nativos e colonizadores. As dificuldades certamente eram tantas: diferenças de costumes, outra

língua, distanciamento da metrópole, os ataques resistentes dos indígenas, as grandes extensões territoriais, a falta de recursos financeiros e de material de apoio cultural, como livros e outros, são algumas das dificuldades que se constatavam para a implantação do sistema educacional. Mas a habilidade e a criatividade do Jesuíta não decepcionou a Coroa e souberam implantar uma nova ação que superou os obstáculos e constitui-se numa hegemonia de mais de duzentos anos. E, ainda hoje, registra sua marca e presença na sociedade brasileira. Ao olharmos o contexto de um Brasil recém descoberto, entendemos as razões sociais e religiosas que levaram os Jesuítas a iniciarem por estas terras, a ação educativa com princípios rígidos, orientados pela experimentação e construção de um código de regras e procedimentos que se materializam na construção do Ratio Studiorum. E aqui concordamos com Dias (2002) que afirma sobre o Ratio dos Jesuítas não como um sistema educacional, mas segundo ele, o “Plano não se apresenta como um tratado sobre educação, mas sob a forma de um código de regras minuciosamente prescrita”.<sup>201</sup>

Também Gomes (1995) afirma que o Ratio não é:

(...) um tratado de pedagogia, mas um código, um programa, uma lei orgânica que se ocupa do conteúdo do ensino ministrado nos colégios e nas universidades da Companhia e que impõe métodos e regras a serem observados pelos responsáveis e pelos professores destes colégios e universidades<sup>202</sup>.

A esses testemunhos acrescentamos ainda a afirmação de Sousa (2003) que declara: “Este plano de estudos oferece aos professores da Companhia um *curriculum* fixo e um conjunto coerente e graduado de objetivos e de métodos desde as classes de Gramática até as de teologia<sup>203</sup>”

Assim sendo, entende-se que a organização dos estudos não se fez por meio de compêndios, mas por meio de regras estruturadas em códigos e artigos. A aplicação deste plano revela a mais explícita compreensão material da concepção cristã de mundo direcionada pelos Jesuítas. Inácio de Loyola expressa bem o sensível momento pelo qual passou a Igreja Católica naquele período e os seguidores inicianos a fizeram prolongar-se no Brasil e outros lugares por eles missionarizado por muito tempo.

---

<sup>201</sup> DIAS, 2002, p. 53.

<sup>202</sup> GOMES, 1995, p. 37.

<sup>203</sup> SOUSA, 2003, p. 45.

Esse conjunto de 476 regras, conforme vimos no capítulo segundo deste nosso texto (cf. nota 83, do segundo capítulo), foi realmente minuciosamente prescrito, muito bem experimentado, medido e construído nestes 50 anos de experimentação. Tanto é que permaneceram inalterados por muito tempo. Ai reside, conforme nosso modo de pensar, a universalidade da prática e da necessidade do ensino, em todos os seus aspectos. A perspicácia dos membros da Companhia de Jesus, em elaborar um plano que fosse aplicado, ao mesmo tempo, em vários países, por vários anos, sem dúvida, eles conseguiram incluir neste plano as condições e necessidades mais abrangentes do material humano a ser ensinado, cabendo até mesmo aos nativos das Américas. Na época, devido à visão de mundo socialmente religiosa facilitou a compreensão destes elementos, ou seja, da colonização e cristianização. Entendemos que ao determinar esse tipo de procedimento baseado em regras, os Jesuítas estavam reproduzindo as características contemporâneas procurando entender as razões sociais e religiosas para então proporcionar as condições para o desenvolvimento humano e das prerrogativas evangélicas, com promessas de salvação do homem como um todo: de corpo e de alma. O descobrimento, a realidade mercantilista, as lutas de Reforma e Contra Reforma justificam as raízes históricas deste contexto que exigia uma renovação também espiritual, conforme o lema geral da Companhia: *Tudo para a maior honra e glória de Deus*. Evidentemente que reconhecemos as contradições desse processo, mas, no tocante à proposta de renovação do *ethos* cristão no mundo, os Jesuítas construíram uma notável página de reordenamento da Igreja diante dos desafios sociais postos pelos tempos modernos.

Outro aspecto importante que queremos anotar aqui é a rígida tradição da Companhia de tudo registrar. Ou seja, de escrever e anotar tudo o que se fazia. E isto, talvez, seja o fato porque se conhece muito mais sobre a ação pedagógica e missionária dos Jesuítas do que qualquer outra Congregação ou Ordem Religiosa também presentes no Brasil no século XVI. Pois sabemos que já nesse período se encontravam no Brasil os Franciscanos, os Carmelitas, os Beneditinos e os Jesuítas<sup>204</sup>.

Como se tem pouco registro e poucas notícias sobre a ação das demais Congregações presentes no Brasil, não só no século XVI, mas como em todo o período colonial, chegamos à

---

<sup>204</sup> Os Franciscanos chegaram ao Brasil na Esquadra do descobrimento com Pedro Álvares Cabral em 1500, mas seguiram viagem com a Esquadra e só retornaram definitivamente em 1585, com Frei Melquior de Santa Catarina em Olinda. Os Carmelitanos chegaram em 1580, abrindo um Convento em Olinda. Os Beneditinos vieram para o Brasil em 1581, com o Frei Antonio Ventura na Bahia. A Congregação do Oratório chegou ao Brasil em meados do século XVII, e em 1830 foi extinta como Congregação. E os Redentoristas vieram para o Brasil em 1893.

conclusão de que, aliado à intensa ação o fato principal é de que os Jesuítas registravam tudo e toda essa literatura foi muito bem guardada. Mesmo apesar das investidas da extinção e do anulamento da Ordem por alguns anos conforme veremos adiante<sup>205</sup>. Pois sabemos que a formação do Agente Religioso sempre foi processada de forma equiparada em todos os seguimentos da Igreja para todas as Congregações ou Ordens. E isso ficou mais claro ainda a partir das afirmações do Concílio de Trento.

Segundo De Nicola (1998), a literatura dos Jesuítas foi a melhor produção literária do Quinhentismo brasileiro<sup>206</sup>. A poesia, seja ela didática ou de expressão devocional, era cultivada com vivacidade. Também o teatro de caráter pedagógico, sempre inspirado em textos bíblicos ou na vida de mártires e santos da Igreja, fazia parte da expressiva literatura da época. Dentre todos os escritos Jesuíticos da época, destacam-se as cartas de informação nas quais os Jesuítas do Brasil davam conhecimentos aos superiores na Europa (Portugal e Roma) sobre a presença e o andamento dos trabalhos e atividades da Companhia na Colônia<sup>207</sup>. Isso é bem verdade conforme pudemos constatar “in loco” nos Arquivos centrais da Companhia em Roma. No ARSI encontram-se guardados e catalogados todos esses documentos de forma a constituir um verdadeiro tesouro para a historiografia da Ordem, bem como registros em tempo real e paralelo de fatos e atos da História do Brasil. Mesmo não sendo esse o primeiro objetivo destes escritos, acreditamos que uma leitura e investigação mais amíúde e seletiva destas cartas de informações e demais documentos se descobrirão muitos elementos constitutivos da História do Brasil colônia que ainda não foram estudados devidamente. Porém, diante da dificuldade da língua, o mais das vezes escritos em latim, e a abundância de documentos existentes se torna um trabalho que requer muito tempo, especificidade e interesse exclusivo. Mas este fato de tudo escrever, de tudo registrar e conservar fez com que ainda hoje se possa deparar com novas descobertas nas suas ações e projetos. São através destes escritos que perpetuam os testemunhos, embora fundados sobre si mesmos, mas que analisados com critérios imparciais e olhares desinteressados de defesa ou ataque, pode revelar aspectos conformadores da realidade colonial do Brasil, ainda não

---

<sup>205</sup> Sobre este fato histórico faremos uma reflexão detalhada ao que chamamos: Da Supressão à reabilitação da Companhia de Jesus no mundo: Quarenta anos sem os Jesuítas. No item 3 letra “b” deste capítulo.

<sup>206</sup> Sobre a literatura Jesuítica lemos ainda em De Nicola (1998) podemos ler: “O Quinhentismo corresponde ao estilo literário que abrange todas as manifestações literárias produzidas no Brasil à época do seu descobrimento, durante o século XVI. A literatura do Quinhentismo tem como tema central os próprios objetivos da expansão marítima: a conquista material na forma da literatura informativa das grandes navegações, e a conquista espiritual, resultante da política portuguesa da Contra Reforma e representada pela literatura Jesuítica da Companhia de Jesus”, p. 72.

<sup>207</sup> De Nicola, 1998, p. 72.

conhecidos. Assim é que a educação se fez no início da colonização do Brasil, como um ato intencional projetado para uma cultura que possibilitasse uma melhor receptividade da mensagem do Evangelho de Jesus Cristo, a Boa Nova do reino de Deus. Aqui entendemos o termo educar conforme nos diz Saviani (2003) a educação “Como ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens<sup>208</sup>”.

E, para concluir a análise sobre os estudos no século XVI, utilizamo-nos das palavras do Provincial da época Pero Rodrigues, em uma de suas cartas que escreveu em 1605, que quase como uma avaliação geral afirma que no Colégio da Bahia:

(...) há estudos públicos das Faculdades que os padres costumam ensinar que são ler, escrever, contar, lições de humanidades, cursos em que se graduam em Mestre em Artes, e Teologia Moral e especulativa, donde saem muitos bons filósofos, artistas e pregadores<sup>209</sup>.

Verdadeiramente heroico este período por se tratar de uma ação iniciante, criativa e inovadora num período que se abria para as novas conquistas. Por isso, a ação missionária e educativa dos Jesuítas marcou o início de uma nova organização na cultura e no modo de viver que hoje chamamos de História da Educação do Brasil.

## **2) SOBRE OS PRIMEIROS ESTUDOS DE FILOSOFIA.**

Trata-se do objeto central de nossa pesquisa e, na regularidade de nossa sistematização e relatório, apresentamos aqui algumas considerações que pudemos apurar depois das leituras e estudos a que nos dedicamos.

Depois de 1572, quando funcionou o primeiro curso de Filosofia no Brasil, tendo como repetidor o padre Gonçalo Leite, se seguiram várias turmas com o mesmo objetivo de cultivar os estudos filosóficos como fundamento base e necessidade para o seguimento dos estudos teológicos. Como já vimos no item anterior, o Ratio era um “currículo” fixo e um conjunto graduado e coerente de objetivos e métodos para todos os cursos, inclusive para o ensino de Filosofia, com destaque para as regras para o professor de filosofia.

---

<sup>208</sup> SAVIANI, 2003, p. 13.

<sup>209</sup> PERO RODRIGUES, Anchieta, Annaes XXIX, 192.

Isso nos mostra que os Jesuítas, como seguidores do tomismo, realizam nos seus ensinamentos a conclusão tomista que diz que o ensino compõe-se de uma “dupla matéria, cujo sinal é o duplo ato cumulado pelo ensino. Pois uma das matérias é aquilo mesmo que se ensina; outra a pessoa a quem se comunica a ciência”<sup>210</sup>.

O ensino da Filosofia no início do Brasil colônia foi dirigido numa abordagem escolástico-tomista. Por meio de Santo Tomás ensinava-se Aristóteles e suas doutrinas. Mesmo assim, a defesa da metafísica Cristã não se deu por meio de compêndios e manuais de teorias, nem tão pouco pelos textos do próprio autor, mas por um conjunto de regras, racionalmente estruturadas, que viabilizava a concepção inteiramente Cristã que se elaborava e professava na época. Uma visão de mundo originada da longa influência exercida pelos ensinamentos da Idade Média, do Concílio de Trento e dos ensinamentos de Tomás de Aquino, com destaque para a “Summa Theologica”. A formação do Agente Religioso, com base nestes ensinamentos, exigia uma sólida formação expressa no desenvolvimento das capacidades intelectuais através do estudo e da repetição. A presença dos Jesuítas junto com os colonizadores portugueses expressava a forte intenção da Coroa de cimentar também nas terras conquistadas a adesão da confissão de uma expressão religiosa e cultural baseados na explicação cristã do mundo e da prática filosófica. Assim foram formados não só o nativo, mas também os filhos dos colonizadores que aqui aportavam. O desejo de reforma no interior da Igreja coincidiu com o projeto de colonização do Brasil movido pela Coroa Portuguesa.

Assim sendo, podemos encerrar esta análise concluindo que o curso de filosofia, para os estudantes do Brasil, previsto pela Companhia de Jesus, em caráter experimental, devia ser concluído em três anos, conforme as Constituições (Parte 4, cap. 15, num 2)<sup>211</sup>. Sabendo-se que isto, porém, não era observado em Coimbra, onde, a partir da fundação da academia que dependia da autoridade do rei, os filósofos, depois do triênio ainda ouvissem, durante cerca de meio ano, uma aula de filosofia, antes do meio-dia. Isso era considerado muito útil aos estudantes, pois, durante esse semestre, eram diariamente exercitadas pelo professor para o exame público e o grau. Se não fosse assim, seriam expostos ao exame não sem possibilidade de saírem envergonhados. Dificilmente, porém, frequentariam a exercitação a não ser que fossem atraídos a alguma lição como a um alimento. Os alunos do Brasil, porém, durante esse semestre, dedicar-se-

---

<sup>210</sup> AQUINO, 1935, p. 120.

<sup>211</sup> Cf. MP I 301-303.

iam à repetição que as Constituições prescrevem nesse mesmo lugar. E porque, então, há somente uma aula que lhes podiam ser útil, ouviam-na também, principalmente porque as Constituições, quando dizem que para a Filosofia “não será suficiente menos que a duração de três anos”, não se importam tanto que se ouça mais de um triênio, mas que não seja menos. No restante, porém, do semestre ou se preparavam para as letras que têm mais a ver com as humanidades e a gramática, se fossem ensinadas no ano seguinte, ou começassem a ouvir a Teologia. Não obstante, não incomodaria se aquela exercitação filosófica fosse circunscrita há cinco meses e o exame fosse levado a cabo no sexto. Tratava-se de uma visão sistêmica e *ahistórica* do ensino de filosofia, compreendido a partir de uma concepção estritamente formal carregada de autoridade.

### **3. UMA ANÁLISE GERAL E COMPLEMENTAR DA PRESENÇA E AÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL APÓS 1599.**

Conforme já pudemos expressar neste nosso texto de apresentação de nossos estudos e pesquisas, os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, foram expulsos em 1759 pelo Marquês de Pombal e em 1843 a Companhia foi reabilitada no Brasil com nova vitalidade e permanece até os dias de hoje.

Desde a chegada na Bahia com o primeiro Governador Geral Tomé de Sousa até o final do século XVI, os Jesuítas registraram sua presença na ação missionária e pedagógica através de seus 4 importantes Colégios: Bahia (1556), Rio de Janeiro (1567), Pernambuco (1576) e São Paulo (1570, Piratininga). Nesse tempo, deram ênfase ao ativismo catequético e à instrução por meio das escolas de ler, escrever, contar e cantar. Também foi nesse tempo que se deu o primeiro curso de Filosofia, conforme já tratamos anteriormente.

No princípio do Século XVII, os Jesuítas se expandiram chegando ao Ceará, Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas. Os colégios fundados nestas regiões também se transformaram, com o decorrer do tempo, em centros de expansão missionária e de ensino. Foi nesse período que apareceu o vulto de Antonio Vieira, que mesmo sendo admirado pela eloquência e profundidade de seus sermões com intensa aplicação dos recursos da oratória defendendo os direitos dos indígenas e ensinando os conteúdos evangélicos, foi expulso pelos colonos do Pará. Foi acusado e preso pela inquisição. Também nesse século houve a invasão dos holandeses em Pernambuco (1626). Muitos Jesuítas foram capturados, maltratados e levados para a Holanda. Ainda no século

XVII, devido às descobertas das minas e conseqüentemente o povoamento do sertão, os Jesuítas visitavam periodicamente estes locais fazendo aquilo que foi chamado de “missão volante”. Pois se tratava de um atendimento espiritual e sacramental espontâneo e de tempo em tempo. Não tinham um lugar e uma época fixos.

No século XVIII, a Companhia foi para o Paraná, tendo suas atividades fixadas na cidade de Paranaguá. Aí fundaram residências e colégios. Também no Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul exerceram as atividades de evangelização e de educação. Quando então se verificou o tratado da permuta entre a colônia do sacramento e as missões Jesuíticas espanholas sediadas em Porto Alegre desde 1678. Depois de tantas atividades, veio a expulsão da Companhia de Jesus, e conseqüentemente de seus membros do Brasil, antecipando uma atitude que mais tarde verificou-se em âmbito mundial.

#### ***a) Supressão e reabilitação dos Jesuítas no Brasil (1759-1843).***

Antes de qualquer coisa é necessário esclarecer que a Companhia de Jesus foi se implantando no mundo todo, quase sempre, como no caso do Brasil, por convite dos dirigentes das nações ou impérios onde se estabelecia. O reverso, ou seja, a expulsão também, por sua vez, foi gradativa e quase sempre pedida e estimulada pelos mesmos chefes das nações da época. No caso do Brasil, e do domínio português, ela se verificou 14 anos antes do documento papal que a suprimiu no mundo todo.

Foram 210 anos de intensas atividades, desde 1549 até que em 1759 foram expulsos do Brasil, ou melhor, de todo o domínio português. A lei de expulsão dos Jesuítas dos domínios de Portugal foi preparada e executada pelo então Primeiro Ministro, Marques de Pombal<sup>212</sup>, que suprimiu, ab-rogou e anulou todos os direitos e poderes temporais exercidos pelos Jesuítas nas terras sob domínio da Coroa portuguesa. Uma prévia do que viria a acontecer em 1773, com o decreto Papal<sup>213</sup> extinguindo a Companhia de todo o mundo. No momento da supressão da Companhia no Brasil havia, 670 jesuítas exercendo atividades pedagógicas e evangelizadoras na

---

<sup>212</sup> SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO, como era o nome do Marquês de Pombal, também conhecido e chamado por Conde de Oeiras. Nasceu em Lisboa (Portugal) aos 13 de maio de 1699 e morreu em Leiria aos 08 de maio de 1762. Foi Secretário de Estado do reino, o que equivale ao cargo de Primeiro Ministro, do Rei D. José I (1750-1777). Cf. Site Bibliografias. Acessado aos 11 de novembro de 2008.

<sup>213</sup> Sobre esse fato histórico trataremos com mais dedicação no próximo item: Da supressão à reabilitação da Companhia de Jesus no mundo: Quarenta anos sem os Jesuítas.

Colônia. Sendo condenados e privados de todos os direitos originados pela pertença à Ordem, foram embarcados e encarcerados em Lisboa. De lá alguns foram trasladados para os Estados Pontifícios e outros assumiram funções no Clero Secular.

Em 1843 a Companhia foi reabilitada no Brasil. Pois, já em 1814, por meio de decisão papal, a Companhia tinha sido restabelecida novamente para as funções de que haviam sido privadas. No Brasil, a reabilitação da Companhia veio 19 anos mais tarde do que o restabelecimento no mundo. Sua atividade começou pelo Sul, com os Jesuítas espanhóis que vieram da Argentina expulsos pelo Ditador Rosas e se fixaram em Porto Alegre. Mais tarde vieram padres Jesuítas alemães, devido ao grande número de imigrantes alemães no Sul. Também padres Jesuítas italianos fizeram o mesmo.

Sem a mesma hegemonia inicial, ainda hoje os Jesuítas exercem algumas funções importantes no Brasil. Destacam-se no ensino universitário e na direção e na propriedade de algumas Universidades como: a PUC (RJ), a UNISINOS (São Leopoldo) e a UNICAP (Recife). Trabalham também em Universidades do governo, em algumas Faculdades próprias e outras entidades. Atualmente os Jesuítas estão presentes em todo o Brasil, distribuídos em quatro províncias, uma região e um Distrito. Assim dispostos<sup>214</sup>:

Província do Brasil Centro-Leste: abrangendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins e o Distrito Federal.

Província da Bahia: que compreende os seguintes Estados: Bahia, Maranhão, Piauí e Espírito Santo.

Província Meridional: formada pelos Estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Província Setentrional: que abarca os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Região do Mato Grosso que abrange Mato Grosso e Rondônia.

Distrito do Amazonas que é composto por: Amazonas, Pará, Acre, Roraima e Amapá.

Com essa organização, a Companhia de Jesus está presente em todo o Brasil, exercendo a sua função educativa e missionária. Com Colégios, Faculdades, Escolas, casas de formação para a sustentação do seu próprio quadro, casas de retiros e comunidades sempre com cunho espiritual

---

<sup>214</sup> Conforme o site da Companhia disponível em [www.jesuitas.com.br/index.htm](http://www.jesuitas.com.br/index.htm), acessado aos 03 de novembro de 2008.

ou de formação intelectual. Ao lado de tantas outras Ordens Religiosas, eles continuam colaborando na construção da História da Educação do Brasil, não só na formação do Agente Religioso de seus quadros, mas na educação do cidadão brasileiro, em geral. Depois do que se verificou no Brasil ocasionando a sua expulsão, também foi um fato que se concretizou ao nível da Igreja em sua totalidade, quando então, foi decretada a anulação da existência da Companhia de Jesus em todo o mundo.

Esses registros históricos apresentam a marcante atuação da Companhia de Jesus no limiar da modernidade e suas complexas relações de poder e força. O humanismo de natureza católica se apresenta como um novo produto teórico, histórico e político, a contrapor-se aos conceitos e disposições do modernismo ou humanismo iluminista e protestante.

#### **b) Da Supressão à Reabilitação da Companhia de Jesus no mundo: Quarenta anos sem os Jesuítas.**

Muito pouco, ou mesmo quase nada encontra-se publicado sobre a supressão ou extinção dos Jesuítas decretada pelo Papa Clemente XIV, em 21 (vinte e um) de julho de 1773, pelo Breve “Dominus Ac Redemptor Noster” (Jesus Cristo Senhor e Redentor nosso).

Por um período de quarenta e um anos, (desde 21 de julho de 1773 até 07 de agosto de 1814), ficou a Companhia de Jesus, conforme a autoridade papal, extinta e supressa da Igreja, em todo o mundo, sendo anulados e extintos todos os escritórios, casas, escolas, colégios, ministérios de administração, hospícios e quaisquer outros locais existentes em todas as Províncias, Reinos e Senhorios, que de algum modo a Companhia de Jesus estava presente<sup>215</sup>.

O aniquilamento da Companhia de Jesus se deu por vários motivos, que logo em seguida desta primeira tentativa de situar e localizar a Ordem, através da citação de alguns passos decisivos para este desfecho final, passaremos a analisar, sabendo-se que foi reabilitada aos 07 (sete) de agosto de 1814, pelo Papa Pio VII, com a Bula “Sollicitudo Omnium Ecclesiarum” (Por solicitação de todas as Igrejas), que também declara as razões e os motivos da reabilitação da Ordem.

A Companhia de Jesus, cujos membros são conhecidos pelo nome de Jesuítas, é uma Ordem Religiosa fundada por Inácio de Loyola em 1537. Sendo aprovada pelo Papa Paulo III,

---

<sup>215</sup> Cf Dominus Ac Redemptor Noster, 1773, nº 25.

com a Bula “Regimini Militandis Ecclesisae” (Pelos Regimes da Igreja Militante) de 27 de setembro de 1540, considerada a Bula de aprovação da ordem dos Jesuítas, com a possibilidade limite de composição com até sessenta membros. Ainda o mesmo Papa Paulo III se pronunciou oficialmente em nome da Igreja, sobre a Companhia, em 27 de março de 1543, com o Documento “Initium Nobis” (Desde o começo para nós), considerada uma nova aprovação da Ordem com a remoção do limite de professos de sessenta para um número indeterminado. O mesmo Papa, em 15 de novembro de 1549, pronunciou-se favoravelmente aos Jesuítas, concedendo à Ordem muitos e amplíssimos privilégios. Também o Papa Julio III, em 21 de julho de 1550, com seu documento “Exposcit debitum” (O Débito exige) reafirmou o andamento da Ordem. Aos 28 de junho de 1591, o Papa Gregório XIV se manifestou, mais uma vez, na Carta “Sub Plumbo” (Carta sob chumbo) ratificando e reafirmando os privilégios da Companhia.

Porém, aos 21 de julho de 1773, o Papa Clemente XIV, com seu Breve “Dominus ac Redemptor noster”, anula, suprime e extingue da face da terra, a citada Ordem.

A leitura e análise do documento completo com 17 páginas, contendo 41 parágrafos nos dá uma visão geral da época e da situação em que se encontrava a Companhia, envolvida nos empreendimentos da época.

Nos três primeiros parágrafos, o Papa Clemente XIV, em um estilo refinado, profundo e fundamentado, justificando a mística do Cristianismo, desde o Cristo anunciado pelos Profetas até a sua eleição para o ministério papal, sem mérito de sua parte, como ele mesmo afirma no segundo parágrafo, dizendo que, mesmo “com grandíssima dor e moléstia no coração,” devia tomar atitudes que nem sempre seriam agradáveis, mas para o bem da Religião Cristã e a tranquilidade da República Cristã<sup>216</sup>. Mais adiante, no terceiro parágrafo, afirma que a mesma Sé Apostólica, quase dá um primeiro lugar às Ordens Religiosas, não só aprovando e mantendo sobre as asas da própria proteção, mas também enriquecendo-as com muitos benefícios, exceções, privilégios e faculdades para cultivar os costumes dos povos com a instrução e o exemplo, conservando e consolidando a unidade da fé. Mas contrapõe dizendo que a mesma autoridade também pode “dissipá-la completamente quando não produzem os frutos e bens que prometiam no seu início, e ainda propensos a causar danos e discórdia para os povos”<sup>217</sup>.

---

<sup>216</sup> Ibidem, nº 2.

<sup>217</sup> Ibidem, nº 3.

A partir do parágrafo quarto, Clemente XIV, invocando a lembrança das decisões tomadas no Concílio Lateranense IV, cita uma enorme lista de predecessores que, de algum modo, pronunciou-se contra, ou em prejuízo para as Ordens Religiosas. Desde Inocêncio III, que proibiu a fundação de novas Ordens religiosas, e mandava que quem se sentisse chamado a fundar uma nova ordem, escolhesse uma já aprovada, para fazer seu ingresso<sup>218</sup>. Também Gregório X, (Concílio de Lião) proibiu com penas mais rigorosas quem desejasse fundar uma nova casa ou ordem religiosa<sup>219</sup>. Cita ainda, o referido documento, a carta de Clemente V, “Sub Plumbo” de 03 de maio de 1312, que suprime e extingue a famosa Ordem Militar dos Templários<sup>220</sup>.

O Papa Pio V aboliu e extinguiu a Ordem Regular dos Freis Humilhados, que mostravam com a desobediências aos decretos apostólicos, e com discórdias internas e externas das quais não se podia esperar no futuro exemplos de virtude, ainda pelo atentado de alguns membros da Ordem, contra a vida de Carlos Borromeu, cardeal da Igreja na época<sup>221</sup>.

Cita ainda, Urbano VIII, que com uma Carta escrita aos 06 de dezembro de 1626 suprime para sempre a Congregação dos Freis Conventuais Reformados que foram permitidos de passar para a Congregação de São Francisco: Capuchinhos ou dos Observantes.

O mesmo Urbano VIII, em outra carta em dois de dezembro de 1643, aboliu para sempre a Ordem Regular dos Santos Ambrósio e Barnabé do Bosque. Também Inocêncio X em primeiro de abril de 1654, confirmou solenemente esta supressão.

Cita ainda, o volumoso documento, justificando os antecedentes da decisão a ser tomada em favor da supressão dos Jesuítas, as tomadas de atitude de Inocêncio X, que em 16 de março de 1645 reduziu a Ordem dos Pobres da Mãe de Deus da Escola Pia, a simples congregação, sem emissão de algum voto. Em outra carta aos 29 de outubro de 1650, o mesmo Inocêncio X, suprimiu, totalmente, a Ordem de São Basílio dos Armenos. Com a mesma consideração, aos 22 de junho de 1651, em outra Carta, Inocêncio X extinguiu para sempre a Congregação Regular do Padres de Bom Jesus.

E, por último, corte na Igreja, cita o Papa Clemente IX, que em uma Carta aos 16 de dezembro de 1668 extinguiu três Ordens Religiosas, de uma só vez, a saber: os Canônicos Regulares de São Gregório em Alga; os Gerônimos de Fiesole e os Jesuítas Institutos de São João

---

<sup>218</sup> Ibidem, nº 4.

<sup>219</sup> Ibidem, nº 5.

<sup>220</sup> Ibidem, nº 6.

<sup>221</sup> Ibidem, nº 7.

Colombino, porque não traziam nenhuma vantagem útil ao povo cristão, justifica o autor, o papa Clemente XIV.

Depois desta relação de suspensões, até o número 15, passa o documento a fazer uma descrição da Companhia de Jesus, desde a fundação até o tempo em questão, enumerando os seus predecessores que se pronunciaram, por documentos, com referência à Companhia. Desde o fundador Inácio de Loyola, passando por Paulo III, que aprovou a fundação da Ordem, e por três vezes emanou documentos, já citados, em benefício do surgimento e da evolução da Companhia de Jesus.

Cita ainda o documento papal em questão, no início do parágrafo 17, uma lista de Papas que confirmaram, certificaram e ampliaram os benefícios e privilégios concedidos à Ordem: Júlio III, Paulo IV, Pio IV, Pio V, Gregório XIII, Sixto V, Gregório XIV, Clemente VIII, Paulo V, Leão XI, Gregório XV, Urbano VIII e ainda outros Romanos Pontífices que se expressaram diretamente sobre a Companhia de Jesus.

Desta tão vasta dedicação dos Papas anteriores a Clemente XIV, por meio de documentos Pontifícios endereçados a Companhia, segundo o próprio documento, resulta evidentemente, que praticamente desde o nascimento da Companhia, fluíram no seu seio, “germes funestos de ciúmes e de discórdia, não só entre os mesmos sócios, mas também com outras Ordens Regulares, com o Clero Secular, com as academias, Universidades, Escolas Públicas de letras e por fim com os Príncipes”<sup>222</sup>, naturalmente nos Estados em que a Companhia fora recebida.

Essas “discórdias” citadas no documento eram de variadas índoles, seja sobre a essência até a maneira como se fazer os votos na Companhia, seja sobre a autoridade do Preposto geral da Companhia, bem como seus privilégios, que os Bispos locais afirmavam ser “prejudiciais aos seus direitos e jurisdição”. Apesar da destacada defesa da Companhia por parte dos Sumos Pontífices, nos vários pronunciamentos já citados anteriormente, não fora suficiente para aplacar os clamores e lamentações contra a Companhia, chegando mesmo a aumentar a controvérsia sobre a mesma. As discórdias internas e externas aumentaram sempre mais. Acusada de ser “contrária à Fé ortodoxa e ao bem comum,”<sup>223</sup> acusada de engordada concupiscência das riquezas terrenas originando turbulências que afligiram e molestaram a Santa Sé Apostólica, e os mesmos “caríssimos filhinhos em Cristo,” diz o documento<sup>224</sup>. Reis da França, da Espanha, de Portugal e

---

<sup>222</sup> Ibidem, nº 17.

<sup>223</sup> Ibidem, nº 20.

<sup>224</sup> Ibidem, nº 22.

das duas Sicílias, que receberam com entusiasmo os membros da Companhia de Jesus, agora os expulsava de seus Reinos, Estados e Províncias. Estes mesmos Reis pediram e pelas “solicitações de muitos Bispos e personagens ilustres, por dignidade, por doutrina e por religião.”<sup>225</sup> E, ainda porque, com toda a situação gerada, tornou-se “impossível que a Igreja tenha paz verdadeira e duradoura enquanto esta Ordem subsista”<sup>226</sup>, então Clemente XIV, diz o documento, induzido pela prudência e tendo em vista o bom governo da Igreja, seguindo as pegadas dos antecessores imediatos, com a plenitude da Potestade Apostólica “extingue” e “suprime” a Ordem dos Jesuítas anulando e abolindo todos os seus ofícios, seus ministérios e administrações, suas casas, escolas, colégios, hospícios e qualquer outro lugar existente em qualquer Província, Reino ou Senhorio. Declara ainda o Sumo Pontífice, que seja anulada “in perpetuum” para sempre, e absolutamente extinta toda e qualquer autoridade do Preposto Geral, dos Provinciais, dos Visitadores e dos outros Superiores da Ordem, tanto nas questões espirituais como nas questões temporais<sup>227</sup>.

Os já ordenados poderiam escolher outra Congregação ou Ordem Regular para continuar como consagrado ou passar para o Clero secular, sempre em conformidade com o Bispo da Diocese. Os ainda não ordenados sejam demitidos, e nenhum outro seja admitido na Ordem, pois já não existe mais. E se de algum modo o aspirante ao ingresso na Ordem, ou que já fazia uma caminhada neste sentido, fosse admitido à preparação para o Clero secular, conforme o beneplácito do Bispo local.

No parágrafo 26, o documento ressalta que todos esses cuidados e decisões têm como objetivo principal concorrer a favor das vantagens da Igreja e tranquilidade dos povos, e ainda dar conforto e providência aos membros da Companhia, que livres das angústias até então vividas, pudessem com maior fruto, cultivar a vinha do Senhor, para a saúde das almas.

Ainda no parágrafo 29, o Papa declara que mesmo aqueles jesuítas que já foram expulsos, e não passaram a outras Ordens Regulares, sejam reduzidos “*ipso facto*” ao estado de Clero Secular, ou Padres Diocesanos, inteiramente sob jurisdição eclesiástica do Bispo local.

Em seguida, o documento faz uma série de recomendações referentes a particularidades das transferências e estabelece prazo máximo de um ano para se abandonar todas as casas, institutos e demais possessões da Companhia, que, em via de regra, passaram para o Clero Secular. No parágrafo 34, o documento veta qualquer forma de apelo, de recurso ou declaração

---

<sup>225</sup> Ibidem, nº 23.

<sup>226</sup> Ibidem, nº 25.

<sup>227</sup> Idem, ibidem.

contrária ao proposto no documento e declara excomungado quem ousasse colocar obstáculo ou impedimento para a execução da extinção da Ordem.

Proíbe, ainda, o documento, no parágrafo 35, qualquer forma de defesa ou condenação de forma escrita ou falada. Na mesma intensidade, ordena que ninguém ofenda e nem provoque nenhum membro da ordem, com qualquer forma de desprezo, seja por palavras ou por escrito, sob pena de excomunhão. No parágrafo 36, exorta a todos os príncipes que, além de aceitar, dêem amplo comprimento da decisão, promulgando e expedindo decretos e ordem para a execução e realização da vontade papal.

E, no parágrafo 37, enfim, o Sumo Pontífice, exorta e reza, “pelas víceras de Nosso Senhor Jesus Cristo” lembrando a todos os Cristãos que são filhos de Deus, que precisão de paz e por isso devem amar uns aos outros em busca da verdadeira e sincera sabedoria.

Escreve, ainda, Clemente XIV, no parágrafo 38, que em nenhum tempo seja “impugnada, invalidada e retratada”, esta carta. E, como de praxe segue os trâmites conclusivos, e assim com o timbre do anel de São Pedro, Clemente XIV, no quinto ano de seu mandado, termina o documento que decreta a supressão e extinção da Companhia de Jesus. Após seguir, passo a passo, o denso texto do Breve Papal, pensamos ser necessário, fazer uma reflexão sobre o grave e profundo significado dessa atitude do Sumo Pontífice da Igreja, que praticamente, em contradição ao ato de outros predecessores, decidiu que fosse anulada a Companhia de Jesus.

Em primeiro lugar, é preciso dar uma olhada no estágio histórico do tempo em que se deu o mencionado ato. Trata-se de uma época em que a história registra o movimento da revolução intelectual que se efetivou na Europa, especialmente na França, no século XVIII, ficando conhecida como Iluminismo. Esse movimento representou o auge das transformações culturais iniciadas no século XIV pelo movimento renascentista e antropocentrista.

O antropocentrismo (teoria que considera o Homem o centro do Universo) e o individualismo renascentistas, ao incentivarem a investigação científica, levaram à gradativa separação entre o campo da fé (religião) e o da razão (ciência), determinando profundas transformações no modo de pensar, sentir e agir do homem daquela época. E, certamente esse modo de pensar permeou os valores da burguesia, sendo que o Iluminismo favoreceu ao aumento dessa camada social. Procurava uma explicação através da razão (ciência) para todas as coisas, rompendo com todas as formas de pensar até então consagradas pela tradição. Rejeitava a submissão cega à autoridade e a crença na visão medieval teocêntrica. Para os iluministas, só

através da razão (ciência) o homem poderia alcançar o conhecimento, a convivência harmoniosa em sociedade, a liberdade individual e a felicidade. A razão (ciência) era, portanto, o único guia da sabedoria capaz de esclarecer qualquer problema, possibilitando ao homem a compreensão e o domínio da natureza.

As novas idéias conquistaram numerosos seguidores, a quem pareciam trazer luz e conhecimento. Então a filosofia considerava a razão indispensável ao estudo de fenômenos naturais e sociais. Até a crença devia ser racionalizada. Os iluministas eram deístas, isto é, acreditavam que Deus está presente na natureza, portanto no próprio homem, que pode descobri-lo através da razão. Para encontrar Deus, bastaria levar vida piedosa e virtuosa; a Igreja tornava-se dispensável. Os iluministas criticavam-na por sua intolerância, ambição política e inutilidade das ordens monásticas (vinda de monges, autoridades religiosas), todo esse modo de pensar unido aos interesses dos dirigentes tanto do poder público como da Igreja levou a autoridade papal impulsionada pela classe dominante a punir com severidade os desmandos internos dos Jesuítas que na verdade se manifestavam em poder paralelo. Como educadores e como confessores espirituais presentes em quase todas as casas imperiais, fez deles formadores de opinião e, portanto deveriam se calar.

Também o liberalismo envolvendo um grupo de pensadores que viveram as particularidades da Europa nos séculos XVII e XVIII, ajudou a culminar com esse modo de agir do Pontífice. Nessa época o espírito empreendedor e autônomo da burguesia propôs outras possibilidades na relação entre os homens e o mundo. A figura do burguês, que se lançava ao mundo para o comércio e contava com sua própria iniciativa para alcançar seus objetivos, destoava de todo um período anterior onde os homens colocavam-se como subservientes ao pensamento religioso.

Mais uma vez se elege o modo mais sensato para que o homem pudesse equilibrar-se entre si mesmo e o social seria o uso da razão. A razão consistia na habilidade do homem em experimentar o mundo à sua volta (empirismo)<sup>228</sup> e assim ponderar sobre as formas mais úteis e inteligíveis de se buscar seus interesses. Essa mesma razão seria um dote visível nos homens que tivessem sede pelo conhecimento. Em sociedade, o uso da razão também iria auxiliar na construção das melhores instituições e práticas.

---

<sup>228</sup> Aqui entendemos o termo empirismo como um movimento que diz que o conhecimento é fundamentado na experiência. Ou seja as grandes teorias são baseadas nas observações dos fenômenos e na verificação da ocorrência prática e não da teoria, ou ainda, da intuição ou mesmo da fé, conforme muitos acreditavam.

Todos estes fatores decorrentes da ordem dirigente da época, atrelados que estavam o Estado e a Igreja, fizeram com que os Chefes se unissem em posições punitivas e a Companhia, devido a sua presença em todo o mundo, foi o núcleo mais alvejado e sofreu as consequências diretamente.

É justamente nesse clima que eclode a Revolução Francesa<sup>229</sup>, mais uma forma de manifestação de descontentamento com a ordem vigente. No século XVIII, a França era um país absolutista, ou seja, concentrava todo o poder nas mãos do rei que desta forma controlava a economia, a política, a religião e as demais áreas. Então a sociedade francesa era dividida em partes chamadas estados. O primeiro estado era composto pelo alto e baixo clero, onde o alto clero classificava elementos vindos da nobreza e o baixo clero classificava o povo em geral. O segundo estado era composto pela nobreza que possuía inúmeros privilégios entre eles, a isenção de impostos. O terceiro estado era composto por indivíduos que não se encaixavam no primeiro e no segundo estado. Os choques entre os modos de pensar e de viver desses estados também sugeriram reformas, não só no Estado, mas também na Igreja. Era um período de muitas lutas para se construir uma sociedade livre, uma comunidade fraterna e com direitos iguais.

Nesse clima, aos sete de agosto de 1814, surge um novo documento da Sé Apostólica, sob o comando do Papa Pio VII; trata-se de uma constituição pela qual, o citado Papa reabilita a Companhia de Jesus.

Atendo-se ao conteúdo do escrito em forma de Bula intitulada “Sollicitudo Ommium Ecclesiarum”, (Por solicitação de toda Igreja) vamos analisar alguns aspectos que nos chamaram atenção.

Contém o documento 14 parágrafos, escrito numa linguagem direta e bem mais simples que o Breve de extinção da Companhia, “Dominus Ac Redemptor Noster”.

Já no primeiro parágrafo e conforme sugere o nome do documento, Pio VII, diz que deseja atender a solicitação de todas as Igrejas a ele confiadas. E, no desejo de satisfazer e realizar o que o cargo pastoral lhe atribui, cita ser de seu conhecimento a obra realizada pelo padre Karen e outros padres seculares do imenso império Russo. Dá ênfase a um pedido do Imperador Paulo I, que por meio de uma carta datada aos 11/08/1800, pede o restabelecimento da

---

<sup>229</sup> Revolução Francesa é o que chamamos ao conjunto de acontecimentos que se verificaram na França no período de cinco de maio de 1789 e nove de novembro de 1799. Considerada uma das maiores revoluções ocorridas na História da humanidade. Este acontecimento marca o início da Idade Contemporânea. O ideal da Revolução foi o combate à servidão e ao feudalismo dominante na época, proclamando os ideais pregados por Jean-Jaques Rousseau, que eram “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, a conhecida declaração: “Liberté, Egalité, Fraternité”.

Companhia de Jesus na Rússia para o bem dos católicos e do seu Império conforme o parágrafo segundo.

Justifica o Papa, nos parágrafos seguintes, que considerando a grande utilidade que estes eclesiásticos, com seus trabalhos incansáveis, pelo zelo dedicado à saúde das almas e pelas aplicações contínua no entusiasmo pela pregação da palavra de Deus, aos sete de maio de 1801, concede a François Karen a faculdade de se reunir em congregação religiosa com o nome da Companhia de Jesus, no Império Russo. Com o objetivo de dar educação à juventude com religião e ciência, para dirigir os colégios e seminários, e conforme a aprovação e o consentimento do bispo local, conferir a administração dos sacramentos da Eucaristia e a pregação da palavra de Deus. Assim derroga expressamente todas as afirmações de Clemente XIV, na Constituição Apostólica *Dominus Ac Redemptor noster*, mas somente para o Império Russo.

Segue o Papa, no quarto parágrafo, dizendo que um pouco depois do anteriormente decretado ao Império Russo, entendia ser necessário atender ao pedido do rei das duas Sicílias, que pede o restabelecimento da Companhia de Jesus no seu reinado, justificando que os tempos melhoraram e seria de grande importância a presença dos Jesuítas para a formação da juventude à piedade cristã e à fé no Senhor Jesus Cristo, que é o início da sabedoria, e para instruir no que se refere à doutrina e às ciências principalmente nos colégios e nas Escolas públicas. E assim o fez por uma nova carta “*Per Alias*” (Por outros), em forma de Breve, aos trinta de julho de 1804, estendendo a mesma reabilitação da Companhia também ao reinado das duas Sicílias.

E, após justificar as vozes unânimes de todo o universo cristão, diz o Papa Pio VII, que todos os dias recebe pedidos de restabelecimento da ordem, conforme parágrafos 5 e 6. E assim então resolve ordenar e estatuir que todas as concessões feitas e as faculdades acordadas para o Império Russo e para o Reinado das duas Sicílias, sejam, de ora em diante estendidos e vistos como tais, em todo o mundo, ao qual ele chamou de “nosso estado eclesiástico.”<sup>230</sup>

Concede ao Padre Thaddée Brozowski, como superior da ordem, todas as faculdades necessárias e convenientes para poder livre e licitamente admitir e receber todos aqueles que desejassem o ingresso na Ordem, reunidos em casas, colégios e províncias. Permite também a administração do ensino e educação da juventude católica com os princípios da religião e adesão

---

<sup>230</sup> *Sollicitudo Ommium Ecclesiarum*, 1814, nº 7.

aos bons costumes, bem como dirigir seminários e colégios, e com o consentimento do bispo poder administrar os sacramentos, pegar a palavra de Deus e ouvir confissões licitamente<sup>231</sup>.

Exorta no parágrafo nono a todos os superiores, prepostos, reitores, associados e alunos que fazem parte da Companhia restabelecida a observar todas as regras convencionadas e se esforçarem para por em prática todos os conselhos e ensinamentos dados aos alunos.

Em seguida, no parágrafo décimo, o Papa recomenda a Companhia de Jesus aos Nobres, aos Príncipes e Senhores temporais, aos Bispos e a todas as pessoas constituídas em dignidade para que não sofram as inquietudes, mas sejam recebidas com bondade e caridade.

E afirma, ainda uma vez, a validade para sempre, da presente carta. Não obstante, derroga e declara sem efeito e nulo todos os atos contrários e cita especialmente o documento “*Dominus Ac Redemptor*”, de 21/07/1773 de Clemente XIV. E, com as devidas saudações oficiais de praxe, encerram o documento na sede romana aos 07/08/1814, décimo quinto do seu Pontificado.

Não queremos tampouco fazer uma comparação entre os dois documentos<sup>232</sup>, mas já na nossa análise inicial, transparece uma inclinação comparativa, e esse aspecto, não pode ser escondido simplesmente, pois, trata-se de uma atitude da Igreja, por meio do representante maior da Instituição e reflete posições bem antagônicas, ou melhor, contrárias, ou seja, uma anulando a outra.

Também devemos lembrar aqui a constante de que muitas vezes o poder temporal se mistura ao poder espiritual, e as decisões são por vezes conflituosas exatamente por estas interferências de ordem puramente interesseira e religiosa, não vale, pois, aqui a justificativa secular da interferência dos poderes temporais na gerência dos assuntos administrativos no campo religioso, embora sempre houvesse, pois os dois documentos recorrem à autoridade do pedido dos Reis católicos, seja na supressão, seja na reabilitação da Ordem.

O fato é que a Companhia de Jesus introduziu-se de tal forma na vida do mundo de então, que passou a ter uma importância de real destaque na sociedade, seja para o bem da religiosidade e da educação, seja para a classe dominante, com seus conselhos e orientações aos que governavam e aos seus familiares, digamos assim, certo trânsito de influências, que poderiam ser vistas pelo lado do bem ou pelo lado do mal, depende do ângulo em que se considera, e as derivações reais que tais atitudes originam na prática. Só assim podemos entender que a Igreja,

---

<sup>231</sup> *Ibidem*, nº 8.

<sup>232</sup> Estes dois documentos são *Dominus ac Redemptor Noster* e *Sollicitudo Ominium Ecclesiarum*.

através do seu Dirigente máximo encontra motivos e razões suficientes e definidoras para extinguir uma Ordem Religiosa do porte da Companhia de Jesus, e a mesma direção materializada em outro Pontífice revoga tal decisão e manda que se faça o oposto, ou seja, reabilita uma Ordem que foi extinta há 41 anos. Trata-se de medidas históricas e políticas que se explicam na conjunção dos interesses dos grupos eclesiais e suas relações com a sociedade da época, além das lutas internas pela hegemonia no seio da própria Igreja e suas ordens e conformações de poder.

E, para concluir esse nosso capítulo, no qual tentamos refletir sobre estes acontecimentos históricos vivenciados pela trajetória da Companhia de Jesus no Brasil e no mundo, com suas vitórias e fracassos, registramos que ainda hoje, a Ordem está presente em 127 Países. O atual Superior da Companhia de Jesus, que é o 29º na ordem sucessória do fundador Inácio de Loyola, é o Padre Adolfo Nicolas, que também é espanhol, a exemplo do primeiro Superior geral que foi Inácio. A Companhia continua sendo tida como uma das mais importantes e poderosas Ordens da Igreja Católica e comporta em suas fileiras o maior número de membros que atualmente é de 19.126, sendo que em 1965 chegaram a 35.920 membros<sup>233</sup>.

O Superior da Ordem ou Prepósito Geral é também conhecido como “o papa negro”<sup>234</sup>, uma alusão ao exercício do poder e opinião, que o Superior, ainda hoje exerce nas grandes decisões da Igreja, em Roma. O que podemos concluir, é que a Companhia de Jesus, em sua trajetória institucional, histórica e eclesial, configura uma página especial da Educação Moderna e da História da Filosofia no Ocidente. Trata-se de um esforço histórico de uma instituição em reconstituir sua identidade num mundo laico e racional, que nascera exatamente da superação de suas formas de pensar, agir e ser. A Igreja, sanção sagrada da Idade Média, perde seu lugar onipotente para o avanço das forças burguesas e modernas. E, depois de longo escrutínio interno, a Igreja, através da Companhia de Jesus, refaz suas identidades novas no mundo novo. Não se trata aqui de fazer um mero elogio internista ou de criticar a aliança efetivada no projeto mercantil-salvacionista ibérico, trata-se de reconhecer a contradição e buscar extrair as lições dessa grande empreitada e rearranjo.

Os primórdios do ensino de filosofia no Brasil, assim como a educação, plasmados de várias influências externas à nossa cultura nasceram desse movimento histórico, eclesial e

---

<sup>233</sup> Cf. Site da Companhia disponível em [www.jesuitas.com.br/index.htm](http://www.jesuitas.com.br/index.htm), acessado aos 12 de novembro de 2008.

<sup>234</sup> Assim chamados por comparação aos poderes do Papa por ser o chefe máximo da Igreja e negro pela cor do hábito endossado pelos membros.

pedagógico. Investigar suas articulações é procurar entender a atávica nervura de nossa identidade enquanto sociedade, cultura e humanidade. Tentaremos, a seguir, identificar algumas estas características.

#### **4. AS CARACTERÍSTICAS MATRICIAIS DO ENSINO DA FILOSOFIA NO PERÍODO HEROICO.**

Para caracterizar a vigência de uma matriz filosófica e de seu ensino na consciência do período colonial, é necessário realçar a presença da Escolástica<sup>235</sup>, por assim dizer já no seu território decadente, mesmo assim foi a presença que constituiu o solo de fermentação intelectual nesse mencionado período.

Ajudados por Bittar e Ferreira Jr. (2005), entendemos que o monopólio cultural Jesuítico não foi exercido por meio de uma “práxis” pedagógica de caráter monolítico. Ao contrário, a ação missionária deles no Brasil Colonial variou conforme as circunstâncias históricas que estavam presentes na lógica colonial metropolitana. Dizem ainda Bittar e Ferreira Jr. que a ação dos padres inacianos no século XVI foi marcada pela improvisação e práticas decorrentes de cânones teológicos derivados do Concílio de Trento (1545 – 1564) e dos princípios que norteavam a própria Ordem da Companhia de Jesus, ou seja, o “Ratio Studiorum” e as próprias Constituições da Ordem.

Notamos ainda que o campo de conhecimento da História da Educação neste período colonial resente a falta de uma obra que apresente o conjunto dos temas concernentes ao mundo educativo colonial protagonizado pelos padres da Companhia de Cristo de modo mais abrangente. A repetição do mesmo tema em vários autores e artigos estanques, a falta de um fio

---

<sup>235</sup> Escolástica (ou Escolasticismo) é uma linha dentro da filosofia medieval, de acentos notadamente cristãos, surgida da necessidade de responder às exigências da fé, ensinada pela Igreja, considerada então como a guardiã dos valores espirituais e morais de toda a Cristandade. Por assim dizer, responsável pela unidade de toda a Europa, que comungava da mesma fé. Esta linha vai do começo do século IX, até ao fim do século XVI, ou seja, até ao fim da Idade Média. A partir de então, paulatinamente se verificou o seu declínio. No nosso texto entenda-se, em geral, por escolástica o ensino teológico-filosófico da doutrina aristotélico-tomista ministrado nas preleções dos primeiros cursos de ensino de filosofia no Brasil colônia, a partir de 1572. Como sistema filosófico e teológico, a escolástica tentou resolver, a partir do dogma religioso e mediante um método especulativo, problemas como a relação entre fé e razão, desejo e pensamento; a oposição entre realismo e nominalismo; e a probabilidade da existência de Deus. Problemas estes que foram transportados para o ensino no Brasil.

condutor que possibilite a compreensão metódica da ação educativa dos Jesuítas nesse período são conclusões que se derivam desta situação. Porém, é impossível a compreensão da Educação do Brasil Colonial sem conhecer a ação pedagógica dos Jesuítas, uma vez que ela foi hegemônica durante 210 anos da nossa história. Mas isso não equivale dizer que devemos concordar com o tipo de educação praticada. No entanto devemos admitir que ainda hoje, em grande parte, ela se encontra padronizada nos ensinamentos dos Seminários Maiores do Brasil, no ensino de Filosofia. Tendo como Aristóteles, Tomás de Aquino e René Descartes que assinalam as bases de seus estudos de Filosofia.

Como consequência natural desta prática, podemos afirmar que a temática da educação Jesuítica encontra-se em fase de “redescoberta”, e ao mesmo tempo estamos cientes da importância, no que se refere ao ensino de Filosofia, estudar a educação Jesuítica no período colonial, e reconhecemos que apenas um pequeno grupo se dedica ao citado estudo. A retomada dos estudos e pesquisas nesse campo é de suma importância e requer um aprimoramento profundo devido à originalidade e dificuldade de leitura e interpretação das fontes. Não podemos negligenciar o nosso passado, e devemos com critérios sérios e adequados considerá-lo como um dos elementos constitutivos do nosso presente.

Uma matriz totalmente voltada para o ensino das teorias de Aristóteles e de Tomás faz da característica da filosofia e seu ensino estarem voltados para os desdobramentos da Escolástica, mesmo que já no seu declínio. Mas essa característica implantada no Brasil colônia expressa a corrente vigente na época do seu primeiro ensino no Brasil. A formação do homem perfeito para integrar a ordem ou mesmo para a composição da elite colonial estava configurada na exigência do ser bom cristão e centrada na formação humanística, preterida pela concepção formativa da ordem.

É Saviani (2004) que nos inspira tais conclusões, pois: para ele a concepção pedagógica tradicional “se caracteriza por uma visão essencialista de homem”, e explica:

Isto é, o homem é concebido constituído por uma essência humana e imitável. A educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define como ser humano. Para as vertentes religiosas, tendo sido o homem feito por Deus à sua imagem e semelhança, a essência humana é considerada, pois, criação divina. Em consequência o homem deve se empenhar para fazer por merecer a dádiva sobrenatural. A expressão mais acabada dessa vertente é dada pela corrente do tomismo que consiste numa articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã; tal trabalho de

sistematização foi levado a cabo pelo filósofo e teólogo medieval Tomás de Aquino. (SAVIANI, 2004, p. 127).

E é o mesmo Saviani (2004) que mais adiante na mesma página vai dizer que... “é justamente o tomismo que está na base do Ratio Studiorum”. E esse ensino de filosofia, como todo o ensino secundário, oferecido pelos Jesuítas perdurou até a expulsão dos mesmos do território brasileiro e de todos os lugares onde havia membros atuando. No Brasil isso se deu em 1759, por determinação do Marques de Pombal.

Cabe citar aqui também a obra de Fernando de Azevedo (1976) que dá ao ensino de filosofia um caráter propedêutico aos estudos teológicos. Essa preparação para os estudos superiores no curso de Teologia se expressa nas suas palavras sobre a educação jesuítica, que segundo ele:

(...) determinava-se a formar o homem *in litteris humanioribus*, ministrando um ensino eminentemente literário de base clássica, e constituída por isso mesmo, como curso de humanidades, o verdadeiro alicerce de toda essa estrutura, solidamente montada, do ensino Jesuítico. (AZEVEDO, 1976, p. 27). (itálico aplicado pelo autor).

Não obstante, o caráter apologético desta obra, entendemos que é comum e compreensiva a assertiva que afirma o caráter preliminar e propedêutico que os Jesuítas imprimiam aos estudos de humanidades e da filosofia como etapas necessárias preparatória para o ensino superior da teologia. A formação do bom cristão era pautada por um perfil de base clássica, estruturado na literatura, com regras e propostas que conduziam à formação integral do homem para ser um propositor do serviço continuado da catequese e da evangelização. A educação filosófica também fez parte dessa metodologia preparatória para os ensinamentos de Teologia ou mesmo para o prosseguimento dos estudos superiores na Europa. Assim o cidadão da Colônia estaria munido de um conjunto de saberes e preparado para poder continuar a formação para o exercício de sua carreira na direção da elite colonial. O mesmo Fernando de Azevedo (1976), enfatizar o sentido da educação como um meio de domínio político e submissão histórica através da conservação e propagação da fé católica e como principal tarefa da educação Jesuítica, a atividade formativa “das classes dirigentes, aristocráticas, com base no ensino de humanidades clássicas” (p.41). Mesmo sem ser explícito, revela-se aí o caráter de solidariedade da formação transplantada da Europa para a colônia, pelos Jesuítas, a serviço, de uma forma velada, às forças do capitalismo e

da conservação da ordem vigente, que era o domínio da Coroa sobre os colonizados e também sobre os colonizadores que faziam parte do grupo que vieram ao Brasil.

Emprega-se o eufemismo na expressão *de forma velada* porque não encontramos em nenhuma fonte, essa afirmação de que os Jesuítas estavam conscientes de fazer parte dessa empreitada. Mas, por estar atrelado com a Coroa portuguesa a serviço da formação do homem integral para a condução e manutenção dos propósitos colonizadores, configura-se numa consequência quase que natural da participação na impostora manutenção do poder do Estado colonizador sobre a dominada colônia. A geografia da colônia, marcada pela distância e do isolamento natural ocasionado pela dificuldade de locomoção e de comunicação fez com que a presença dos membros da Ordem, por meio do ensino, fossem uma contribuição valiosa à Coroa portuguesa para assegurar a continuidade do desenvolvimento e dos cuidados para com a colônia encontrada com promessas de mercado promissor para realização dos propósitos impositivos e não emancipatórios da comunidade colonial. Tentamos aqui olhar o ensino da filosofia numa visão de totalidade, entendendo que a vida na colônia determinou a consciência do ensino trazido pelos Jesuítas e não o contrário. Entendemos que os objetos envolvidos no estudo do ensino da filosofia não podem ser desvinculados da base material que foram produzidos, pois sociedade e educação estão dialeticamente vinculadas. No dizer de Marx (1998), a concepção de história, e aqui cabe a história dos Jesuítas, tem como pressuposto que os homens:

(...) desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX, ENGELS, 1998, p. 20).

Nesse sentido entendemos que o lugar ou a forma como os homens produzem ou elaboram a sua vida material é o ponto de partida da produção da história, e, portanto, o ponto de partida da história da educação e da história do ensino de filosofia, neste caso, na colônia. Assim como resumiu Marx (1961) “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.” (p. 301).

Também Staccone (1995) na sua obra sobre Gramsci, falando sobre os cem anos de revolução política afirma que é preciso entender “além das forças produtivas e de suas organizações, também as forças ideológicas e culturais, que desenvolvem um papel oculto importante na formação e conservação dos sistemas sociais” (p. 70). Nessa linha de reflexão, os Jesuítas, como classe da intelectualidade manteve seu domínio não pela força, mas exercendo,

sobremaneira uma liderança moral e intelectual. Evidentemente que sabemos da relação entre a hegemonia política e ideológica e seus desdobramentos materiais.

A atuação dos Jesuítas no Brasil colônia foi sem dúvida “um processo de implantação de novos padrões culturais inteiramente distintos dos praticados pelos povos que aqui habitavam” (BITTAR E FERREIRA JR, 2006, P.3). Pois, nos 210 anos de presença no Brasil, eles conseguiram, mesmo sendo uma minoria, impor seus valores e ensinamentos que foram aceitos e aos poucos incorporados aos demais. Essa prolongada ação, sem dúvida, plantou suas raízes no período que chamamos de experimentação pedagógica, confirmando assim o seu papel no conjunto do projeto colonial de Portugal que foi reforçado pelos propósitos da educação Jesuítica, neste particular com o ensinamento da Filosofia.

Para continuar exercendo o poderio intelectual, a Companhia precisava não só de professores, mas também de sacerdotes para seu próprio quadro. Os sacerdotes eram necessários para a evangelização. Para Leite (1938), a formação na Companhia era muito longa “feita com demora e tempo, para se conhecerem bem as suas aptidões respectivas. Naturalmente, aplicam-se depois aquilo para que tem mais inclinação” (p.85).

Todas as atividades educativas concorriam ao objetivo maior de formar uma consciência cristã voltados para a obediência às autoridades civis e eclesíásticas. Desta vez é Madureira (1927) que confirma o direcionamento da formação para fins religiosos e éticos “segundo os princípios do Evangelho, com o fim de formar o cidadão genuinamente cristão, assim com a instituição se pretende formar o perfeito humanista e *philosopho*, base da formação do perfeito teólogo” (MADUREIRA, 1929, p. 396).

Dessa forma, a formação intelectual era importante e atendia aos princípios de catequese e evangelização. Não só para converter o nativo, mas também para manter a adesão à fé católica do colonizador, bem como livrá-lo das investidas dos projetos que ameaçam a perseverança na fé professada pelos dirigentes da Coroa frente ao “perigo” do protestantismo.

Ao lado dos interesses religiosos e éticos, a Companhia mantinha nas palavras de Nunes (2006) os interesses mercantilistas ao que ele chama de “pacto mercantil-salvacionista” (p.40) que alia a economia ao conteúdo cultural e ideológico. Por isso os filhos dos senhores de Engenho perceberam logo essa ligação entre educação e poder, e conseqüentemente a importância da formação intelectual para o exercício da representação política salienta o mesmo autor.

A proposta trazida pelos Jesuítas e, principalmente, por Gonçalo Leite, que foi o promotor e repetidor do primeiro curso de Filosofia (1572) foi transplantada diretamente de Portugal. Assim sendo, o currículo de filosofia oferecia uma proposta de ensino universal e nada tinha de adaptado às necessidades do contexto em que foi ensinada. Dessa realidade, podemos considerar algumas heranças que continuam até hoje no ensino de filosofia. Outras, porém, perderam-se no tempo, mas na época tornaram presentes nos cursos formativos da base dos *agentes religiosos* da Companhia.

## **5. HERANÇAS POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DA PEDAGOGIA E DA DIDÁTICA DO ENSINO DE FILOSOFIA.**

As orientações pedagógicas, já consideradas neste texto<sup>236</sup>, elencadas como regras do reitor, incluía o estudo a repetição e a disputa. Também como exercício da aprendizagem a prelação, dar a lição decorada, compor e desafiar, sempre em torno do conteúdo programado para o ensino. As lembranças destas práticas pedagógicas nos remetem à Escolástica Medieval, expressão da Pedagogia Medieval ajustada à experimentação catequética e missionária no Brasil. Em geral, os primórdios do ensino da filosofia no Brasil, tinham como objetivo a formação do jovem para os quadros da própria Companhia e mais tarde também foi aberta para “os de fora”, em contrastes com “os de dentro da Companhia”, como eram chamados os Jesuítas na referencia de Leite (1932). O método expositivo, as sabatinas, as disputas semanais, as recapitulações, os exercícios, as disputas anuais, juntamente com o uso de festas e teatros faziam parte da metodologia fundamental em que se realizou esse primeiro curso. São algumas das heranças lançadas pelo ensino de filosofia que foram transplantados para a realidade colonial, e que perduram até nossos dias. E tudo dependia do professor. São algumas das heranças didático-pedagógicas, que ainda se verificam em muitas escolas.

Ainda constatamos que este estudo nos possibilitou ver de forma mais ampla e coletiva as iniciativas Jesuíticas do processo pedagógico da formação do *Agente Religioso*, em se tratando do ensino, em geral, e da formação filosófica, em específico. Notamos aí o transporte, quase que sem nenhuma adequação, do estilo europeu na construção do processo educativo brasileiro. Principalmente no que se refere ao ensino de filosofia. Aliás, uma realidade que permanece até o

---

<sup>236</sup> Tratamos desse assunto no Capítulo anterior no item 2 sobre a Ordem dos Estudos dos Jesuítas, o Ratio.

presente. Basta olhar para o processo formativo, da maioria dos nossos Seminários Maiores, onde são reproduzidos por instrução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), basicamente, os métodos, os conteúdos e os planos de estudos contidos no Ratio Studiorum, que já eram praticados anteriormente, desde o primeiro curso de filosofia no Brasil. Portanto, é necessário lutar para se evidenciar a superação desta identidade colonial que ainda prevalece hoje no ensino de filosofia, principalmente nos seminários Maiores e nas Universidades Pontifícias, que amparados por esta orientação oferecem um ensino de filosofia ainda como necessidade imediata para os estudos teológicos. O documento 55, da CNBB, que se refere à formação dos presbíteros brasileiros diz assim no seu número 147:

(...) a finalidade pastoral da formação intelectual dos futuros presbíteros exige que ele tenha por base o estudo da teologia, entendida pelo Vaticano II como estudo da doutrina católica, à luz da fé e sob a direção do Magistério da Igreja, de modo que os estudantes possam “nela penetrar profundamente, torná-la alimento da própria vida espiritual, anuncia - lá, expô-la e defendê-la no ministério” (OT 16). A teologia, por sua vez, **exige o estudo da filosofia**, que leva a uma compreensão mais profunda da pessoa humana, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus, e que contribui para despertar e educar a procura rigorosa da verdade. (Doc. CNBB, 55 p. 147). Grifo nosso para evidenciar a questão de continuidade.

Se colocarmos a filosofia como serva da Teologia, da economia, da história, do Estado, da literatura, da Ciência, ou seja, serva de qualquer outra coisa, independentemente de quem for o seu Senhor, ela não recuperou a lógica do servilismo, ou seja, a lógica de Senhor e Servo, que marca as relações políticas, econômicas e culturais pré-capitalistas..

Sem contar que as divisões em grupos diferente nos Seminários, são praticamente os mesmo daquela época, onde eles dividiam os estudantes externos em três grupos, menores, médios e grandes. Os menores podiam ser açoitados, os médios recebiam apenas palmatoadas, e os grandes nem palmatoadas, nem açoites. Seriam somente repreendidos, primeiro em particular, depois em público. Uma prática que verifica ainda hoje nos Seminários com grandes grupos.

Também estão contidas na própria finalidade da RS, as afirmações de que as artes e as ciências da natureza preparam a inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática, e por si mesma, concorrem para o mesmo fim, os professores procurando sinceramente em todas as coisas a honra e a glória de Deus, trate-as com a diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os estudantes de Seminários, para a teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do criador.

É ainda herança dos ensinamentos coloniais, aproximados pelas regras do Ratio, a gradatividade dos estudos: No primeiro ano, reza que seja explicado a Lógica, ensinando o mesmo no primeiro trimestre, menos ditando do que explicando os pontos mais necessários por Toledo ou Fonseca. Limitando algumas discussões, como por exemplo nos *prolegômenos da lógica* discuta somente se é ciência, qual o seu objeto, e alguns pontos sobre os gêneros e as espécies; a discussão completa sobre as ideias Universais remeta-as para a metafísica, contentando-se aqui de noções elementares. Assim sendo, o primeiro ano é decisivamente uma preparação para o segundo. O segundo além dos seus próprios conteúdos também prepara para as disciplinas mais exigentes que serão tratadas no terceiro ano.

Partindo sempre do próprio autor, evidencia o RS, cada assunto que deve ser tratado em cada ano respectivamente. Eis uma herança que hoje se evidencia nos grandes centros de estudos filosóficos. Hoje existem os Programas de disciplinas que tecem um antecipado planejamento para todo o ano acadêmico, e mesmo para todo o curso.

Outra herança que caracteriza os meios filosóficos brasileiros, originados da ascendência portuguesa, incluindo o ensino, é a ausência de *discussão filosófica*. E isto é surpreendente, porque sem discussão filosófica não há filosofia, mesmo porque numa tradição conservadora e religiosa, os autores são já escolhidos e seus textos selecionados para leituras e estudo. Visto que no curso de filosofia, planejado pelo Ratio Studiorum, não se discute realmente filosofia, como seria de esperar, mas se repetem apenas as palavras dos filósofos, e ainda não de todos, mas de grupo selecionado.

Assim sendo, devemos identificar uma herança conservadora, eurocêntrica da ação dos Jesuítas, que mesmo sendo de características aberta e contraditória, verificam-se, em sua prática, como um prolongamento do pensamento português, como um instrumento de apoio na atividade colonizadora.

A necessidade de superação destas heranças oportunamente nos conduzirá a um estudo autônomo, esclarecedor e competente. Que seja uma atividade histórica e permanente no exercício contínuo da atividade reflexiva, alimentando as buscas incessantes da sabedoria, que naturalmente se reverterá em qualidade de vida para aqueles que fizerem o uso da razão para a orientação e o exercício dos ditames do espírito, ainda que seja limitado pelos contornos dos corpos. Só assim teremos um ensino de filosofia democrático e livre para o concorrente bem comum de cada indivíduo que compõe a sociedade de um setor de uma Nação.

Não é descabido lembrar a afirmação basilar de Marx que nos fornece esclarecimentos sobre a dialética da relação política e cultural dos Jesuítas no Brasil:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como a querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que com que se defrontam diretamente ligadas e transmitidas pelo passado. (Marx, 1961, p. 203).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de apresentar as considerações finais da presente pesquisa exige um tirocínio e qualificação decisória, pelas escolhas que demandam. As conclusões que chegamos, ao fim de um processo investigativo, são marcos que, longe de concluir de maneira cabal as questões e indagações que levantamos, remetem a novas e desafiadoras possibilidades epistemológicas e políticas. Nossa intenção de refletir sobre os primórdios do ensino da filosofia destinado à formação do *Agente Religioso* na segunda metade do século XVI, no Brasil Colonial, na verdade pretendeu perscrutar se já reunimos processos e disposições históricas para superar a força daquela identidade apologética, vassala ou adjutória desse saber e conhecimento.

Porém, agora de uma forma mais concreta e conclusiva, queremos relatá-las expressando, desse modo, as nossas ponderações conclusivas originadas deste período de maturação científica e filosófica. As aulas dos Cursos do Programa de Pós Graduação em História, Filosofia e Educação, os cursos das linhas de pesquisa, as atividades programadas de pesquisa I e II (APP), os seminários, os eventos dos grupos de estudo e pesquisa PAIDÉIA e HISTEDBR, as leituras individuais, as reuniões de orientação e o estágio de doutorando no exterior, enfim, todas as atividades referentes ao processo acadêmico deste Programa de Pós Graduação nestes quatro anos, nos ajudaram, num processo absolutamente acadêmico e disciplinado a construir, mesmo que de forma inacabada e provisória, as referências conclusivas, sobre esta problemática que está presente desde o anúncio da descoberta e do apossamento desta terra pelos portugueses.

Nestes anos de estudo e de pesquisa, apoiados por estes procedimentos acadêmicos, nos preocupamos com os primórdios do ensino de filosofia no Brasil, promovido pelos Jesuítas.

Buscamos ver a filosofia e seu próprio ensino entre as teias e bastidores da história, para uma maior aproximação da realidade, como nos deixa entender Vasquez (1977) que nos diz:

O enfoque teórico sem conteúdo histórico é vazio, ou seja, essencialista, especulativo; o enfoque histórico sem conteúdo teórico ou sistêmico é cego ante os acontecimentos, já que não permite ver como manifestações empíricas o conjunto de um sistema de relações e dependências. (p. 67/68).

Ao final de um trabalho como esse, na tentativa de compreender o conjunto do sistema filosófico existente na época, com o sistema de relações que este fato infere, seja a sua existência, seja o seu ensino para os *agentes religiosos* ou demais personagens, com seus desdobramentos, começamos, então, a entender que uma é a ordem da investigação, na qual procedemos do particular para o geral, buscando entender o problema real e imediato, a partir de suas implicações, de maneira generalizante no contexto do ensino de filosofia, na sociedade colonial, na história inicial do Brasil, até se expressar numa amplitude ontológica, quando necessário. Outra é a ordem da exposição, que é exatamente a ordem da apresentação formal da pesquisa. Ao construirmos estas considerações finais, pensamos em fazê-la em quatro momentos interligados entre si, e que se complementam: Em primeiro lugar, é necessário fazer uma breve consideração da trajetória teórica, investigativa e redacional empreendida até aqui; logo em seguida elencaremos as considerações finais decorrentes de nossa pesquisa; Então concluiremos a análise do contraditório que tira e põe a filosofia como disciplina de ensino no currículo da educação brasileira; e, por fim, apresentamos as referências conclusivas sobre a superação destes marcos históricos e as perspectivas de uma verdadeira filosofia.

Nas primeiras disposições, partimos de um problema: teria a filosofia confessional católica definida uma matriz filosófica no Brasil de natureza conservadora, eurocêntrica? Teria o ensino de Filosofia de tradição católica, negado o acesso às filosofias modernas e a possibilidade de ter havido no Brasil mais pesquisas ou tradições de estudo sobre as grandes teorias ou idéias modernas?

Acreditamos que essas hipóteses se consolidaram pela descrição temática que expressamos no decorrer de todo o nosso texto. Por isso além de reconhecer a força política do ensinamento Jesuítico, capaz de assegurar todo um movimento de ideias, temos que acatar ainda uma longa hegemonia no ensino de filosofia e na educação, em geral, de 210 anos de total predomínio, na sociedade educacional brasileira.

As motivações iniciais foram sustentadoras destas potenciais extensões de uma motivação meramente subjetiva para se transformar num problema teórico com possibilidades de entendimento de questões postas pela realidade da educação e da pesquisa no contexto atual da educação, da filosofia e do seu ensino.

A questão inicial expressada no seguinte eixo: é possível identificar nos textos e na ação dos Jesuítas uma encruzilhada provocante, nos termos da obediência da época, tanto para a Companhia em geral, como para seus *agentes religiosos*: seguir as diretrizes da cúpula da Companhia de Jesus rigorosamente; seguir as posições do Reino sobre os Jesuítas ou as diretrizes institucionais e dogmáticas da Igreja. Esse caminho, por assim dizer, mais fácil e legalizado. O outro eixo ou encruzilhada, que mais se evidenciou na nossa pesquisa foi aquele circunscrito nas possibilidades de adaptar-se e compadecer-se da realidade do ameríndio, admirando a sua pureza e nova forma de humanidade, compreender as suas contradições culturais, e ao mesmo tempo, condenar as suas práticas, como muitos dos próprios Jesuítas fizeram.

Partindo desses problemas, elencados no início, buscamos atravessar e superar as contradições da pesquisa documental. Avaliamos fontes históricas primárias existentes no Arquivo dos Jesuítas em Roma. Lemos textos de diferentes pontos de vistas, para poder entender a amplitude e complexidade do problema. Esperamos ter colocado, ao menos um pouco, da riqueza deste processo investigativo neste documento formal, com características acadêmicas, formais e teóricas para uma análise de conjunto.

Ao estruturar esta ordem de apresentação gostaria de apresentar e destacar as dificuldades encontradas: Desde a minha primeira motivação e anseio pela pesquisa eu fui entender em primeiro a dificuldade de fontes; segundo a dificuldade de acesso às fontes. Uma coisa é ter poucas fontes, outra coisa é não ter acesso nem a essas poucas fontes; em terceiro lugar notamos a raridade de obras que tratam do assunto. Enquanto a tradição Jesuíta portuguesa, italiana tem uma miríade de obras, no Brasil nós temos pouquíssimas obras e quase sempre uma está se referindo à outra. Uma literatura que vai de um lugar a outro de maneira um pouco estonteante, jogando pra lá e pra cá. E também a dificuldade redacional de colocar em um documento formal a amplitude investigativa em outras fontes, outras abordagens.

Registramos também a nossa dificuldade em encontrar e decifrar os elementos avançados para poder ver as forças políticas que definem isso. Tanto é difícil destacar a ação pedagógica dos Jesuítas na época, desde a densidade, da sua “heróica” dedicação à causa missionária e religiosa

porque ela está muito atravessada pelo resultado histórico da avassaladora dominação européia sobre nós, a morte dos índios, então não tem como separar o processo político e econômico do processo missionário, religioso educacional.

Há uma predominância de uma abordagem um tanto banal, da História da educação como um todo, porque os autores não consideram isto relevante, e dentro da História da educação Jesuíta e da ação pedagógica dos Jesuítas, quase sempre confundida com alguns lugares comuns que partem ou da *demonização* das ações Jesuítas própria de um acento anti-clerical da nossa cultura recente e de outro lado uma visão a-histórica, quase angelical, por parte dos circuitos internos da Igreja, sem conter uma crítica histórica condensada e consequente. Então isso foi também, em grande parte, dificuldades para esta nossa investigação.

O objeto central de nosso estudo consiste nas considerações investigativas que analisam e tentam compreender os primórdios da filosofia no Brasil, ou mais propriamente dita do seu ensino. Ou seja, tentamos explicitar, aquilo que pudemos encontrar, investigar e aqui relatamos o que consideramos o primeiro compromisso consciente de se ensinar filosofia no Brasil.

Em primeiro lugar, temos que considerar o caráter histórico, político e iniciante da colônia brasileira no período que escolhemos para tratar, a saber, de 1549 a 1599. Pois, trata-se de uma invectiva surgida da necessidade de continuar os projetos educacionais da Companhia no Brasil.

Como sabemos, os Jesuítas vieram para o Brasil para catequizar o nativo e conservar a fé do colonizador. E, para realizar efetivamente esse projeto da Coroa portuguesa, também eles, os Jesuítas, sentiram a necessidade de dar continuidade e ampliar o seu quadro de formadores e difusores das questões pastorais e catequéticas. Nesse período de experimentação pedagógica sentiu-se a necessidade de um reforço e ampliação nos catequizadores que continuassem levando a mensagem evangélica de sustentação do objetivo de salvação para continuar o processo de colonização requerido para o expresso desejo de desenvolvimento da colônia, conforme os propósitos da Coroa dominadora. Dessa necessidade, entendeu a Companhia que o curso de filosofia ajudaria na conservação e ampliação dos seus próprios quadros, na preparação para a teologia.

Essa primeira experiência que nos transmite Leite (1932) mostra que o primeiro curso, mesmo anterior à promulgação do Ratio, teve características bem determinadas e pensadas com austeridade dentro dos conjuntos de proposições embrionárias do Ratio que nesse período estava

sendo elaborado e experimentado por todas as partes do mundo onde havia um colégio de Jesuítas, seja no ensino de Filosofia seja no ensino das classes anteriores o que hoje se entende por ensino fundamental e ensino médio. Mas o que nos importa é o ensino de filosofia nos seus primeiros anos de presença no Brasil.

Quando os Jesuítas “repetiram” no Brasil o primeiro curso de ensino de filosofia com início em 1572, ainda não estavam definitivamente redigidas e promulgadas as regras, os métodos, e o currículo do Ratio Studiorum, mas já havia em caráter experimental os parâmetros reguladores deste ensino, tal como se verificava na Europa e de forma específica em Portugal. Em acordo ao que estamos dizendo, afirma Franca (1952):

O Plano de estudos da ordem só foi promulgado após mais de meio século de experiência (1548 – 1599) em dezenas e centenas de colégios disseminados por toda a Europa... O Ratio, portanto, é filho da experiência, não da experiência de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla e de tal amplitude, no tempo e no espaço. (pag. 19).

Observamos que o curso de filosofia se deu no Brasil com esse espírito. Uma iniciativa nascida dentro da própria Companhia, como condição material de continuidade dos próprios mantenedores da ação missionária e pedagógica na colônia. Os conjuntos de prescrições elencados e construídos em diferentes partes do universo então conhecido. Aqui no Brasil, os Jesuítas tiveram importância decisiva no campo do ensino de filosofia, não só por ser a difusora do primeiro curso com o ensino de filosofia, mas também por manter esse ensinamento por muito tempo de forma hegemônica. Com certeza a realização desses cursos e dos que se seguiram, contribuiu para a redação final no decorrer das experiências efetuadas pelos vários núcleos Jesuíticos espalhados por várias partes do mundo. Pois o resultado destas experiências foi composto aos poucos e teve a sua sistematização definitiva com a publicação em 1599 do Ratio Studiorum, que foi o resultado das experiências pedagógicas que começaram no Colégio de Messina, primeiro Colégio aberto na Sicília em 1548.

Porém, na época em que teve início o curso de filosofia, apesar das adaptações aos costumes locais, como língua, horário e condições materiais dos estudantes, as orientações para a eficácia da catequese já estavam presentes nas constituições da própria Companhia, elaboradas por Inácio de Loyola fundador e primeiro Provincial Geral da Ordem, em 1540.

Chamamos aqui as palavras de Sangenis (2004) para abalizar essa idéia. Para ele:

De fato os Jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os Jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla rede de escolas elementares e colégios, como a fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o Ratio Studiorum a sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p. 93).

Decorrentes destas e de outras afirmações, entendemos que o ensino de filosofia no Brasil iniciante estava envolvido desta orientação escolar organizada em torno da prática e do ensino das teorias da doutrina católica. Os primórdios da filosofia no Brasil colônia e seu ensino, por meio dos Jesuítas, são resultantes da recuperação da missão própria assumida pela Companhia de Jesus, através de seu fundador Inácio de Loyola.

Nas circunstâncias em que ocorreu essa primeira realização expressa-se bem a idéia de que a ação dos Jesuítas no Brasil foi aberta e contraditória. Ao mesmo tempo em que os Jesuítas representavam a expansão do capitalismo, num prolongamento do que vinha acontecendo na Europa e principalmente em Portugal, também eles construíram aqui uma forma original de ensinar filosofia, de compreender a lógica conforme a concebia Aristóteles. Buscando compreender a educação, mesmo sendo o estudo da filosofia considerada como uma situação preparatória para o ensino da teologia. Entendemos que os Jesuítas foram educadores modernos. Na busca de compreender o conjunto do conteúdo educativo, bem como a explicitação da finalidade da educação.

Ao reproduzir, aqui no Brasil colônia a implantação de uma nova cultura religiosa embasada no ensino catequético, para defesa da fé e implantação do conhecimento do cristianismo, ao mesmo tempo, em que a imposição da escola e do colégio criou-se oportuno ambiente para uma cultura filosófica como um dos elementos que ajudariam na tarefa principal de colonização. A colônia tornou-se lugar de expansão dos desdobramentos do capitalismo. Os próprios Jesuítas precisavam exercitar formas de sobrevivência. O auxílio da Coroa não era suficiente para a manutenção dos padres e dos estudantes. Como possuidores do saber transformaram-se numa extensão das forças e formas da produção como uma mão invisível.

Também, no Brasil colônia, o ensino de filosofia nasceu refém de uma visão de mundo plantada pelo aprisionamento de um lugar epistêmico e político de servilismo. Pois a concepção que aqui triunfou foi a de “Ancilla Theologiae”. Esse caráter de servidão se expressa bem na dimensão de vassalato da teologia. Assim a filosofia não é vista e nem reconhecida como saber

autônomo, histórico, competente e esclarecedor, mas ela é vista somente como uma arma retórica, com determinantes lógicos para a decodificação dos fenômenos regulares secundários, pois os primários seriam revelados pela fé, a Teologia. Para os Jesuítas, a filosofia servia bem para meramente preparar alguns candidatos para organizar bem o pensamento, para expressar bem a linguagem e daí compreender melhor a teologia. Então o ensino de filosofia era uma vestimenta que se endossava para melhor entender a Teologia e seu intuito civilizatório pelas promessas de salvação. Esse caráter propedêutico – preparatório – é que expressa o conceito de *Ancilla da Teologia*.

A filosofia no Brasil Colonial foi ensinada nestes moldes exprimindo ainda uma mentalidade escolástica. Assim sendo, os primórdios da filosofia no Brasil não se concebe senão apenas como um curso com disciplinas normativas dentro dos projetos de experimentação que mais tarde, em 1599, veio a ser promulgado e explicitado no *Ratio Studiorum*.

Se entendermos a filosofia como uma atividade permanente, uma elucubração do espírito, uma tarefa infinita de busca incessante pela sabedoria, que desde os tempos da antiguidade grega, propõe uma atividade reflexiva que expresse uma atitude conjunta e estruturada então podemos considerar o início da filosofia no Brasil, mas apenas o seu ensino como prolongamento do pensamento português. Concluimos com Cerqueira (2002) que assim se expressa: “O conceito de filosofia como disciplina normativa na educação brasileira remonta à reforma da universidade portuguesa no século XVI, quando, em 1555, o Rei D. João III entregou aos Jesuítas o Colégio das Artes, por ele fundado em 1548 e destinado ao ensino público de latinidade e filosofia”. (p. 33).

Por isso entendemos que a filosofia em Portugal estava também estruturada nos moldes da escolástica e seu ensino ainda era caráter iniciante. Não é demais repetir que o primeiro esboço do *Ratio Studiorum* foi elaborado em 1549, ano que os primeiros Jesuítas chegaram no Brasil. E foi depois de 23 anos, portanto, em 1572 que se verificou o acontecimento do primeiro ensino de filosofia como algo normativo. Ainda referindo-se ao conceito de filosofia como disciplina normativa se refere Cerqueira (2002) dizendo que: “a partir desse fato, o ensino de filosofia no Brasil se deu, ao longo de quase dois séculos, sob a vigência do *Ratio Studiorum*, método pedagógico dos colégios da Companhia de Jesus, cuja edição definitiva foi promulgada como lei em 1599, após cinquenta anos de experimentação”. (p. 33).

Visto que o primeiro curso de filosofia se deu de 1572 a 1575, entendemos que estava literalmente incluído nesse período de experimentação. Também concluímos que esse primeiro curso de filosofia assume no Brasil não só uma posição como disciplina normativa atrelada aos condicionamentos históricos, mas também como atitude reflexiva de formação do *Agente Religioso* dos quadros da Companhia, bem como um instrumento de apoio na atividade colonizadora.

A verdadeira introdução aos estudos da filosofia de Aristóteles na universidade deu-se no século XV sob a dinastia de Avis. Conservando as disciplinas existentes, o Infante D. Henrique completou o ensino das Artes Liberais com as disciplinas do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música) e criou as cátedras de filosofia natural e filosofia moral. Esta era inspirada na *Ética a Nicômaco*, sendo discutível, porém, se era professada juntamente com a filosofia natural, em cuja cátedra seguia-se presumivelmente a *Metafísica*, de Aristóteles”. (p. 40-41).

Torna-se compreensivo o início da História do ensino da filosofia no Brasil assumir a similitude do que se ensinava na sede da Coroa colonizadora. Assim sendo, o ensino filosófico no Brasil colônia era um ensino propedêutico ao curso de Teologia, de caráter geral e contemplativo, e buscava a dimensão da conversão religiosa. Em primeiro lugar, o filho do colonizador era protegido para não perder a fé, e não sair das fileiras do catolicismo debandando para as novidades da Reforma. Por outro lado, ao nativo, era dada a proposta de conversão religiosa – deixar os hábitos indígenas para professar a fé no único Deus, que a catequese, ministrada pelos Jesuítas ensinava. Assim, estavam garantidas a conversão religiosa e a perseverança na fé dos que já professavam o credo católico.

Mesmo que não concluamos que com esse curso de filosofia tenha nascido uma filosofia brasileira, afirmamos e registramos o início de uma atitude de ensino que permanece até hoje, com pequenos e irrelevantes intervalos.

Porém, com o aparecimento de vários pensadores que se dedicaram ao estudo da filosofia, dos quais podemos enumerar Antonio Vieira, Gonçalves de Magalhães, Tobias Barreto, Farias Brito e Miguel Reale, podemos falar em uma filosofia brasileira. Mas, mesmo com essa dimensão a que chegou o ensino de filosofia no Brasil, temos que lutar pela superação desse caráter de servilismo que vem dominando a prática do seu ensino desde os tempos da colônia. Enquanto não for superado este lugar epistêmico e político de “ancilla” (servidão) a filosofia não será ensinada com autonomia no Brasil. Enquanto não superarmos este vício histórico-político.

Assim, como ela foi serva da teologia no período dos Jesuítas, assim também no positivismo ela foi serva da política e do estado, pois o ensino da filosofia era tido como uma preparação dos intelectuais para servir à nação orientada por uma visão positivista, concebida por August Comte e importada por Benjamim Constant. Também no período da ditadura militar a filosofia foi descaracterizada, tida como desnecessária. Recentemente era colocada como tema transversal e hoje com disciplina obrigatória.

A partir de então também hoje há uma dificuldade de compreender, pois se aquele momento histórico fosse um momento propício para entender a ação dos Jesuítas, de maneira progressiva, teria colocado outra interpretação, mas atualmente também é difícil, porque hoje nos estamos assistindo a uma globalização exacerbada, a um comprometimento, vamos dizer assim, dos direitos sociais. Há um recuo do papel do estado na esfera da educação. Há uma transformação da educação como um valor de mercado próprio da mercantilização e do neo-liberalismo. Assim sendo, também, é difícil de falar de uma educação humanista, emancipatória porque também, como no século XVI, quando os Jesuítas saíram pelos mares, quanto é difícil se ver o elemento progressista, revolucionário, parece que predomina ainda o caráter autoritário conservador e dominador de várias iniciativas. É difícil ser revolucionário num período de escamas nos olhos.

O objetivo histórico, real e material que nos motivou mais a investigar é ter ido até a história da matriz primeira, arquetípica do ensino de filosofia, ainda que de natureza confessional para depois cotejá-la, compará-la com as matrizes atualmente em vigor, no atual discurso, seja na formação do *Agente Religioso*, seja na formação do próprio profissional de filosofia, o docente ou pesquisador.

Mas a questão que nos indaga ainda no presente é esta: Que filosofia seria essa? Ela teria condições de superar a característica da identidade arquetípica da genética Jesuítica como “ancillato”, como servilismo ou vassalagem, ou anacrônica, de um retorno sempre na tentativa de resgatar as vestes do passado, vestes anteriores.

O estudo pela presença do ensino de filosofia no Brasil sempre foi um estudo adequado à pesquisa em educação: estudo, pesquisa, investigações tais como Maria Teresa Penteadó Cartolano, com sua obra: *Filosofia no ensino de segundo grau*; Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins, com *Filosofando: introdução à filosofia*; Marilena Chauí, em: *Convite à filosofia*; Lidia Maria Rodrigo, com: *Filosofia em sala de aula*; César Nunes com sua

Dissertação de Mestrado: *A construção de uma nova identidade para a filosofia no segundo grau: contradições e perspectivas*; só para citar alguns. Há uma literatura vasta que recupera o papel da filosofia no ensino médio. Há algumas extensões para o ensino superior, ainda que poucas. No ensino médio há uma defesa apaixonada do ensino e da presença da filosofia.

Existindo no Brasil, desde 1549, o Jesuitismo foi objeto de diferentes leituras. Podemos dizer que cada um adota divulgar a teoria que mais lhe convém. Seja para segui-la, seja para contestá-la, ou ainda por mera curiosidade, sem tornar nenhum partido.

Não queremos aqui deixar transparecer uma predominância de uma visão reducionista da ação pedagógica dos jesuítas e de sua ação na educação brasileira. Mas alertamos para que se tenha sempre presente a dificuldade de ver elementos avançados no conjunto de forças políticas do momento histórico colonizador, mesmo diante de um presente e atual retrato da caricatura de reforma educacional, que vê, depois de muita luta, a inclusão do ensino de filosofia e da sociologia, inserindo assim uma obrigação através de decretos legais de uma realidade que vê e analisa as contradições sociais e políticas de nossa época.

A definição da filosofia como matéria obrigatória na educação brasileira hoje e suas peculiaridades contradições, passa a ser um direito de todos e de todos os educandos e educandas do ensino médio brasileiro. A partir de 02 de junho de 2008, data que marca a sanção presidencial da lei, torna-se obrigatório o ensino da filosofia (e da sociologia) como disciplina nos três anos do ensino médio de todas as escolas (públicas e privadas) do Brasil. É um momento esperado há 37 anos, quando esta disciplina (junto com a sociologia) foi retirada dos currículos pela ditadura militar, através da edição da Lei 5692/71. Através deste ato, o Brasil dá mais um passo para remover parte do legado negativo do passado da história da educação e do ensino de filosofia para avançar na implantação de um novo tempo para o ensino de filosofia na educação brasileira.

Assim o estado da arte sobre o ensino de filosofia no Brasil, identificando-se nos seus pontos curriculares expresso pelos mais variados autores e evidenciados, em parte, nos autores já citados, percorrem os marcos históricos e legais, desde a Colônia, passando pelo Império e se firmam na atual República.

Então passaremos a uma descrição das possibilidades de superação dessas matrizes e potencialidades dos movimentos sociais e pedagógicos atuais. Tendo sempre em mente que as disposições iniciais para a necessidade de viver e ensinar a filosofia como uma hipótese de reflexão, de libertação e de emancipação do ser humano como fruto de seu tempo, mas sempre

originada de um processo histórico, maturado por pessoas que vem construindo esse conjunto de fatores que chegaram até nós. A superação destas matrizes, originadas desde um passado muito remoto, nos indicam que é possível remodelá-las numa estrutura social e política, baseados numa ação justa e a possibilidade para todos de conhecimento e liberdade, desdobramentos de um ensino de filosofia bem planejado e executado para a emancipação total do homem. O lugar de servidão será superado pelo êxito positivo da ação social e do democrático exercício da política em todas as etapas, com saber e com possibilidades para todos. Para tal, é necessário o reconhecimento dessa atitude de ensino da filosofia para promover uma superação dessa servidão histórica, política e involuntária da sua representação institucional.

Assim, entendemos que o ensino da filosofia na colônia teve seu lugar histórico e político configurando-se como serva da Teologia, porém acreditamos que as possibilidades de superação deste estágio de acolitato epistemológico e ancilato político só será possível com um empenho coletivo, no sentido de promover nas nossas instituições de ensino uma atitude filosófica livre, democrática e reflexiva sem estar atrelada a nenhuma potência externa, a não ser o desejo de buscar a sabedoria pela continuada arte de exercitar o uso da razão, inerente ao ser humano, e na busca de saciar a “curiositas” e o encantamento pelo conhecimento, sempre visto como processo, que uma vez instalado não pode mais parar.

Desde a origem, a ocupação portuguesa, procurou se efetivar na terra colonial, e os Jesuítas, imbuídos da tarefa de catequizar, colaboram como meio oportuno para manter os ideais colonizantes. Ou seja, a catequese foi um meio de justificar a colonização, mesmo sendo conseqüência do objetivo base de expansão do cristianismo, bem como o desejo da instituição de manter os seus fiéis longe dos “perigos” do protestantismo.

Embora tenha sido implantado no Brasil, antes da promulgação do Ratio, o primeiro curso de filosofia, deu mais vitalidade ao objetivo geral da ordem de manter e ampliar o seu projeto missionário e catequético.

Não podemos deixar de considerar também as dificuldades que se verificavam nessa época. Os ambientes eram pequenos, apertados. Mesmo porque o número de alunos também não era muito elevado. Foi nessas circunstâncias que os Jesuítas exerceram o poderio de aculturação no Brasil, no início da colonização. Manacorda (1996) dá um parecer que nos ajuda a compreender a institucionalização do ensino: “O exemplo mais bem sucedido de novas escolas para leigos, recomendado pelo Concílio de Trento, foi o das escolas dos Jesuítas, campeões

máximos na luta da Igreja Católica contra o protestantismo. Além da formação dos próprios quadros, eles se dedicaram à formação das classes dirigentes da sociedade”. (p. 202).

Mediante uma análise crítica da realidade social do Brasil colônia, constatamos que os primórdios do ensino de filosofia no Brasil se verificaram num momento em que, pela exigência das práticas econômicas, suas determinações internas e suas práticas históricas, o modo de produção capitalista já exercia a lógica da exploração e da opressão. Mais uma vez se verifica, o ato de ensinar como uma proposta, a favor do colonizado, mas fundamentado nos interesses da classe dominante.

No decorrer de nossas pesquisas questionamo-nos pelo elemento primeiro que norteou o começo do ensino de filosofia no Brasil, na sua concreticidade, como uma realidade social que foi implantada por circunstâncias já mencionadas, mas que permanece ainda a deriva de reflexões mais totalizantes. Era o início de uma nova época “a idade moderna”, e com ela seus desdobramentos sociais, econômicos e religiosos. Para SOUZA, (2007):

Uma análise critico-dialética requer uma atitude radical, isto é, de buscar as raízes, as causas, “as leis fundamentais”, as bases da produção da chamada “realidade social”. Esse procedimento é fundamental no sentido de superar a idéia de que o que parece, o fenômeno, é o real. Isso significa que a visão de mundo critico-dialética não se constitui de especulação, mas, pelo contrário, visa ser concreta, exatamente por buscar seus fundamentos naquilo que transcende a experiência humana em sua existência concreta, isto é, teorizar sobre a natureza da realidade como um todo. ( p. 12).

Assim entendemos que os ensinamentos filosóficos, baseados numa visão de mundo daquela época, proclamavam uma real intenção de manter os intentos da Congregação para preparar novos líderes na firme tarefa de conversão do nativo e na manutenção da fé do instrumento colonizador, a saber, os portugueses que vinham, em nome da Coroa, para manter e propugnar o desenvolvimento da colônia. Não entendemos como viciosa essa atitude, mas como uma extensão da mão invisível do novo modo de produção e de comportamento que se verificava na época, ou seja, o capitalismo verdadeiro nas suas primeiras manifestações.

A necessidade de superação da situação de “serva” e a construção de um ensino livre e emancipatório acontece como exigência dinâmica do próprio ato de filosofar, no seu desenvolvimento histórico.

Superar o estágio atual de “servilismo”, não significa idealizar um ensino de filosofar perfeito para uma sociedade perfeita. Mas significa a implementação de esforços que se

transformem em uma luta política constante, que pressupõe o seu ensino por si mesmo num dinâmico amadurecimento dos seus desdobramentos culturais, sociais e econômicos. É a superação da passividade “servilística” pela atitude criativa humana que busca a transformação do “Homem total” numa sociedade pluralista, responsável e emancipada.

O Brasil abria seus canais para a articulação dos modos de colonizar da Coroa. E o ensino de filosofia entrou pelo canal religioso. O caráter de “missão” que marcou esse processo colonizador ajudou a efetivar a necessidade de elaborar reflexões também baseadas no espírito da época. GUIMARÃES (1997), expressa muito bem esse espírito:

O Brasil, com um vasto território posto à disposição do espírito de aventura, necessariamente abria seus canais a todos os indicadores religiosos, tanto mais quando se encontrava em jogo a questão da exploração econômica de bens e riquezas que por ventura pudessem ser encontradas em qualquer parte. Na tentativa de trazer à discussão filosófica colonial, o nosso interesse preliminar estará voltado para o caráter de missão de que se revestiu o processo colonizador, levando em conta a aglutinação dos europeus em torno de um “paraíso” que se transformou no objeto – alvo de tantos quantos se sentiam deserdados em suas práticas de origem”. (p. 17).

Enquanto na Europa se dava a vigência dos padrões reproduzidos pela escolástica decadente e os mantenedores da colonização, como sempre, foram fiéis seguidores e obedientes ao processo evangelizador da Igreja Católica, então transmitiram as mesmas medidas à colônia em formação.

Enquanto a atmosfera da Contra – Reforma reinava no início do século XVI, o processo histórico colonizador não foi visto como um combate, a estas questões, mesmo porque Portugal, também não esteve diretamente ligado a estas lutas no interior da Igreja. Mesmo não se tratando de projetos que esboçassem uma manifestação reformista, seriam ao menos, de caráter preventivo – protegendo a colônia das possibilidades de entrar no sistema iniciado pelo teólogo Martinho Lutero (1483-1546).

A inspiração dos inicianos era a de cumprir os desejos do próprio fundador no intuito missionário e evangelizador. Guimarães (1997) nos atesta:

A Companhia de Jesus entrou em Portugal cumprindo a sua função missionária, a serviço do cristianismo católico, e não para contribuir no processo de desarticulação do reformismo protestante que ali não encontrou qualquer renômância. Sua tarefa era exercida no sentido preventivo. Nessas circunstâncias, mais fácil se tornava o desempenho de sua finalidade educativa e doutrinadora. (p. 18).

Essa medida foi transferida na mesma intensidade para as colônias que se tornaram extensão da metrópole. Essa tentativa de retomar os princípios doutrinários derivados do ensino na Idade Média caracterizava uma ação inteiramente comum no seio da catolicidade. Testemunham-nos as palavras de Franca (1952) que “os primeiros anos do século XVI assistem, porém, a um esforço vigoroso de restauração da síntese clássica do pensamento medieval”. A restauração do estudo das teorias de Tomás de Aquino é, pois, justamente, a caracterização de uma tentativa, mesmo que preventiva, de combater os ideais da reforma protestante. Depois dos Dominicanos<sup>237</sup>, ordem fundada por São Domingos de Gusmão, também os Jesuítas aderem e divulgam os ensinamentos de Tomás. Mais uma vez é Franca (1952) que nos garante: “A Companhia de Jesus foi, depois da ordem Dominicana, a primeira família religiosa que escolheu a São Tomás para seu Doutor próprio”.

Nesse aspecto, o ensino de filosofia no Brasil, foi transplantado da metrópole para a colônia, dentro da esfera do sagrado, da missão e como parte do processo catequético, ou seja, não se trata de profundas reflexões próprias ou produções de qualquer área. Paim (1997) afirma, com referência à produção na colônia:

O fenômeno típico do período consiste no que Luis Washington Vita dominou de *saber de salvação*. Propõe-se em última instância, a manter aquela atmosfera, ao que se supõe de todo superada em diversos outros países, na qual a vida é entendida como devendo subordinar-se integralmente a ditames extraterrenos, sob a égide de uma visão de todo negativa da pessoa humana. Trata-se de privilegiar, de forma unilateral e excessiva, a religiosidade do homem. (p. 296).

Assim sendo o exercício do saber filosófico estava profundamente envolvido com a prática e a vivência da fé. O que foi chamado de *saber de salvação*: por Vita (1978) é uma demonstração clara do sentido reprodutivo por extensão do discurso escolástico. Isso nos prova mais uma vez que mesmo sendo considerada e aceita como um saber a filosofia estava a serviço da salvação. Também serve aqui a posição de Nunes (2001) que atribui ao ato de filosofar como uma atitude que causa certo incômodo aos dirigentes, aos dominantes. Dizendo que o conhecimento da filosofia, ou seja, o ensino da arte de filosofar, por ser uma possibilidade

---

<sup>237</sup> A Ordem dos Dominicanos cuja origem vem do latim: *Ordo Praedicatorum*, (O. P.), também conhecida por Ordem dos Pregadores ou Ordem Dominicana, é uma ordem religiosa católica que tem como objectivo a pregação da mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo. Foi fundada em Toulouse, França, no ano de 1216 por São Domingos de Gusmão, sacerdote espanhol, que era originário de Caleruega.

esclarecedora para as pessoas, não é preocupação deles para incentivá-la e desejá-la. Assim ele diz:

Mas é preciso considerar que a filosofia tem incomodado a muitos. A história registra muitas tentativas e empreitadas em destruí-la, desqualificá-la, negá-la. Os tiranos, os mistificadores, os dominantes e todos os interessados na alienação e mediocridade do povo preferem uma consciência de rebanho, de fácil manipulação, cativa e obediente, a um questionamento sistemático e profundo sobre a realidade. Não foram poucos os filósofos que pagaram com a vida ou a perda da liberdade a ousada postura de filosofar sobre seu tempo. (p. 14).

A nossa pesquisa nada mais é do que uma busca de compreender esta contradição nos primórdios do ensino de filosofia no Brasil.

História do Brasil e História Eclesiástica estão entrelaçados no período analisado. Por isso mesmo, achamos que os acontecimentos eclesiais, ligados ao *Agente Religioso*, precisam ser examinados à luz das razões que levaram a Coroa e o Império Português a agirem desta ou daquela forma em relação à colônia. O conselho ultramarino também interferia nestas decisões. Foi sob este panorama que se deu a expressiva presença dos Jesuítas no Brasil Colônia. É impossível falar em cultura e educação no Brasil sem se referir aos Jesuítas. As marcas das obras Jesuíticas, expressas nas suas ações pedagógicas e missionárias permeiam a História do Brasil, desde o seu alvorecer e revelam a sua força e presença junto às gerações nascidas ao longo dos séculos iniciais do Brasil colônia, e até hoje permanecem arraigadas no estilo de formação, ao menos do *Agente Religioso*, e não só dos quadros Jesuíticos, mas em quase todos os estabelecimentos que são chamados de Seminários Maiores, nos diversos lugares e regiões deste imenso Brasil.

A sua interferência, inclusive, ultrapassa o estágio do nível puramente religioso, chegando à esfera das decisões políticas e à evolução das formas educativas no Brasil. Antes de tudo, eles foram nacionalistas, defensores das riquezas brasileiras, polêmicos, anticonvencionais e contestadores a respeito dos rumos do país, mesmo sendo sustentados e convocados pela Coroa Portuguesa para ajudar na empreitada salvacionista da colonização. Os Jesuítas foram figuras exponenciais na nossa história, merecendo, por isso mesmo, serem sempre estudados e revistos no fluir de seus propósitos religiosos e pedagógicos. No dizer de Manacorda (2005), “ Além da formação dos próprios quadros, eles se dedicaram à formação das classes dirigentes da sociedade” (p. 202).

O ano de 2009 assinala os 460 anos da chegada dos Jesuítas ao solo brasileiro. Não apenas por isso, mas também considerando a ação deles, a vasta obra pedagógica e missionária evangelizadora, merece ser tematizada e discutida no sentido de reiterar o seu papel no adensamento da cultura brasileira e iluminar, pela reflexão, aspectos que podem ser descobertos e ou ressignificados no momento presente. Principalmente no que se refere ao ensino de filosofia ao *Agente Religioso*. No Brasil, país onde enormes contrastes ainda teimam em persistir, pela predominância do modelo econômico-político tradicional, a concepção sobre o nativo assumiu outras facetas, tomado como “Gentio” passou a ser Cristão, e desconhecedor que era, da linguagem do colonizador, começou a aprender a língua portuguesa, mais um sinal de unidade nacional colonial, apesar, de não ter atingido a totalidade, ao menos, da infância colonial brasileira, em função da reiteração de desníveis econômicos e injustiças sociais, que pelo que parece, perduram e insistem em deflagrar a sua presença até hoje, com toda a modernidade que existe, na República Brasileira.

A produção escrita dos Jesuítas, no período colonial estudado e mesmo depois de 1599, sem dúvida cresceu e se diversificou exponencialmente, oferecendo conteúdo variado para as investigações da cultura e das formas educativas, nas ações pedagógicas e missionárias brasileiras. Entretanto, dentro desse conteúdo existe muito material apologético, muitos registros que apenas atendem às necessidades de movimentação interna da Congregação, ou da Ordem, sem nenhuma conotação ou comprometimento com a História do Brasil ou com as necessidades de ser e de existir das novas terras e suas novas gerações.

O Concílio de Trento (1545-1563) ratificou a criação dessa nova Ordem e elaborou o processo de evangelização incluindo não só a defesa do catolicismo contra o protestantismo, mas também, o alargamento de novos horizontes que professassem a fé em Jesus e nos seus ensinamentos.

Também Gramsci (1978) nos dá seu parecer: “A escola em todos os seus níveis, – e a igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam.”<sup>238</sup>

Para reforçar o embasamento destas nossas considerações, diremos que a obra de Paiva (1982), “Catequese e Colonização” é uma grande contribuição ao estudo do processo da colonização portuguesa do Brasil. Estudos como este, ajudam-nos a encontrar razões e motivos

---

<sup>238</sup> GRAMSCI, 1978, p. 29.

para um melhor entendimento da atual realidade brasileira. Conhecendo suas raízes, sua formação e desenvolvimento. Queremos ainda considerar que um dos pontos altos da pesquisa não é a fidelidade das fontes, no seu conteúdo, mas na forma e na interpretação das mesmas. Isto nos mostra que é possível um olhar diferente sobre a mesma realidade, que olhada de frente, nos dá uma idéia de como se formou o nosso Brasil, sempre subjugado pelos interesses dos portugueses, quer na economia, quer na religião, ou ainda em outros setores da cultura brasileira que busca ainda sua plenitude e real libertação das imposições internacionais para poder gozar de uma situação mais emancipada e reflexiva.

Embora ainda hoje se ressintam os aspectos normativos da maior expressão pedagógica do século XVI, escrita e promulgada sob o nome de “Ratio Studiorum”, somos favoráveis a um ensino de Filosofia que garanta a reflexão e o livre acesso aos clássicos e aos autores na sua fonte mais original possível. Pensamos que o filósofo deve ser estudado pelas suas obras e produções, mesmo não pertencendo à mesma tendência teórica, mas deve ser considerada no seu todo. Não apenas no seu caráter reprodutivo, mas questionador e que, a partir daí inspiram novas práticas para um mundo que se renova cada dia.

Temos esperança que um aprimorado exercício do estudo da filosofia nas suas fontes originais poderá oferecer aos nossos estudantes, sejam dos quadros das instituições ou não, instrumentos para uma reflexão livre e construtora de uma sociedade mais humana e democrática.

Este trabalho nasceu e se desenvolveu como desdobramento da convicção de que todos os homens têm necessidade de filosofar, pois, todos os homens são filósofos, no dizer de Gramsci. E, dessa atitude, com seus deslocamentos, é importante para se compreender a nossa história e a nossa gente. “Filosofar é preciso” ainda hoje. E a tentativa de compreender os seus primórdios no Brasil é um esforço em entendê-la como parte integrante da nossa história colonial é fator decisivo na busca da superação dos enfoques permeados de servidão para recriá-la na perspectiva de uma atitude emancipatória, por si mesma, e não pelos “senhores” aos quais esteja atrelada.

Ao ver nascer a possibilidade histórica de um novo ciclo de presença da Filosofia na formação do cidadão brasileiro, a partir de sua inserção na grade curricular do ensino médio, ensejamos que o presente estudo aponte para a necessária superação da condição de servidão clássica, imposta à Filosofia desde seu nascedouro entre nós: seja como serva da Teologia, como queriam os Jesuítas, seja como serva das Ciências como queriam os positivistas, seja como serva

da cultura como defendiam os culturalistas, ou ainda como propedêutica à técnica ou formação tecnológica. A Filosofia só será original e clássica quando voltar-se para si mesma, ao genético oráculo de Delfos: “conhece-te a ti mesma!”.

*“A verdade não tem seu tempo, ela é de todos os tempos”*

*Tobias Barreto (Menezes, 1957).*

### BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

- ANCHIETA, J. **Teatro de Anchieta**. Tradução P. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1977.
- ANCHIETA, José de. **Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta Província Brasília, no ano de 1584**. In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933a. p. 395-408
- \_\_\_\_\_. **Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Paulo de Piratininga, 1º de setembro de 1554)**. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 101-118.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Vicente, março de 1555)**. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 193-209.
- \_\_\_\_\_. **Carta trimestral de maio a agosto de 1556 pelo Ir. José de Anchieta (São Paulo de Piratininga, agosto de 1556)**. In: LEITE, Serafim. (Org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1553-1558)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 302-310.
- \_\_\_\_\_. **De gestis Mendi de Saa**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Informação da Província do Brasil para nosso Padre (1585)**. In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933c. p. 409-447.

- \_\_\_\_\_. **Informação do Brasil e suas capitanias: 1584.** In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933b. p. 309-356.
- AQUINO, Santo Tomás. **“De Magistro”.** In MARGER, Mary Helen & FRITZPATRIC, Eduard A. **Filosofia da educação de Santo Tomás de Aquino.** São Paulo, Odeon, 1935.
- ARNAUT DE TOLEDO, Cezar d Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins e RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. (2005). **O teatro Jesuítico na Europa e no Brasil no Século XVI.** Disponível em [www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm](http://www.hstedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.htm) , Acesso em 21 setembro 2008.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. 803 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura.** (Parte terceira da quinta edição de “A Cultura Brasileira”). São Paulo SP., Melhoramentos, 1976.
- AZEVEDO, Pedro. **A instituição do governo geral na história da colonização portuguesa no Brasil.** Vol. III.
- BAIA HORTA, J. S. **Igreja Católica e educação escolar no Brasil: as ambiguidades da educação libertadora.** in *Amazônida*, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM, ano 10, número 2 jul/dez. 2005.
- BAETA NEVES, Luís Felipe. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural.** Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1978.
- BANGERT, William V. **História da Companhia de Jesus.** Porto/São Paulo, Livraria Apostolada da Imprensa/Loyola, 1985.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.
- BITTAR, Marisa ; FERREIRA Jr., A. **O estado da arte em história da educação colonial.** In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira.** 1 ed. Campinas: HISTEDBR, 2006.
- BLOC, M. **Introdução à História.** Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- BOSI, A. **A Dialética da Colonização.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- BRAUDEL, F. **Ecrits sur l’histoire.** Paris, Ed. Flammarion, 1997.
- BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e Degredados: As primeiras expedições ao Brasil.** Objetiva, Rio de Janeiro, 1998. Vol. II Col. Terra Brasilis.

CARDIM, Fernão. **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1939.

CERQUEIRA, Luiz Alberto. (org.) **Aristotelismo Antiaristotelismo e Ensino de Filosofia**. Rio de Janeiro (RJ). Agora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II. São Paulo, Loyola, 1983.

COMPANHIA DE JESUS. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 503 p

Constituição “SACROSSANTO CONCILIUM”, in **Compêndio Vaticano II. Constituições, decretos, declarações**. 12 ed. Petrópolis, Vozes, 1968.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2 ed. São Paulo. Cortez, Autores Associados, 1984.

DEL PRIORE, Mary. **A religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo SP, Ática, 1994.

DIAS, Geraldo Aparecido. **A pedagogia Jesuítica: uma leitura do Ratio Studiorum**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unimep, Piracicaba, 2002.

DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. **Dos primórdios a São Gregório Magno**. Col. Nova História da Igreja. Vol. I. Trad. Dom Frei Paulo Evaristo Ars. Petrópolis: Vozes, 1973.

DE NICOLA, José. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias**. 15ª ed. São Paulo (SP), Scipione, 1998.

DICCIONARIO HISTÓRICO DE LA COMPAÑÍA DE JESÚS, Biográfico-temático. Charles E. O’Neill, SJ e Joaquín M.ª Dominguez, SJ. (Directores). Instituto Historicum, SI, Roma e Universidad Pontificia Comillas, Madrid, 2001.

DICIONÁRIO GERAL DAS CIÊNCIAS HUMANAS. Direção de G. Thines e Agnes Lempereur. Lisboa, Edições 70, s/d.

DIZIONARIO DEGLI ISTITUTI DI PERFEZIONE. Diretto da Guerrino Pelliccia (1962-1968) e da Giancarlo Rocca (1969-). II Vol. Roma, Tipografia italiana Citta Nuova della PAMON, 1975.

Dom João III. Regimento de 1549”. In: RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Orgs.). **A Fundação do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TEIXEIRA LOPES, Eliane Marta e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte (MG), Autentica, 2003

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio do século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

- FONTANA, Riccardo. **O Brasil de Américo Vespúcio**. UNB, Brasília, 1994/1995.
- FRANCA, L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1952.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- GOMES, Joaquim Ferreira. O 'Ratio Studiorum' da Companhia de Jesus, In: \_\_\_\_\_. **Para a História da Educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Ed., 1995. p. 25-42.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000. v. 3. \_\_\_\_\_ . **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978. \_\_\_\_\_ . **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro (RJ). Civilização Brasileira. 1978.
- GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. **Pequenos estudos de filosofia brasileira**. 2ª. ed. rev. e corr., Rio de Janeiro RJ, Nau, 1997.
- HOBSBAUWM, Éric. **A era dos extremos**. São Paulo SP, Companhia das letras, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.
- HOORNAERT, Eduardo. **A Evangelização do Brasil Durante a Primeira Época Colonial**. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. 4. ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1969.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. (Século XVI – O Estabelecimento). Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938. \_\_\_\_\_ . **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo II. (Século XVI – A Obra). Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938. \_\_\_\_\_ . **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VII. (Séculos XVII e XVIII – Assuntos Gerais). Rio de Janeiro (RJ), Instituto Nacional do Livro, 1938.
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **O desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- LOYOLA, I. **Autobiographie** (ou Récit du Pèlerin). Traduzida e anotada por: Alain Guillermou. Paris: Lê Seuil, 1962. Col, "Livre de Vie".

- LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- LIBÂNIO, J.B. **A Volta à Grande Disciplina**. São Paulo, Loyola, 1983.
- MADUREIRA, J. M. **A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados**. Rio de Janeiro RJ, Imprensa Brasileira, 1929.
- MANACORDA, Mário A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 4 ed. Tradução de Gaetano La Mônica. São Paulo, Cortez, 1996.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852)**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro, RJ, Vitória, 1961, Vol. 1.
- \_\_\_\_\_. **Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política” (1859)**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro, RJ, Vitória, 1961 b, Vol. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã I: crítica da filosofia alemã mais recente**. São Paulo, SP, 3ª. ed. Martins Fonte, s/d .
- MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil: o período heroico**. Rio de Janeiro, Aurora, 1958.
- MENEZES, Djacir (Org). **O Brasil no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ, Mec/Inep/CBPE, 1957.
- NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil, 1549-1560 – Cartas Jesuíticas I**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp. 1988.
- \_\_\_\_\_. **Manoel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa**. In: Leite, S. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)**. Coimbra: Tip. da Atlântida, 1956. v. 1, p. 108-115.
- \_\_\_\_\_. **Carta a Miguel de Torres, Lisboa (São Vicente, 25 de maio de 1556)**. In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955d. p. 207-215.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro, Coimbra (Salvador, 10 de agosto de 1549)**. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956. v. I, p. 132-145.

- \_\_\_\_\_. **Carta ao P. Diego Laynes, Roma (São Vicente, 12 de junho de 1561).**  
In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos.** Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite.  
Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955f. p. 381-394.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao P. Miguel de Torres, Lisboa (Baía, 2 de setembro de 1557).**  
In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos.** Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite.  
Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955e. p. 263-264.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, 10 de abril de 1549).** In:  
\_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos.** Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite.  
Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955a. p. 17-25.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, fins de julho de 1552).** In:  
\_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos.** Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite.  
Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955b. p. 128-137.
- \_\_\_\_\_. **Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, fins de agosto de 1552).** In:  
\_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos.** Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite.  
Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955c. p. 137-146.
- \_\_\_\_\_. **Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Diego Laynes (Baía, 30 de julho de 1559).** In: LEITE, Serafim (Org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1558-1563).**  
Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. v. III, p. 113-118.
- NUNES, César. **Aprendendo filosofia.** 12ª. ed. Campinas SP, Papirus, 2001.
- \_\_\_\_\_. Economia, educação e sociedade: matrizes políticas e estigmas culturais da administração escolar no Brasil. **Revista HISTEDBR** on line, Campinas SP, n. especial, p. 36-53, agosto 2006
- PAIM, Antonio. **História das Ideias filosóficas no Brasil.** 5ª. ed. rev. Londrina PR, Ed. da UEL, 1997.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese: 1949-1600.** São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** (Trad. José Severo Camargo Pereira). 19. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- REALE, Giovanni. **História da Filosofia: filosofia pagã e antiga,** v. 1 / Giovanni Reali, Dario Antiseri; [tradução de Ivo Storniolo]. São Paulo, SP, Paulus, 2003.

- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).
- RODRIGUES, Pero. **Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, quinto provincial que foi da mesma Companhia no estado do Brasil/ Escrita pelo Pe. Pero Rodrigues**. 2ª ed. São Paulo. Ed. Loyolas, 1978.
- RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: Origem e desenvolvimento (séc. XVI)**. Vol. I. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A Igreja no Brasil: Expansão missionária**. Vol. II. Santa Maria: Ed. Pallotti, s/d.
- SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio Ancisar. **Fundamentos para La investigación educativa: presupuestos epistemológicos que orientan al investigador**. Santa Fé de Bogatá (Colombia), Cooperativa Editorial Magisterio, 1998.
- SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 1977.
- SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I – Séc. XVI – XVIII. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.
- SARTRE, Jean-Paul. **A Crítica da razão dialética**. Paris, Gallimard, 1961.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas**. 8 ed. Campinas, Autores Associados, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação e colonização: as idéias pedagógicas no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I – Séc. XVI – XVIII. Petrópolis, RJ, Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas SP., Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia no Brasil: História e teoria**. Campinas, Autores Associados, 2008.
- SOUSA, Jesus Maria. **Os Jesuítas e a Ratio Studiorum: as raízes de formação de professores na Madeira**. Islenha, Funchal (Ilha da Madeira), 2003.
- SOUZA, Antonio Carlos de. **Fundamentos da ética marxista: a crítica radical da sociedade capitalista e as mediações políticas para a construção da emancipação humana**. Tese de doutorado UNICAMP. Fac. De educação, Campinas SP, [s/n], 2007.

- STACCONE, Giuseppe. **Gramsci: 100 anos de revolução política**. 3ª. ed. Petrópolis RJ, Vozes, 1995.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil: Vol. I: séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, (RJ), Vozes, 2004.
- TAGLIAVINI, J. V. **Garotos do túnel: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários**. Tese de Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1990.
- TÜCHLE, Germano. **Reforma e contra-reforma**. Col. Nova História da Igreja Vol. III. Trad. Waldomiro Pires Martins. Petrópolis: Vozes, 1971.
- VASCONCELOS, S. **Crônica da Companhia de Jesus**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VASSELAI, C. **As Universidades Confessionais no Ensino Superior Brasileiro: identidade, contradições e desafios**. Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP.(2001).
- VIEIRA, Antonio. **Sermões**. Org. Alcir Pécora. São Paulo. Hedra, 2000-2001.
- VITA, W. L. **A Filosofia no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1978.
- VILLOSLADA, Ricardo Garcia. **Santo Inácio de Loyola**. São Paulo, Loyola, 1991.

## APÊNDICE I

Transcrição da carta do (ARSI) Congr. 41, folhas de 298 a 300 verso.

Página 298.

Res quaedam Patri Nostro Generali proponendae in Congregatione Provinciali Brasiliensi tractatae, anno Domini 1568.

1. Non videntur admittendi in nostram Societatem nati in hac Provincia a quibusvis parentibus, nisi aliquibus optimis partibus fuerint praediti, donec melior sit puerorum educatio, cum experientia sit compertum eos a prima vocatione resilire. Curandum tamen est ut iuvenes veniant a Lusitania probae spectationis, qui approbati a nostris illic degentibus hic recipiantur; et ad transnavigandum iuventur expensis huius collegii (1), si opus sit.

2. Non videntur recipiendi pueri ubivis nati ante quatuordecimum aetatis annum, ut in locis, quibus nostri degunt inter Indos (2), linguam brasilicam addiscant et post legitimam aetatem ingrediantur probationem; cum experientia etiam monstraverit eos parum aptos nostro Instituto, ob morum inaequalitatem, quos illa tenera aetate inter Indos im biberunt.

Página 298 verso.

3. Perquam utile est et necessarium ut Pater Generalis mittat in hanc Provintiam Patres aliquot, singulos saltem in singula oppida, quae Capitaniae vocant, ut praesint nostris, qui ibi sunt: homines probatae virtutis, aetatis provectae, et firmae valetudinis, theologos, quibus tuto conscientiae committi possint, et qui rationem reddant eorum quae fuerint rogati. Sic enim bonus odor Societatis longe lateque diffundetur et conservabitur. Hi vero transportari poterunt expensis iuxta Societatis consuetudinem.

4. Maxime convenit ut seni ex nostris, vel saltem quaterni, commorentur in his eisdem oppidis; quod si penuria operariorum id fieri non potest, bini, non ad tempus, sed ut perpetuo ibi degant. Quod si alteruter quocunque eventu desideratus fuerit, qui superest adeat Provinciale vel collegium Sinus Omnium Sanctorum, si commodius fuerit eo navigare, nisi per Provinciale aliter sibi licuerit. Pater tamen Provincialis, cum ad visitandum ierit, si possit deferat secum aliquos, quibus, si visum sibi fuerit expedire, permutet illic degentes. Quod si ob penuriam

Página 299.

personarum non habeat quos substituat, si seipsos aut populum non bene aedificarent qui ibi sunt, eos secum deferat, quanvis in tempus aliquod illud oppidum nostris sit cariturum.

5. Qui ex nostris in eisdem oppidis perturbatur, vel delictum secreto commisit, debet a Superiore domus vel a socio patienter ferri, donec Provincialis certior fiat Idem que iudicandum est de eo qui commisit quidem delictum manifeste, sed tamen commodam facit satisfactionem, quando eam res admittit. Quod si delictum fuerit scandalosum nec tergiversatione celari queat, non feratur domi sed mittatur ut ipse per se quaerat remedium a Provinciali; si tamen foris, dum commodam expectat navigationem, vitam ageret scandalosam, possit incarcerari etiam in carcere publico, quousque ad Provinciale mittatur. Quantum vero ad fugitivos attinet, penes Provinciale sit iudicare compellendi ne sint secedere ab hac Provincia, necne.

6. Quinque pagi quos Aldeas vocant, in quibus nostri resident ad docendos Indos doctrinam christianam, ad tres reducantur si fieri possit; sustineanturque ut hucusque, modo quo possint commodiori,

Página 299 verso.

dum per Patrem Nostrum Generalem aliter non providetur.

7. Visum est expedire facultatem impetrari ut qui ex nostris Indorum linguam callent sacris initientur etiamsi latine nesciant, modo aliis bonis partibus praediti sint; quod indigeamus sacerdotibus qui Indorum confessiones audiant.

8. Visum est etiam decere Patrem Generalem dispensare cum aliquibus, qui brasilicam linguam tenent, ut professionem emittant, quanquam non teneant omnes illas scientias et artes, quas Constitutiones nostrae exigunt. Scire namque linguam brasilicam videtur esse pars ut cum illis facilius posset dispensare, dummodo virtute et aliis bonis partibus sint ornati.

9. Cum numerus Scholasticorum eo pervenerit ut sufficiens sit, potest et debet praelegi Dialectica et Theologia.

10. Ex vaccis et servis potest et debet haberi quod necessum fuerit tam in hoc collegio quam in oppidis, quae dicunt Capitaniae, si alius modus quo nostri sustentari possint inveniri nequeat.

Página 300.

11. Possint etiam collegia et domus huius Provinciae non solum recipere eleemosynas si quae mittantur, sed etiam petere si necesse fuerit; tum quia annuae pensiones in praesentiarum non persolvuntur, tum quia nostri (quemadmodum nec externi) victum non habent semper ad manum et inopiam patiuntur, tum etiam ad coalendam incolarum devotionem, qui propterea maxime erga nos afficiuntur.

12. Provincialis, propter difficultatem visitandi Provinciam, possit eligere vicarium per quem aliquando eam visitet, ita tamen ut per se id faciat unoquoque triennio, si ultra primum Provinciae praefuerit.

13. Utile est et maxime expedit ut Provincialis, antequam munus aggrediatur, visitet totam Provinciam tanquam Visitor, vel a Patre Generali vel a Provinciali missus, ut maiorem rerum habeat notitiam.

14. Iudicatum est bene consultum iri huic Provinciae, si Pater Generalis Provinciales, quos huic Provinciae praeficeret, mitteret ab Europa, saltem per aliquod tempus dum subiectorum in rebus Societatis exacte instructorum penuria laboramus, idque ab eo esse flagitandum.

Página 300 verso.

15. Non videtur necessarium ut triennium Provincialis prorogetur ad sexennium; peti tamen debet a Patre Generali ut cum Provinciale creat simul etiam concedat ut Provinciae praesit quousque alius praeficiatur, ad tollendos scrupulos, si alius non sufficeretur peracto triennio.

16. Maxime conducit ut Pater Generalis concedat ampliorem facultatem Provincialibus huius Provinciae, propter multos casus, qui contingere saepe possunt, quibus ut fiat satis, nequit commode expectari Generalis responsio si sit consulendus.

Quiritius Caxa, Congregationis Secretarius.

## APÊNDICE II

Texto da carta do (ARSI) Congr. 41, folhas de 298 a 300 verso, traduzido para o Português. A tradução foi feita pelo Rev.mo Cônego Carlos Menegazzi.

NB – Tradução “livre”, mas fiel ao texto.

Assuntos a serem propostos por nosso Padre Geral na Congregação Provincial Brasileira, realizada no ano de 1568.

1 – Não devem ser admitidos em nossa Sociedade os nascidos nesta Província de quaisquer pais, a não ser que tenham sido dotados de algumas ótimas qualidades, até que haja uma melhor educação dos meninos ,quando, pela prática, se descubra que eles tenham desistido da primeira vocação. Deve-se, todavia, cuidar que os jovens venham de Portugal depois de boa observação, os quais, aprovados ali pelos nossos por algum tempo sejam aqui recebidos; e para a viagem marítima sejam ajudados a custo desse colégio, se for necessário.

2. Não se vê possível receber meninos de qualquer lugar que seja, nascidos antes de quatorze anos de idade, para que, nos lugar em que os nossos vivem entre os Índios, aprendam a língua brasileira e, depois da idade legal, passem pelo exame; como a experiência também terá mostrado que eles seriam pouco aptos ao nosso Instituto, pela desigualdade de costumes, que, pela tenra idade ali aprenderam entre os Índios.

Página 298 verso.

3 – Por esta razão, é útil e necessário que o Padre Geral envie a esta Província alguns Padres, um ao menos em cada cidade, que chamam Capitánias, que dirijam os nossos que ali estão: homens de comprovada virtude, maiores de idade e de boa condição de saúde, teólogos, aos quais se possam confiar com segurança as consciências e que prestem conta das coisas que lhes for perguntado. Assim, o bom odor da Sociedade vá se difundindo por toda a parte e seja conservado. Estes poderão, na verdade, ser transportados às expensas segundo o costume da Sociedade.

4 – É de máxima conveniência que os mais idosos entre os nossos, ao menos em número de quatro, morem nessas mesmas cidades; porque, se pela falta de trabalhadores, isto não possa realizar-se, pelo menos dois, não por certo tempo, mas para sempre ali morem. Porque, se qualquer um dos dois for requisitado por qualquer acontecimento, o que permanecer, dirija-se ao Provincial ou ao colégio Refúgio de Todos os Santos, se for mais cômodo para lá navegar, a não ser que para o Provincial algo lhe seja julgado melhor. Porém, o Padre Provincial quando for realizar a visita, se puder, leve consigo alguns outros, com os quais, se for este seu modo de ver, faça a permuta com os que ali residem.

(Página 209) Porém, se por penúria de pessoas não tenha os que possa substituir, se os que ali estão não edificarem bem a si mesmos ou ao povo, leve-os consigo, mesmo que, por algum tempo, aquela cidade fique sem a presença dos nossos.

5 – Aquele dos nossos que nas mesmas cidades perturba, ou comete secretamente um delito, deve ser pacientemente retirado pelo Superior da casa ou pelo companheiro até que o Superior seja cientificado. E do mesmo modo deve-se julgar aquele que cometeu algum delito manifesto, mas, que pouca importância dá quando admite o fato. Porque, se o delito for escandaloso e nem possa ser escondido pela relutância, não seja levado para fora da casa, mas seja insinuado a procurar, por si, uma solução com o Provincial; se, entretanto, já fora de casa, enquanto comodamente espera a navegação, agir de modo escandaloso, poderá ser recolhido a um cárcere, mesmo que seja num cárcere público, até que seja enviado ao Provincial. Quanto, na verdade, ao que se diz

respeito aos fugitivos, compete logo ao Provincial julgar se devem ser forçados a se separar dessa Província ou não.

6 – Cinco vilas que se chamam Aldeias, nas quais os nossos moram para ensinar aos Índios a doutrina cristã, devem ser reduzidos a três se for possível, e sejam sustentadas como o são até agora, do modo mais cômodo que possam, até que não se tome outra providência pelo Nosso Padre Geral. (Página 299, verso).

7 – Foi visto solicitar a faculdade de se pedir que aqueles dos nossos, que já são conhecedores da língua dos Índios, sejam iniciados nas ordens sagradas, mesmo que desconheçam o latim, mas que sejam, no entanto, dotados de outros bons conhecimentos; porque necessitamos de sacerdotes que ouçam as confissões dos Índios.

8 – Foi visto, também, solicitar ao Padre Geral dispensar alguns que falam a língua brasílica para que façam a profissão, embora não tenham todas aquelas ciências e artes que as nossas Constituições exigem. Saber, no entanto, a língua brasílica, parece ser um elemento que ele lhes possa mais facilmente dispensar, embora devam ser ornados de virtude e de outras boas qualidades.

9 – Levando em consideração que o número dos “Escolásticos” já foi visto como suficiente, podem e devem ser adotadas a Dialética e a Teologia.

10 - Em relação às vacas e aos empregados, pode e deve haver o que for necessário tanto neste colégio como nas cidades, que se chamam Capitânicas, se não se encontrar outro modo pelo qual os nossos possam sustentar-se.

Página 300.

11 – Possam, também, os colégios e casas desta Província não só receber esmolas, mas também remetê-las, assim como até mesmo pedi-las se necessário for; tanto porque os pagamentos anuais em débito não são saldados, como porque os nossos ( do mesmo modo que nem os externos) nem

sempre têm nas mãos o alimento e sofrem por penúria, como também para fortalecer a dedicação dos índios que, por causa disso, se afeiçoam cada vez mais a nós..

12 – O Provincial, devido à dificuldade de visitar a Província, possa nomear um “vigário” pelo qual, algumas vezes, a visite, para que, também, o faça por si a cada triênio, se não comparecer, anteriormente, na Província.

13 – É útil e especialmente convém que o Provincial, antes de assumir o cargo, visite toda a Província como “Visitador”, ou enviado pelo Padre Geral ou pelo Provincial, para que obtenha maior conhecimento da situação.

14 - Foi julgada boa deliberação para esta Província, se o Padre Geral enviasse da Europa Provinciais para dirigir esta Província, ao menos por algum tempo enquanto sofremos com a falta de súbditos instruídos com perfeição nos negócios da Sociedade, e isso se está aclamando com ardor.

Página 300, verso.

15 – Não se vê como necessário que o triênio do Provincial seja prorrogado para seis anos; deve-se, todavia, solicitar ao Padre Geral que, quando nomear o Provincial, conceda simultaneamente, também, que o mesmo dirija a Província até que o outro tome posse, para que se resolvam dúvidas, se o outro não seria suficiente, terminado o triênio.

16 – Seria bem melhor que o Padre Geral conceda faculdade mais ampla aos Provinciais desta Província, por causa de muitos casos que possam, muitas vezes, acontecer, para os quais, quando se busca uma solução, não se pode, comodamente, esperar resposta do Geral, se for consultado.

Quiritius Caxa, Secretário da Congregação.

### APÊNDICE III

#### **As expedições de Jesuítas do Séc. XVI**

Relação das expedições portuguesas que trouxeram missionários de Lisboa para o Brasil. (Cf Apêndice de Serafim Leite Pg 560 Tomo I).

Primeira expedição (1549): Vieram com o primeiro governador geral do Brasil Tomé de Sousa.

Saída de Lisboa: 1 de fevereiro de 1549.

Chegada à Bahia: 29 de março de 1549.

Pe. Manoel da Nóbrega

Pe. Antonio Pires

Pe. Leonardo Nunes

Pe. João de Azpilcueta Navarro

Ir. Vicente Rodrigues

Ir. Diogo Jácome

Segunda expedição (1550):

Saída de Lisboa: 7 de janeiro de 1550.

Chegada à Bahia: Não encontramos nenhum registro a respeito.

Pe. Afonso Braz

Pe. Francisco Pires

Pe. Manuel Paiva

Pe. Salvador Rodrigues

Terceira expedição (1553). Vieram com o segundo governador geral do Brasil Duarte da Costa, com mais duzentos e sessenta pessoas.

Saída de Lisboa: 8 de maio de 1553

Chegada à Bahia: 13 de julho de 1553

Pe. Luiz da Grã

Pe. Braz Lourenço

Pe. Ambrósio Pires

Ir. José de Anchieta

Ir. João Gonçalves

Ir. Antonio Blasquez

Ir. Gregório Serrão

Quarta expedição (1559) Veio também nesta expedição o segundo Bispo do Brasil Dom Pedro Leitão

Pe. João de Melo

Pe. João Dício

Ir. José

Ir. Pedro de castro

Ir. Rui Pereira

Ir. Vicente Mestre (ou Matos)

Ir. Jorge Rodrigues

Quinta expedição (1560)

Saída de Lisboa: 20 de abril

Chegada ao Brasil ao fim de julho

Ir. António Gonçalves

Ir. Luiz Rodrigues

Sexta expedição (1561)

Saída de Lisboa: Novembro  
Chegada ao Brasil: Sem registro  
Pe. Francisco Viegas  
Ir. Scipião Camitoli

Sétima expedição (1563)  
Saída de Lisboa: 15 de fevereiro  
Chegada à Bahia: 1 de maio  
Pe. Quirício Caxa  
Ir. Baltazar Álvares  
Ir. Sebastião Pina  
Ir. Luiz Carvalho

Oitava expedição (1566)  
Saída de Lisboa: antes de 06 de junho  
Chegada à Bahia: 23 de agosto  
Pe. Inácio de Azevedo (Visitador)  
Pe. Amaro Gonçalo  
Pe. António da Rocha  
Pe. Baltazar Fernandes  
Ir. Pedro Dias  
Ir. Estevão Fernandes

Domingos Gonçalves e António de Andrade que ainda não eram membros da Companhia, mas vieram com o propósito de ingressarem na mesma tão logo fosse possível, e assim se sucedeu mais tarde.

Nona expedição (1566)  
Saída de Lisboa: não consta  
Chegada ao Brasil: não consta  
Pe. Miguel do Rego  
Pe. António Aranda

Décima expedição (1569)

Saída de Lisboa: 9 ou 10 de novembro

Chegada ao Brasil: não consta

Pe. Luiz da Fonseca

Francisco Leitão e Francisco Gonçalves, com propósito de ingresso na Companhia.

Décima primeira expedição (1570)

Saída de Lisboa: antes de junho

Chegada ao Brasil: não consta

Pe. Afonso Gonçalves

João Martins

Um Noviço

Décima segunda expedição (1570)

Saída de Lisboa: 5 de junho

Esta expedição nunca chegou ao Brasil, em meio a viagem sofreu um ataque de piratas no oceano e foi sucumbida entre 15 e 16 de junho, sendo que os quarenta integrantes foram exterminados todos.

Décima terceira expedição (1572)

Saída de Lisboa: 28 de janeiro

Chegada à Bahia: 23 de abril

Pe. Inácio Tolosa (Provincial)

Pe. Cristóvão Ferrão

Pe. Melchior Cordeiro

Pe. Gonçalo Leite (Primeiro repetidor de filosofia)

Pe. Martim da Rocha

Pe. António Ferreira

Manuel de Castro

Domingos Ferreira

Pedro Novais  
Sebastião Gonçalves  
António da Cruz  
Gonçalo Luiz  
Agostinho de Matos

Décima quarta expedição (1574)

Saída de Lisboa: não consta  
Chegada à Bahia: 2 de maio  
Pe. Luiz de Mesquita  
Pe. Manuel Dias  
Pe. João Saloni  
Pe. Diogo Mendes  
Pe. Francisco Lopes

Décima quinta expedição (1575)

Saída de Lisboa: 17 ou 18 de março  
Chegada à Bahia: 29 de maio  
Pe. José Morinello  
Pe. Leonardo Armínio  
Pe. João Baptista Giaccopuzi  
Pe. Francisco Lopes  
Ir. Jerónimo Rodrigues  
Ir. Manuel de Távora

Décima sexta expedição (1576)

Saída de Lisboa: não consta  
Chegada à Bahia: 27 de junho  
Pe. Agostinho del Castilho  
Pe. Pero de Toledo  
Pe. Francisco Ortega

Pe. Miguel Garcia

Décima sétima expedição (1577)

Saída de Lisboa: não consta

Chegada à Bahia: 24 de dezembro

Pe. Gregório Serrão

Pe. Simão Travassos

Pe. Pedro Soares

Pe. Pedro de Andrade

Vicente Gonçalves

Manuel de Barros

Francisco Teixeira

Simão Gonçalves

Gonçalo Viegas

João Baptista

Gedeão Lobo

Tomás Fildi

João Vicente Yate

Bayardo Ventedio

Adrião João

Francisco Álvares

Francisco Dias

Décima oitava expedição (1583)

Saída de Lisboa: 5 de março

Chegada à Bahia: 9 de maio

Pe. Cristóvão Gouveia (Visitador)

Pe. Fernão Cardim

Pe. Rodrigo de Freitas

Ir. Barnabé Telo

Ir. Matim Vaz

Décima nona expedição (1585)

Saída de Lisboa: 30 de janeiro

Chegada à Bahia: não chegou

Pe. Francisco Soares (Superior)

Pe. Lourenço Cardim

E outros, ao todo 12 que foram acometidos de piratas franceses.

Vigésima expedição (1587)

Saída de Lisboa: 18 de março

Chegada à Pernambuco: 7 de maio

Chegada à Bahia: 20 de janeiro de 1588

Pe. Marçal Beliarte (Provincial)

Pe. Francisco Soares

Pe. Marcos da Costa

Pe. Henriques Gomes

Pe. Manuel Fernandes

Pe. António Gomes

Ir. Domingos Coelho

Ir. Melchior Paulo

Ir. Ascânio Bonajusto

Ir. Agostinho Cifarelo

Vigésima primeira expedição (1588)

Pe. Fernão de Oliveira

Pe. Bartolomeu de Abreu

Pe. Pedro Álvares

Pe. António Botelho

Pedro Correia

Vigésima segunda expedição (1591)

Pe. Pedro Coelho  
Pe. Gaspar Lôbo  
Ir. Simão Pinheiro  
Ir. Manuel de Oliveira

Vigésima terceira expedição (1594)

Chegada à Bahia: 17 de julho

Pe. Pedro Rodrigues (Provincial)

Pe. Pedro Barreira

António Gonçalves

Vigésima quarta expedição (1595)

Pe. Rafael Carneiro

Pe. João Fernandes

Ir. Manuel Gomes

Ir. Manuel Tenreiro

Ir. João Baptista

Ir. Francisco Gonçalves

Vigésima quinta expedição (1598)

Pe. António de Matos

Pe. Melchior Álvares

Pe. Jerónimo Peixoto

Ir. João Gomes

## APÊNDICE IV

### RELAÇÃO DOS REITORES DO COLÉGIO DA BAHIA NO SÉCULO XVI

Superiores ou Reitores deste famoso Colégio contam-se, no século XVI, algumas das mais importantes figuras da Companhia:

1. Manuel da Nóbrega (1549);
2. Manuel de Paiva (1551-1553);
3. Vicente Rodrigues (1553);
4. Luiz da Grã (1554-1556);
5. Ambrósio Pires (1556);
6. António Pires (1556-1557);
7. João Gonçalves (1558);
8. Francisco Pires (1560-1562);
9. João de Melo (1562-1563);
10. Gregório Serrão (1564-1574);
11. Luiz da Grã, pela 2º vez (1575);
12. Cristóvão Ferrão (1575);
13. Quirício Caxa (1576-1578);
14. Gregório Serrão, pela 2º vez (1578-1584);
15. Luiz da Fonseca (1583-1587);
16. Fernão Cardim (1587-1592);
17. Inácio Tolosa (1592-1598);
18. Vicente Gonçalves (1598-1602).

O Colégio do Rio de Janeiro foi aberto em 1573, com curso elementar e a seguir humanidades.

Em 1662 já se considerava o Colégio do Rio o mais próspero do Brasil.

O terceiro grande centro de estudos fundado no século XVI é o Colégio de Pernambuco. A fundação foi aprovada por alvará régio de janeiro de 1576, e nesse mesmo ano inaugurou-se o curso de casos de moral.

Importância bem menor tiveram dois outros colégios fundados ainda no século XVI: São Paulo e Vitória. O Colégio de São Paulo só veio a ter curso de filosofia em 1677, e em Vitória o curso de humanidades só começou em meados do século XVII.

## APÊNDICE V

### LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A TEMÁTICA PESQUISADA.

1) A educação e a ação pedagógica da Companhia de Jesus. Os Jesuítas e a educação no Brasil:

ALVES, Gilberto Luís. **A obra educacional da Companhia de Jesus, segundo a historiografia.** Revista HISTEDBR On-Line, Campinas, n. 9, mar. 2003. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art11\\_9.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art11_9.html). Acesso em: set. 2008.

ALVES, Gilberto Luís. **Origens da escola moderna no Brasil: a contribuição jesuítica.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 617-635, maio/ago. 2005.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Educação, história e cultura no Brasil colonial: TV CECH em debate. São Carlos: UFSCar, 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufscar.br/tvcech/>. Acesso em: set. 2006.

BONATO, Sérgio Luiz. **Educação e modernidade: o pensamento educacional dos jesuítas – John Locke e Jean-Jacques Rousseau na era das ciências e da filosofia moderna.** 1998. Orientadora: Siomara Borba Leite. (Dissertação de Mestrado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 1998.

CALÓGERAS, J. P. **Os jesuítas e o ensino.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação missionária e educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira: a época colonial.** São Paulo: Difel, 1960. t. 1. p. 129-144.

CISÍ, Décio Henrique. **O movimento dos capitais dos jesuítas para as atividades educativas e missionárias na fronteira do Brasil com a Argentina (1549-1770)**. 2001. Of. Iniciação Científica - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Conselho Federal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: David Victor-Emmanuel Tauro.

DIAS, Geraldo Aparecido. **A pedagogia Jesuítica: uma leitura do Ratio Studiorum**. Dissertação (Mestrado em Educação). Unimep, Piracicaba, 2002.

FERREIRA, Tito Lívio. Portugal, a Companhia de Jesus e a Educação no Brasil. In: **Revista da Universidade Católica de São Paulo**, 20: 678-93, 1960.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A Representação da Escola em um mito indígena. In: **Teias-Revista da Faculdade de Educação da UERJ**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 113-120, jun., 2001 b.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. pp. 11 a 32.

FREITAS, Glaydson Artur do Vale. A importância da Educação Diferenciada nas Aldeias do Brasil. In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena- 3º grau indígena**. Barra do Bugres: Unemat, v.1,n.1, 2002.

NUNES, Clarice. Os Jesuítas na Educação Brasileira: presença polêmica. In: **PUC Ciência**. Número especial “Centenários Inacianos”. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 6: 51-64, 1991.

PAIVA, José Maria de. Educação e Cultura: a sociedade brasileira no século XVI. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1., 2001., Universidade Metodista de Piracicaba. **Texto eletrônico...** Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: jmpaiva@unimep.br. Acesso em: 20-23/05/2001.

PAIVA, José Maria de. **O método pedagógico jesuítico: Uma análise do Ratio Studiorum**. Viçosa: U.F.V., 1981 (digitalizado).

QUILLICI NETO, Armindo. O Ensino da Filosofia e a Ratio Studiorum na Educação Brasileira: uma breve reflexão. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1., 2001., Universidade Metodista de Piracicaba. **Texto eletrônico...** Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: jmpaiva@unimep.br. Acesso

em: 20-23/05/2001.

SAVAINI, Demerval. **A Pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas, Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas SP., Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Demerval. Educação e Colonização: as idéias pedagógicas no Brasil. In: **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v.I. Petrópolis:Vozes,2004.

2) A Filosofia e os Jesuítas:

CERQUEIRA, Luiz Alberto. (org.) **Aristotelismo Antiaristotelismo Ensino de Filosofia**. Rio de Janeiro (RJ). Agora, 2000.

CESCA, Vitalino. **Fundamentos teológico-filosóficos da Ratio Studiorum**. Tese de Doutorado – UFSM, Santa Maria (Convênio SFSM-UNICAMP, 1996).

GRAMSCI, Antonio. Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura. In: \_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1999. v. 1, p. 93-225.

MAYER, Mary Helen; FITZPATRICK, Edw. A. **Filosofia da Educação de Sto. Tomás de Aquino**. (Adap.) Maria Ignêz de Moraes Cardim. São Paulo: Odeon, 1935.

SCHMITZ, Egídio Francisco. **Os Jesuítas e a Educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

3) A Educação Jesuíta no Período Colonial: A fase heróica (1549 – 1599)

ABREU, Capistrano de. J. **Capitalismo da história colonial - 1500 a 1800**. 7. ed. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. **A historicidade da práxis pedagógica dos jesuítas no Brasil-Colônia: 1549-1697**. 1994. 433 p. Orientador: Luis Felipe Perret Serpa. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFBA, Salvador, 1994.

ARAGÃO, Virgínia Cruz de. **Educação no Brasil no século XVI: um estudo da pedagogia de José de Anchieta**. 1993. Orientadora: Maria Angela Vinagre de Almeida. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

ARNAUT DE TOLEDO, Cezar de Alencar. Razão de Estudos e Razão Política: Um estudo sobre a Ratio Studiorum. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1., 2001,. Universidade Metodista de Piracicaba. **Texto eletrônico...** Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: arnautcz@wnet.com.br. Acesso em: 20-23/05/2006.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, A. . **Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16**. Em Aberto, v. 21, p. 33-57, 2007.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, A. . **Casas de bê-á-bá e evangelização jesuíta no Brasil do século XVI**. Educação em Questão, Natal, v. 22, n. 8, p. 153-181, 2005.

BITTAR, M. (Org.) ; LOPES, Roseli Esquerdo (Org.) . **Estudos em Fundamentos da Educação**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. v. 500. 295 p.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, A. . Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação & Sociedade**, Campinas - CEDES, v. 25, p. 171-195, 2004.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, Amarilio . **A gênese das instituições escolares no Brasil: os jesuítas e as casas de bê-á-bá no século XVI**. Acervo (Rio de Janeiro), v. 18, p. 35-54, 2005.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, Amarilio . Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, p. 472-482, 2002.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, Amarilio . **Educação jesuítica no Brasil Colonial**. Série-estudos, Campo Grande, v. 12, p. 135-143, 2001.

BITTAR, M. ; FERREIRA JUNIOR, Amarilio . Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, 2003.

BITTAR, Marisa. Educação Jesuítica e Fazendas de Gado no Brasil Colonial. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1., 2001,. Universidade Metodista de Piracicaba. **Texto eletrônico...** Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: jmpaiva@unimep.br. Acesso em: 20-23/05/2001.

CASIMIRO, Ana Palmira B.S. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos: uma proposta pedagógica jesuítica no Brasil colonial**. Salvador: Faculdade de Educação/UFBA, 2002 (Tese de doutoramento).

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari. **O “bas-fonds” da educação no Brasil colonial**. 2001. 272 p. Orientador: Francisco Cock Fontanella. Tese (Doutorado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 2001.

- FERNANDES, Francisco Assis Martins. **Comunicação na pedagogia dos jesuítas na era colonial**. 1978. Orientador: Virgílio Noya Pinto. Dissertação (Mestrado em Comunicações) – ECA/USP, São Paulo, 1978.
- FERREIRA JÚNIOR. Amarílio. Educação e Violência no Brasil Colonial. In: Encontro de Pesquisadores de Educação Jesuítica e Formação da Cultura Brasileira: 1549:1759, 1., 2001., Universidade Metodista de Piracicaba. **Texto eletrônico...** Piracicaba: UNIMEP, 2001. Disponível em: jmpaiva@unimep.br. Acesso em: 20-23/05/2001.
- FECILCAM, Helena Aiko Rilt. **Herança cultural na educação brasileira: evolução histórica da Companhia de Jesus em Portugal e Brasil-Colônia**. 1994. 105 p. Orientador: Elias Boaventura. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 1994.
- GOMES, Joaquim Ferreira. O ‘Ratio Studiorum’ da Companhia de Jesus, In: \_\_\_\_\_. **Para a História da Educação em Portugal: seis estudos**. Porto: Porto Ed., 1995. p. 25-42.
- HADDAD, Ibrahim. **A educação brasileira dos séculos XVI e XVII: o ensino humanístico e prático da Companhia de Jesus no Brasil dos séculos XVI e XVII**. 1973. Tese (Livre-Docência) – FDHSS/Unesp, Franca, 1973.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. **O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil-Colônia**. 2001. Orientador: Joaquim Brasil Fontes Júnior. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, 2001.
- KLEIN, Luiz Fernando. **Atualidade da Pedagogia Jesuítica**. São Paulo: Loyola, 1997.
- KLEIN, Luiz Fernando. **O atual paradigma pedagógico dos jesuítas e a proposta de Pierre Faure: educação personalizada e solidariedade**. 1997. 382 p. Orientador: Selma Garrido Pimenta. Tese (Doutorado em Educação) – FE/USP, São Paulo, 1997.
- LEHMKUHL, José Mauro. **Gênese da escola colonial brasileira**. 1991. 170 p. Orientadora: Neide Almeida Fiori. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, 1991.
- MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958. 306 p.
- MENEGUETTI, Fernando Krob. **A educação do índio no Brasil do século XVI**. 2003. 72 p. Orientador: José Maria de Paiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 2003.
- MENEZES, Maria Cristina. **Raízes do ensino brasileiro: a herança clássico-medieval**. 1999. 200 p. Orientadora: Maria Elizabeth do Prado PINTINHA, Marcos Eduardo. Catequese e

educação na obra do Padre José de Anchieta. 2004. 120 p. Orientador: Peter Johann Mainka. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEM, Maringá, 2004.

NAGEL, Lízia Helena. Educação Colonial: Escolástica ou Burguesa? **Revista Educação em Questão**, 6 (2): 24-38, jul/dez.1996.

NAGEL, Lízia Helena. **Educação Escolástica na Colônia? Um estudo sobre a relação entre educação e atividade humana.** (Texto digitalizado).

PAIVA, J. M. (Org.); BITTAR, M. (Org.); ASSUNCAO, P. (Org.) . **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia.** 1. ed. São Paulo: Arké, 2007. v. 1. 127 p.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: **500 anos de Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991. p. 10-27.

PUNTES, Roberto Valdés. **La formación de Brasil: la instrumentalidad cultural de la educación jesuita – Siglo XVI (1549-1599).** 2003. 171 p. Orientador: José Maria de Paiva. Tese (Doutorado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 2003.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas.** 1998. 143 p. Orientadora: Lízia Helena Nagel. Dissertação (Mestrado em Educação) – UEM, Maringá, 1998.

SANGENIS, Luis Fernando Conde. Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na educação brasileira. 2004. 242 p. Orientadora: Célia Frazão Soares Linhares. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Rio de Janeiro, 2004.

SANGENIS, Luis Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na educação brasileira.** Petrópolis, Vozes, 2006.

SILVA, Felismina Dalva Teixeira da. **Ratio Studiorum: uma leitura de elementos da didática.** 2001. 76 p. Orientador: José Maria de Paiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unimep, Piracicaba, 2001.

SILVA, Marcia Regina ; BITTAR, M. ; HAYASHI, M. C. P. I. . **Contribuição para o "estado da arte" das pesquisas em educação no período colonial.** Série-Estudos (UCDB), v. 23, p. 129-147, 2007.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. Os jesuítas e as escolas coloniais. In: **BRASIL. Ministério da Educação e Saúde**. IV centenário da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1946. p. 345-368.

VIANNA, Hélio. A educação no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p.372-392, dez. 1945. Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 33-57, dez. 2007.

WREGGE, Rachel Silveira. A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia: uma leitura da obra de Serafim Leite **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 1993. 274 p. Orientador: Demerval Saviani. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp,

4) Educação, Cultura, Filosofia, História da Igreja e Jesuítas em Geral:

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte. Itatiaia. São Paulo. Edusp. 1988

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000

ALMEIDA, José Ricardo Pires de **História da instrução pública no Brasil (1500 – 1889)**. Brasília, INEP/São Paulo, PUC SP, 1989.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro Colonial: novos súditos cristãos do Império Português**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do IFCH -UNICAMP .2000

ALMEIDA PRADO, D. **Teatro de Anchieta e Alencar**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ALVES, Gilberto Luiz. **Gênese e Desenvolvimento da Escola Pública no Brasil. Parte introdutória do projeto de pesquisa** (Primeira Parte: Origem, desenvolvimento e difusão da escola tradicional – 1759-1870), desenvolvido dentro do Núcleo de Pesquisa de Educação – NUPED/ UFMS.

ANCHIETA, J. **Teatro de Anchieta**. Tradução P. Armando Cardos. São Paulo: Loyola, 1977.

ANCHIETA, José de. Breve narração das coisas relativas aos colégios e residências da Companhia nesta Província Brasílica, no ano de 1584. In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933a. p. 395-408

- ANCHIETA, José de. Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Paulo de Piratininga, 1º de setembro de 1554). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 101-118.
- ANCHIETA, José de. Carta ao Padre Inácio de Loyola, Roma (São Vicente, março de 1555). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 193-209.
- ANCHIETA, José de. Carta trimestral de maio a agosto de 1556 pelo Ir. José de Anchieta (São Paulo de Piratininga, agosto de 1556). In: LEITE, Serafim. (Org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1553-1558)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 302-310.
- ANCHIETA, José de. **De gestis Mendi de Saa**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, 1997.
- ANCHIETA, José de. Informação da Província do Brasil para nosso Padre (1585). In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933c. p. 409-447.
- ANCHIETA, José de. Informação do Brasil e suas capitanias: 1584. In: \_\_\_\_\_. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933b. p. 309-356.
- ANTONIL, André J. **Cultura e Opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996
- ARRUDA, José Jobson de A e PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **As metáforas religiosas na conquista da América portuguesa. Cadernos de História Social**, Campinas, n. 1, p. 3-19, jun. 1995.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. Colégio jesuítico e o serviço a Deus: a experiência e o tempo ensinam tudo. **Em Aberto**, Brasília. v 21, n 78, p. 59-76, dez. 2007. Disponível em <http://www.publicações.inep.gov.br/arquivos/> acessado em 05 de setembro de 2008.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: a administração dos bens divinos**. 2001. Orientadora: Mary del Priore. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Edusp, 2004. 506 p.

- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas**. 1995. Orientadora: Mary del Priore. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 1995.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. 803 p.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. (Parte terceira da quinta edição de “A Cultura Brasileira”). São Paulo SP., Melhoramentos, 1976.
- AZEVEDO, Pedro. **A instituição do governo geral na história da colonização portuguesa no Brasil**. Vol. III.
- AZEVEDO, Tales de. **Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia**. São Paulo: Atica, 1978.
- AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.
- AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. TOMO II,1. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BANGERT, William V. (S.J.). **História da Companhia de Jesus**. Porto: Apostolado da Imprensa; São Paulo: Loyola, 1985.
- BAPTISTA, Jean Tiago. **Jesuíta e Guarani na Pastoral do medo: as variáveis do discurso missionário sobre a natureza**. 2004. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BARBIO, Márcio Cabral. **Os jesuítas e a formação do estado brasileiro - A construção de um novo paradigma**. 2002. Of. Iniciação Científica - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientador: David Victor-Emmanuel Tauro.
- BARROSO, José Liberato. **A Instrução Pública no Brasil**. Pelotas, Seiva, 2005.
- BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e Regimentos de Missões. A política indigenista no Brasil**. Loyola. São Paulo. 1983
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1995.
- BLOHC, M. **Introdução à História**. Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. (Trad. e notas) Raimundo Vier, OFM. Petrópolis: Vozes, 1995.

- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOXER, Charles. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Tradução Portuguesa. Lisboa. Edições 70. 1981
- BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. Tradução: Inês da Silva Duarte. Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.
- BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2002.
- BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e Degredados: As primeiras expedições ao Brasil**. Objetiva, Rio de Janeiro, 1998. Vol. II Col. Terra Brasilis.
- BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. São Paulo: Nobel, 1991.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil** José Olympio. Rio de Janeiro. 2a. ed. 1963. volumes 2 e 3
- CAMÕES. **Os Lusíadas**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda. Lisboa. 1982.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. Ação missionária e educação. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. DIFEL. São Paulo. 1963
- CARDIM, Fernão, sj. Narrativa Epistolar. In: **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**, LXV, 1. p., sn.
- CARDIM, Fernão. **Tratado da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1939.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Trabalho na América Latina Colonial**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e igrejas mineiras coloniais**. São Paulo, Nacional, USP, 1968.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. **Manuel da Nóbrega: das cartas ao Diálogo sobre a Conversão do Gentio**. 2005. Orientador: Gilberto Mendonça Teles. Tese (Doutorado em Letras) – PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2005.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. “A educação brasileira e a sua periodização” **Revista brasileira de história da educação**, n. 2, pp. 137-152, jul – dez, 2001.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas. “A configuração da Historiografia educacional brasileira”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo, Contexto USF, 1998.

CÁS, Danilo da. **A universidade luso-brasileira: universidade de fato – 1572-1822**. 1996. 544 p. Orientador: Ivan Aparecido Manoel. Tese (Doutorado em História) – Unesp, Franca, 1996.

CASAGRANDE, Nanci dos Santos. **A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico**. 2001. 370 p. Orientadora: Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – PUC-SP, São Paulo, 2001.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S. Uma Idéia Recorrente: Desafiar as dificuldades dos Arquivos Coloniais. In: MAGALHÃES, Lívia Diana R. e CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S. **Memória e Trajetória de Pesquisa**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte. **Operários de uma vinha estéril: os jesuitas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620**. Bauru, Edusc, 2006.

CAXA, Quirício; RODRIGUES, Pero. **Primeiras biografias de José de Anchieta**. Introdução e notas de Pe. Helio Abranches Viotti, São Paulo, Loyola, 1988.

CAXA, Q. **Vida e morte do padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, 1965. 171p.

COMPANHIA DE JESUS. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 503 p.

CORREIA, Pero. Confirmação das terras que Pero Correia deu à Casa da Companhia da Ilha de S. Vicente (1542-1553). In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. I, p. 541-542.

CORTESÃO, J. **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1993.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

COSTA E SILVA, Cândido da. **História da Igreja no Brasil**. In: Seminário sobre os 450 anos do Catolicismo no Brasil. Salvador: Arquivo do Estado da Bahia, de 23 a 26 de agosto de 1999.

COSTA E SILVA, Cândido da. **Historiografia Religiosa da Bahia**. Conferência realizada no IV Congresso de História da Bahia. Salvador: Anais do IV Congresso de História da Bahia 27/09 a 1º de outubro de 1999 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001.

COSTA, E. V. Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados. **Revista de História**, São Paulo, v. 12, n. 27, p. 3-23, jul./set. 1956.

- COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à Colônia**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1967.
- COUTINHO, M. Inês. A Resistência pelo Estético: **Imaginária Guarani nas Missões Jesuíticas no Brasil**. Dissertação de Mestrado em História Ibero-americana, PUC/RS, 1996.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: FAPESP; Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens de Índios do Brasil: o século XVI”, **Estudos Avançados**, 10, pp.91-110.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação Brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1984.
- CUSTÓDIO, L.A.B. Missões Jesuítico Guarani. In: **Jornal do Margs**, n.55. Porto Alegre Palloti, março 2000.
- DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. Dos primórdios a São Gregório Magno. Col. **Nova História da Igreja**. Vol. I. Trad. Dom Frei Paulo Evaristo Ars. Petrópolis: Vozes, 1973.
- DANIÉLOU, Jean e MARROU, Henri. Nova História da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno. (Trad.) Dom Paulo Evaristo Arns OFM. In: ROGIER, L.J; Aubert, R.; Knowles, M. D. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DIAS, Carlos Malheiros. **História da Colonização Portuguesa do Brasil**. Porto. Litografia Nacional. 1924 – 3 volumes
- DIZIONARIO DEGLI ISTITUTI DI PERFEZIONE. Diretto da Guerrino Pelliccia (1962-1968) e da Giancarlo Rocca (1969-). II Vol. Roma, Tipografia italiana Citta Nuova della PAMON, 1975.
- Dom João III. Regimento de 1549”. In: RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (Orgs.). **A Fundação do Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1992.
- EJERCICIOS ESPIRITUALES. BitBiblioteca, site Analítica.com (Venezuela): <http://www.analitica.com/bitblioteca/loyola/ejercicios>. Consultado em 09/09/2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. v. I. 3. ed. São Paulo: Globo, 1991.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; TEIXEIRA LOPES, Eliane Marta e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte (MG), Autentica, 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque e BRITO, Jardel de Medeiros (orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, INEP, 2002.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. “Uma Fábrica Colonial, Trabalhos e Técnicas nos Engenhos Brasileiros, Séculos XVI-XIX”. In: **História e Tecnologia do Açúcar**. Funchal: CEHA, 2000.

FERNANDES, Rogério. A História da Educação no Brasil e em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED. nº 7 Jan/Fev/Mar/Abr. 1998.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio ; BITTAR, M. . A colonização luso-jesuítica e a desconstrução da cultura ameríndia. **Revista Educação e Cidadania**, v. 5, p. 101-112, 2006.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004.

FERRO, Marc (org). **O livro negro do colonialismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIGUEIREDO, Dom Fernando Antônio. **Curso de Teologia Patrística III: a vida da igreja primitiva (séculos IV e V)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Zahar Editora. Rio de Janeiro. 2005

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: Manuscritos dos Séculos XVI ao XIX**. São Paulo, UNESP/SEC (Edições Arquivo do Estado), 1991.

FONTANA, Riccardo. **O Brasil de Americo Vespuccio**. UNB, Brasília, 1994/1995.

FRANCA, Leonel (Ed./trad.) **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. **Jesuítas Portugueses e Espanhóis no sul do Brasil e Paraguai Coloniais**. São Leopoldo-RS, Ed. Unisinos, 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia F. **Os Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Departamento de Extensão/SR-3. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/SR-3.1997.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

FROES, Bartolomeu. Da fundação do Collegio do Rio de Janeiro (1568). In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. t. I, p. 545-547.

- FRÖHLICH, Roland. **Curso Básico de História da Igreja**. (Trad. e adapt.) Alberto Antoniazzi. São Paulo: Paulus, 1987.
- FRÖHLICH, Roland. **Curso de História da Igreja: a idade moderna**. Vol. III. (Trad. José Maria de Almeida). São Paulo, Paulus, 1993.
- FÜLLÖP MILLER, René. **Os Jesuítas e o Segredo do seu Poder**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. Hucitec/ABPHE. São Paulo. 2001.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Editora Companhia Nacional. São Paulo. 2003
- G.; HILSDORF, Maria Lúcia S. (Orgs.). **Tópicos em história da educação**. São Paulo, Edusp, 2001a.
- GADELHA, Regina Maria F. **As missões jesuíticas do Itatim. Estruturas socioeconômicas do Paraguai colonial. Séculos, XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980;
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1991.
- GAMBINI, Roberto. **O espelho índio: os jesuítas e a destruição da alma indígena**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988. 190 p.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo. **Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Loyola, 1991.
- GARDIN, Fernão S. J. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.
- GOMES, Plínio Freire. O ciclo dos meninos cantores (1550-1552): música e aculturação nos primórdios da colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 187-198, set./fev. 1990/1991.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 136, p. 496-500, out./dez. 1974.
- GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro (RJ). Civilização Brasileira. 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000. v. 3.

- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.
- HANSEN, João Adolfo. Leituras coloniais. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- HANSEN, João Adolfo. Manuel da Nóbrega. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Org.). **Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, MEC/Inep/Comped, 2002. p. 764-768.
- HANSEN, João Adolfo. O nu e a luz: cartas jesuíticas do Brasil: Nóbrega (1549- 1558). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 38, 1995.
- HAUBERT, Máxime. **Índios e Jesuítas no Tempo das Missões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HAYASHI, M. C. P. I. ; FERREIRA JUNIOR, Amarilio ; BITTAR, M. ; HAYSHI, C. R. M. ; SILVA, M. R. . **História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO**. Educação e Sociedade, v. 29, p. 181-211, 2008.
- HISLDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da Educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 135 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. As Primeiras Expedições. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. DIFEL. São Paulo. 1963
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial**. 6 ed. São Paulo: Difel, 1985. v.2, t.1.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I, v. I e II São Paulo, Difel, 1976. (A Época Colonial).
- HOLLANDA, Sergio B. **Visão do paraíso**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.
- HOORNAERT, E. (Org.). **História geral da igreja na América Latina: história da igreja no Brasil; primeira época**. Petrópolis: Vozes, 1977. t. 2.
- HOORNAERT, Eduardo. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.

- HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil Durante a Primeira Época Colonial. In: Hoornaert, Eduardo et al. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II, v. 1. Petrópolis, Vozes, 1983.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do Catolicismo Brasileiro**. 1550/1800. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HORTA, José. Silvério Baia. **Igreja Católica e educação escolar no Brasil: as ambigüidades da educação libertadora** in AMAZÔNIDA, Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM, ano 10, número 2 jul/dez. 2005.
- JOÃO III (Rei de Portugal). Carta a D. Duarte da Costa governador do Brasil (Lisboa, 21 de março de 1554). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1957. v. II, p. 35-37.
- JOÃO III (Rei de Portugal). Regimento de Tomé de Sousa (17 de dezembro de 1548). In: DIAS, Carlos Malheiros (Org.). **História da colonização portuguesa no Brasil**. Porto: Litografia Nacional, MCMXXIV. v. III, p. 345-350.
- JOHNSON, H. e SILVA, Maria B. N. **O Império Luso-Brasileiro 1500-1620**, Vol. VI. Lisboa: Estampa, 1992.
- JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1991.
- KARNAL, Leandro. **Teatro da Fé – Representação Religiosa no Brasil e no México do Século XVI**. São Paulo, Hucitec. 1998.
- LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas. 1. Os conquistadores**. Trad. Ana Maria Capovilla. Porto Alegre: L&PM, 1994. 531 p.
- LAYNES, Diego. Carta ao P. Manuel da Nóbrega, Brasil (Trento, 16 de dezembro de 1562). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. v. III, p. 512-516.
- LEITE, Serafim S. J. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- LEITE, Serafim S. J. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. São Paulo: Comissão de IV centenário da cidade de São Paulo, 1954. 4 volumes.
- LEITE, Serafim S. J. **Páginas de História do Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

- LEITE, Serafim. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)**. Lisboa: Brotéria; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953. 324 p.
- LEITE, Serafim. **Breve história da Companhia de Jesus no Brasil (1549-1560)**. Braga: Livraria A. I., 1993. 291. p.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo I. (Século XVI – O Estabelecimento)**. Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo II. (Século XVI – A Obra)**. Lisboa/Rio de Janeiro, Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VII. (Séculos XVII e XVIII – Assuntos Gerais)**. Rio de Janeiro (RJ), Instituto Nacional do Livro, 1938.
- LEITE, Serafim. **Novas Cartas Jesuíticas**. São Paulo: Nacional, 1940.
- LEITE, Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965 (Brasiliana, n.323).
- LEITE, Serafim. **Terras que Estácio de Sá mandou doar ao Colégio do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Monumento basílica, 1970.
- LIBÂNIO, J.B. **A Volta à Grande Disciplina**. São Paulo, Loyola, 1983.
- LIPINER, Elias. **Os Judaizantes nas Capitanias de Cima (Estudos sobre os Cristãos-novos do Brasil nos séculos XVI e XVII)**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969.
- LIPPERT, Pedro. **Psicologia dos jesuítas**. Trad. Angelino Barreto et al. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1959. 129 p.
- LOPES, Isanilde Lopes. **Jesuíta X Índios: a Conquista de Corpos e Mentes**. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1992.
- LOURENÇO, Brás. Carta por Comissão do P. Brás Lourenço ao P. Miguel de Torres, Lisboa (Espírito Santo, 10 de junho de 1562). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1558-1563)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. t. III, p. 460-468.
- LOYOLA, I. **Autobiographie** (ou Récit du Pèlerin). Traduzida e anotada por: Alain Guillermou. Paris: Lê Seuil, 1962. Col, “Livre de Vie”.
- LUTERO, Martim. Manifesto pela criação e manutenção de escolas cristãs. In: \_\_\_\_\_. **Educação e reforma**. São Leopoldo: Sinodal, 2000. p. 7-48.

- LUZ, Guilherme Amaral. **As festas e seus papéis: as representações e dramatizações alegóricas jesuíticas no interior das festas religiosas do Brasil quinhentista.** 1999. 152 p. Orientador: Paulo Celso Miceli. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1999.
- MADUREIRA, J. M. **A liberdade dos índios: a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927. 675 p.
- MADUREIRA, J.M. **A Liberdade dos Índios, a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus Resultados.** v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.
- MAGALHÃES, Justino (Org.) **Fazer e Ensinar História da Educação.** Braga: Universidade do Minho, 1998.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias.** (Trad.) Gaetano La Monaco. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARTIN, Malachi. **Os Jesuítas: a Companhia de Jesus e a traição à Igreja Católica.** Rio de Janeiro: Record, 1989.
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias. I – O período da Reforma.** (Trad.) Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1995.
- MASSIMI, Marina. **Descoberta, ação, conhecimento e poder no Brasil colonial: estudos histórico-psicológicos .** 1995. Tese (Livre-Docência) – USP, Ribeirão Preto, 1995.
- MEDINA, Flavia Maria Teixeira de. **A educação jesuítica hoje e os desafios da (in)formação: Colégio Nóbrega do Recife.** 2002. 83 p. Orientadora: Leda Rejane Accioly Sellaro. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Recife, 2002.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Presença do Brasil na Companhia de Jesus:1549- 1649.** 1976. Orientadora: Sonia Aparecida de Siqueira. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo 1976.
- MIRA, João Manoel Lima. **A Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro.** São Paulo: Loyola, 1983.
- MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org) **História dos índios no Brasil.** Companhia das Letras. São Paulo. 1992
- MONTEIRO, Isilda B. da Costa. **Administração Jesuíta do Mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do Século XVII.** Porto: Universidade Portucalense, 1993.

- MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes na Origem de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MORAES, Rubens Borba de. Notas. In: **Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos/ padre Antonio SEEP**. São Paulo: EUSP, 1980.
- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no Comércio Colonial da Bahia - 1660-1730**. Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1977, 42 páginas.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006. 24 p. CD-ROM.
- NEMÉSIO, Vitorino. **A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil**. Lisboa: [s.d.] 1971.
- NEVES, Luiz Baeta. **O Combate dos Soldados de Cristo nas Terras dos Papagaios: colonialismo e repressão cultural** Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil, 1549-1560 – Cartas Jesuíticas I**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp. 1988.
- NÓBREGA, M. Do P. Manuel da Nóbrega ao P. Simão Rodrigues, Lisboa. In: Leite, S. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1538-1553)**. Coimbra: Tip. da Atlântida, 1956. v. 1, p. 108-115.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta a Miguel de Torres, Lisboa (São Vicente, 25 de maio de 1556). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955d. p. 207-215.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro, Coimbra (Salvador, 10 de agosto de 1549). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1956. v. I, p. 132-145.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Diego Laynes, Roma (São Vicente, 12 de junho de 1561). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955f. p. 381-394.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Miguel de Torres, Lisboa (Baía, 2 de setembro de 1557). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955e. p. 263-264.

- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, 10 de abril de 1549). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955a. p. 17-25.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, fins de julho de 1552). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955b. p. 128-137.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta ao P. Simão Rodrigues, Lisboa (Baía, fins de agosto de 1552). In: \_\_\_\_\_. **Cartas do Brasil e mais escritos**. Introd. e notas históricas e críticas: Serafim Leite. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955c. p. 137-146.
- NÓBREGA, Manuel da. Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Diego Laynes (Baía, 30 de julho de 1559). In: LEITE, Serafim (Org.). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1558-1563)**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. v. III, p. 113-118.
- NOVAES, Fernando (Org). História da Vida Privada no Brasil. In: **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial. In: Dias, Manuel Nunes et al. São Paulo, Brasil: **Perspectiva**; Difel, 1968.
- NOVOA, Antonio; DEPAEPE, Marc; JOHANNINGMEIER, Erwin; ARANGO, Diana Soto. **Para uma história da educação colonial**. Porto e Lisboa: EDUCA, 1996.
- OLIVEIRA L.D de. **Iconografia Missioneira - estudo das reduções jesuítico-guarani**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: 1993. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- O'MALLEY, John W. **Os Primeiros Jesuítas**. Tradução portuguesa. Editora Unisinos & Edusc. São Leopoldo/Bauru. 2004
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese: 1949-1600**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- PAIVA, Wilson José. Educação no Brasil: contos e recontos. Revista **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 3. n. 7, p. 29-36, set./dez. 2002.
- PÉCORA, Alcir. A arte das cartas jesuíticas do Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Máquina de gêneros**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 18-19.
- PERRARD, Pierre. **História da Igreja**. 2. ed. São Paulo, Paulinas, 1986.

- PISNITCHENKO, Olga. **A Arte de Persuadir nos Autos Religiosos de José de Anchieta**. 2004. 159 f. Dissertação (**Mestrado em Teoria e História Literária**) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- POMPA, Cristina. **Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial** Bauru: Edusc, 2003.
- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. (Trad. José Severo Camargo Pereira). 19. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- PONTES, Joel Albuquerque. **Teatro de Anchieta**. Recife: Instituto de Letras/UFPE, 1976. Tese (Livre-Docência).
- PRADO JUNIOR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PRADO, Cáo J. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. : São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- QUEVEDO SANTOS, Júlio Ricardo. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. Bauru-SP, Edusc. 2000.
- QUINTANA, Ricardo Gomes. Índia brásilica: o índio brasileiro nas cartas jesuíticas. 2000. 318 p. Orientador: Gilberto de Mendonça Teles. (Mestrado em Letras) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2000.
- RAMINELLI, Ronald J. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. 1994. 281 p. Orientadora: Laura de Mello e Souza. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1994.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do Índio, de caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar/ São Paulo: Edusp, 1996.
- RENAULT, Gilbert (Remy). **As caravelas de Cristo**. Lisboa, Livraria Bertrand, 1956.
- RESENDE, Maria Leonia Chaves de. **Visões da conquista: verso e reverso – as missões jesuítas nos séculos XVI/XVII**. 1993. 315 p. Orientador: Sidney Chalhoub. Tese (Doutorado em História Social) – Unicamp, Campinas, 1993.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 17. ed. Revista e atualizada. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução à história da educação brasileira**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

- RODRIGUES, Francisco. **A formação intelectual do jesuíta**. Livraria Magalhães e Moniz. Porto. 1917
- RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Apostolado da Imprensa. Porto. 1931. Tomo I
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil, Historiografia colonial**, São Paulo, Editora Nacional, 1979
- RODRIGUES, Pero. **Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus, quinto provincial que foi da mesma Companhia no estado do Brasil/ Escrita pelo Pe. Pero Rodrigues**. 2ª ed. São Paulo. Ed. Loyolas, 1978.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROMANO, Ruggiro. **Mecanismo da Conquista Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: Expansão missionária**. Vol. II. Santa Maria: Ed. Pallotti, s/d.
- RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil: origem e desenvolvimento (século XVI)**. Santa Maria: Pallotti, 1981, v. I, II e III.
- SAVIANI, Dermeval. História das déias pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) **Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte, HG edições, pp. 9-24, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas, Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, Dermeval e outros. **Filosofia da educação brasileira** (Coordenação de Dermeval Trigueiro Mendes). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1983.
- SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís; (Org.). **História e História da Educação**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1999 (Coleção educação contemporânea).
- SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: USP, 1954.
- SCHWARTZ. Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. Editora Perspectiva. São Paulo. 1979
- SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550–1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SEBASTIÃO (Rei de Portugal). Carta régia por onde os padres da Companhia de Jesus no Brasil hão-de haver seus mantimentos cada mês. In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**. Coimbra: Tipografia da Atlântida, 1958. v. III, p. 147- 151. (Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo).

SERRANO, Jonatas. Anchieta educador. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **IV centenário da Companhia de Jesus**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1946. p. 3-24.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira. **Nova História da Expansão Portuguesa**. O Império Luso-Brasileiro. Lisboa: Estampa, 1991. (Coord. do v.VII por Frédéric Mauro.)

SILVA, Rogério Forastieri da. **Colônia e Nativismo. A História como “Biografia da Nação”**. HUCITEC. São Paulo. 1997

SILVEIRA, Frei Idelfonso. A Primeira Crônica Religiosa do Brasil. In: **Revista de Cultura Vozes**, nº 5, 1975, ano 1969, pp.34-44.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil - 1500-1820**. São Paulo: Nacional, 1977. (Coleção Brasileira).

SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**. São Paulo: Ática, 1978. (Ensaio; 56).

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

SOUZA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Neusa Maria Marques de (org.). **História da Educação**. São Paulo: Avercamp, 2006.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **História e memórias da educação no Brasil: Vol. I: séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, (RJ), Vozes, 2004.

TAGLIAVINI, J. V. **Garotos do túnel: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários**. Tese de Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1990.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Entre a cruz e a espada: jesuítas na América Portuguesa**. 1995. 166 p. Orientador: Ronaldo Vainfas. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1995.

TAVARES, Josefa Nunes. **O discurso épico do cristianismo em De Gestis Mendi Saa**. 2001. 258 p. Orientador: Anazildo Vasconcelos da Silva. Tese (Doutorado em Letras) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

- TAVARES, Josefa Nunes. **O teatro de Anchieta: uma ideologia do poder**. 1990. 260 p. Orientadora: Maria Consuelo de Pádua Albergaria. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- TOBIAS, J Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986. Trad. Waldomiro Pires Martins. Petrópolis: Vozes, 1971.
- THOMAS, Georg. **Política Indigenista dos Portugueses no Brasil. 1500 – 1640** Tradução Portuguesa. São Paulo. Edições Loyola. 1982
- TOLEDO, Maria Fátima. **O sonho da Quimera : uma análise do Diálogo sobre a conversão do gentio do Pe. Manuel da Nóbrega**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História da Universidade de São Paulo. FFLCH/USP. 2000
- TÜCHLE, Germano; BOUMAN, C. A. Reforma e Contra-Reforma. In: Rogier, L. J.; Aubert, R.E.; Knowles, M.D. (Diretores). **Nova História da Igreja**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 1983.
- VAINFAS, Ronaldo (dir). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral sexualidade e inquisição no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- VAINFAS, Ronaldo. Deus Contra Palmares: representações senhoriais e idéias jesuíticas. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial**. Petrópolis: Vozes, 1986. (História Brasileira, 8).
- VASCONCELOS, S. **Crônica da Companhia de Jesus**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VASCONCELOS, S. **Vida do venerável padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 1.
- VASCONCELOS, Simão de. **Crônica da Companhia de Jesus**. (Introd.) Serafim Leite. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1977. 2 v. (Dimensões do Brasil, 5).
- VASSELAI, C. **As Universidades Confessionais no Ensino Superior Brasileiro: identidade, contradições e desafios**. Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP.(2001).
- VIEIRA, Antonio. **Sermões I**. São Paulo: Ed. Hedra, 2000.
- VIEIRA, Antonio. **Sermões**. Org. Alcir Pécora. São Paulo. Hedra, 2000-2001.
- VITA, W. L. **A Filosofia no Brasil**. São Paulo, Melhoramentos, 1978.

WOOLLEY, Patrícia Domingos. **Os jesuítas diante de O Verdadeiro Método de Estudar**. 2004. 251 p. Orientador: Guilherme Pereira das Neves. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Rio de Janeiro, 2004.

ZEQUERA, Luz Helena Toro. **História da educação em debate**: as tendências teóricometodológicas na América Latina. Campinas: Alínea, 2002.